



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Thamara Santos de Castro

**A construção do sentido de contraste em editoriais – uma análise segundo a
Linguística Sistêmico-Funcional**

Rio de Janeiro

2019

Thamara Santos de Castro

**A construção do sentido de contraste em editoriais – uma análise segundo a Linguística
Sistêmico-Funcional**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C355 Castro, Thamara Santos de.
A construção do sentido de contraste em editoriais: uma análise segundo a linguística sistêmico-funcional / Thamara Santos de Castro. – 2019.
213 f. : il.

Orientadora: Vania Lúcia Rodrigues Dutra.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Linguística – Teses. 2. Editoriais — Teses. 3. Funcionalismo (Linguística) – Teses. 4. Língua portuguesa – Gramática – Teses. I. Dutra, Vania Lúcia Rodrigues. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5:070.432

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thamara Santos de Castro

**A construção do sentido de contraste em editoriais – uma análise segundo a Linguística
Sistêmico-Funcional**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 29 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Vania Lúcia Rodrigues Dutra (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Magda Bahia Schlee
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. José Carlos de Azeredo
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Sara Regina Scotta Cabral
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Fábio André Coelho
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

À minha mãe. Promessa cumprida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Vania Dutra, professora, colega de trabalho, orientadora, AMIGA! Obrigada por todas as palavras de apoio e por todos os minutos dedicados a este trabalho. O destino agiu direitinho trazendo-me de volta à minha universidade amada, para ser orientada pela professora que eu sempre admirei.

À Professora Magda Bahia, minha co-orientadora extraoficial, por todo incentivo e por todas as dicas e indicações de leitura fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor José Carlos de Azeredo, pela “aula” ministrada no momento da qualificação, que fez toda diferença para esta versão final.

À Universidade Federal Fluminense, em especial ao Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI-UFF), pela licença concedida para que eu pudesse dedicar-me inteiramente à produção deste trabalho.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por resistir sempre.

À minha família, porto-seguro, base de tudo e motivo de eu conseguir conquistar todas as minhas vitórias pessoais e profissionais; em especial, à minha cunhada-amiga-irmã, Roberta, cujas palavras sempre otimistas me deram forças para chegar até aqui.

Às amigas de vida Luana e Juliana, por todo amor, todo carinho e toda paciência nesses mais de vinte anos de amizade e, principalmente, nesses últimos dois anos.

Às amigas de frustrações acadêmicas, Pamela Valente e Thays Lacerda, por compartilharmos todas as angústias e felicidades que envolvem esse processo.

Às amigas “Gesdianas” do Meier, Elisa, Ane e Isadora, por todas as conversas sistêmicas (ou não).

À amiga Juliana Araújo, por me ensinar, incansavelmente, a ser uma mulher poderosa e a acreditar mais em mim mesma.

Ao amigo Ricardo Domingos, por toda paciência, todo carinho e todas as palavras amigas nos meus momentos de descrença.

Ao amigo Thiago da Cunha, por escutar meus momentos de desespero – que foram muitos nesses últimos anos – com muito carinho e paciência, fazendo-me acreditar na mulher que me tornei.

A vida é feita de escolhas. Quando você dá um passo à frente, inevitavelmente alguma coisa fica para trás.

Caio Fernando Abreu

RESUMO

CASTRO, Thamara Santos de. *A construção do sentido de contraste em editoriais: uma análise segundo a Linguística Sistêmico-Funcional*. 2019. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Para desenvolver as habilidades de leitura e escrita dos alunos da Educação Básica, é necessária uma abordagem funcional no trabalho com a língua, possibilitando ao aluno uma reflexão sobre os recursos linguísticos que lhe são disponibilizados. “Em uma gramática funcional, (...) uma língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhados de formas por meio das quais os significados podem ser realizados” (HALLIDAY, 1994, p. xiv.) [tradução livre]. Este trabalho é uma amostra de como os diferentes recursos léxico-gramaticais disponíveis constroem a noção de contraste em editoriais e de como esse uso se relaciona com as etapas que formam o gênero e com o processo de persuasão do leitor. Selecionaram-se quarenta (40) editoriais de diferentes veículos jornalísticos para comprovarmos a hipótese de que os objetivos funcionais do gênero influenciam as escolhas lexicais e gramaticais presentes no texto. Assim, por meio de exemplares do gênero editorial, foi possível demonstrar como a utilização de estruturas canônicas – como orações adversativas e concessivas – e não canônicas – como orações relativas –, que representam o sentido de contraste, está associada ao propósito comunicativo do gênero, sugerindo um uso mais natural e menos arbitrário da língua.

Palavras-chave: Editoriais. Construções contrastivas. Linguística sistêmico-funcional.

ABSTRACT

CASTRO, Thamara Santos de. *The construction of contrast in editorials: an analysis in systemic-functional linguistics*. 2019. 213f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

To develop the abilities of reading and writing of students from Basic School, it is necessary a functional approach to work with language, giving them the possibility to think over linguistic resources to which they have access. “In a functional grammar, (...). A language is interpreted as a system of meanings, accompanied by forms through which the meanings can be realized” (HALLIDAY, 1994, xiv). In this paper, we present how different lexicogrammatical resources construct the value of contrast in editorials and we relate the use of those elements to the stages that build the genre and the process of persuasion. We selected forty (40) examples of editorials from different newspapers to prove the hypothesis that the genre functional goals influence the lexicogrammatical choices in the text. Therefore, through these texts, we attempted to show how the use of traditional structures – like adversative and concessive clauses –, and non-traditional ones – like relative clauses –, which represent the contrast sense, is associated to the communicative propose of genre, suggesting a more natural than arbitrary use of language.

Keywords: Editorials. Contrastive constructions. Systemic-Functional Linguistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Texto em Contexto	79
Figura 2 -	Gêneros educacionais comuns	103
Figura 3 -	Editorial de tipo <i>exposição</i>	149
Figura 4 -	Editorial de tipo <i>discussão</i>	152
Figura 5 -	Editorial de tipo <i>desafio</i>	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Temas de editoriais do tipo <i>discussão</i>	119
Gráfico 2 -	Temas de editoriais do tipo <i>exposição</i>	119
Gráfico 3 -	Relação entre eixos táticos e etapas do gênero	149
Gráfico 4 -	Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero.....	149
Gráfico 5 -	Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero	149
Gráfico 6 -	Relação entre eixos táticos e etapas do gênero	152
Gráfico 7 -	Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero	152
Gráfico 8 -	Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero	152
Gráfico 9 -	Relação entre eixos táticos e etapas do gênero	154
Gráfico 10 -	Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero	154
Gráfico 11 -	Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Relações semânticas de adjuntos circunstanciais	69
Tabela 2 -	Projeção e expansão manifestadas na oração e no complexo oracional	84
Tabela 3 -	Elaboração paratática e hipotática	86
Tabela 4 -	Categorias de extensão e principais marcadores	87
Tabela 5 -	Categorias de realce e principais marcadores	90
Tabela 6 -	Tipos de editoriais	119
Tabela 7 -	Estruturas contrastivas em editoriais do tipo <i>exposição</i>	121
Tabela 8 -	Estruturas contrastivas em editoriais do tipo <i>discussão</i>	136
Tabela 9 -	Estruturas contrastivas em editoriais do tipo <i>desafio</i>	140
Tabela 10 -	Relação entre tipo de editorial e ocorrência de estruturas contrastivas	141
Tabela 11 -	Relação entre tipo de editorial e quantidade de estruturas contrastivas canônicas e não canônicas	142
Tabela 12 -	Realizações léxico-gramaticais do sentido de contraste	143

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	BREVE HISTORIOGRAFIA DA RELAÇÃO DE CONTRASTE NOS ESTUDOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL	19
1.1	Antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)	20
1.1.1	Gramática Descritiva (MACIEL, 1914).....	20
1.1.2	Gramática Histórica da Língua Portuguesa (SAID ALI, 1921).....	21
1.1.3	Gramática Expositiva da Língua Portuguesa (SOUZA LIMA, 1937).....	23
1.2	Depois do advento da NGB	25
1.2.1	Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 1977)	25
1.2.2	Comunicação em Prosa Moderna (GARCIA, 1967).....	29
1.2.5	Novas Lições de Análise Sintática (KURY, 1985).....	37
1.2.6	Gramática Normativa da Língua Portuguesa (ROCHA LIMA, 1986).....	39
1.3	Estudos recentes	41
1.3.1	Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 1999)	41
1.3.2	Gramática de usos do Português (NEVES, 2000)	45
1.3.3	Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (AZEREDO, 2008).....	49
1.3.4	Gramática do Português Brasileiro (CASTILHO, 2012)	53
1.4	Breve historiografia – algumas considerações	60
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	62
2.1	Linguística Sistêmico-Funcional	62
2.1.1	A metafunção ideacional e o Sistema de Transitividade.....	65
2.1.2	A metafunção interpessoal e o Sistema de MODO.....	72
2.1.3	A metafunção textual e o Sistema Tema-Rema.....	74
2.2	Texto e contexto	76
2.3	Gênero textual na perspectiva da LSF	79
2.3.1	A análise de gêneros segundo Ruqaya Hasan	80
2.3.2	A análise de gêneros segundo J.R.Martin	82
2.3.3	Expansões encaixadas	94
3	ANÁLISE DO CORPUS E RESULTADOS	97
3.1	O gênero editorial	97
3.2	Metodologia	102
3.3	Análise do corpus e resultados	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156

REFERÊNCIAS.....	160
ANEXOS.....	163

INTRODUÇÃO

Saber argumentar para persuadir e convencer é aspecto fundamental para a interação. Inúmeros são os gêneros textuais que têm como função social a persuasão, como os editoriais, os artigos de opinião, os discursos políticos ou mesmo uma simples conversa entre amigos cujas opiniões divergem.

Quando usamos a língua, fazemos escolhas linguísticas, mesmo que inconscientemente, que expressam quem nós somos e em que tipo de cultura estamos inseridos.

Para Halliday (1994), todo e qualquer uso que fazemos do sistema linguístico é funcional relativamente às nossas necessidades de convivência em sociedade. Ao usarmos a linguagem fazemos, portanto, uma série de *escolhas* dentre as possibilidades que o sistema linguístico disponibiliza. Em vista disso, precisamos desenvolver nossa consciência sobre os significados que as palavras e suas combinações em textos geram para alcançarmos efetivamente nossos propósitos em contextos específicos. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 19)

Em gêneros textuais como o editorial, nota-se o posicionamento de quem enuncia. Por ser este um gênero muito explorado na Escola Básica e por ser a estrutura argumentativa muito solicitada em concursos em geral, escolhemos analisar alguns exemplares do gênero editorial para verificarmos as escolhas léxico-gramaticais que contribuem para a expressão da opinião.

Baseando-nos na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1976; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014), entendemos que essas escolhas léxicogramaticais são determinadas pela situação em que se desenvolve a interação. Portanto, adotase, aqui, uma perspectiva sociosemiótica da língua, ou seja, considera-se que o sistema social influencia na criação dos enunciados, o que se materializa no produto textual.

Dessa forma, como objetivo geral, observaremos, nos editoriais selecionados, como se constrói a coesão textual por meio das relações conjuntivas, especificamente as que denotam contraste. Acreditamos que, no processo de construção do texto opinativo, esse tipo de relação conjuntiva seja uma estratégia adequada à persuasão, pois é uma forma de rejeição à opinião do outro, sendo, portanto, uma opção que o usuário da língua tem no momento em que deseja expressar seu posicionamento contrário àquele já exposto.

Assim, para que possamos contribuir para o desenvolvimento crítico das habilidades de leitura e escrita dos alunos da Educação Básica, acreditamos que seja necessária uma

abordagem funcional no trabalho com a língua, possibilitando ao aluno uma reflexão sobre os recursos linguísticos que lhe são disponibilizados.

Por isso, o principal objetivo deste trabalho é apresentar como se constroem as relações de contraste em editoriais de jornal e como elas contribuem para o processo de persuasão do leitor. Para chegar a esse objetivo, tentaremos responder a algumas perguntas, como: todos os conectivos expostos nos manuais de gramática são, de fato, empregados no *corpus* de análise? a única forma de demonstrar a relação de contraste é por meio de conectivos? haveria outras estruturas capazes de construir essa relação semântica de contraste? Essas são as perguntas de pesquisa às quais procuraremos responder ao longo deste trabalho.

Observando textos de diferentes gêneros no nosso dia a dia, podemos supor que nem sempre encontramos neles todos os conectivos apresentados nas gramáticas e nos livros didáticos de português. Quando analisamos textos em suas situações reais de uso, percebemos que existem outras estruturas e recursos linguísticos que dão conta de expressar o sentido de contraste (e aqui consideramos tanto a adversidade quanto a concessão) e que não são apresentados aos alunos pelos manuais didáticos.

Para melhor esclarecer o que se pretende aqui, vejamos o que acontece nos trechos que se seguem:

(1) (...) *Segundo investigações da Operação Ingenium (Engenharia, em Latim), que envolveu Ministério Público, Secretaria de Segurança e Polícia Civil, o grupo cobrava propina de estabelecimentos para que fossem liberados do cumprimento das normas de segurança, que, em tese, deveriam valer para todos. (Uma prova de que a corrupção é parte do cotidiano, O Globo, 14/9/2017)*

(2) *A poucos dias de deixar o cargo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recebeu o aval dos nove ministros do Supremo presentes à primeira parte da sessão de ontem, que rejeitaram o pedido da defesa de Michel Temer para que ele fosse declarado suspeito em investigações sobre o presidente. (Supremo Apoia Janot em mau momento de Temer, O Globo, 14/9/2017)*

Não há, em nenhum dos dois excertos anteriores, elemento conectivo que explicita o sentido de contraste ou oposição. Entretanto, considerando-se o contexto em que estão inseridos os textos, podemos perceber que, no exemplo (1), o adjunto expresso pela oração adjetiva (*que, em tese, deveriam valer para todos* – o que era o esperado) corresponde a um atributo que contraria o fato de os estabelecimentos serem liberados das normas de segurança.

O trecho poderia ser reconstruído da seguinte forma:

(1a) Os estabelecimentos eram liberados do cumprimento das normas de segurança, embora essas devessem valer para todos.

Já no exemplo (2), a expressão circunstancial de tempo *A poucos dias de deixar o cargo* introduz um fato (*o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recebeu o aval dos nove ministros do Supremo presentes à primeira parte da sessão de ontem*) que poderia impedir o acontecimento do que foi posteriormente relatado (*rejeitaram o pedido da defesa de Michel Temer para que ele fosse declarado suspeito em investigações sobre o presidente*). Mais uma vez, há uma quebra de expectativa quando essa circunstância não interfere no desenrolar dos outros processos apresentados no período. Ou seja, poderíamos reescrevê-lo da seguinte forma:

(2a) Apesar de estar a poucos dias de deixar o cargo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recebeu o aval dos nove ministros do Supremo presentes à primeira parte da sessão de ontem, que rejeitaram o pedido da defesa de Michel Temer para que ele fosse declarado suspeito em investigações sobre o presidente.

Como afirmam Halliday & Hasan (2013, p. 229),

(...) as relações que figuram como conjuntivas, na formação de um texto, podem ser também sistematicamente incorporadas em vários tipos de estruturas. (...) Isso explica como (...) estamos sempre preparados para reconhecer a presença de uma relação desse tipo mesmo quando não é expressa de nenhuma maneira evidente. Nós estamos preparados para preenchê-la por nossa conta, e então assumir que há coesão mesmo quando ela não é demonstrada explicitamente. [tradução livre]¹

¹ Texto original: (...) the relations that figure as conjunctive, in the formation of text, can also be systematically embodied in various types of structure. (...) This explains how (...) we are often prepared to recognize the presence of a relation of this kind even when it is not expressed overtly at all. We are prepared to supply it for ourselves, and thus to assume that there is cohesion even though it has not been explicitly demonstrated.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é verificar que outra(s) estrutura(s), além da oração coordenada adversativa e da subordinada adverbial concessiva, veiculam o sentido de contraste/oposição em editoriais.

Como hipótese, temos que o uso das estruturas não canônicas está relacionado aos propósitos comunicativos do gênero editorial e ao contexto de situação em que ocorre a construção do texto. Para comprová-la, teremos como base teórica a Linguística Sistêmico-Funcional, que tem como foco “a análise de produtos autênticos de interação social (textos), considerados em relação aos contextos cultural e social nos quais eles são negociados” (EGGINS, 2004, p. 2) [tradução livre]².

Para tanto, elencamos, em seguida, os objetivos específicos, que nos auxiliarão na busca por atingir nosso objetivo geral:

- a) fazer o levantamento de todas as orações coordenadas adversativas e subordinadas adverbiais concessivas (estruturas canônicas) presentes nos editoriais, *corpus* de nossa pesquisa;
- b) identificar as estruturas que, apesar de não se configurarem como orações adversativas ou concessivas, também constroem o sentido de contraste/oposição nos editoriais (estruturas não canônicas);
- c) comparar, quantitativamente, a frequência desses dois tipos de estrutura (canônicas e não canônicas) no *corpus* de análise;
- d) analisar a relação entre os contextos de situação e de cultura e sua influência para as escolhas léxico-gramaticais que constroem as relações de contraste/oposição nos *textos corpus*;
- e) avaliar o significado construído pelo emprego das estruturas contrastivas não canônicas no gênero em análise;
- f) contribuir para que a abordagem funcional no estudo da gramática da língua possa chegar à Escola Básica.

Com base nessa proposta, consideramos que a relevância de nosso trabalho está na observação do uso real da língua, buscando demonstrar que os sentidos que se constroem entre orações nem sempre emanam de estruturas marcadas por conjunções específicas. Além

² Texto original: (...) analysis of authentic products of social interaction (texts), considered in relation to the cultural and social context in which they are negotiated.

das orações justapostas, outras construções podem carrear, para o texto, o valor de contraste/oposição.

Essa é uma contribuição relevante para o trabalho com a língua materna em nossas escolas, uma vez que amplia a competência comunicativa de nossos alunos, tornando-os leitores mais críticos e escritores mais competentes na tarefa de concretizar o seu objetivo comunicativo, principalmente quando se tratar de textos argumentativos.

Tendo em vista nossa preocupação em contribuir para o trabalho com a língua na Escola Básica, optamos por utilizar a nomenclatura gramatical no momento da análise dos recursos linguísticos que transmitem o sentido de contraste, em detrimento da encontrada nos textos de Halliday e seus seguidores, por aquela ser mais comum aos professores desse segmento.

Além disso, não há ainda a descrição da teoria sistêmico-funcional a partir de uma nomenclatura oficial para o Português. Sabemos que há um glossário em construção e, por não estar finalizado, poderíamos deixar lacunas no que diz respeito a alguns termos obrigatoriamente presentes em nosso trabalho, o que nos levaria a “criar rótulos”, que, talvez, não sejam acolhidos nesse glossário. Preferimos, portanto, evitar esse problema.

Além da introdução, este trabalho constitui-se de mais cinco capítulos.

Apresentamos, no capítulo 1, uma breve historiografia sobre o sentido de contraste nos compêndios gramaticais desde antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

No capítulo 2, compendiamos a base teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, teoria que fundamenta todo o nosso trabalho. Nessa seção, apresentamos, entre outros, os conceitos de *língua*, *texto*, *contexto*, *função* de acordo com essa corrente funcionalista, além de trazermos as teorias de análise de gêneros comprometidas com os princípios da LSF.

Expomos, detalhadamente, no terceiro capítulo, a metodologia aplicada à análise de nosso *corpus* de pesquisa – editoriais de jornal –, a partir da exploração detalhada de um de seus exemplares. Em seguida, apresentamos os dados coletados a partir da análise de todos os textos que compõem nosso *corpus* e a interpretação desses resultados à luz da teoria eleita para embasar nossa análise.

No quarto capítulo, apresentamos as considerações finais, em que resumimos o que foi desenvolvido ao longo deste trabalho e refletimos sobre os possíveis desdobramentos que poderá haver, a partir dele, em outras pesquisas relacionadas.

Finalmente, listamos as referências bibliográficas de que nos utilizamos para embasar, corroborar, comprovar o que se apresenta e o que se defende ao longo de nosso texto.

Encerrando este documento, apresentamos, na íntegra, todos os editoriais que compõem nosso *corpus* e que serviram de fonte para nossa pesquisa.

1 BREVE HISTORIOGRAFIA DA RELAÇÃO DE CONTRASTE NOS ESTUDOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Nesta seção, apresentaremos uma breve revisão do que pudemos encontrar sobre as construções que indicam contraste nas principais obras publicadas no Brasil em três momentos distintos, a saber: antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), depois da NGB e em estudos mais recentes.

Selecionamos os seguintes trabalhos:

- antes da NGB: *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1914), *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (SAID ALI, 1921), *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa* (SOUZA LIMA, 1937);
- depois da NGB: *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 1961); *Comunicação em Prosa Moderna* (GARCIA, 1967), *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (MELO, 1968), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA & CINTRA, 1985), *Novas Lições de Análise Sintática* (KURY, 1985), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 1986);
- estudos mais recentes: *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 1999), *Gramática de usos do Português* (NEVES, 2000), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2008) e *Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010).

As obras serão apresentadas em ordem cronológica, considerando-se sua primeira edição³.

Em todas as obras, observamos as considerações feitas pelos autores sobre temas relevantes para a discussão aqui desenvolvida. Tratamos suas contribuições sobre conjunções, preposições, advérbios, período composto, acerca de aspectos semânticos e discursivos mencionados no que diz respeito, especificamente, ao valor de contraste/oposição.

³ As obras referidas nesta página trazem o ano de sua primeira edição. As edições efetivamente consultadas estão referenciadas ao longo de nosso texto e apresentadas nas referências finais.

1.1 Antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)

1.1.1 Grammatica Descriptiva (MACIEL, 1914)

De maneira geral, poucas vezes encontramos observações de cunho semântico-discursivo na obra de Maciel. Entretanto, nas classes de advérbios e de conjunções, o autor indica alguns sentidos que esses vocábulos podem trazer às sentenças.

Maciel define *advérbio* como “palavra invariável modificativa do verbo, do adjectivo e até de outro adverbio” (MACIEL, 1914, p. 142)⁴. Os advérbios agrupam-se segundo as circunstâncias que expressam. Dentre elas, há a *concessão*, que pode ser representada pelos seguintes advérbios: *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, *ainda assim*, *apesar disso*, *não obstante*, *malgrado* etc.

Já a *conjunção* “é uma palavra invariável que liga duas proposições e às vezes duas palavras” (MACIEL, 1914, p. 144), podendo ser *coordenativa* ou *subordinativa*. As conjunções do primeiro grupo ligam palavras de igual categoria ou proposições independentes; as do segundo, somente proposições dependentes entre si.

No grupo das conjunções coordenativas, tem-se as *adversativas*, sendo representadas por *mas* e *porém*. No grupo das subordinativas, tem-se as *concessivas*, sendo representadas por *embora*, *conquanto*, *posto que*, *suposto que*, *ainda que*, *se bem que*, *bem que*, *nem que*, *por mais que*, *por pouco que*, *por muito que*, *por menos que*, *quer...quer*, *apesar de que*, *mesmo que*.

O contraste ainda aparece sendo representado por preposições ou expressões preposicionais que formam adjuntos adverbiais de concessão (*apesar de*) ou de oposição (*contra*).

Na seção sobre *Sintaxe Fraseológica*, Maciel define *proposição composta* (como prefere chamar o *período composto*) como “aquella que é constituída por duas ou mais proposições simples” (MACIEL, 1914, p. 326). A proposição pode ser composta por *coordenação*, por *subordinação* ou por *coordenação e subordinação*.

⁴ Foi mantida a ortografia original nas citações retiradas de edições das obras anteriores ao Novo Acordo Ortográfico (2009).

No primeiro caso, ligam-se proposições independentes; no segundo, proposições dependentes entre si; e, no terceiro, duas ou mais proposições coordenadas entre si, que sejam expandidas por proposições dependentes. (MACIEL, 1914, p. 326-327).

Entre as proposições coordenadas, tem-se as *adversativas*, segundo sua natureza, desde que sejam ligadas por conjunções adversativas. Já entre as subordinadas, tem-se as adverbiais de circunstância concessiva, ligadas pelas conjunções concessivas. Estas também podem ser representadas pelas formas reduzidas de *particípio presente*, como no exemplo:

(1) *Bernardes, ainda falando das criaturas (ainda que falasse das criaturas), estava absorto no Creador.* (MACIEL, 1914, p. 337)⁵

Ou seja, de maneira geral, o autor ainda atribui a expressão do sentido de contraste aos conectores adversativos e concessivos.

1.1.2 Gramática Histórica da Língua Portuguesa (SAID ALI, 1921)

Pelo título de sua obra, podemos perceber que o objetivo de Said Ali é apresentar um breve resumo etimológico dos recursos linguísticos da Língua Portuguesa. Nas categorias *advérbios*, *preposições* e *conjunções*, acreditamos encontrar algumas razões históricas para o uso dessas estruturas, que podem representar o sentido de contraste.

O autor define *advérbio* como a classe determinativa de verbos, adjetivos e outros advérbios, acrescentando a essas palavras sentidos de tempo, lugar, modo etc., sem exercer função complementar (SAID ALI, 1964, p. 183).

Entre os advérbios, relacionados ao sentido de contraste, o autor apresenta *porém* e *embora*. Segundo ele, o primeiro tem sua raiz no advérbio latino *proinde*, que significava *por isso*. Entretanto, devido ao contato com frases negativas (v. ex. 2), *porém* transformou-se semanticamente ao entrar na Língua Portuguesa, assemelhando-se ao sentido de *mas* e *apesar disso*.

⁵ Neste capítulo, os exemplos foram extraídos das próprias obras analisadas ou do *corpus* deste trabalho.

(2) *A corda quebrou outra vez, parece que com piedade, mas não quebraram porem os duros ânimos dos cruéis algozes (...)* (SAID ALI, 1964, p.214)

Nesse momento, *porém* “deixa de expressar a noção de causa determinante de certo ato, para denotar oposição de idéias ou pensamentos. O primitivo advérbio transmuda-se em conjunção adversativa” (SAID ALI, 1964, p. 187). A origem adverbial dá a esse conector a possibilidade de ser colocado no início, no meio ou no fim da oração, o que não é possível às conjunções propriamente ditas, como o *mas*.

Sobre *embora*, o autor faz a seguinte consideração:

Não se usou este advérbio somente para augurar bem ou desejar hora propícia às empresas humanas. Introduziu-se também em orações optativas e outras para denotar que se concede a possibilidade do fato, ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento (...). *Ria embora quem quizer, que eu em meu siso estou* (G. Vicente). (SAID ALI, 1964, p. 190) [grifos do autor]

Dessa prática, transformou-se o advérbio em *conjunção concessiva*.

Em relação às preposições, vale destacar a função dessa categoria e o papel semântico de *com* e *contra*. Segundo o autor, as preposições são usadas antes de substantivos, pronomes e infinitivo verbal para acrescentar-lhes diferentes noções, como de antagonismo entre os seres (*pelejar com*) e atos de ameaça ou resistência (*ir contra a lei*).

De acordo com Said Ali, está a cargo do “bom senso” acrescentar a noção de oposição e contrariedade à noção de ajuntamento que a preposição *com* carrega. Já a preposição *contra* carrega o traço semântico de contraste, de movimento contrário (SAID ALI, 1964, p. 209-210).

Sobre as conjunções, o autor reflete sobre sua função linguística:

a conjunção é geralmente tida como a palavra invariável que serve para ligar as orações. (...).

Discutível é a serventia de ligar orações. Elemento novo interposto entre dois sistemas homogêneos tanto pode cimentar como pode desunir; e para ligar palavras a palavras, frases a frases, orações a orações, basta pronunciá-las seguidamente sem pausa. (...).

Não tem a conjunção valor de simples elo mecânico posto entre orações; mas serve à linguagem para evitar que duas proposições se apresentem ambas como iniciais. (...) Mas a conjunção faz mais: assinala a relação lógica em que a seqüente está para a inicial. É, pois, uma partícula que exerce sua influência, não como o advérbio e a preposição sobre um vocábulo, mas sobre uma oração em conjunto. (SAID ALI, 1964, p. 218-220)

Para o autor, o que caracteriza uma *proposição* é o ato de “comunicar o fato a outrem, o querer torná-lo sabedor de cousa que desconhecia” (SAID ALI, 1964, p. 266). Said Ali chama *proposição inicial* àquela que é enunciada em primeiro lugar e *proposição sequente* àquela que dá continuidade à *inicial*. Ainda de acordo com o autor, pertencem à categoria das sequentes todas as coordenadas e as subordinadas, por isso as conjunções pertencem, em sua maioria, a esse tipo de proposição. Também segundo Said Ali, a *oração composta* é formada por *orações principais*, que contêm o fato mais importante a comunicar-se ao ouvinte, e *orações secundárias*, formadas por termos completivos ou elucidativos (SAID ALI, 1964, p. 266).

Apesar de essas definições aproximarem-se da funcionalidade das orações no período composto, o autor não faz menção a casos em que as orações coordenadas e subordinadas aparecem anteriormente à principal ou a casos em que a principal não carrega o fato mais importante, situações com as quais nos deparamos ao observarmos a língua em seu uso real.

1.1.3 Gramática Expositiva da Língua Portuguesa (SOUZA LIMA, 1937)

Para o autor, *advérbio* é “uma palavra invariável que exprime, quer por si só, quer pela ligação que estabelece entre duas proposições, uma circunstância relacionada com um termo da phrase, ou com o seu pensamento total” (SOUZA LIMA, 1937, p. 25).

Além dos advérbios, o autor ainda apresenta um sintagma que ele chama *complemento circunstancial*. “*Complemento circunstancial* é o que, com preposição ou sem ella, acrescenta ao sentido de outra palavra uma circunstância accessória” (SOUZA LIMA, 1937, p. 48). De acordo com a definição apresentada e os exemplos, entende-se que pode tratar-se de complementos adverbiais, complementos nominais e dos próprios adjuntos adverbiais, como outros autores os denominam. Entre os tipos de complementos circunstanciais, Souza Lima apresenta os de *oposição* e os de *concessão* (introduzidos pela preposição *contra* e pela locução *apesar de*, respectivamente).

- (3) *Apesar do longo tempo de silêncio, não perdera a originalidade nem a inspiração.*
- (4) *Então mostrou-se enraivecido contra o animal que lhe comera o papel.*

Souza Lima ainda apresenta a função sintática *atributo circunstancial*, que são os adjetivos ou palavras equivalentes, que, além de se relacionarem com o substantivo, exprimem circunstâncias da ação do verbo. Entretanto, em sua gramática, não há exemplos em que o atributo expresse circunstância de concessão/oposição. Já, no nosso *corpus*, encontramos o seguinte enunciado:

- (5) *O recurso a uma figura de linguagem algo despropositada não vem a constituir, com efeito, sinal de desavença particular e pessoal entre o titular da PGR e o presidente da República.*

Saindo dos elementos circunstanciais, o autor define *conjunção* como palavra conectiva que relaciona palavras independentes, que exercem na frase a mesma função, ou uma oração com outra (SOUZA LIMA, 1937, p. 29).

Entre as que estabelecem sentido de contraste, são conjunções essenciais: *mas*, *porém* e *senão*. Outras, como *entretanto*, são *palavras conjuncionais*, pois têm acidentalmente a função de ligar os sentidos de duas orações, além de sua função própria (SOUZA LIMA, 1937, p. 218). Tanto as conjunções essenciais quanto as palavras conjuncionais podem ser classificadas em *coordenativas* ou *subordinativas*.

Segundo Souza Lima,

As conjunções coordenativas ligam palavras que exercem igual função numa proposição ou proposições de assumpto analogo, isto é, da mesma natureza. *As conjunções subordinativas* ligam proposições de natureza diversa, das quaes a que começa pela conjunção completa ou junta uma determinação á outra. (SOUZA LIMA, 1937, p. 219) [grifos do autor]

Um dos tipos de conjunção coordenativa é a *adversativa*, que aproxima termos ou proposições que se opõem ou se restringem. São coordenativas adversativas: *mas*, *porém*, *contudo*, *entretanto*, *todavia*, *senão* (= *mas*). Sobre *senão*, o autor deixa claro que só será adversativa quando, opondo uma oração afirmativa a uma negativa, puder ser substituído por *mas*. Do contrário, será considerado *advérbio*.

Entre as subordinativas, estão as *concessivas*, que “exprimem um sentido que, embora contrario ao da oração precedente, não impede a realização deste” (SOUZA LIMA, 1937, p.

222). São subordinativas concessivas: *ainda que, posto ou suposto que, bem que, se bem que, apesar de que, dado que, mesmo que, nem que, em que, mas que*.

Sobre a ligação das orações, o autor afirma haver duas possibilidades: o período pode ser *composto por coordenação*, quando várias orações são independentes e coordenadas entre si; ou pode ser *composto por subordinação*, quando uma *oração composta* se subdivide em *proposição inicial e proposição subordinada*.

As *orações coordenadas sindéticas* são classificadas da mesma forma que as conjunções coordenativas. Portanto, tem-se as *adversativas*, introduzidas pelas conjunções ou palavras conjuntivas adversativas.

(6) *Uma cousa, porém, é fazer a lei; outra, executá-la.*

Entre as subordinadas, destacam-se as *orações subordinadas circunstanciais*. Segundo o autor, “a proposição circunstancial indica um sentido parcial, que não depende grammaticalmente da subordinante” (SOUZA LIMA, 1937, p. 466). Uma das circunstâncias expressas por essas orações é a *concessão*, podendo ser introduzidas por uma das conjunções ou palavras conjuntivas concessivas ou pelas formas nominais do verbo.

(7) *Ainda que quisesse, não teria meios.*

Pode-se perceber, portanto, que a classificação das orações coordenadas está ligada ao tipo de conjunção que as introduz; já a classificação das orações subordinadas está associada ao sentido circunstancial que a própria oração atribui a outra à qual está conectada.

1.2 Depois do advento da NGB

1.2.1 Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 1977)

Na versão mais antiga de *Moderna Gramática Portuguesa*, interessam-nos as categorias gramaticais dos *advérbios* e das *conjunções*. Os primeiros são definidos como expressões modificadoras que denotam circunstâncias e, entre elas, está a *concessão*.

(8) *Voltaram apesar do escuro.*

Já a categoria de *conjunção*, o autor a define como “a expressão que liga orações ou, dentro da mesma oração, palavras que tenham o mesmo valor ou função” (BECHARA, 1977, p. 159). As conjunções dividem-se em *coordenativas* e *subordinativas*. As do primeiro grupo “ligam palavras ou orações de mesmo valor ou função” (BECHARA, 1977, p. 160). As do segundo “ligam uma oração a outra dita *principal*, estabelecendo entre elas uma relação de dependência” (BECHARA, 1977, p. 160) [grifo do autor].

Dentre as conjunções coordenativas, estão as *adversativas*, que “ligam palavras ou orações que estabelecem oposição, contraste, compensação, ressalva” (BECHARA, 1977, p. 160). Fazem parte desse grupo: *mas, porém, contudo, todavia, entretanto, senão* etc.

(9) “*Acabou-se o tempo das ressurreições, mas continua o das insurreições.*”

Já no grupo das conjunções subordinativas adverbiais, estão as *concessivas*, que “iniciam oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará a declaração da oração principal: *ainda que, embora, posto que, se bem que, conquanto, apesar de que* etc” (BECHARA, 1977, p. 162) [grifos do autor].

(10) “*Ainda que perdoemos aos maus, a ordem moral não lhes perdoa (...)*”

Na subseção *Conjunções e expressões enfáticas*, o autor faz a seguinte observação sobre as conjunções alternativas: “*Quer...quer* e *ou...ou*, com o verbo no subjuntivo e tom de voz descendente, podem denotar a concessão quando a possibilidade de ações opostas não impede a declaração contida na oração principal” (BECHARA, 1977, p. 166) [grifos do autor].

(11) *Quer estudes quer não, aprenderás facilmente a lição.*

Bechara também menciona o *aposto circunstancial* e define-o como “aquele que designa o tempo, hipótese, concessão, causa, comparação, ou debaixo de que respeito é considerada a pessoa ou coisa” (BECHARA, 1977, p. 215). Entretanto, o autor não apresenta exemplos em que o aposto expresse circunstância de concessão. No nosso *corpus*,

encontramos esse tipo de aposto em forma de oração, oficialmente tratada como oração adjetiva restritiva.

(12) *Naquela ocasião, o prefeito que prefere ser visto como gestor agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.*

Em seu subcapítulo *O período composto*, Bechara afirma haver orações *independentes* e *dependentes* dentro do período composto. As primeiras “se dizem independentes porque uma não exerce função sintática de outra; ambas reúnem em si todas as funções de que necessitam para se constituírem por si sós unidades do discurso” (BECHARA, 1977, p. 216). Já a oração dependente “é aquela que exerce função sintática de outra e vale por um substantivo, adjetivo ou advérbio. A dependente é um termo sintático que tem a forma de oração” (BECHARA, 1977, p. 216). Segundo Bechara, as orações independentes podem ser *coordenadas* ou *intercaladas*. “São coordenadas as orações independentes que formam uma sequência, relacionadas pelo sentido” (v. ex. 13) e “são intercaladas as orações independentes que, não pertencendo à sequência, aí aparecem como elemento adicional que o falante julga ser esclarecedor” (v. ex. 14) (BECHARA, 1977, p. 218).

(13) *Passavam os soldados e agitavam-se as bandeiras.*

(14) *Machado de Assis – este escritor é um dos mais importantes de nossa literatura – era de origem humilde.*

Já as dependentes são as *subordinadas*, porque exercem “uma função sintática da principal [aquela que pede uma dependente], são uma pertença desta na sequência oracional” (BECHARA, 1977, p. 218).

(15) *Espero que estudes.*

Sobre os processos de sequenciamento oracional, o autor os classifica em *coordenação* – “sequência de orações em que uma não exerce função sintática da outra” (BECHARA, 1977, p. 218) – e *subordinação* – “sequência de orações em que uma é um termo sintático de outra” (BECHARA, 1977, p. 219).

De acordo com Bechara, as orações ainda podem ser classificadas quanto à ligação entre si, sendo *conectivas* ou *sindéticas* e *justapostas* ou *assindéticas*. “São conectivas as orações que, numa série coordenativa ou subordinativa, se acham ligadas à anterior por palavras especiais de conexão chamadas *conectivos*” (BECHARA, 1977, p. 219) [grifo do autor]. “São justapostas as orações que, numa série, não se ligam à anterior por palavras especiais de conexão” (BECHARA, 1977, p. 220).

De acordo com o autor, os conectivos podem ser *conjunções coordenativas* (para a série coordenativa), *conjunções subordinativas*, *pronomes* e *advérbios relativos* (para a série subordinativa). As primeiras caracterizam as orações coordenadas, por isso, encontramos entre elas as *orações coordenadas adversativas*, com conectivos do tipo *mas* e *porém*.

(16) “O estudo confere ciência, mas a meditação, originalidade.”

As *orações adverbiais* exercem função de adjunto adverbial e são introduzidas pelas *conjunções subordinativas adverbiais*. Dentre elas, tem-se as *concessivas*, que podem ser *conectivas* (*ainda que, por mais...que*) (v. ex. 17) e *justapostas* (v. ex. 18), quando “têm o verbo no subjuntivo anteposto ao sujeito ou são caracterizadas por expressões do tipo *digam o que quiserem, custe o que custar, dê onde der, seja o que for, aconteça o que acontecer, venha donde vier, seja como for* etc.” (BECHARA, 1977, 231).

(17) “O extraordinário também é natural, ainda que raro ou menos frequente.”

(18) *Tivesse feito tudo que mandei, ainda assim lhe perdoaria.*

Já entre as *orações reduzidas*, que têm seu verbo em uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio), somente as *concessivas* podem encontrar-se nas três formas não finitas. Quando no infinitivo, vêm acompanhadas de preposições ou locuções prepositivas, como *com, sem, malgrado, apesar de, não obstante, sem embargo de*.

(19) “O silêncio, com ser (=embora seja) mudo, não deixa de ser por vezes um grande impostor.”

Chamou nossa atenção, entretanto, o fato de, antes de apresentar as *subordinadas adverbiais*, Bechara apresentar uma observação sobre as *orações adjetivas*: “A oração

adjetiva não denota apenas uma qualificação do antecedente, mas ainda pode adquirir sentido de *fim, condição, causa, consequência, concessão, ou sentido adversativo*" (BECHARA, 1977, p. 229). Podemos exemplificar com um enunciado do nosso *corpus*:

(20) (...) *o Congresso muitas vezes opta por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, o que é uma inaceitável desmoralização institucional.*

Assim, pode-se perceber que houve uma preocupação por parte do autor em se observar o valor circunstancial das orações adjetivas em situações reais de uso da língua.

1.2.2 Comunicação em Prosa Moderna (GARCIA, 1967)

Embora não seja autor de uma gramática, Othon Moacyr Garcia apresenta-nos um trabalho de abordagem semântico-discursiva em relação às estruturas linguísticas. Por isso, consideramos importante trazer suas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em *Comunicação em Prosa Moderna* (GARCIA, 2010), afirma-se que há dois processos sintáticos que interligam as orações: a coordenação (também conhecida como parataxe) e a subordinação (também chamada de hipotaxe) (GARCIA, 2010, p. 39-40).

No primeiro processo (coordenação), segundo o autor, há:

(...) um paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos, as orações se dizem da mesma natureza (ou categoria) e função, devem ter a mesma estrutura sintáticogramatical (estrutura interna) e se interligam por meio de conectivos chamados *conjunções coordenativas*. É, em essência, o processo de encadeamento de ideias (...). (GARCIA, 2010, p. 40) [grifos do autor]

Em relação às conjunções coordenativas, o autor atribui a elas a função de “relacionar ideias ou pensamentos com um grau de travamento sintático por assim dizer mais frouxo do que o das subordinativas” (GARCIA, 2010, p. 40), ressaltando o fato de que essas conjunções podem ligar também palavras ou grupos de palavras e não apenas orações.

Sobre as conjunções coordenativas adversativas, o autor afirma que elas “marcam oposição (às vezes com matiz semântico de restrição ou de ressalva)” (GARCIA, 2010, p.40). Garcia afirma que as conjunções tradicionalmente classificadas como adversativas são etimologicamente advérbios, traço quase perdido no uso de *mas* e *porém*, no entanto ainda

muito forte nas outras expressões como *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*, *não obstante*. Acerca desse assunto, o autor faz a seguinte observação:

(...) por serem essencial e etimologicamente advérbios, é que *no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia* vêm frequentemente precedidos pela conjunção *e*: (...). A ser *no entanto* simples conjunção, simples utensílio gramatical (conectivo), torna-se difícil a classificação da oração: coordenada aditiva, em função do *e*, ou adversativa, em função do *no entanto*? É evidente que não poderá ser uma coisa e outra. A ortodoxia gramatical aconselharia a supressão do *e*, em virtude de, modernamente, se atribuir a *no entanto* valor de conjunção. Mas, aceitando-se o agrupamento, a oração será aditiva, e *no entanto*, advérbio (...). O que se diz para *no entanto* serve para *entretanto*, *todavia*, *não obstante*. (GARCIA, 2010, p. 40-41) [grifos do autor]

O autor ainda apresenta duas seções que tratam de forma mais semântico-discursiva o fenômeno da coordenação. São elas: *Falsa coordenação: coordenação gramatical e subordinação psicológica*; e *Coordenação e ênfase*.

No primeiro caso, Garcia acredita que exista uma “falsa coordenação” entre enunciados dependentes semanticamente, porém unidos por conectivos coordenativos (como acontece no uso do par alternativo *quer...quer*, que “tem valor subordinativo-concessivo quando se lhe segue verbo no subjuntivo” (GARCIA, 2010, p. 42)) ou pelo processo de justaposição.

(21) *Irei, quer queiras, quer não queiras.*

Já na seção *Coordenação e ênfase*, o autor considera serem mais limitados os recursos estruturais que dão ênfase à determinada ideia, pois, na coordenação, há um paralelismo de funções e valores sintáticos, o que nivela as orações em seu valor. Dessa forma, o realce a uma das orações vai depender de sua posição no período e da escolha vocabular. Assim, seria mais adequado o uso de estruturas que destaquem mais essa desigualdade de valores semântico-discursivos (GARCIA, 2010, p. 47). E, como apresentaremos a seguir, isso será possível com o fenômeno da *subordinação*.

De acordo com Garcia:

Na *subordinação* (também chamada *hipotaxe*), não há paralelismo, mas desigualdade de funções e de valores sintáticos. É um processo de *hierarquização*, em que o enlace entre as orações é muito mais estreito do que na coordenação. Nesta, as orações se dizem sintática mas nem sempre semanticamente *independentes*; naquela, as orações são sempre *dependentes* de outra, quer quanto ao sentido quer quanto ao travamento sintático. Nenhuma oração subordinada subsiste por si mesma, *i.e.*, sem o apoio da sua principal (que também pode ser outra

subordinada) ou da principal do período, da qual, por sua vez, todas as demais dependem. Portanto, se não podem subsistir por si mesmas, se não são independentes, é porque fazem parte de outra, exercem função nessa outra. Isto quer dizer que qualquer oração subordinada é, na realidade, um *fragmento de frase* (...). (GARCIA, 2010, p. 41-42) [grifos do autor]

Para o autor, é essa “desigualdade de funções e valores” que, essencialmente, diferencia orações adversativas de concessivas. Se optarmos pelo uso da adversativa, estaremos nivelando as orações que compõem o período a um mesmo patamar semântico; já com o uso da estrutura concessiva, daremos ênfase à oração da qual a subordinada concessiva depende (GARCIA, 2010, p. 45). Dessa forma, Garcia demonstra a importância de ensinar-se a função dos recursos linguísticos para a expressão das ideias:

A experiência nos ensina que os defeitos mais comuns revelados pelas redações de colegiais resultam, na maioria das vezes, de uma estruturação inadequada da frase por incapacidade de estabelecerem as legítimas relações entre as ideias. (...) A análise sintática, praticada como um meio e não como um fim, ajuda o estudante a melhorar sensivelmente a organização da sua frase. (...) (GARCIA, 2010, p. 74)

Outra seção que merece destaque é a intitulada *Oposição e concessão*. Nessa seção, o autor apresenta algumas formas de se concretizar linguisticamente o sentido de contraste. Primeiramente, ele cita a linguagem figurada, que, por meio da antítese e suas variantes (oxímoro e paradoxo), “parece reflexo da própria realidade, que, por ser múltipla, é em si mesma contrastante” (GARCIA, 2010, p. 100).

Após, Garcia apresenta as estruturas sintáticas opositivas ou concessivas, que, apesar de serem mais adequadamente representadas pelas orações adversativas e concessivas, podem ser concretizadas por outros recursos linguísticos, como por orações concessivas intensivas ou reduzidas (de gerúndio ou infinitivo); por adjuntos adverbiais de concessão; ou por orações justapostas. O autor também cita, inclusive, a possibilidade de orações subordinadas condicionais (v. ex. 22) ou temporais (v. ex. 23) sugerirem ideia de oposição.

(22) *O arrependimento, se não repara o feito, previne a reincidência.*

(23) *O arrependimento, quando não repara o feito, previne a reincidência.*

Ainda segundo o autor, além desses recursos, há outras formas de se concretizar linguisticamente o sentido contrastivo, como em construções com a conjunção *se* e os adjuntos adverbiais *por um lado* e *por outro*; com a correlação das expressões *não só / não*

somente / não apenas e mas também; com a conjunção *ao passo que*, classificada tradicionalmente como proporcional, ou *enquanto*, classificada tradicionalmente como temporal ou concomitante.

(24) *Se, por um lado, os filhos nos causam imensas alegrias, por outro, nos enchem de preocupações constantes.*

(25) *Os filhos (não só) nos causam imensas alegrias, mas também nos enchem de preocupações constantes.*

(26) *Os tolos e néscios, por vaidade ou presunção, falam muito do que ignoram, ao passo que os sábios, por modéstia, calam o muito que sabem.*

(27) *Enquanto os tolos e néscios, por vaidade ou presunção, falam muito do que ignoram, os sábios, por modéstia, calam o muito que sabem.*

O autor ainda apresenta listas de vocabulário da área semântica de oposição, alocando os vocábulos em grupos divididos entre substantivos, verbos, adjetivos, preposições / locuções prepositivas e adverbiais, conjunções adversativas, conjunções subordinativas (na sua maioria concessivas) e prefixos latinos e gregos (GARCIA, 2010, p. 106-107).

Podemos perceber que, em *Comunicação em prosa moderna*, Othon Moacyr Garcia apresenta um trabalho que aborda semântico-discursivamente o uso dos recursos linguísticos disponíveis, o que, em sua opinião, contribui mais eficazmente para o ensino de língua.

1.2.3 Gramática Fundamental da Língua Portuguesa (MELO, 1968)

Na segunda parte de sua gramática, denominada *Morfologia*, Melo apresenta uma seção intitulada *Palavras invariáveis*. Dentre elas, destacamos os conectivos, que se subdividem em preposições, conjunções e conectivos correlativos.

Segundo o autor, os conectivos são palavras “que estabelecem ligações”, “que concretizam (...) as relações sintáticas” (MELO, 1978, p. 106). Como há dois tipos de relações sintáticas (*coordenação* e *subordinação*), há, também, conectivos *coordenantes* e *subordinantes*. “Os coordenantes estabelecem paralelismo, equivalência de funções ou valores sintáticos; os subordinantes estabelecem dependência do elemento que eles ligam, em relação

a um termo qualquer, dito *subordinante* ou *regente*” (MELO, 1978, p. 106). Os conectivos do primeiro caso (coordenantes) são as *conjunções coordenativas*; os do segundo caso (subordinantes) podem ser *preposições*, *conjunções subordinativas* e *pronomes relativos*.

O autor define *conjunção* como “uma palavra ligadora, que exprime as relações de paralelismo sintático, ou de dependência quando o elemento subordinado for uma oração” (MELO, 1978, p. 108). Ele ainda as classifica em *coordenativas*, “que ligam funções ou valores sintáticos iguais” (MELO, 1978, p. 108), e *subordinativas*, que “estabelecem relação de dependência entre a oração subordinada e o termo a que esta se refere” (MELO, 1978, p. 108).

Dentre as *conjunções coordenativas*, existem as *adversativas*, que “exprimem contraste ou compensação: *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, senão*” (MELO, 1978, p. 109). E, dentre as *subordinativas*, estão as *concessivas*, que “exprimem hipótese de raciocínio ou fato embargante: *embora, conquanto, ainda que, se bem que, mesmo que*” (MELO, 1978, p. 109).

Apesar de ser uma gramática prescritiva, Melo acrescenta uma observação importante sobre o uso dessas *conjunções*:

Observação – Para classificar corretamente as *conjunções*, seja as *coordenativas*, seja as *subordinativas*, é necessário sempre *raciocinar*. Não há nenhum critério *prático*, menos ainda se pode buscar recurso na memória mecânica. Uma mesma *conjunção* pode ser *coordenativa* ou *subordinativa*; a mesma *conjunção* será *subordinativa integrante* ou *condicional*. (MELO, 1978, p. 109) [grifos do autor]

Já na terceira parte de sua gramática, intitulada *Sintaxe*, entre os elementos acessórios da oração, estão os *adjuntos adverbiais*, “função exercida por advérbios ou equivalentes de advérbios”; “exprimem circunstâncias várias de *modo, lugar, fim, concessão, frequência, instrumento, tempo, condição, causa, companhia* etc.” (MELO, 1978, p. 139) [grifos do autor]. Embora cite a *concessão* como uma das circunstâncias expressas pelos *adjuntos adverbiais*, o autor não exemplifica esse tipo de estrutura. Entretanto, encontramos, em nosso *corpus*, o seguinte enunciado:

(28) (...) apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel, o tribunal da História já julgou e condenou aquele cruel ditador (...).

Ainda sobre os termos acessórios da oração, Melo apresenta o *predicativo adjunto*, “elemento acessório também de referência nominal (como o predicativo), que explica a situação do sujeito ou do objeto no momento da ação expressa pelo verbo (...)” (MELO, 1978, p. 140). Também denominado *aposto circunstancial*, o *predicativo adjunto* pode ter natureza substantiva ou adjetiva, sendo regido ou não por preposição ou pelo conectivo *como*. Dentre as circunstâncias que podem ser representadas pelo *aposto circunstancial*, está a concessão.

(29) “Não sofre muito a gente generosa (isto é, ainda que generosa)/Andar-lhe os cães os dentes amostrando.” (Luz, I, 87).

Em sua análise sobre o período em português, Melo defende a ideia de que haja três processos sintáticos: a *coordenação*, a *subordinação* e a *correlação*. A *coordenação* “é o paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos” (MELO, 1978, p. 146); as orações coordenadas podem ser *assindéticas* (justapostas, sem conectivo) ou *sindéticas* (ligadas pelas conjunções coordenativas). Dentre as orações coordenadas, encontramos as *adversativas*.

Para acabar com qualquer dúvida sobre os processos de coordenação e subordinação, o autor faz algumas considerações:

Coordenada, já sabemos, é a oração posta ao lado de uma igual, da mesma natureza e da mesma função; subordinada é a oração que exerce em outra uma função qualquer. (...)

Subordinação é conceito ligado à natureza da oração; coordenação é coisa accidental. Usando um recurso da língua portuguesa, diremos que uma oração é subordinada e está coordenada. (MELO, 1978, p. 148) [grifos do autor]

Assim, o autor define *subordinação* como “a relação de dependência entre as funções sintáticas” (MELO, 1978, p. 148). No processo de subordinação, há uma oração *subordinada*, que exerce em outra (*principal*) uma função e que não tem autonomia por si só. A classificação da oração subordinada se dá pelo papel que desempenha na outra oração da qual é dependente, por isso, dentre esses papéis, encontramos o de *adjunto adverbial concessivo*, que, em forma de oração, será uma *oração adverbial concessiva*.

Por fim, na seção *Emprego das palavras invariáveis*, encontramos as preposições *com* (v. ex. 30) e *contra* (v. ex. 31), que podem indicar concessão (quando seguidas de infinitivo ou substantivo) e oposição, respectivamente. Além disso, há considerações sobre as conjunções *senão* (v. ex. 32) – “que opõe uma negação a uma afirmação, ou vice-versa”

(MELO, 1978, 209) – e *porém* (v. ex. 33) – “mais forte que o *mas*, pode situar-se à frente, no meio, ou no fim da oração” (MELO, 1978, p. 210).

- (30) “A métrica daqueles, com ser igualmente precisa, é muito mais rica e sutil, muito mais musical do que a destes.” (M. Bandeira, *Apresentação*, p. 100)
- (31) “Rugindo de cólera ao contemplarem este espetáculo, [os cavaleiros de Pelágio] apertavam contra o peito a cruz das espadas.” (Herculano, *Eurico*, p. 161)
- (32) “A disciplina militar prestante/ Não se aprende, senhor, na fantasia,/ Sonhando, imaginando ou estudando,/ Senão vendo, tratando e pelejando.” (Camões, *Lus.*, X, 153)
- (33) “Não me acho má, porém estou longe de ser o que ela é.” (Machado, *Memorial*, p. 85)

Apesar de não ser o foco dessa gramática, percebe-se uma preocupação com o uso dessas palavras que explicitam as relações semânticas entre orações em Língua Portuguesa.

1.2.4 Nova Gramática do Português Contemporâneo (CUNHA & CINTRA, 1985)⁶

Nessa obra, chamam-nos a atenção dois capítulos: um, intitulado *Conjunção*; outro, *O período e sua construção*.

No capítulo sobre conjunções, os autores as definem como termos que relacionam duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 593). Essa categoria ainda é dividida em *coordenativas*, que são “as conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 593) e *subordinativas*, “que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 593).

Dentre as conjunções coordenativas, existem as *adversativas*, que acrescentam uma ideia de contraste. Podem ser: *mas*, *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto*, *entretanto*.

⁶ Trata-se da total reprodução, sem alterações e com acréscimos de Lindley Cintra, da obra *Gramática da Língua Portuguesa* (CUNHA, 1972), publicada pela editora FENAME e distribuída pelo MEC.

(34) *Apetece cantar, mas ninguém canta. (M. Torga, CH, 44)*

Ainda há uma seção intitulada *Valores particulares*, na qual os autores ressaltam que as “conjunções coordenativas podem assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras ou orações) coordenados” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 596). Nesse momento, afirma-se que a conjunção *e* pode “ter valor adversativo, fronteiriço, por vezes, do concessivo” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 596-597). Isso demonstra a possibilidade de o sentido contrastivo ser expresso por outras conjunções que não as comumente prescritas.

(35) *Tanto tenho aprendido e não sei nada. (F. Espanca, S, 61)*

Diferentemente do que é feito com as conjunções adversativas, atribuindo-lhes o sentido contrastivo, os autores apresentam a seguinte função para as conjunções *subordinativas concessivas*: “iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la” (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 600). Ou seja, o sentido contrário está nos elementos que compõem a oração e não na conjunção, como se afirma na seção sobre as adversativas.

(36) *Não saberei nunca escrever sobre ele, embora tenha tentado mais de uma vez.*

Os autores ainda apresentam uma lista das possíveis conjunções concessivas: *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que, que* etc.

No final desse capítulo sobre conjunções, há a seção *Polissemia conjuncional*, em que os autores afirmam o seguinte:

Algumas conjunções subordinativas (*que, como, porque, se, etc.*) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência. (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 604) [grifos dos autores]

Isso reflete uma preocupação em não se fixar uma única classificação para as conjunções, pois o seu uso, bem como o de todos os recursos linguísticos, está atrelado ao contexto de produção dos enunciados.

No capítulo *O período e sua construção*, os autores afirmam haver dois tipos de períodos compostos: por *coordenação* e por *subordinação*. No primeiro, as orações são autônomas, independentes; têm sentido próprio e não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem; apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra. (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 607-608).

Já no período composto por subordinação, há orações subordinadas, que têm sua existência dependente e não apresentam autonomia gramatical, funcionando como termos essenciais, integrantes ou acessórios das orações principais. Estas contêm a declaração principal do período e regem-se por si, não desempenhando nenhuma função sintática em outra oração (CUNHA & CINTRA, 2010, p. 609).

A classificação das orações em coordenadas adversativas ou subordinadas concessivas está atrelada à presença das conjunções adversativas e concessivas, respectivamente; não há menção a outra possibilidade de se concretizar léxico-gramaticalmente essas construções.

1.2.5 Novas Lições de Análise Sintática (KURY, 1985)

Kury define o período composto como aquele formado por mais de uma oração. As orações que o compõem podem ser independentes, principais e subordinadas (KURY, 2006, p. 62).

De acordo com o autor, o período composto por coordenação seria aquele formado somente por orações independentes, isto é, que “têm sentido por si mesmas, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período” (KURY, 2006, p. 62). Essa noção de independência amplia-se quando o autor explica o fenômeno da coordenação:

Quaisquer orações do mesmo valor (exceto, é óbvio, a ABSOLUTA, que é a única oração independente de um período simples), sejam independentes, sejam principais, sejam subordinadas, podem achar-se, num período, ligadas entre si, ou por meio de uma conjunção coordenativa, ou por simples pausa (justaposição). (KURY, 2006, p. 64)

Adriano da Gama Kury, assim como outros autores já mencionados anteriormente, também alia a classificação das orações coordenadas à classificação das conjunções, estando estas explícitas (v. ex. 37) ou não (v. ex. 38) (KURY, 2006, p. 66).

(37) “*Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros.*” (M. de Assis, BC, 305)

(38) “*Entrei; ninguém reparou em mim; todos estavam como pasmados.*” (Herc., MC, 15)

O autor afirma que as orações adversativas exprimem contraste, compensação, podendo ser introduzidas pelas conjunções e locuções conjuntivas *mas* (típica), *porém*, *entretanto*, *no entanto*, *contudo*, *não obstante*, *senão*, *todavia* etc. Ainda faz uma ressalva sobre o uso das conjunções *entretanto* e *no entanto*, que nem sempre funcionam como conjunções, conservando seu valor adverbial, sendo, inclusive, acompanhadas por *e* e *mas* (KURY, 2006, p. 67).

(39) “*Nesta [Constituição] se curou de questões mínimas ...; mas entretanto aí não se trata do modo de resolver os grandes conflitos entre potestades políticas...*” (C. de Laet, “Paradoxópolis”, *Jornal do Brasil*, 14-2-1914)

Já as orações subordinadas, o autor as classifica como “termos da frase desenvolvidos em oração” (KURY, 2006, p. 71). A sua classificação fica atrelada à sua função em relação à oração principal, podendo ser *substantivas*, *adjetivas* ou *adverbiais*. Para este trabalho, interessamos as adverbiais concessivas, em que o sentido de contraste prevalece.

Segundo o autor, as orações concessivas equivalem a um adjunto adverbial de concessão; indicam “que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará, de modo algum, a declaração da oração principal” (BECHARA, 1976 *apud* KURY, 2006, p. 92), podendo apresentar-se desenvolvidas (simples e intensivas) ou reduzidas (KURY, 2006, p. 92).

O autor afirma que as orações desenvolvidas simples são aquelas introduzidas por conjunções do tipo *embora* (*ainda que*, *ainda quando*, *mesmo que*, *conquanto*, *bem que*, *se bem que*, *posto*, *posto que*, *sem que* (=embora não), *nem que*, *apesar de que*, *que* etc.) (v. ex. 40). Já as intensivas caracterizam-se pelo uso das expressões *por mais...que*, *por muito...que*, *por...que* (v. ex. 41).

(40) “Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava.” (Inf., 32)

(41) “O suplício durou bastante, mas, por muito prolongado que tenha sido, não igualava a mortificação da fase preparatória.” (Gr. Ramos, Inf., 33)

Além das construções em que se apresentam explicitamente as conjunções / locuções conjuntivas concessivas típicas, o autor apresenta as orações reduzidas de infinitivo introduzidas pelas preposições / locuções prepositivas *sem*, *apesar de*, *não obstante*, *sem embargo de* etc; e de gerúndio ou particípio, reforçadas por *mesmo* ou *embora*.

(42) “Sem o querer, associou o trio à imagem das bancas examinadoras.” (Na. Machado, HR, 17)

Por fim, Kury ainda apresenta a possibilidade de se produzir o sentido concessivo com a conjunção *que*, numa construção de ordem inversa, ou quando se coordenam alternativamente duas orações concessivas, mesmo não aparecendo o conectivo subordinativo.

(43) “Dez beijos que fossem não queria dizer coisa nenhuma.” (M. de Assis, BC, 128)

Assim, pode-se perceber que Kury atribui a construção do valor concessivo ao conteúdo das orações e não somente ao conectivo subordinativo.

1.2.6 Gramática Normativa da Língua Portuguesa (ROCHA LIMA, 1986)

Nessa obra, o autor apresenta dois capítulos importantes para a análise que aqui desenvolveremos: o primeiro, intitulado *Conjunções*, e o segundo, *Teoria geral da frase e sua análise*.

No capítulo sobre conjunções, Rocha Lima define essa categoria como palavras que relacionam dois elementos de mesma natureza ou duas orações de natureza diversa. As

conjunções do primeiro tipo são chamadas de *coordenativas* e as do segundo tipo, *subordinativas* (ROCHA LIMA, 1986, p. 160).

Dentro da seção sobre os tipos de conjunções coordenativas, há o grupo das *adversativas*, que, segundo o autor, “relacionam pensamentos contrastantes” (ROCHA LIMA, 1986, p. 161). O autor afirma ainda que a conjunção adversativa por excelência é *mas*, porém admite que há outras palavras com força adversativa, como: *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, “que acentuam, não propriamente um contraste de ideias, mas uma espécie de concessão atenuada” (ROCHA LIMA, 1986, p. 161).

(44) *Gosto de navio, mas prefiro avião.*

(45) *Ele falou bem; todavia, não foi como eu esperava.*

O autor não aborda aspectos semântico-discursivos das conjunções concessivas, apresentando-se somente uma lista de conjunções e locuções conjuntivas: *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *posto que*, *se bem que*.

(46) *Comprei o livro, embora o ache caríssimo.*

No capítulo *Teoria geral da frase e sua análise*, o autor afirma que o período pode apresentar dois processos sintáticos: *coordenação* e *subordinação*. Ele caracteriza o processo de coordenação como “a comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes” (ROCHA LIMA, 1986, p. 230). Rocha Lima relaciona a classificação das orações à conjunção que as introduz. Importante destacarmos a seguinte observação:

Conquanto tenham o mesmo valor sintático, nem sempre é indiferente a *ordem* das orações no período composto por coordenação. Elas se hão de dispor conforme o sentido e a sucessão lógica dos fatos. Por isso, à oração que vem em primeiro lugar – ponto de partida do pensamento – é costume chamar *coordenada culminante*. (...)

A inversão tem, todavia, lugar, quando, sem ofensa da ordem verídica e histórica dos fatos, a coordenação é feita por conjunções disjuntivas (alternativas): (...). (ROCHA LIMA, 1986, p. 231)

Por essa observação, podemos perceber que, mesmo não sendo o foco da gramática normativa, há certa preocupação com a lógica contextual, construída a partir da semântica, e

como ela se concretiza verbalmente, influenciando nossas escolhas na construção dos enunciados.

Já na seção sobre *Subordinação*, o autor apresenta as *concessivas* como um subtipo das orações *adverbiais*. Ele afirma que uma oração concessiva “expressa um fato – real, ou suposto – que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste” (ROCHA LIMA, 1986, p. 248).

(47) *Irei vê-la, ainda que chova.*

Além da definição semântica, o autor ainda ressalta que o pensamento concessivo pode ser representado por meio de orações desenvolvidas (utilizando-se as conjunções concessivas ou as locuções *por mais...que*, *por muito...que*, etc.) e de orações reduzidas (pelo gerúndio ou infinitivo).

(48) *Condenaram Dreyfus, apesar de ele ser inocente.*

Assim, o autor apresenta uma definição especificamente semântica em relação às concessivas e a possibilidade de elas aparecerem em sua forma desenvolvida ou reduzida.

1.3 Estudos recentes

1.3.1 Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 1999)

Em sua nova edição, a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, apresenta alguns capítulos e seções de interesse para este trabalho. A primeira, ainda dentro do capítulo de introdução, é intitulada *Propriedade dos estratos de estruturação gramatical*, em que podemos encontrar as subseções *Hipotaxe e subordinação* e *Parataxe e coordenação*.

O autor define a hipotaxe como a “possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores. É o caso de uma oração passar a funcionar como ‘membro’ de outra oração, (...)” (BECHARA, 2015, p.

49). Seguindo esse pensamento, Bechara acredita que as chamadas *conjunções subordinativas* seriam, na verdade, *transpositores*, pois transformam orações em membros sintáticos de *uma oração complexa*⁷ e não “ligam orações”, como a maioria das gramáticas tradicionais afirma.

A função de “ligar” elementos é uma atribuição do fenômeno conhecido como *parataxe*, segundo o autor. Ele a define como:

(...) a propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias das unidades simples deste estrato. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas. (BECHARA, 2015, p. 50)

Por essa definição, pode-se perceber que o fenômeno da parataxe se estende às demais categorias gramaticais, como palavras, grupos de palavras, preposições e conjunções, e não somente às orações. “A única condição a ser respeitada é que se trate de unidades pertencentes ao mesmo estrato ou transpostas ao mesmo estrato em virtude de hipertaxe⁸ ou hipotaxe” (BECHARA, 2015, p. 50).

Depois da explicação sobre esses fenômenos (*hipotaxe* e *parataxe*), outro capítulo é interessante: *conjunções*. Como já mencionado, para Bechara, as tradicionalmente denominadas conjunções coordenativas são as únicas que podem receber a nomenclatura de *conector*, pois elas realmente reúnem unidades independentes, podendo ser menores que a oração, desde que tenham o mesmo valor funcional (BECHARA, 2015, p. 336).

(49) *Pedro fez concurso para Medicina, e Maria se prepara para a mesma profissão.*

Já as conjunções subordinativas seriam *transpositores*, pois assinalam a passagem de um enunciado que seria uma oração independente à função de palavra, ou seja, “A oração

⁷ Na seção intitulada *Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase*, subseção *Orações complexas e grupos oracionais*, o autor aponta sua preferência pela nomenclatura *oração complexa* à *oração subordinada*, já que, pelo fenômeno da hipotaxe, não existiriam efetivamente duas orações (uma principal e uma subordinada, como prevê a tradição), mas sim uma oração formada por outra oração que passa a uma camada inferior, funcionando como membro sintático da primeira (BECHARA, 2015, p. 480).

⁸ Segundo o autor, “A hipertaxe é a propriedade pela qual uma unidade de um estrato inferior pode funcionar por si só – isto é, combinando-se com zero – em estratos superiores, podendo chegar até o estrato do texto e aí opor-se a unidades próprias desse novo estrato. Assim, um monema pode, em princípio, funcionar como palavra; uma palavra como grupo de palavras, e assim sucessivamente” (Idem, p. 48).

degradada ou subordinada passa a exercer uma das funções sintáticas próprias do substantivo, do adjetivo e do advérbio (...)” (BECHARA, 2015, p. 337), perdendo a característica de enunciado independente dentro de um enunciado complexo.

(50) *Soubemos que vai chover.*

As orações coordenadas podem combinar-se entre si, formando o que o autor considera ser o verdadeiro *período composto* ou *grupos oracionais*. Uma das maneiras de se fazer essa combinação é por meio das conjunções coordenativas, que “apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações sintaticamente independentes” (BECHARA, 2015, p. 495).

Dentre os conectores, encontram-se as *conjunções adversativas*, que, segundo Bechara (BECHARA, 2015, p. 339), “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas. As adversativas por excelência são *mas, porém e senão*” [grifos do autor] (v. ex. 51). O autor ainda faz uma ressalva sobre unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas, incluindo, neste grupo, *entretanto, contudo, todavia e não obstante*, consideradas tradicionalmente conjunções coordenativas adversativas. Ele defende que tais expressões são “advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais” e que “não desempenham o papel de conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas” (BECHARA, 2015, p. 339).

(51) *“Acabou-se o tempo das ressurreições, mas continua o das insurreições.” (MM)*

Já as conjunções subordinativas concessivas aparecem na lista das principais conjunções e locuções conjuntivas subordinativas, que foram relacionadas por seu matiz semântico. Bechara considera função das concessivas iniciar uma “oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – que não impedirá ou modificará a declaração da oração principal: *ainda que, embora, posto que* (= *ainda que, embora, se bem que, apesar de que* etc” (BECHARA, 2015, p. 344).

(52) *“Ainda que perdoemos aos maus, a ordem moral não lhes perdoa, e castiga nossa indulgência.” (MM)*

Essa definição dada às conjunções alia-se à definição das orações concessivas: “quando a subordinada exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal (...)” (BECHARA, 2015, p. 513). Além das conjunções e locuções já apresentadas no capítulo referente a esse tema, o autor ainda menciona as *concessivas intensivas*, que são introduzidas pelas expressões *por mais... que, por menos...que, por muito...que*, “quando é nosso intuito assinalar qualidade ou modalidade qualquer, (...)” (BECHARA, 2015, p. 513).

(53) *Por inteligente que seja, encontrarás dificuldades em entender o problema.*

O autor ainda apresenta outras formas de o conteúdo concessivo apresentar-se léxicogramaticalmente: 1) empregando-se *que* e *quando* no lugar de *ainda que* e *ainda quando* em enunciados com verbos no subjuntivo e proferidos com tom de voz descendente (v. ex. 54); 2) utilizando-se a justaposição, com enunciados introduzidos por unidades alternativas (*quer...quer, ou...ou*) (v. ex. 55) ou por expressões do tipo *digam o que quiserem, custe o que custar, dê onde der, seja o que for, aconteça o que acontecer, venha donde vier, seja como for*, sempre com verbos no subjuntivo (v. ex. 56, retirado do *corpus* deste trabalho); 3) iniciando-se a oração por *sem que* (v. ex. 57); 4) reduzindo-se as orações com gerúndio e com infinitivos acompanhados das preposições *com* e *sem*, das locuções prepositivas *apesar de, sem embargo*, e das expressões adverbiais *malgrado* e *não obstante* (v. ex. 58).

(54) *Os obstáculos, que fossem muitos, não tiravam aos rapazes a certeza da vitória.*

(55) *Quer estudes, quer não, aprenderás facilmente a lição.*

(56) *As autoridades e a sociedade não podem transigir com os malfeitos, quaisquer que sejam.*

(57) *Ele é responsável, sem que o saiba, por todas essas coisas erradas.*

(58) *Saíram não obstante terem ouvido os conselhos do pai.*

Se comparada à primeira edição da obra (cf. p. 16), a nova *Moderna Gramática Portuguesa* recebe contribuições de recentes estudos linguísticos. Nela, percebe-se uma preocupação em se estabelecer uma abordagem pragmático-discursiva, voltada para o contexto de produção dos enunciados, e em se fazerem considerações acerca das intenções dos enunciadore, principalmente.

1.3.2 Gramática de usos do Português (NEVES, 2000)

Em sua gramática de usos, Neves apresenta duas seções que serão de interesse para este trabalho: *As construções adversativas – a coordenação com mas*; e *As conjunções concessivas – as construções concessivas*. Com um viés mais semântico e pragmático, a autora faz uma extensa explanação acerca do uso da conjunção *mas* e das construções concessivas.

Sobre a natureza da relação, Neves afirma que a conjunção *mas* “marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados” (NEVES, 2000, p. 755) e que “coloca o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais” (NEVES, 2000, p. 756).

(59) *Vocês servem mal, mas a comida é ótima! (A)*

Segundo a autora, *mas* pode coordenar: sintagmas, orações e enunciados. De acordo como esses elementos serão distribuídos, a desigualdade (introduzida pelo conector) pode marcar a organização da informação ou a estruturação da argumentação (NEVES, 2000, p. 757).

Introduzindo sintagmas, orações, enunciados ou turnos, o *mas* pode indicar contraposição ou eliminação. No primeiro caso, o segmento iniciado pelo conector “não elimina o elemento anterior; admite-o explícita ou implicitamente, mas a ele se contrapõe” (NEVES, 2000, p. 757).

(60) *Paulista não de quatrocentos anos, não do planalto milionário, mas do litoral, da pobreza. (RC)*

Já quando indica eliminação, o segmento iniciado por *mas* “elimina o membro coordenado anterior. Suposta ou expressa essa eliminação, o elemento eliminado pode ser, ou não, substituído” (NEVES, 2000, p. 764).

(61) *Fê-lo no começo, mas logo percebeu que assim afastava os povos do marxismo. (MA – O)*

Ainda dentro do sentido de contraposição, esta pode ocorrer: em direção oposta – marcando contraste (entre expressões de significações diferentes) (v. ex. 62), compensação (quando há um argumento desfavorável ou menos favorável) (v. ex. 63), restrição (quando há uma exclusão parcial de um dos segmentos por meio de acréscimo de informações) (v. ex. 64), ou negação de inferência (quando contraria a inferência de um argumento enunciado anteriormente) (v. ex. 65) –; na mesma direção, quando há uma valorização de um dos argumentos (v. ex. 66); em direção independente, quando se considera um segmento ainda não enunciado (v. ex. 67) (NEVES, 2000).

(62) *Vou bem, mas você vai mal.* (VN)

(63) *Longo, mas lido em voz clara e sem hesitações, o discurso no Congresso arrancou aplausos em várias ocasiões.* (COL-O)

(64) – *Quero falar de um negócio muito sério. (...) mas não quero falar aqui.* (FP)

(65) *Cingiu-se, assim, o meu Governo a um plano, certamente amplo, mas perfeitamente exequível.* (JK-O)

(66) *O sertão, para ele, não é uma coisa, mas principalmente uma ideia e um sentimento.* (FI)

(67) *Gostaria de ver o Zico na Gávea até a morte, mas reconheço que ele tem direito a este último contrato milionário.* (PLA)

A eliminação pode ser temporal (quando se elimina uma sequência natural ou “a consecução do que vem enunciado no primeiro membro” (NEVES, 2000, p. 764) (v. ex. 68); ou pode ser uma negação do primeiro segmento, referindo-se “ao que está posto, pressuposto ou subentendido no primeiro membro coordenado” (NEVES, 2000, p. 766) (v. ex. 69).

(68) *Pensei em falar, em dizer mil coisas que me ocorrem, mas não consegui sequer abrir a boca.* (A)

(69) *Você pensa que sabe, mas não.* (A)

Em relação às construções concessivas, a autora afirma que são formadas por uma oração principal e uma concessiva quando expressas por meio de período composto. De acordo com Neves,

As construções **concessivas** têm sido enquadradas, juntamente com as **adversativas**, entre as conexões **contrastivas**, cujo significado básico é “contrário à expectativa”, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos, pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos (...) (NEVES, 2000, p. 864) [grifos da autora]

Entretanto, a autora ainda considera a relação semântica entre as concessivas, as causais e as condicionais, pois as três expressam os sentidos de causalidade e de condicionalidade. Em relação às concessivas, em uma construção do tipo “embora **p**, **q**”, “pode-se dizer que, apesar de o fato (ou evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não realização do fato (ou evento) expresso em **q**, **q** se realiza; (...)” (NEVES, 2000, p. 865) [grifos da autora]. Assim, “(...) numa construção **concessiva**, o fato (ou a noção) expresso na **oração principal** é asseverado, a despeito da proposição contida na **oração concessiva**” (NEVES, 2000, p. 865) [grifos da autora].

(70) *Embora as duas acabem brigando, a amizade não termina.*

Seguindo essa definição, a autora apresenta três grandes grupos de classificação de construções concessivas: factuais/reais, contrafactuais/irreais, eventuais. Nas relações factuais, os dois segmentos (elemento nuclear e concessivo) devem ser asserções verdadeiras (v.ex.71); nas contrafactuais, esses elementos devem ser não verdadeiros para que a asserção global também seja não verdadeira (v. ex. 72); e nas eventuais, o conteúdo do elemento nuclear deve ser verdadeiro, mas o do concessivo pode ser verdadeiro ou falso (v. ex. 73).

(71) *Embora fosse um amigo recente e reticente, já lhe tinha emprestado pequenas quantias. (BB)*

(72) – *Eu não sou acionista da empresa! Sou empregado como vocês! E mesmo que fosse o dono, não ia fazer a menor diferença. (RE)*

(73) *Mesmo que ela me abandone, eu preciso ir até o fim. (PP)*

Essas construções concessivas podem expressar relações entre conteúdos (em que as concessivas representam “um obstáculo à realização do evento ou à existência da situação expressa na oração principal” (NEVES, 2000, p. 872)) (v. ex. 74); entre proposições (em que “o que vem expresso na oração principal contraria a possível conclusão a que se poderia

chegar a partir do que se propõe na oração concessiva” (NEVES, 2000, p. 873)) (v. ex. 75); entre atos de fala (em que as orações concessivas ocorrem em um ato ilocutório, relacionando, pois, dois atos de fala) (v. ex. 76).

(74) *Embora seja nativa do centro da Bahia, encontramos lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda, em Congonhas do Campo, MG. (BEB)*

(75) *Eu sou um homem muito fraco, doente mesmo, embora não pareça. (PEM) (76)*
Ainda que mal pergunte, o senhor é médico? (N)

Apesar dessa explanação sobre as relações que as construções concessivas podem expressar, a autora faz uma ressalva:

Nem sempre, porém, o exame da construção **concessiva** permite que se capte a exata natureza da relação que o falante quis expressar. É muito comum que as construções **concessivas** – bem como as **causais** e as **condicionais** – permitam mais de uma leitura, sendo essa aparente ambiguidade, entretanto, geralmente resolvida no **contexto**, tanto linguístico como situacional: (...) (NEVES, 2000, p. 873) [grifos da autora]

Por essa observação, podemos perceber que, nesse trabalho de Neves, há uma preocupação em se considerar o contexto de uso das estruturas linguísticas, pois o entendimento e o emprego adequado desses recursos só serão possíveis por meio da compreensão do ambiente de produção do texto.

Uma última consideração da *Gramática de Usos* é importante destacar. Como já mencionado, segundo a autora, há semelhanças entre as construções concessivas e adversativas, já que ambas apresentam sentido contrastivo. Entretanto, no esquema concessivo, refuta-se uma objeção, ou seja, o falante leva em consideração o enunciado de seu interlocutor, porém o nega, apresentando outro ponto de vista (v. ex. 77). Já no esquema adversativo, o falante admite a proposição feita pelo interlocutor, porém apresenta um argumento mais forte que contraria o primeiro (v. ex. 78).

(77) *Embora eu não assistisse a todas as aulas, começava também a aprender com elas.*

(78) *Eu não assistia a todas as aulas, mas começava também a aprender com elas.*

Dessa forma, pode-se perceber que, de fato, a diferença entre as construções concessivas e adversativas está relacionada às intenções dos interlocutores e ao contexto de produção dos enunciados, extrapolando o nível linguístico.

1.3.3 Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (AZEREDO, 2008)

Azeredo inicia seu capítulo sobre período composto apresentando como se pode dar a articulação entre as orações. Segundo o autor, a “oração é, por definição, a maior unidade da estrutura gramatical de uma língua” (AZEREDO, 2008, p. 290), logo, ela pode funcionar como um ato autônomo, independente de segmentos anteriores ou posteriores.

Entretanto, para a criação de um texto, é necessário que haja o encadeamento das ideias e, para isso, é comum que haja a inclusão de algumas palavras que funcionam como recurso de coesão. Um desses recursos é o uso de conectivos.

Há sempre uma intenção de sentido na origem de qualquer articulação de duas unidades de informação no discurso. Algumas vezes essa intenção transparece como um valor lógico inerente aos conteúdos combinados (...). Na maioria das situações, porém, precisamos de conjunções que explicitem essa intenção (...). (AZEREDO, 2008, p. 293)

Em sua *Gramática Houaiss*, Azeredo apresenta a seguinte definição para conjunção subordinativa: "(...) palavra invariável que, anteposta a uma oração com verbo flexionado em tempo, forma com ela um sintagma derivado." (AZEREDO, 2008, p. 198). Por essa razão, o autor as chama, assim como as preposições, de *transpositores*.

Chamamos de **transposição** o processo pelo qual se formam sintagmas derivados de outras unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou orações. Trata-se de uma mudança categorial realizada por meio de unidades pertencentes a uma lista finita, chamadas transpositores. Graças à transposição obtém-se um número infinito de construções a serviço da expressão dos conteúdos que o ser humano é capaz de comunicar e de compreender.

(...) A transposição, constitui, portanto, um mecanismo que permite expandir infinitamente os enunciados, mediante a utilização de um número limitado de meios – os transpositores – e de um número limitado de relações semânticas fundamentais. (AZEREDO, 2008, p. 296) [grifos do autor]

São espécies de transpositores: as preposições, as conjunções adverbiais, as conjunções integrantes, os pronomes relativos, os advérbios interrogativos e os pronomes indefinidos, e as desinências aspectuais, formadoras do infinitivo, gerúndio ou participio.

Tem-se como exemplo:

(79) *Ela interrompeu a viagem, porque as crianças estavam doentes.*

O outro tipo de conjunção é a coordenativa. Azeredo atribui a esse tipo a função de unir “duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático” (AZEREDO, 2008, p. 198). Ele cita como conjunções coordenativas típicas: *e* (aditiva), *mas* (adversativa) e *ou* (alternativa).

(80) *A secretária dele é antipática, mas é competente.*

Dessa forma, o autor chega a dois processos de conexão de orações: por *subordinação* e por *coordenação*. De acordo com o autor, o primeiro processo (subordinação) une partes formal e funcionalmente distintas, já o segundo (coordenação) une partes de nível formal e funcional equivalentes (AZEREDO, 2008, p. 294).

Como já mencionado, são os transpositores que tornam o processo de subordinação (ou hipotaxe) possível. Esse fenômeno implica dependência e hierarquia entre os elementos que constituem a oração, pois a expressão subordinada torna-se um sintagma, ganhando uma função sintática, dentro de uma unidade oracional maior (AZEREDO, 2008, p. 298). Conforme o autor define, “Uma ‘oração subordinada’ é, portanto, um sintagma derivado, capaz de ocupar a posição de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio em outra oração (...)” (AZEREDO, 2008, p. 298).

O primeiro aspecto interessante a ser observado nas considerações acerca das orações subordinadas é a observação que o autor faz sobre os valores circunstanciais que as orações adjetivas podem acumular, dentre eles, o de concessão.

(81) “Coitada da minha avó. (...) Logo ela, que amava tanto a vida, (...) ia morrer.”
[NAVA, 1973: 75]

Já dentre as orações adverbiais, há aquelas que expressam contraste. Segundo o autor, pode-se expressar o contraste adversativo (por meio da conjunção *sem que* ou da preposição *sem*) ou o contraste concessivo (demais conjunções e expressões), daí a diferença de nomenclatura em relação às demais obras já analisadas neste trabalho.

(82) *Ele saiu da sala sem que dissesse uma única palavra. / Ele saiu da sala sem dizer uma palavra.*

(83) *O lutador derrubou todos os seus adversários embora fosse magrinho.*

De acordo com Azeredo, “Na variante concessiva da expressão contrastiva, um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado” (AZEREDO, 2008, p. 333). Dessa forma, “A conjunção / locução prepositiva concessiva esvazia a força causal ou argumentativa do fato que ela anuncia, de modo que o conteúdo da oração principal passa a representar o contrário do que se espera” (AZEREDO, 2008, p. 334).

O autor faz uma apresentação das conjunções/locuções concessivas separando-as de acordo com seus aspectos semânticos, funcionais e formais. *Embora* e *apesar de* são postas em um mesmo grupo, pois introduzem uma informação real (v. ex. 84); já *ainda que*, *mesmo que*, *ainda se* e *mesmo se* representam a irrealidade ou hipótese (v. ex. 85). *Por mais/muito/pouco/pior/maior que* intensificam uma parte da oração passível de sofrer quantificação ou gradação (v. ex. 86). *Qualquer que* e *onde quer que* “exprimem ausência absoluta de restrições ao conteúdo da oração principal” (AZEREDO, 2008, p. 335) (v. ex. 87). *Se bem que* introduz uma ressalva e pode ocorrer com verbos no modo indicativo ou subjuntivo (v. ex. 88). *Não/nada obstante*, *conquanto* e *posto que* estão restritos ao uso formal da língua (v. ex. 89).

(84) *Embora os bombeiros agissem com rapidez, o incêndio ameaçava destruir toda a floresta.*

(85) “...ele prefere ser lançado contra as pedras, ainda que se arrebente todo.”

(86) “A culpa desta tragédia não é do seu governo, por mais que se critique sua demora em dar-se conta dela” [VERÍSSIMO, L.F. *Jornal do Brasil*, 28/3/1998].

(87) *Qualquer que seja o resultado da partida, os torcedores vão comemorar.*

(88) “Comparar a vida a um filme não é dizer, como quer o clichê, que a vida imita a arte, se bem que exista um fundo de verdade nisso” [Jornal do Brasil, 14/4/1999].

(89) O que, não obstante os bons propósitos, pode condená-lo a uma incômoda encruzilhada (...).⁹

Já em relação ao processo de coordenação, o autor menciona a coordenação assindética, quando as orações estão coordenadas sem qualquer conectivo (v. ex. 90), e a coordenação por meio de conectivos (v. ex. 91), explicitando, dentre outros, o sentido de contraste (conjunção adversativa).

(90) “Agora já não éramos pequeno rebanho a escorregar num declive: constituíamos boiada numerosa [RAMOS, 1953: 125].

(91) O lutador era magrinho, mas derrubava todos os seus adversários.

Antes de apresentarmos esse grupo especificamente, que é o foco da pesquisa, é importante destacar que o autor faz considerações acerca dos valores semânticos que o conectivo *e*, tipicamente aditivo, pode acumular, dentre eles, o contrastivo ou de oposição, havendo, geralmente, a partícula *não* na segunda oração (v. ex. 92).

(92) Minha mãe fez o bolo e eu não comi sequer uma fatia.

Sobre o grupo do contraste, o autor o considera ser representado tipicamente pelo *mas*, que “expressa basicamente uma relação de contraste entre dois fatos ou ideias” (AZEREDO, 2008, p. 305), podendo consistir em oposição de conteúdos (v. ex. 93) ou de uma quebra de expectativa (v. ex. 94).

(93) A bola bateu no espinho, mas não estourou.

(94) Meu vizinho tem três filhos, mas nenhum é médico.

Segundo Azeredo, diferentemente do que acontece com as orações concessivas, a oração introduzida pelo *mas* recebe realce e funciona como argumento de maior valor em

⁹ Enunciado extraído do *corpus* deste trabalho.

relação ao que foi expresso na oração anterior, podendo indicar pressupostos mais óbvios e outros nem tanto (AZEREDO, 2008, p. 305).

O autor ainda faz observações sobre alguns usos da conjunção *mas*. Como por exemplo, para dar ênfase, utiliza-se a conjunção juntamente a expressões do tipo *em compensação, infelizmente, por outro lado, ainda assim*, entre outras (v. ex. 95).

(95) *Eles já estão velhos, mas ainda assim têm um fôlego de jovens.*

Sobre as outras tradicionalmente consideradas conjunções adversativas, Azeredo as coloca num grupo diferenciado do *mas* pelo caráter adverbial de *porém, contudo, entretanto, no entanto* e *todavia*. Todas essas expressões apresentam mobilidade posicional na frase (v. ex. 96) e podem aparecer acompanhadas de conectivos, como *e* (v. ex. 97).

(96) *Eles já estão velhos, contudo ainda têm um fôlego de jovem. / Eles já estão velhos, ainda têm, contudo, um fôlego de jovem.*

(97) “*Vivemos num mundo curioso. Tudo o que nele ocorre é global, universal e uniforme e, no entanto, os eventos que mais chamam a atenção são os que têm um feitiço único, singular, especial*” [DAMATTA, Roberto. *O Globo*, 23/1/2008].

Por essa análise, podemos perceber que Azeredo optou por uma apresentação dos conectivos mais detalhada semanticamente, enfatizando a motivação para sua ocorrência nos textos.

1.3.4 Gramática do Português Brasileiro (CASTILHO, 2012)

O primeiro capítulo que nos interessa na obra de Castilho é intitulado *A sentença complexa e sua tipologia*. O autor prefere a denominação *sentença complexa* a período composto por não se tratar de uma unidade sintática diferente da sentença simples, já que tudo que ocorre na sentença simples ocorre na sentença complexa. (CASTILHO, 2012, p. 337).

Sentenças complexas, portanto, seriam enunciados que dispõem de mais de um verbo, ou seja, de mais de uma sentença, podendo ser ligadas por *justaposição* (v. ex. 98), por

relação conjuncional (v. ex. 99), por *relação de subordinação não conjuncional* (v. ex. 100) e por *correlação* (v. ex. 101).

(98) *Escreveu, não leu, o pau comeu.*

(99) *O aluno falou e o professor saiu.*

(100) *O aluno falou ter saído com o professor.*

(101) *O aluno não só falou como também foi aplaudido.*

Segundo o autor, as orações ligadas por justaposição seriam as tradicionalmente chamadas *coordenadas assindéticas (não conjuncionais)*; as relacionadas por conjunções são determinadas pelo vínculo sintático que se cria pelo elo conjuncional, compreendendo a *coordenação* (formada por sentenças independentes umas das outras) e a *subordinação* (formada por sentenças encaixadas umas em outras); as orações ligadas por relação de subordinação não conjuncional têm o verbo da oração encaixada em uma de suas formas nominais (chamadas de *reduzidas* pela Gramática Tradicional); por fim, as correlacionadas trazem, na primeira sentença, elementos juntivos que determinam a ocorrência de outro elemento na segunda sentença (CASTILHO, 2012, p. 338).

De acordo com os parâmetros mencionados, Castilho classifica as sentenças complexas por coordenação em: *justapostas*, quando “uma sentença se apõe à outra, sem qualquer nexos conjuncional” (CASTILHO, 2012, p. 339); *coordenadas*, quando “uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais” (CASTILHO, 2012, p. 339), sem que haja dependência entre elas.

Já as relacionadas por subordinação são classificadas em: *encaixadas* (v. ex. 102), quando:

uma sentença está encaixada num constituinte de outra, gerando-se os seguintes tipos de dependência: (i) o encaixamento ocorreu no sintagma verbal, (...), estabelecendo uma relação argumental com esse sintagma – estas são as *substantivas*, ou *integrantes*; (ii) o encaixamento ocorreu no sintagma nominal, (...), estabelecendo uma relação de adjunção a esse sintagma – estas são as *adjetivas*, ou *relativas* (...). (CASTILHO, 2012, p. 339)

E serão *sentenças complexas em adjunção* quando “uma sentença está em relação de adjunção com outra, sem encaixamento. As subordinadas adverbiais integram esse tipo de dependência, (...)” (CASTILHO, 2012, p. 340) (v. ex. 103).

(102) *O aluno que falou era o melhor da classe.*

(103) *O aluno entrou quando o professor saiu.*

Depois de definir os processos de coordenação e subordinação, Castilho apresenta uma seção intitulada *As conjunções e sua gramaticalização*¹⁰. Nela, o autor comenta sobre a multifuncionalidade das conjunções e como Beaugrande (1980, *apud* CASTILHO, 2012) e Bazzanella (1986, *apud* CASTILHO, 2012) as classificam. O primeiro divide a categoria em *conjunção*, *disjunção* e *contrajunção*; enquanto a segunda classifica os conectivos em *pragmáticos* e *semânticos*.

Ainda nessa seção, Castilho aborda os processos de recategorização que dão origem às conjunções. Dentre eles, há a passagem do advérbio *mais* à conjunção *mas*; nela, encontramos um *continuum advérbio de inclusão > conjunção adversativa*. (CASTILHO, 2012, p. 341). Nesse contínuo, o autor apresenta três fases do *mas*: (1) quando preserva os valores de inclusão, soma comparação do advérbio *mais* (v. ex. 104); (2) quando está em contexto de negação explícita, dando início à recategorização do advérbio (v. ex. 105); (3) quando incorpora totalmente o sentido de negação e recategoriza-se plenamente como conjunção adversativa (v. ex. 106) (CASTILHO, 2012, p. 342). Somente nos casos (2) e (3), há quebra de expectativa gerada. Essa amplitude semântica talvez explique a preferência pelo uso do *mas* em diferentes contextos.

(104) *A gente vive de motorista o dia inteiro, mas o dia inteiro. (D2 POA 360)*

(105) *Ela está lá mas não funciona. (D2 SP 343)*

(106) *As mais velhas estão entrando na adolescência mas são muito acomodadas. (D2 SP 360)*

Ainda sobre a passagem de advérbios à conjunção, o autor afirma que *contudo*, *todavia*, *entretanto* parecem estar na fronteira entre as duas categorias, o que chama de *memória diacrônica*, “em que propriedades semânticas de ‘advérbios antigos’ convivem com propriedades ‘adquiridas pelas conjunções novas’” (CASTILHO, 2012, p. 342).

¹⁰ “Segundo Meillet (1912), a gramaticalização é a “atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo”. Para Kurylowicz (1965), *apud* Lehmann (1982), a gramaticalização é basicamente um processo, definido como “a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para um mais gramatical (...)” (CASTILHO, 1997, p. 110).

Por fim, Castilho faz uma afirmação sobre a gramaticalização das conjunções, que nos ajuda a entender a função dessa categoria gramatical:

Uma condição para o sucesso das palavras que se candidatem a conjunções é que tenham algum valor fórico, para retomar o que foi dito e anunciar o que se segue, tanto quanto algum valor dêitico, para localizar as proposições no tempo e no discurso. (CASTILHO, 2012, p. 343)

Passando-se à subseção *Propriedades semântico-sintáticas das conjunções*, o autor traz as considerações de Ilari (2008) para definir essa classe gramatical:

1. Trata-se de palavras dotadas de uma função conectiva, cuja peculiaridade entre os demais conectivos seria a capacidade de se aplicarem a um tipo particular de objetos linguísticos, as orações. (...)
2. Uma conjunção típica é externa às orações que conecta, no sentido de que não desempenha nelas qualquer função definida pela estrutura gramatical das mesmas. (...)
3. Considerando que uma conjunção está sempre entre duas orações, é possível derivar a principal subdivisão das conjunções do tipo de relação que se estabelece entre ambas [...], donde as coordenativas e as subordinativas. (ILARI, *apud* CASTILHO, 2012, p. 343).

Cabe ressaltar ainda duas considerações que Castilho faz sobre o uso das conjunções:

a) há relações semânticas que não dependem de conjunções, podendo ser expressas por complementos internos à oração, por verbos e substantivos que carregam esse traço semântico, por termos anafóricos ou, simplesmente, pela implicitação produzida pelo contexto; b) há relações semânticas que podem ser representadas por uma mesma conjunção, o que o autor chama de *polifuncionalidade*. Apesar de o autor mencionar a relação causal quando aborda o tema do item *a*, acreditamos que isso também se dá em outras relações, como o contraste.

Para iniciar, efetivamente, sua abordagem sobre o período composto, ou *sentença complexa*, como prefere o autor, Castilho determina as nomenclaturas *matriz* ou *nuclear* para designar as sentenças que exigem uma oração subordinada dependente (ou seja, as tradicionalmente conhecidas como *principais*), e *primeira sentença*, para as coordenadas sem conectivos.

Castilho menciona, em sua gramática, alguns argumentos e algumas pistas que podem ajudar-nos a diferenciar os processos de coordenação e subordinação.

Segundo o autor, as duas relações sintáticas representam expansões de sentenças simples, porém, na coordenação, “a função do elemento acrescentado é idêntica à dos

elementos preexistentes” (MARTINET, *apud* CASTILHO, 2012, p. 346), enquanto, na subordinação, o elemento subordinado tem natureza distinta da do elemento formador da sentença matriz. Já do ponto de vista semântico, diferentemente do elemento subordinado, o elemento coordenado não modifica semanticamente o outro elemento que o acompanha.

Por causa dessa não contribuição semântica, os elementos coordenados são simétricos, podendo mudar de lugar no enunciado sem alteração de interpretação semântica (v. ex. 107), o que não acontece com os elementos subordinados (v. ex. 108). Outra diferença é a focalização por *clivagem*¹¹. Somente as subordinadas podem ser clivadas, já que são constituintes de outras sentenças (v. ex. 109).

(107) *Mário chegou e André saiu. / André saiu e Mário chegou.*

(108) *Buzina quando chega. / Chega quando buzina.*

(109) *Disse é que voltaria logo.*

Após a exposição desses argumentos, Castilho apresenta somente dois tipos de coordenadas: as *aditivas* e as *adversativas*. Ao contrário do que prescreve a NGB, o autor aloca as *alternativas* entre as correlatas e as *explicativas* e *conclusivas* entre as subordinadas, alegando que estas não passam nos “testes” de simetria e de clivagem, conforme mencionado anteriormente.

Sobre as *coordenadas adversativas*, Ataliba de Castilho faz as seguintes afirmações:

as coordenadas adversativas ou contrajuntivas são ligadas pela conjunção *mas*. O que é dito no segundo termo contraria as expectativas geradas no primeiro, ou em outros termos, essa conjunção é um “bloqueador da aposição do segundo segmento ao primeiro” (DIAS DE MORAES, 1987, p. 5) (CASTILHO, 2012, p. 351) [grifo do autor].

Sobre as propriedades discursivas do *mas*, o autor afirma que ele pode ser: um *marcador discursivo*, quando organiza uma unidade de construção de turno (v. ex. 110); um *conectivo textual*, quando une unidades discursivas (v. ex. 111); ou um *operador argumentativo*, quando altera a argumentação, funcionando semelhantemente ao *embora* (v.

¹¹ “Em termos muito gerais, a formação de sentenças clivadas e pseudoclivadas constitui uma das estratégias pelas quais os falantes das línguas que dispõem desse recurso põem em foco, de forma não ambígua, a informação que avaliam como mais significativa em suas mensagens. O português dispõe de diferentes formas de clivagem, que se distinguem por sensíveis diferenças funcionais. As orações que elas produzem são denominadas (...): clivadas propriamente ditas, construção É QUE, construção QUE, Pseudoclivada e SER foco” (LONGHIN & ILARI, 2000).

ex. 112). O autor não apresenta exemplo para esse último caso, por isso exemplificamo-lo com um enunciado do *corpus* deste trabalho.

(110) *LI – gosto do campo para dormir... descansar por lá... negócio de cultivar não é comigo...*

Doc. – mas você falou que você passava férias numa fazenda...

(111) *Unidade A – e:: aí eu comecei prestar atenção naquela tela pequena... vi... não só que já se fazia muita coisa boa e também muita coisa ruim... é claro...*

Unidade B – mas vi também todas as possibilidades... que aquele veículo ensejava e que estavam ali latentes para serem aproveitados. (D2 SP 333) (112) Apenas o Supremo poderia fazê-lo, mas não o faz.

Já em relação às propriedades semântico-sintáticas, ainda se referindo à “memória diacrônica” do *mas*, o autor apresenta três sentidos principais: (i) a inclusão, adição, que ocorre entre segmentos afirmativos (v. ex. 113); (ii) a contrajunção entre segmentos negativos (v. ex. 114); e (iii) a contrajunção entre segmentos afirmativos, com valor implícito de negação de expectativas (v. ex. 115) (CASTILHO, 2012, p. 353).

(113) *Nós temos tantos amigos desintegrados (...) mas nós só temos amigos assim de família desestruturada. (D2 RJ 147)*

(114) *Agora caminha por... talvez não por caminho direto mas por caminhos indiretos. (D2 REC 5)*

(115) *A Fazenda Sampaio... (...) pertence ao Banco do Brasil (...) mas ela é aberta ao público... (D2 RJ 158)*

Sobre as demais conjunções consideradas pela gramática tradicional (GT), o autor faz a seguinte observação:

as demais conjunções adversativas mencionadas nas gramáticas descritivas, tais como *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto*, refugiaram-se na língua escrita, sendo raras suas ocorrências na língua falada. (...).

Não é pacífico que estas conjunções tenham as mesmas propriedades de *mas*, como dizem as gramáticas. (...). (CASTILHO, 2012, p. 354) [grifos do autor]

Dentre as subordinadas, são-nos interessantes as subordinadas adverbiais concessivas. Primeiramente, o autor apresenta as seguintes funções atribuídas às adverbiais: acrescentam informações adicionais aos verbos e funcionam em adjunção ao verbo da sentença matriz, predicando ou verificando esse escopo. (CASTILHO, 2012, p. 372)

Em relação às *concessivas*, Castilho atribui a elas a função de estabelecer um contraste com a matriz, indicando que uma das sentenças envolvidas “encerra um conteúdo negado explícita ou implicitamente” (CASTILHO, 2012, p. 377). Essa função as aproxima das *coordenadas adversativas*, o que faz o autor tecer o seguinte comentário:

discursivamente, elas alteram o eixo argumentativo: enquanto na adversativa adiamos a negação de expectativas para a segunda sentença, na concessiva, o desgosto vai estampado logo de cara, na primeira sentença. Ou seja, você escolhe discursivamente se quer negar logo de uma vez ou se acha melhor adiar o conflito. Gramaticalmente, as adversativas se expressam no indicativo e se situam em segundo lugar na sentença complexa; as concessivas se expressam no subjuntivo, que é o modo da subordinação, e se colocam em primeiro lugar na sentença complexa. (CASTILHO, 2012, p. 377)

Citando Neves (*apud* CASTILHO, 2012), sobre a construção concessiva, pode-se asseverar que: a proposição da sentença matriz se mantém apesar do segmento concessivo, pois a escolha do elemento disjunto é irrelevante para o resultado expresso na sentença nuclear.

Por fim, o autor ainda faz um breve percurso diacrônico da conjunção *embora* desde sua origem como sintagma preposicionado (*em boa hora*). Segundo o autor, esse conectivo parece ter seguido a mesma trajetória de *mas*, absorvendo a negação de expectativas, chegando ao uso que fazemos dele hoje em dia. Castilho chega aos seguintes esquemas sintáticos: (i) *P, embora Q*, em que o caráter negativo está implícito em Q (v. ex. 116); e (ii) *Não P, embora Q*, em que o caráter negativo está implícito em P (v. ex. 117).

(116) *Eu gosto muito de chuchu embora todo mundo ache chuchu uma coisa sem graça.* (DID RJ 328)

(117) *Evito comer queijos, embora goste muito.*

Nota-se que, por se tratar de uma gramática que se baseia no Português Brasileiro, principalmente em seu uso oral, Castilho considera fatores discursivo-pragmáticos importantes ao contexto brasileiro, o que não acontece em gramáticas em que se propõe uma descrição linguística mais generalizada.

1.4 Breve historiografia – algumas considerações

Considerando-se a compilação do tratamento dado ao valor de contraste nas obras apresentadas anteriormente, percebe-se que, mesmo em compêndios anteriores à NGB, há uma preocupação com as relações semântico-discursivas na construção de enunciados. Maciel, em 1914, já apresentava as relações semânticas que as conjunções podem expressar; Said Ali preocupou-se em dar justificativas histórico-etimológicas para o emprego hodierno das conjunções; e Souza Lima utilizou-se de definições basicamente semânticas para definir conjunções adversativas e concessivas.

Após o advento da NGB, o foco na prescrição e na idealização de uma língua homogênea ainda dominava os manuais gramaticais. Mesmo assim, alguns autores apresentaram questões semântico-discursivas além das tradicionalmente presentes nas gramáticas. Em umas das primeiras edições de *Moderna Gramática Portuguesa*, por exemplo, Bechara já indicava o valor circunstancial que as orações relativas podem expressar. Também Othon Moacir Garcia, na década de 60, apresentou um amplo estudo de caráter semântico-discursivo sobre os recursos léxico-gramaticais da Língua Portuguesa, chamando-nos a atenção para a relação de igualdade e de desigualdade de funções e valores que se estabelecem na escolha entre os processos de coordenação e de subordinação.

Na mesma década, Gladstone Chaves de Melo faz uma observação acerca do uso de algumas conjunções, que podem ser tanto coordenativas como subordinativas. Segundo o autor, a sua classificação dependerá do raciocínio, pois não há forma prática nem mecânica de fazê-la.

Cunha e Cintra apresentam considerações semelhantes à de Melo quando afirmam que há conjunções que podem carregar mais de um sentido, como *e*, e, principalmente, quando incluem o contexto como determinante para a classificação de conjunções subordinativas de valores aproximados, como a condição, a causa e a concessão.

Kury e Rocha Lima apresentam definições semânticas para as conjunções adversativas. Entretanto, somente o primeiro define as concessivas pelo sentido que acrescentam ao enunciado. Rocha Lima ainda afirma que a ordem das orações no período composto está associada à cronologia dos fatos ou, simplesmente, ao ponto de partida do pensamento, relacionando a construção linguística a aspectos extralinguísticos.

Com a evolução dos estudos linguísticos, houve uma mudança na perspectiva sobre o conceito de língua. Os estudiosos passaram a considerar seu uso em situações reais de interação, o que fez com que os manuais mais recentes passassem a adotar uma abordagem semântico-pragmática na descrição dos fenômenos linguísticos.

Essa nova perspectiva de descrição da língua pode ser constatada no amplo estudo de observação que Neves faz sobre os usos do conectivo *mas* tanto em textos escritos quanto em textos orais. Além disso, a autora apresenta considerações fundamentais acerca das noções semânticas de causa, condição e concessão, apontando suas semelhanças e diferenças no nível do discurso.

Azeredo, por sua vez, apresenta-nos uma definição de conjunção que associa seu uso à intenção do emissor no momento da interação. Para o autor, os enunciados encadeiam-se em sequência lógica e seus significados podem ser decodificados a partir dessa disposição. As conjunções facilitarão essa decodificação por explicitarem as relações semânticas que se constroem entre as orações. Em relação ao uso das conjunções concessivas, Azeredo aborda os diferentes sentidos que cada uma dessas conjunções pode trazer à oração, demonstrando que, apesar de serem todas classificadas como concessivas, apresentam outros aspectos importantes para a compreensão/produção dos enunciados.

Castilho, em sua gramática baseada na fala do brasileiro, aborda aspectos etimológicos para introduzir a noção de *gramaticalização* em relação ao uso das conjunções e de palavras com “potencial conjuntivo”. É assim que ele apresenta justificativas para os usos que fazemos, hoje em dia, de conectores como *mas* e *embora*.

Por fim, em sua última edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, Bechara apresenta uma abordagem mais pragmático-discursiva em relação à descrição linguística. Por exemplo, a lista de conectores concessivos tradicionais é acompanhada de outros recursos linguísticos que também podem expressar o valor concessivo.

A observação do que esses e outros autores já apresentavam acerca do sentido de contraste reforça nossa convicção em relação à hipótese que norteia este trabalho: há estruturas não canônicas que carregam o sentido de contraste, e – avançando um pouco mais, para além do que eles fizeram – seu emprego pode estar relacionado aos propósitos comunicativos do gênero em que estão sendo utilizadas e ao contexto de situação em que ocorre a construção do texto. É o que pretendemos demonstrar a partir dos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional aplicados à análise de nosso *corpus*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, será adotada a perspectiva funcionalista da linguagem, que considera a língua como algo indissociável do meio externo, levando em conta os aspectos extralinguísticos que influenciam o seu uso no momento da interação. Ou seja, o Funcionalismo tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe certa pragmatização do componente sintático-semântico (NEVES, 1997, p. 16).

De acordo com a corrente funcionalista, a língua não é um fenômeno isolado; ela sofre influência do meio, sendo sensível às pressões do uso. Isso quer dizer que, no momento de interação, inconsciente ou conscientemente, o falante escolhe, no acervo da língua, a estrutura linguística que considera adequada às diferentes situações comunicativas. Geralmente, nas gramáticas consideradas tradicionais, não há menção à adequação das construções linguísticas às diferentes situações de comunicação.

Dessa forma, concordamos com a ideia de que: “Linguagem é um sistema sociosemiótico, por meio do qual o homem constrói sua experiência. Em seu ambiente semiótico, a linguagem apresenta inúmeras realizações e também está condicionada a fatores extralinguísticos” (FUZER & CABRAL, 2014, p. 25).

Portanto, consideramos fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa adotarmos os conceitos da Teoria Sistêmico-Funcional da Linguagem, de Michael Halliday, pois, como menciona Neves (1997, p. 60), “a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado”.

2.1 Linguística Sistêmico-Funcional

Existem diferentes modelos de funcionalismo; apesar disso, todos têm uma base em comum: o fato de considerarem a língua como algo indissociável do meio externo, levando em conta todos os aspectos relacionados à situação comunicativa. Conforme Neves,

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir

referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. (NEVES, 1997, p. 23)

Pode-se perceber que, para a corrente funcionalista, a língua não é um fenômeno autônomo e isolado, mas um fenômeno que só existe em situações reais de comunicação, ou seja, é um instrumento de interação social cuja principal função é estabelecer comunicação entre os usuários.

Isso implica outro aspecto do modelo funcionalista: as gramáticas funcionais são paradigmáticas, ou seja, interpretam a língua como uma rede de relações, realizadas pelas escolhas das estruturas linguísticas. Nas palavras de Halliday, “em uma gramática funcional, (...) uma língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhados de formas por meio das quais os significados podem ser realizados” (HALLIDAY, 1994, p. xiv.) [tradução livre].¹²

A partir desse modelo, desenvolveu-se a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF). Estudiosos dessa teoria postulam que “a natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir” e que “(...) todos nós usamos a língua como um meio de organizarmos outras pessoas e determinarmos os seus comportamentos” (GOUVEIA, 2009, p. 14).

A palavra *sistêmica* está relacionada ao fato de a língua ser um sistema de possibilidades que é usado pelos falantes. A partir dos significados que o usuário quer expressar, ele faz suas escolhas, que são influenciadas pelo contexto sociocultural, isto é, pelas situações apresentadas nos contextos de situação e de cultura, que determinam as escolhas feitas no âmbito léxico-gramatical.

Com essa *rede de escolhas*, a língua organiza-se para cumprir sua função essencial, que é a interação. Segundo Halliday e Hasan (1989, p.17), essa função é “interpretada não somente como o uso da língua, mas também como uma propriedade fundamental da linguagem em si, algo que é básico para a evolução do sistema semântico”.

No momento da interação, a linguagem desempenha três funções presentes e atuantes em qualquer enunciado: expressar conteúdo, dando conta da experiência de mundo; estabelecer e manter relações sociais; e estabelecer relações entre as partes do enunciado e entre elas e a situação em que estão inseridas (GOUVEIA, 2009). Essas funções, que na

¹² Texto original: “In a functional grammar, (...) A language is interpreted as a system of meanings, accompanied by forms through which the meanings can be realized” (HALLIDAY, 1994).

literatura da LSF são denominadas *metafunções*, são chamadas, respectivamente, de: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, como explicam Halliday & Matthiessen:

(...) a arquitetura completa da língua é organizada por linhas funcionais. A língua é o que é devido às funções em que se desenvolveu na espécie humana. O termo “metafunção” foi adotado para sugerir que a função é um componente central dentro da totalidade da teoria. (2014, p.31) [tradução livre] [grifo do autor]¹³

Halliday analisa a oração como “unidade principal de processamento da léxicogramática – no sentido específico de que é na oração que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.10) [tradução livre]¹⁴. Essa unidade pode ocorrer em três instâncias que se relacionam diretamente com as três metafunções. São elas: oração como mensagem (metafunção textual), oração como troca (metafunção interpessoal) e oração como representação (metafunção ideacional). As orações e as funções que elas exercem são influenciadas pelo contexto em que se inserem os textos de que fazem parte.

Para a LSF, a noção de contexto é muito importante, já que considera o sistema linguístico aberto, isto é, em constante relação entre si e o mundo externo, diferentemente da concepção formalista de sistema fechado e autônomo. Assim, a LSF admite a abordagem topo-base (*top down*), pois parte do contexto para chegar ao texto e à oração, e a abordagem base-topo (*bottom up*), partindo-se da oração para chegar ao contexto. Isso quer dizer que há uma bidirecionalidade entre o aspecto contextual e a expressão por meio da léxico-gramática.

Halliday aponta dois contextos principais: o *de cultura* e o *de situação*. O primeiro engloba o segundo, onde está contido o texto. Ao contexto cultural pertencem todos os aspectos históricos, sociais, políticos de uma sociedade, ou seja, relaciona-se “ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e instituições” (FUZER & CABRAL, 2014, p. 28). Já o situacional refere-se ao momento específico, à situação em que acontece a interação. Dessa forma, os significados que queremos construir ou transmitir, a partir do contexto em que ocorre a interação, ajudam a configurar os recursos linguísticos.

¹³ Texto original: (...) the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. The term ‘metafunction’ was adopted to suggest that function was an integral component within the overall theory.

¹⁴ Texto original: The clause is the central processing unit in the lexicogrammar – in the sense that it is in the clause that meanings of diferente kinds are mapped into an integrated gramatical structure.

Ou seja, a relação entre a língua e os seus contextos de uso, ou dito de outra forma, a relação entre um texto e o seu contexto, é de tal forma motivada que, a partir de um contexto, será possível prever os significados que serão ativados e as características linguísticas potenciais mais previsíveis para as codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, será possível deduzir o contexto em que o mesmo foi produzido, porquanto as características linguísticas selecionadas num texto codificarão dimensões contextuais, tanto do contexto de produção imediato, situacional – quem diz o quê, a quem, por exemplo – como do contexto mais geral, cultural – que tarefa está o texto a desempenhar na cultura. (GOUVEIA, 2009, p. 25-26)

Para conseguirmos analisar os contextos de produção dos enunciados dos textos de opinião pela codificação textual, é importante que apresentemos mais profundamente as *metafunções* e seus respectivos *sistemas gramaticais*.

2.1.1 A metafunção ideacional e o Sistema de Transitividade

A *metafunção ideacional* realiza-se por duas funções: experiencial e lógica. A primeira é responsável pela representação do mundo e sua unidade de análise é a oração. A segunda responsabiliza-se pelos grupos lexicais e oracionais, ou seja, pelo complexo oracional (FUZER & CABRAL, 2014, p. 33).

Como, segundo Halliday & Matthiessen (2014), a unidade básica de análise é a oração, torna-se relevante o sistema gramatical relacionado à função experiencial, que é conhecido como *Transitividade*. Nesse sistema, a oração é vista como *representação* (FUZER & CABRAL, 2014, p. 33).

O *Sistema de Transitividade* é responsável por descrever a oração de acordo com seus componentes. A oração é composta obrigatoriamente por *processos*, que são representados pelos grupos verbais. Entretanto, na maioria dos casos, figuram também os *participantes*, representados pelos grupos nominais, e, eventualmente, as *circunstâncias*, representadas pelos grupos adverbiais.

A análise da oração é feita tendo como base o tipo de processo que expressa a experiência. Dessa forma, Halliday chega a três processos principais (*material, mental e relacional*) e três processos fronteiros (*comportamental, verbal e existencial*).

O *processo material* realiza a representação da experiência externa. São processos de fazer, como no enunciado abaixo:

- (1) *No ano passado, a empresa alcançou no Brasil o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia.*¹⁵

Nesse exemplo, tem-se o verbo *alcançar*, que representa o processo material, e dois participantes – um, chamado Ator, pratica a ação (*a empresa*); e outro, conhecido como Meta, recebe o impacto da ação (*o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia*). Há ainda as circunstâncias (*No ano passado e no Brasil*), que adicionam a informação temporal e espacial ao contexto do processo.

Já os processos mentais constroem o fluxo de consciência do enunciador.

- (2) (...) *A Petrobrás, segundo seu presidente, Pedro Parente, considera o problema resolvido.*

Nesse enunciado, tem-se o Experienciador (quem sente, pensa, percebe ou deseja), representado por um coletivo não humano (*Petrobrás*), o processo mental cognitivo, representado pelo verbo *considerar*; e o Fenômeno (*o problema*), que se refere ao que é sentido, pensado, percebido ou desejado.

As orações de processos relacionais estabelecem relações entre dois seres, por isso têm sempre, necessariamente, dois participantes.

- (3) *O prejuízo contabilizado no exercício de 2017 é explicável essencialmente pelo trabalho de faxina.*

No exemplo (3), tem-se o processo relacional, representado pela forma verbal *é*, e dois participantes: *O prejuízo contabilizado*, que é o Portador; e *explicável*, que é o Atributo.

As orações verbais são construídas em torno dos processos de dizer. No exemplo abaixo, temos:

- (4) (...) *“Não basta a presença militar, tem de haver ciência”, disse Jefferson Simões, (...).*

¹⁵ Os enunciados foram retirados do *corpus* ou de outras fontes do domínio jornalístico. Não foi possível encontrar todos os tipos de processos em nosso *corpus*.

Nesse exemplo, o processo *verbal* é representado pela forma verbal *disse*, sendo o participante Dizente *Jefferson Simões*, que é quem fala; e a Citação reproduz sua fala, marcada pelas aspas.

Os processos comportamentais representam comportamentos tipicamente humanos, fisiológicos e psicológicos. O participante típico é o Comportante.

(5) *O deputado tossiu enquanto falava à plenária.*

No enunciado (5), o Comportante é *o deputado* e o processo comportamental é representado pela forma verbal *tossiu*.

Por fim, há ainda os processos existenciais, que representam o que existe ou acontece. Em português, geralmente, é representado pelo verbo *haver*, quando este tem sentido de *existir*. Por exemplo:

(6) (...) Há lá quem seja notório pelo pouco saber jurídico, (...).

Quem seja notório é o participante chamado de Existente.

No decorrer do trabalho, mais alguns detalhes sobre *processos* e seus respectivos *participantes* serão apresentados conforme sejam exigidos pela análise. No momento, cabe abrimos espaço para as *circunstâncias*, pois é onde se apresenta o sentido de contraste na gramática de Halliday.

As *circunstâncias* são elementos que localizam um evento no tempo ou espaço, sua maneira ou sua causa, sendo realizadas por Adjuntos. Elas não têm potencial para serem Sujeitos ou Complementos e são tipicamente expressas por grupos adverbiais ou sintagmas preposicionais.

(...) pode-se ter uma noção do espaço semântico que está sendo construído pelos elementos circunstanciais. (...) um elemento circunstancial, por esse ponto de vista, é em si um processo que se tornou parasita de um outro processo. Em vez de acontecer por si só, serve de expansão para outra coisa. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 312) [tradução livre]¹⁶

¹⁶ Texto original: (...) we can get a sense of the semantic space which is being constructed by these circumstantial elements. (...) a circumstantial element is itself, from this point of view, a process that has become parasitic on another process.

Em sua gramática, desenvolvida com base na Língua Inglesa, os autores apresentam uma lista com os principais valores semânticos expressos pelos chamados adjuntos circunstanciais. Buscamos adaptá-la para a Língua Portuguesa.

Tabela 1 - Relações semânticas de adjuntos circunstanciais

	Tipo		Item interrogativo	Exemplos de realização	Exemplos em frases
Realce	1. Extensão	Distância	Quão longe?	por; grupo nominal.	Caminhar <i>(por)</i> 2km. Parar a cada cem metros. Andar <i>léguas</i> .
		Duração	Por quanto tempo?	por; grupo nominal	Ficar <i>(por)</i> duas horas. Sentar a cada dez minutos. Parar <i>um longo tempo</i> .
		Frequência	Quantas vezes?	“quantidade” + grupo nominal.	Bater <i>três vezes</i> . Explicar <i>várias vezes</i> .
	2. Localização	Lugar	Onde?	em; perto; fora de; atrás; em frente a; em cima; embaixo...	Estudar <i>na biblioteca</i> . Chegar <i>perto</i> .
		Tempo	Quando?	em; até; durante; antes; depois; hoje; amanhã; ontem...	Sair <i>ao meio-dia</i> . Chegar logo.
	3. Modo	Meio	Como?	por; através de; por meio de; com	Cortar <i>com uma faca</i> . Amarrar <i>com arame</i> .
		Qualidade	Como?	Advérbios terminados em -mente...	Chegar <i>calmamente</i> / <i>em completo silêncio</i> . Sair <i>rapidamente</i> / <i>em velocidade</i> .
		Comparação	Como?	como	Jogar <i>como Pelé</i> . Fazer <i>diferentemente dos outros</i> .

		Grau	Quanto?	Muito; consideravelmente; profundamente	Amar <i>profundamente</i> . Estudar <i>pouco</i> .
	4. Causa	Razão	Por quê?	Porque...; por causa de; graças a; devido a	Chorar <i>por causa do namorado</i> . Ser punido <i>por violação de regras</i> .
		Propósito	Por quê? Para quê?	Para; a fim de que	Lutar <i>por liberdade</i> . Trabalhar <i>na expectativa de promoção</i> .
		Benefício /representação	Para quem?	Para; em favor de; contra	Falar <i>por você</i> . Jogar <i>contra a Seleção</i> .
	5. Contingência	Condição	Por quê?	No caso de	Acionar o alarme <i>em caso de incêndio</i> . Falar <i>em condição de anonimato</i> .
		Falta/omissão		Na falta de; sem	<i>Na falta dos pais chamar os tios. Sem recursos não se faz a obra</i> .
		Concessão		A despeito de; apesar de	Correr <i>apesar do cansaço</i> . Calar-se <i>a despeito das ofensas</i> .
Extensão	6. Acompanhamento	Companhia	Com quem/quê?	Com; sem	Viajar <i>com a mãe</i> . Festejar <i>junto dos amigos</i> .
		Adição	Quem/que mais?	Assim como; em vez de	Cris partiu <i>e Sara também</i> . <i>Além das roupas, levar os livros</i> .

Elaboração	7. Papel	Estilo	Como quem/quê?	Como, no papel de...	Vir <i>como amigo</i> . Falar <i>como presidente da companhia</i> .
		Produto	O quê? Em quê?	em	Cortar o papel <i>em tiras</i> .
Projeção	8. Assunto		Sobre o quê?	Sobre, em referência a, a respeito de	Falar <i>sobre Paris</i> . Escrever <i>a respeito dos indígenas</i> .
	9. Ângulo	Fonte		De acordo com, segundo...	<i>De acordo com o Presidente</i> , o país melhorou. <i>Segundo Halliday</i> , a linguagem é multifuncional.
		Ponto de vista		Para, no ponto de vista de	É culpado <i>aos olhos da mídia</i> . <i>Na opinião do editor</i> , o texto está bom.

(Quadro adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 313-314 e de FUZER & CABRAL, 2014, p. 53-54)

Na tabela anterior, chamam-nos a atenção os adjuntos de realce de contingência concessiva. Segundo Halliday & Matthiessen (2014, p. 323), “circunstâncias de contingência especificam um elemento do qual a realização do processo depende” [tradução livre]¹⁷. As circunstâncias de concessão constroem causas frustradas, expressas por sintagmas preposicionais como *apesar de*, *a despeito de*, entre outros.

(7) *Quando ficou claro que a sessão seria encerrada sem a votação do habeas corpus, a despeito da urgência do caso (...), a defesa pediu a liminar, que acabou aceita.*

No exemplo (7), expressa-se uma causa (*a urgência do caso*), que deveria gerar outra consequência diferente da que acontece, por isso é uma causa frustrada. Mais à frente, veremos que as relações de contingência são frequentemente realizadas por orações já que são tipicamente relações entre processos (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 324).

2.1.2 A metafunção interpessoal e o Sistema de MODO

Além de representar experiências do mundo exterior e interior (consciência), a linguagem também permite que se mantenham relações por meio da interação. No momento em que interagem, falante/escritor e ouvinte/leitor assumem papéis sociais de acordo com o contexto em que a interação acontece, expressando opiniões e atitudes.

Os elementos léxico-gramaticais que realizam a *metafunção interpessoal* fazem parte do Sistema Gramatical de *MODO*, por meio do qual as orações são estruturadas visando à interação, por isso pode-se dizer que a oração é vista como *troca*.

Segundo a Gramática Sistemico-Funcional (GSF)¹⁸, a fala tem dois papéis fundamentais: *dar* e *solicitar*. “(...) dar significa ‘convidar a receber’, e solicitar significa

¹⁷ Texto original: Circumstances of Contingency specify an element on which the actualization of the process depends.

¹⁸ Para Halliday, uma teoria que se proponha a analisar o texto deve ser fundamentada em uma gramática, do contrário, trata-se de um simples comentário sobre o texto (HALLIDAY, 1994, p. xvi). Para ele, necessita-se de uma gramática que incorpore a descrição semântica como parte de si mesma, mas que mantenha a análise textual baseada na explanação dos padrões de fraseados (HALLIDAY, 1994, p. xx). Por isso, denomina sua gramática de Gramática Sistemico-Funcional.

‘convidar a dar’” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 135 [tradução livre]¹⁹). Em relação à natureza do produto dado ou solicitado, este pode ser: *informação* ou *bens e serviços*.

Quando a oração expressa troca de *informação*, o que é trocado é a própria linguagem, e é esperada uma resposta verbal, afirmando, negando ou fornecendo informação ausente (FUZER & CABRAL, 2014, p. 104). Nesse caso, a oração é classificada como *proposição*. “É algo sobre o qual se pode argumentar – algo que pode ser afirmado ou negado, e também posto em dúvida, contradito, aceito com restrições, entre outros” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 138 [tradução livre]²⁰).

Já na oração em que se trocam *bens e serviços*, o que é trocado é um produto não verbal; a linguagem é utilizada como facilitadora do processo de demanda de um objeto ou de uma ação. Espera-se que o ouvinte/leitor faça o que o falante/escritor enunciou.

As *proposições* e as *propostas* são realizadas, no nível léxico-gramatical, pelo *Sistema de MODO*. As *proposições* podem se apresentar em forma de *declaração* ou de *pergunta* (modos oracionais declarativo e interrogativo, respectivamente). Já as *propostas* podem realizar-se em forma de *oferta* ou *comando* (modos oracionais interrogativo e imperativo, respectivamente).

(8)

Proposições	Modo oracional	Propostas	Modo oracional
Declaração <i>Ele serviu-me um café.</i>	<i>Declarativo</i>	Oferta <i>Você quer um café?</i>	<i>Interrogativo</i>
Pergunta <i>O que ele lhe serviu?</i>	<i>Interrogativo</i>	Comando <i>Sirva-me um café.</i>	<i>Imperativo</i>

(Fonte: FUZER & CABRAL, 2014, p. 108)

Nesse sistema, a oração é organizada por dois componentes: o Modo e o Resíduo. O primeiro constitui-se de dois elementos: o Sujeito e o Finito. O Resíduo é formado pelo restante da oração em que se encontram o *Predicador*, o *Complemento* e o(s) *Adjunto(s)*.

O *Sujeito* é representado por um grupo nominal ou por pronomes pessoais ou demonstrativos e, em Língua Portuguesa, pode ser omitido ou elíptico. O *Finito* é a parte do

¹⁹ Texto original: (...) giving means ‘inviting to receive’, and demanding means ‘inviting to give’.

²⁰ Texto original: It becomes something that can be argued about – something that can be affirmed or denied, and also doubted, contradicted, insisted on, accepted with reservation, qualified, tempered, regretted and so on.

grupo verbal que expressa o tempo, a modalidade (opinião do enunciador) e a polaridade (escolha no *continuum* entre o positivo e o negativo). Em muitos casos em Língua Portuguesa, o *Finito* pode vir fundido ao *Predicador*, sendo representado pelas desinências modotemporais.

(9)

<i>O desentrosamento entre os protetores da população e a deficiência do poder público</i>	<i>acabam</i>	<i>por proteger os secretos e inacessíveis arsenais de armas nas favelas (...).</i>
Sujeito	Finito	
Modo		Resíduo

O *Predicador* é realizado por um grupo verbal, retirando-se o *Finito*. Aquele especifica: a referência temporal (tempo secundário), aspectos como semelhança, tentativa, espera etc; a voz, se ativa ou passiva; e o processo (ação, evento, processo mental, relação). (FUZER & CABRAL, 2014, p. 111).

O *Complemento* é representado por um grupo nominal ou por um grupo adjetivo; é o elemento do *Resíduo* que poderia ser *Sujeito*. E o *Adjunto* é realizado por grupo adverbial ou preposicional, indicando tempo, causa, modo, espaço, entre outros.

(10)²¹

<i>A atual gestão</i>	<i>conseguiu</i>	<i>elevar</i>	<i>a níveis recordes</i>	<i>o crescimento da economia.</i>
Sujeito	Finito	Predicador	Adjunto	Complemento
Modo		Resíduo		

2.1.3 A metafunção textual e o Sistema Tema-Rema

A *metafunção textual* é realizada pelo *Sistema de estruturação temática*, segundo o qual a oração é vista como mensagem. Nas palavras de Halliday & Matthiessen (2014, p. 3031):

(...) a gramática também apresenta um terceiro componente, um outro modo de significado o qual é relacionado com a construção do texto. Neste sentido, esta pode ser vista como uma função possibilitadora ou facilitadora já que as outras duas –

²¹ Enunciado retirado do *corpus* deste trabalho (editorial 10, p. 172).

construir experiência e ordenar relações interpessoais – dependem da construção de sequências do discurso, organizando o fluxo discursivo e criando coesão e continuidade na medida em que o discurso progride. [tradução livre]²²

Pelo *Sistema de estruturação temática*, a oração é construída pelo *Tema*, que é o primeiro elemento com função experiencial na oração (participante, processo ou circunstância) que serve de ponto de partida da mensagem, localizando e orientando a oração no contexto; e pelo *Rema*, o restante da mensagem, parte em que o *Tema* é desenvolvido. Dessa forma, a estrutura oracional é constituída de um *Tema* e um *Rema* (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 89).

Observando os exemplos, temos:

(11)

<i>O desentrosamento entre os protetores da população e a deficiência do poder público</i>	<i>acabam por proteger os secretos e inacessíveis arsenais de armas nas favelas (...).</i>
<i>Tema (participante)</i>	<i>Rema</i>

(12)

<i>Para hoje e para sempre,</i>	<i>políticos profissionais precisam conter a sede e o apetite, (...).</i>
<i>Tema (circunstância)</i>	<i>Rema</i>

As informações contidas nos *Temas* podem ter as seguintes funções: fazer a ligação entre a oração que está sendo criada e as orações que vieram antes dela, revelar o assunto em alguns tipos de texto, e estabelecer um contexto para a compreensão do *Rema* (FUZER & CABRAL, 2014, p. 131).

O *Tema* ainda pode ser classificado como *Tema marcado* (menos usual, atípico) ou *não marcado* (mais usual, padrão típico). Essa classificação dependerá do modo oracional que está sendo utilizado para construir a mensagem. Por exemplo, no modo declarativo, serão *temas marcados* todos os elementos que não são participantes *Sujeitos* (grupo nominal) da oração, justamente por apresentarem outras estruturas que não sintagmas nominais em função de Sujeito. Retomando os exemplos mencionados anteriormente:

²² Texto original: (...) the grammar also shows up a third component, another mode of meaning which relates to the construction of text. In a sense this can be regarded as an enabling or facilitating function, since both the others – construing experience and enacting interpersonal relations – depend on being able to build up sequences of discourse, organizing the discursive flow and creating cohesion and continuity as it moves along.

(13)

<i>O desentrosamento entre os protetores da população e a deficiência do poder público</i>	<i>acabam por proteger os secretos e inacessíveis arsenais de armas nas favelas (...).</i>
Tema não marcado (grupo nominal)	Rema
<i>Para hoje e para sempre,</i>	<i>políticos profissionais precisam conter a sede e o apetite, (...).</i>
Tema marcado (grupo preposicional)	Rema

Já em orações exclamativas e interrogativas, o *Tema* também será *não marcado* quando houver elemento QU-. Por exemplo:

(14)

<i>Que tristeza</i>	<i>foi acompanhar a derrota do Brasil!</i>
Tema não marcado	Rema
<i>O que</i>	<i>levou o Brasil à derrota?</i>
Tema não marcado	Rema

(Exemplos de FUZER & CABRAL, 2014, p. 135 – 136)

Há também orações com *Temas múltiplos*, ou seja, *Temas* representados por elementos de duas ou das três *metafunções* – *experiencial*, *interpessoal* e *textual*.

(15)

<i>Embora,</i>	<i>ainda não</i>	<i>se tenha comprovado</i>	<i>algum favorecimento à empresa brasileira (...)</i>
Tema textual	Tema interpessoal	Tema tópico (experiencial – processo)	Rema

À maneira que essas estruturas apareçam na análise, mais informações serão oferecidas sobre o sistema de estruturação textual.

2.2 Texto e contexto

De acordo com Halliday & Hasan (1989, p. 5),

conhecimento é transmitido em contextos sociais, por meio de relacionamentos, como aqueles entre pai e filho, entre professor e aluno, ou entre colegas de classe, que são definidos nos sistemas de valor e na ideologia da cultura. E as palavras que são trocadas nesses contextos tiram seus significados das atividades nas quais elas estão inseridas, as quais são, novamente, atividades sociais com agentes e propósitos sociais.” [tradução livre]²³

Com base nessa citação do autor, podemos entender por que a LSF adota uma perspectiva sociossemiótica da linguagem: *social*, pois a língua é entendida em sua relação com a estrutura social; *semiótica*, por mediar sistemas de significados que representam a experiência humana (HALLIDAY & HASAN, 1989).

Nesse sentido, só podemos entender um texto se observarmos o contexto. Há uma bidirecionalidade na relação entre essas duas entidades, pois “o contexto em que o texto se desenvolve está encapsulado no texto através de uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da linguagem” (FUZER & CABRAL, 2014, p. 26). Portanto, é possível identificar o contexto de produção de um texto por meio das escolhas léxicogramaticais feitas no processo de construção textual. E o contrário também acontece. Com as informações que se tem sobre o contexto de produção de um texto, é possível prever algumas estruturas que serão encontradas no produto textual.

Texto, então, segundo Halliday & Hasan (1989, p. 10), é “qualquer instância de língua viva que assuma algum papel em um contexto de situação (...)” [tradução livre]²⁴. Ou seja, o *texto* é a forma como membros de uma comunidade trocam significados dentro de uma estrutura social. Esses significados são influenciados por variáveis ligadas a dois contextos: *o contexto de situação* e *o contexto de cultura*.

Halliday & Hasan (1989, p. 46) definem *contexto de situação* como “(...) o ambiente imediato no qual um texto está, de fato, funcionando. Utilizamos essa noção para explicar por que algumas coisas foram ditas ou escritas nessa ocasião particular, e o que mais poderia ter sido dito ou escrito que não foi” [tradução livre]²⁵. Isto é, a atividade social humana é

²³ Texto original: Knowledge is transmitted in social contexts, through relationships, like those of parent and child, or teacher and pupil, or classmates, that are defined in the value systems and ideology of the culture. And the words that are exchanged in these contexts get their meaning from activities in which they are embedded, which again are social activities with social agencies and goals.

²⁴ Texto original: (...) any instance of living language that is playing some part in a context of situation, (...)."

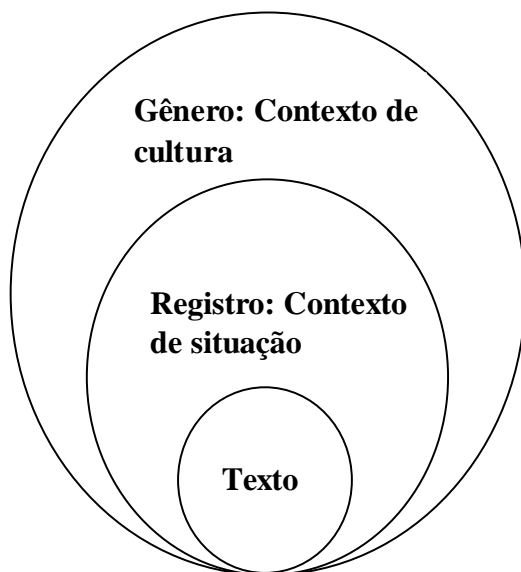
²⁵ Texto original: (...) the immediate environment in which a text is actually functioning. We use this notion to explain why certain things have been said or written on this particular occasion, and what else might have been said or written that was not.

influenciada por motivações contextuais imediatas que interferem na forma como os participantes construirão seus textos. Essas motivações estão relacionadas a três variáveis que formam o que se entende por *registro*. São elas: *campo*, em que se define a natureza da prática social; *relação*, em que se observa o relacionamento entre os participantes da atividade; e *modo*, em que se caracteriza a forma como a mensagem é transmitida. Segundo Fuzer e Cabral,

o *campo* remete à atividade que está sendo realizada pelos participantes, à natureza da ação social que está ocorrendo, com objetivo específico. As *relações* envolvem os participantes, a natureza dos papéis que desempenham, o grau de controle de um participante sobre o outro, a relação entre eles (hierárquica ou não) e a distância social ou o grau de formalidade (mínima, média ou máxima, dependendo da frequência com que interagem). O *modo* refere-se à função que a linguagem exerce e ao veículo utilizado naquela situação ou, ainda, ao que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em determinada situação. Trata do papel da linguagem (constitutivo ou auxiliar/suplementar), do compartilhamento entre os participantes (dialógico ou monológico), do canal (gráfico ou fônico) e do meio (oral com ou sem contato visual, escrito e/ou não verbal). (FUZER & CABRAL, 2014, p. 30)

O contexto de situação e suas variáveis, como mencionado, formam o ambiente imediato, porém, há um contexto mais amplo que engloba esse contexto de situação: o *contexto de cultura*. Segundo Motta-Roth & Heberle (2005, p. 15), o contexto de cultura é um “sistema de experiências com significados compartilhados”, que “resulta, portanto, da padronização do discurso em termos dos atos retóricos ou atos de fala realizados por meio da linguagem em circunstâncias específicas, com características retóricas recorrentes”. É no contexto de cultura que encontramos o *gênero*, que é formado justamente por essas práticas sociais recorrentes às quais os participantes de uma determinada sociedade têm acesso.

Figura 1 - Texto em Contexto



(Adaptado de FUZER & CABRAL, 2014, p. 26)

Pode-se perceber que o texto é a materialização dos contextos de cultura e de situação. Consequentemente, por meio do texto, podemos identificar elementos que constituem as variáveis que formam o registro no contexto de situação, em que se dá a instanciação do gênero, previsto no contexto de cultura.

Segundo Orlando Vian Jr.,

como membros de uma sociedade e como produtores em potencial de textos, os usuários da língua trocam significados com seus interlocutores. Para que estes significados sejam trocados, torna-se necessário o conhecimento da estruturação do gênero a ser utilizado (...). (VIAN JR, 2009, p. 389)

Torna-se importante, assim, observar duas perspectivas sobre a análise de gêneros surgidas a partir da Linguística Sistêmico-Funcional: a de Halliday e Hasan (1989) e a de Martin (2000).

2.3 Gênero textual na perspectiva da LSF

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), linguagem entende-se “como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que

se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). E essa definição de linguagem aproximase da perspectiva adotada por Halliday & Hasan (1989), que dizem que a língua é um sistema sociosemiótico, e que, portanto, para uma análise linguística completa, é preciso que se considerem “aspectos socioculturais que vão além de estudos tradicionais de descrição (...), mostrando como o discurso reforça e ao mesmo tempo é reforçado pelo status quo, pela estrutura social” (HEBERLE apud MEURER, 2002, p. 19).

Desse modo, acreditamos que as duas principais perspectivas de análise de gêneros com base na LSF sejam o caminho para o trabalho com a língua entendida como ação, como propõem os PCN. A primeira foi desenvolvida por Ruqayia Hasan (HALLIDAY & HASAN, 1989), e a segunda, por Martin (2000). Faremos um breve resumo das duas abordagens citadas a fim de explicitarmos seus pontos de convergência e de divergência para, posteriormente, podermos utilizar seus principais aspectos na análise do gênero editorial. Apesar de haver diferenças entre as abordagens de Hansan e Martin, acreditamos que ambas apresentam conceitos e propostas de análise que muito têm a contribuir para o ensino de língua a partir dos gêneros textuais.

2.3.1 A análise de gêneros segundo Ruqaya Hasan

Para entendermos a proposta de Hasan, devemos levar em consideração a teoria linguística em que a autora se baseia. A Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014) considera a língua *sistêmica*, uma *rede de escolhas* relacionadas a variáveis contextuais, e *funcional*, por sua relação com a atividade social inserida em determinado contexto. Hasan apresenta dois conceitos importantes para a compreensão de sua teoria dos gêneros: o de *Configuração Contextual* (CC) e o de *Estrutura Potencial de Gênero* (EPG), apresentados por Orlando Vian Jr. (2009, p. 391):

A configuração contextual (CC) é o conjunto específico de valores que realizam o campo, as relações e o modo do discurso (HASAN, 1989, P. 55), e, a partir da definição dos elementos da CC de cada texto, podemos fazer considerações sobre as estruturas textuais propriamente ditas (HASAN, 1989, p. 56). É a partir da CC que poderemos fazer predições sobre que elementos da estrutura textual são obrigatórios, bem como quais são opcionais ou recursivos, além de considerações sobre como estes estágios [EPG] estruturam-se no texto de forma a transmitir os significados que transmitem.

Dessa forma, entende-se que, para determinarmos a CC de um gênero, é preciso responder às seguintes perguntas: *quais elementos devem ocorrer? quais elementos podem ocorrer? onde eles devem ocorrer? onde eles podem ocorrer? e com que frequência eles podem ocorrer?* (HALLIDAY & HASAN, 1989, p. 56).

Respondendo a essas perguntas, encontraremos o que a autora denomina *estágios obrigatórios, estágios opcionais e estágios recursivos ou iterativos*. Os obrigatórios fornecem uma estrutura modelar e, por isso, são comuns a todos os exemplares de um determinado gênero. É por meio desses estágios obrigatórios que se reconhece uma *estrutura potencial de gênero*.

Os estágios opcionais fornecem maiores informações para a construção do texto, porém, se retirados, não afetarão a função social daquele texto, que continuará sendo um exemplar do gênero. Já os iterativos seguem um padrão recursivo, ou seja, são elementos que se repetem ao longo do processo textual.

Complementando o que se disse, Motta-Roth & Heberle (2005, p. 18) afirmam que

os elementos *obrigatórios* da EPG tendem a aparecer em uma ordem específica e sua ocorrência pode ser vista por elementos contextuais. São componentes essenciais de qualquer texto completo de determinada CC e, portanto, são definidores do gênero. Elementos *opcionais*, por outro lado, pertencem àquela porção variável geralmente associada a dado gênero, mas que não precisa necessariamente estar presente em qualquer texto que tipicamente acompanha aquela atividade social específica. A ocorrência de elementos opcionais não é uma condição necessária, já que é prevista por um elemento contextual não definidor do gênero. Há ainda um terceiro tipo de elemento textual, denominado *iterativo*, que engloba aqueles elementos recursivos que aparecem mais de uma vez num evento comunicativo, sem seguir uma ordem rígida.

Como uma CC é formada pelos elementos que compõem as variáveis de registro, a EPG torna-se a concretização desses elementos por meio dos recursos linguísticos. Assim, a CC dá pistas da formação da EP de determinado gênero e vice-versa. Essa “via de mão dupla” ocorre porque há uma relação natural entre língua e realidade.

Se cultura e língua cresceram lado a lado, uma complementando a outra, então uma ocasião de fala reconhecida culturalmente – uma CC – é obrigada a ser conhecida pelas particularidades do tipo de fala associada a ela.” (HALLIDAY & HASAN, 1989, p. 66) [tradução livre]²⁶

²⁶ Texto original: If culture and language have grown up side by side complementing each other, then a culturally recognized occasion of talk – a CC – is bound to be known by the peculiarities of the type of talk associated with it.

Percebe-se, assim, que, segundo a perspectiva de Hasan, é o componente *registro*, composto de suas variáveis *campo*, *relações* e *modo*, que determina a estrutura textual. E cada combinação possível dessas variáveis, que se modificam pelo contexto situacional em que ocorre a interação, resultará em determinado gênero.

2.3.2 A análise de gêneros segundo J.R.Martin

Segundo Martin (2000), com base na Linguística Funcional, entendemos os gêneros por uma perspectiva semântica com padrões de significados. O autor, em sua palestra inaugural na Universidade de Sydney (2000), caracteriza gênero como um processo social em etapas, orientado para atingir um objetivo específico. Trata-se de um processo social, pois utilizamos o gênero para interagirmos em sociedade; em etapas, pois necessitamos de mais de uma fase de significado para entendermos um gênero; e orientado por um objetivo, pois suas fases se desenvolvem para atingirmos um determinado fim (MARTIN, 2000, p. 53). Por isso, Vian Júnior e Lima-Lopes caracterizarem essa forma de análise como teleológica:

A perspectiva teleológica sobre gênero define-o como um sistema estruturado em partes, com meios específicos para fins específicos. Tendo em vista que a teleologia “considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins”, os estágios nos quais um texto se estrutura levam o usuário a um ponto de conclusão, podendo ser considerado como incompleto pelo falante/ouvinte caso essa conclusão não seja atingida (MARTIN, *apud* VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 29).

Tendo o propósito comunicativo como foco para o desenvolvimento da análise de gêneros, para Martin, o registro funciona como uma instanciamento do gênero. As demandas do contexto de cultura, em que se realizam os gêneros, influenciarão as escolhas a serem feitas nas variáveis *campo*, *relações* e *modo*, que formam o contexto de situação. Conforme Rose,

gênero é modelado pela Escola de Sydney no estrato de cultura, acima do registro, como uma configuração dos padrões de campo, relações e modo. Neste modelo, “situação” e “cultura” são reconstruídos como estratos sociossemióticos – **registro** e **gênero**. Seguindo Hjelmslev (1961), língua é então um semiótico denotativo que

realiza o contexto social, e o contexto social é um semiótico conotativo realizado pela língua (...). (ROSE, 2010, p. 2) [tradução livre]²⁷ [grifos do autor]

Entende-se, então, que “o contexto de cultura é o pano de fundo no qual a situação está inserida, disponibilizando um potencial semiótico de realização” (VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 35). Ou seja, defende-se o caráter mutável das fases que compõem um gênero devido às demandas culturais em que a troca de mensagem acontece.

Essa perspectiva alinha as teorias de gênero e registro, pois defende-se que as motivações contextuais conduzem às diferenças entre os gêneros. Assim,

(...) os textos variam não só de acordo com o contexto imediato de produção, levando a diferentes escolhas léxico-gramaticais mapeadas nas variáveis de registro, como também em termos de sua organização em estágios; cada objetivo social leva a diferentes configurações contextuais. (VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 37)

Segundo os autores, a metodologia proposta por Martin é composta de três etapas: a) descrição detalhada das funções e estruturas da língua, relacionando-as às dimensões contextuais de registro, à organização semântica e gramatical da língua; b) detalhamento dos estágios e das características de cada gênero; e c) reconhecimento de que as diferenças textuais refletem ideologias, dimensão contextual mais abstrata do modelo de estratificação linguística (VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 38).

Com a apresentação dessas duas abordagens principais adotadas pela LSF sobre análise de gêneros, podemos, então, iniciar a nossa análise dos editoriais. Com base em ambas as abordagens, buscaremos contribuir para a ampliação da perspectiva de trabalho com gêneros textuais em sala de aula da Educação Básica.

2.4 O complexo oracional segundo Halliday & Matthiessen

Em sua obra *An Introduction to Functional Grammar*, Halliday & Matthiessen chamam de *complexo* oracional o que, em nossa tradição gramatical, é denominado *período composto*. Para os autores, as orações ligam-se umas às outras, construindo relações

²⁷ Texto original: Genre is modelled by Sydney School at the stratum of culture, beyond register, as a configuration of field, tenor and mode patterns. In this model, ‘situation’ and ‘culture’ are reconstrued as social semiotic strata – **register** and **genre**. Following Hjelmslev, language is thus a denotative semiotic realizing social context, and social context is a connotative semiotic realized through language (...).

lógicosemânticas, representadas por segmentos linguísticos presentes em mensagens textualmente relacionadas (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 428).

Segundo os autores,

Semanticamente, o efeito de se combinarem orações em um complexo oracional é de uma **integração mais estreita no significado**: as sequências que são realizadas gramaticalmente em um complexo oracional são construídas como subsequências dentro de uma sequência total de eventos que formam todo um episódio (...). (HALLIDAY & MATTHIESSEN, p. 430) [tradução livre]²⁸

Assim, pode-se perceber que, pela perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional, as orações que formam um complexo oracional são sempre interdependentes, pois, semanticamente, as orações formam um todo sequencial significativo.

Para Halliday & Matthiessen, o que ocorre é a transformação de elementos circunstanciais em orações, podendo essa transformação ocorrer de duas formas: por *projeção* ou *expansão*.

Tabela 2: Projeção e expansão manifestadas na oração e no complexo oracional

	Oração		Complexo oracional
	Tipo de processo	Tipo de circunstância	Tipo lógico-semântico
projeção	Verbal: ele diz	[ângulo]: de acordo com ele (é suficiente)	Citação: ele diz “é suficiente”
	Mental: ele pensa	[ângulo]: para ele (está muito quente)	Ideia reportada: ele pensa que está muito quente
expansão	[relacional: intensivo]: ela era a líder	[papel]: como líder	[elaboração]: sendo líder
	[relacional: possessivo]: ele tem um cachorro; ele tem um sorriso simpático	[companhia]: com um cachorro; com um sorriso simpático	[extensão]: ele caminhou ao mercado e o cachorro também; ele se dirigiu a ela, sorrindo simpaticamente
	[relacional: circunstancial]: jantar seguido de celebração	[localização, extensão, causa, maneira, etc.] depois da celebração	[intensificação]: eles jantaram depois celebraram

(Adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 433)

Segundo os autores, a construção do complexo oracional é uma escolha entre as possibilidades da língua, uma vez que a informação pode ser transmitida por uma oração simples ou pela união de duas orações em um *nexo oracional*²⁹.

²⁸ Texto original: Semantically, the effect of combining clauses into a clause complex is one of *tighter integration in meaning*; the sequences that are realized grammatically in a clause complex are construed as being subsequences of events that make up a whole episode (...). [grifo do autor]

²⁹ Par de orações relacionadas por interdependência (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 441).

Na criação de um texto, nós escolhemos entre aumentar uma oração ‘internamente’ por meio de um elemento circunstancial e aumentar ‘externamente’ por meio de outra oração em um complexo. A decisão depende de vários fatores; mas a consideração básica tem a ver com o ‘peso’ semiótico textual, interpessoal e experiencial que é atribuído à unidade: quanto mais peso tiver, mais provavelmente será construída como uma oração interdependente em um complexo oracional mais do que como um sintagma circunstancial (ou grupo adverbial) aumentando uma oração. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 434) [tradução livre]³⁰

Como podemos observar na tabela, as relações lógico-semânticas de *projeção* relacionam-se aos processos de *dizer* e *pensar*, enquanto as de *expansão*, aos processos *relacionais* (intensivos, possessivos ou circunstanciais). Essas relações poderão ser conectadas por graus de interdependência, ou *Táxis*, formando os dois principais sistemas da metafunção lógica.

A respeito das relações táticas, Halliday & Matthiessen (2014, p. 438) consideram *parataxe* quando duas orações interdependentes têm o mesmo *status*, sendo potencialmente independentes uma da outra, ou seja, constituindo uma proposição por si só. Os autores apresentam as seguintes características para orações paratáticas: (a) podem ser “marcadas” por *tag questions*; (b) podem selecionar modos verbais diferentes; (c) podem ter versões correspondentes em sequências coesivas, sendo separadas por longa pausa (ponto).

Já as orações ligadas por *hipotaxe* são tratadas com *status* desigual, pois somente uma (*dominante*) poderia funcionar por si só, podendo ser “marcada” ou ter seu modo verbal modificado. Não há versão coesiva correspondente e a oração *dependente* pode ser colocada tanto antes como depois da oração dominante, a escolha é determinada por considerações textuais e contextuais.

Portanto,

o grau de interdependência é conhecido tecnicamente como **táxis**; e os dois diferentes graus de interdependência como **parataxe** (*status* igual) e **hipotaxe** (*status* desigual). **Hipotaxe** é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, o elemento do qual é dependente. Contrariamente, tem-se a **parataxe**, que é a relação entre dois elementos de *status* igual, um iniciando e o outro

³⁰ Texto original: In the creation of text, we choose between augmenting a clause “internally” by means of a circumstantial element and augmenting it “externally” by means of another clause in a complex. The decision depends on many factors; but the basic consideration has to do with how much textual, interpersonal and experiential semiotic ‘weight’ is to be assigned to the unit: the more weight it has, the more likely is to be constructed as an interdependent clause in a clause complex rather than as a circumstantial phrase (or adverbial group) augmenting a clause.

continuando. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 440) [grifos do autor]
[tradução livre]³¹

As relações de táxis podem expressar dois tipos de relações lógico-semânticas: *expansão* e *projeção*, como mencionado anteriormente. A relação de *expansão* ocorre quando a segunda oração expande a primeira, *elaborando-a*, *estendendo-a* ou *realçando-a/intensificando-a*; na de *projeção*, a segunda oração é projetada pela primeira, que a instancia como *locução* ou *ideia*.

A *expansão* relaciona fenômenos de mesma ordem de experiência e a *projeção*, fenômenos relacionados aos processos de *dizer* e *pensar* a fenômenos de outra ordem. A *expansão* constitui o desenvolvimento “horizontal” do texto; a *projeção* transcende essa sequência de eventos, ligando os processos de *dizer* e *pensar* aos conteúdos *ditos* ou *pensados* (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 443-444). Neste trabalho, não trataremos da projeção, mas da *expansão* e de suas categorias, uma vez que nosso interesse é tratar da expansão da sequência textual linear, relacionando as representações léxico-gramaticais aos contextos de situação e de cultura. Há três tipos de relação de expansão: *elaboração*, *extensão* e *realce / intensificação*. Na *elaboração*, uma oração expande a outra, reafirmando-a em outras palavras, especificando-a em maiores detalhes, comentando-a ou exemplificando-a. Na *extensão*, uma oração expande a outra adicionando algum elemento novo, apresentando alguma exceção ou oferecendo uma alternativa a ela. No *realce / na intensificação*, uma oração expande a outra “embelezando” seu entorno, qualificando-a com algum elemento circunstancial de tempo, causa, condição (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 444).

As relações táticas e lógico-semânticas entrecruzam-se, definindo o conjunto básico de nexos oracionais possíveis, chegando-se às seguintes tabelas:

Tabela 3: Elaboração paratática e hipotática

	Parataxe	Hipotaxe
significado	Exposição, exemplificação, esclarecimento	descrição
realização	Primeira + segunda: acordo tonal	Primeira + segunda: acordo tonal

³¹ Texto original: Degree of interdependency is known technically as **taxis**; and the two different degrees of interdependency as **parataxis** (equal status) and **hypotaxis** (unequal status). **Hypotaxis** is the relation between a dependente element and its dominant, the element on which it is dependent. **Contrasting with this is parataxis**, which is the relation between two like elements of equal status, one initiating and the other continuing.

	Segunda: sempre não marcada; pode ser introduzida por <i>isto é</i> , <i>por exemplo</i> ou outra marca conjuntiva	Segunda: oração relativa não definidora, introduzida por um pronome relativo, ou oração não finita
--	--	--

(Adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 462)

A junção da *elaboração* com a *parataxe* dá origem à aposição de orações, que pode ter os seguintes significados: *exposição*, em que a segunda oração reafirma a primeira em outras palavras (v. ex. 1); *exemplificação*, em que a segunda oração desenvolve a primeira, citando um exemplo (v. ex. 2); e *clarificação*, em que a segunda oração faz uma explanação acerca da primeira ou um comentário explicativo (v. ex. 3).

- (1) *Eu realmente gostei disso, eu o achei muito bom.*
 (2) *Você é muito velho para aquele jogo; você não conseguiria inclinar-se.*
 (3) *Eles costumavam trabalhar aqui; foi assim que se conheceram.*

Já a combinação da *elaboração* com a *hipotaxe* cria a categoria da oração relativa não definidora (não restritiva, explicativa, como tradicionalmente é classificada), que funciona como uma descrição da primeira oração.

- (4) *Yu, que visitou Taiwan nesta semana, não elaborou.*

Tabela 4: Categorias de extensão e principais marcadores

	Categoria	Significado	Parataxe	Hipotaxe	
				Finita	não finita
(i) adição	‘e’, aditivo: positivo	X e Y	(ambos...) e; não apenas ... mas também	Enquanto, enquanto que	Além de, fora que, assim como
	‘nem’, aditivo: negativo	Naõ X e não Y	(nem...) nem	-	-
	‘mas’, adversativo	X e contrariamente Y	Mas, (e) ainda	Enquanto, enquanto que	Sem
(ii) variação	‘em vez de’, substitutivo	Naõ X mas Y	Mas não; não... mas	-	Em vez de, mas sim
	‘exceto’, subtrativo	X mas não todo X	Somente, mas, exceto	Exceto que, mas (pelo fato) que	Exceto por, outro que

(iii) alternância	'ou'	X ou Y	(ou...) ou	Se ... não (...então)	-
----------------------	------	--------	------------	--------------------------	---

(Adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.471)

A combinação entre *parataxe* e *extensão* dá origem à *coordenação* entre as orações. Podem-se reconhecer os seguintes significados: *adição*, em que se une um processo a outro, podendo ser positiva, negativa ou adversativa (v. exs. 5,6,7); *variação*, em que a segunda oração substitui parcial ou totalmente a primeira, podendo ser *substitutiva* ou *subtrativa* (v. exs. 8,9); e *alternância*, em que a segunda oração apresenta-se como uma alternativa à primeira (v. ex. 10).

- (5) *Ele foi um estudante de Literatura Medieval na faculdade, e eu também me interessava por Literatura Medieval.*
- (6) *Ele nem pôde explicar toda a situação para o editor nem pôde aceitar sua repreensão.*
- (7) *Nós gostamos daquela raça de cachorro, mas sentimos que não estávamos em condições de ter um naquele momento.*
- (8) *Eles não deveriam ser afirmações amplas dizendo onde esperávamos estar, mas, em vez disso, planos especificando o que nós queremos fazer depois e exatamente como nós vamos fazê-lo.*
- (9) *Quase tudo estava bem, somente o pobre rapazinho estava muito tenso.*
- (10) *Eu posso ficar no computador ou comer alguma coisa.*

Em relação à combinação entre *hipotaxe* e *extensão*, também pode haver *adição* (v. exs. 11, 12, 13), *variação* (v. exs. 14, 15) ou *alternância* (v. exs. 16), mas com orações dependentes, podendo a subordinada ser finita ou não finita.

- (11) *Enquanto a maioria dos pais trabalham em escritórios, meu pai trabalha em um estúdio.*
- (12) *Além de ser dotado de talento literário, Amir Khusrau foi músico também.*
- (13) *A flecha mudou seu curso e caiu no chão, sem machucar ninguém.*
- (14) *A câmera afastou-se para mostrar Kane e Susan quase na mesma posição, exceto que elas estavam mais velhas.*

- (15) *Em vez de encontrar os executores, eles acusaram criminalmente o ativista da Earth First!*
- (16) *Se você não o perdeu, então está naquela estante.*

Tabela 5 - Categorias de realce e principais marcadores

	Categoria	Significado	Parataxe	Hipotaxe		
				Finita	Não finita: conjunção	Não finita: preposição
(i) temporal	Mesmo tempo	A enquanto B	(e) Ao mesmo tempo; (quando)	[extensão] assim que, enquanto que	enquanto	Em (no decorrer / no processo de)
				[ponto] quando, tão logo, no momento	-	-
	Tempo diferente: mais tarde	A subsequentemente B	(e) então; e + depois disso	Depois que, desde que	-	Depois de
	Tempo diferente: mais cedo	A previamente B	E / mas + antes disso / primeiramente	Antes que, até que	-	Antes de
(ii) espacial	Mesmo lugar	C onde D	E lá	[extensão] tão longe quanto	-	-
				[ponto] onde	-	-

				[espalhado] em qualquer lugar, todo lugar	-	-
(iii) modo	meio	N via / por meio de M	E + desse jeito; (e) então	-	-	Por meio de
	comparaçã o	N é como M	E + similarmente; (e) então, como	Como, como se, da forma	Como	
(iv) causacondição	Causa: razão	Porque P então o resultado é Q	[causa ^efeito] (e) então; (e) + assim	-	-	-
			[Efeito ^causa] por; (porque)	Porque, como, desde que, no caso que, visto que, considerando que	-	Com, por, como resultado de, por causa de, no caso de
	Causa: propósito	Porque a intenção Q então ação P	-	A fim de que, para que	-	(a fim de/ para); com o objetivo de; por receio de
	Causa: resultado	-	-	então	-	Para
	Condição: positiva	Se P então Q	(e) Então; e + nesse caso	Se, desde que	se	No caso de
	Condição: negativa	Se não P então Q	Ou outra; (ou) em todo caso	Ao menos que	Se ao menos	Mas para, sem

	Condição: concessiva	Se P então contrário à expectativa de Q	[concessão ^consequência] mas; (e) ainda assim; mas + entretanto [consequência ^concessão] embora	Mesmo que (se), embora, enquanto	Mesmo, embora	Apesar de, sem
--	-------------------------	--	--	-------------------------------------	------------------	----------------

(Adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 477-478)

A combinação entre a *parataxe* e a *intensificação* gera um tipo de coordenação com valor circunstancial incorporado, podendo ser *temporal* (v. ex. 17), *espacial* (v. ex. 18), *modo* (de *meio*, v.ex. 19, ou de *comparação*, v. ex. 20), *causal-condicional* (de *razão*, v. ex. 21, de *condição positiva* ou *negativa*, v. exs. 22 e 23, ou de *concessão*, v. ex. 24).

- (17) *Eu servi na Segunda Guerra Mundial e depois eu fui para Yale.*
- (18) *Ele se jogou num mar de grama cor de esmeralda e lá ele morreu.*
- (19) *Continue subtraindo a diferença, e dessa forma você chegará ao resultado correto.*
- (20) *Seu corpo muda a todo instante e sua mente também.*
- (21) *Em seus livros, Tove Jansson falava inicialmente para as crianças, tanto que o herói é ele mesmo mais jovem.*
- (22) *Eu me estresso no trabalho, por isso eu velejo e voo.*
- (23) *Ele deve ter caído na noite anterior, do contrário por que haveria arranhões e sangue em seu corpo?*
- (24) *Ele procurou cuidadosamente o corpo sonolento de Kukul, mas não encontrou nada.*

As hipotáticas também podem representar os mesmos significados das paratáticas – *temporal* (v. ex. 25, 26), *espacial* (v. ex. 27), *modo* (v. ex. 28, 29), *causal-condicional* (v. exs. 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37), podendo ser finitas ou não finitas.

- (25) *No momento em que estava na página 60, me veio uma luz.*
- (26) *Siga as pegadas no terreno dos jardins e nas pontes antes de descansar na Casa do Chá.*
- (27) *Flechas nunca caem onde ele se posiciona.*
- (28) *Essas teorias incluem a teoria solar, pela qual periodicamente um grupo de compostos de nitrogênio se intensifica.*
- (29) *Bactéria podem também ajudar na precipitação química do cálcio, tornando a água mais alcalina.*
- (30) *O problema não é simplesmente ir embora porque as pessoas estão rindo.*
- (31) *Todos estão trabalhando duro para mudar a lei a fim de que tenhamos eutanásia voluntária legalizada na Inglaterra.*

- (32) *Depois disso, o buraco de ozônio desenvolveu-se rapidamente, especialmente depois de 5 de setembro, por isso, em 5 de outubro, o ozônio acima da Antártica caiu de 320 unidades Dobson para 120.*
- (33) *Embora tenha sido de alguma forma um livro bobo sobre as grandes paixões de alunos de faculdade, era realmente um romance.*
- (34) *Se eu tivesse uma visão diferente, então talvez tivesse escrito mais romances.*
- (35) *Você vai felicitá-los por suas estantes de livros durante muito tempo – a menos que, é claro, alguém os pegue emprestado e “esqueça” de devolvê-los.*
- (36) *Similarmente Mr. G. S. Sawhney (...) foi transferido da Alfândega para ser Diretor de Inteligência, apesar de ele ter estado sob investigação pelo CBI (...).*
- (37) *Eu descobri que eu não posso ficar mais de três dias sem fazer algo fisicamente revigorante porque me sinto preso e tenso.*

Entre as relações estabelecidas pela interseção dos eixos tático e lógico-semântico, o sentido contrastivo é mais comumente representado pela *extensão aditiva adversativa* e pelo *realce concessivo*. Além de observar as motivações contextuais que levam à escolha de uma ou outra combinação nos editoriais, este trabalho ainda tem o objetivo de verificar que outras combinações tático-lógico-semânticas ou sintagmáticas realizam o contraste, ampliando-se as possibilidades léxico-gramaticais.

2.3.3 Expansões encaixadas

Algumas orações podem ainda ser transformadas em grupos estruturais dentro de uma sequência maior, o que Halliday & Matthiessen denominam *encaixamento*.

Segundo os autores,

enquanto parataxe e hipotaxe são relações entre orações (...), encaixamento não. Encaixamento é um mecanismo semogênico pelo qual uma oração ou sintagma passa a funcionar como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, que por si só é um constituinte de uma oração.” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 491) [tradução livre]³²

³² Texto original: Whereas parataxis and hypotaxis are relations between clauses (...), embedding is not. Embedding is a semogenic mechanism whereby a clause or phrase comes to function as a constituent within the structure of a group, which itself is a constituent of a clause

Ou seja, seriam as orações tradicionalmente conhecidas como substantivas e adjetivas restritivas. Estas últimas são as estruturas características do encaixamento, pois são as que carregam justamente o significado de definir, delimitar ou especificar, funções das *orações encaixadas*.

Como são um tipo de *expansão*, as orações encaixadas também podem ser de *elaboração*, *extensão* ou *realce / intensificação*. As chamadas orações relativas definidoras realizam a *elaboração* (v. ex. 38, 39). O que as diferencia das orações relativas não definidoras é o fato de “não formarem um grupo tonal separado, porque há somente um pedaço de informação (...), não duas (...), não é novidade, mas simplesmente parte de uma caracterização daquele participante particular” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 494) [tradução livre]³³.

(38) *Você sabe de mais alguém que tenha tirado fotos minhas naquele vestido chique?*

(39) *Houve um caso acontecendo entre o cozinheiro e a outra garota.*

O único tipo de *extensão* nas orações encaixadas são as de sentido possessivo, introduzidas pelo relativo *cujo* e variantes.

(40) *Eu recentemente li uma história incrivelmente bem escrita sobre um casal cujo filho de trinta e poucos anos morreu de uma doença.*

Já as de *realce/intensificação* ocorrem quando a oração encaixada tem relação de tempo, lugar, modo, causa ou condição com o nome núcleo. Pode haver dois tipos: (i) aquelas em que a circunstância está na oração encaixada em si (v. exs. 41, 42); (ii) aquelas em que a circunstância está localizada no nome que funciona como núcleo (v. exs. 43, 44).

(41) *A casa onde ela morou.*

(42) *Crianças precisam de ajuda em controlar suas emoções.*

(43) *Eu não vejo nenhuma razão por que eu deveria.*

(44) *Eu só não vejo motivo em ter três ou quatro listas diferentes de pessoas.*

³³ Texto original: The defining ones, however, do not form a separate tone group, because there is only one piece of information (...), not two (...) is not News, but simply part of the characterization of that particular participant.

A partir da análise de nosso *corpus*, próxima etapa de nosso trabalho, as relações aqui discutidas poderão ser mais bem compreendidas.

3 ANÁLISE DO *CORPUS* E RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos o modelo da análise desenvolvida durante nosso trabalho para comprovar nossa hipótese de pesquisa (cf. p. 15).

De base quantitativo-qualitativa, esta pesquisa desenvolveu-se, essencialmente, em três partes: na primeira, quantificamos as estruturas canônicas e não canônicas que expressam o valor contrastivo nos editoriais selecionados; na segunda, verificamos em qual estágio do gênero, de acordo com a análise teleológica de Martin (2000) e Rose (2010), essas estruturas se apresentam; e, na terceira, interpretamos a relação entre o propósito comunicativo dos textos e sua realização por meio dos recursos léxico-gramaticais.

A partir daí, procuramos demonstrar que os contextos de cultura (gênero) e de situação (registro) influenciam na recorrência de estruturas léxico-gramaticais, inclusive na representação do sentido de contraste, em editoriais de jornal.

3.1 O gênero editorial

Segundo Marques de Melo (2003), a esfera discursiva do jornalismo é dividida em gêneros informativos, como notícias e reportagens, e opinativos, como artigos de opinião e editoriais. Apesar de os gêneros do primeiro grupo não serem neutros, é no jornalismo opinativo que se manifestam expressões ideológicas e argumentativas mais claramente (MARQUES DE MELO, 2003, p. 73).

Ainda de acordo com o autor, a opinião jornalística pode emergir de quatro núcleos: a) da empresa, realizando-se no gênero editorial; b) do jornalista, realizando-se no gênero artigo de opinião; c) do colaborador, realizando-se no gênero coluna; d) do leitor, realizando-se no gênero carta do leitor.

Portanto, o gênero editorial representa a opinião oficial da instituição jornalística sobre fatos de maior repercussão. Entretanto, essa opinião, nas sociedades capitalistas, reflete um consenso de posicionamentos defendidos por acionistas, financiadores, anunciantes e pelo Estado (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103-104). Cabe ao editorialista apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam a produção de um editorial.

(...) o editorialista é um argumentador que organiza seu texto com a nítida função de influenciar o seu leitor, conquistando-o, convencendo-o, fazendo-o *agir* ou *pensar* em uma determinada direção. O leitor, por sua vez, espera a manifestação da instituição jornalística sobre um fato de repercussão social no momento que o faça refletir e aderir, ou não, às posições defendidas no editorial. Espera, ainda, que o editorial diga ao mundo, constituindo-o e agindo sobre ele. (SOUZA, 2006, p. 6465)

Tendo sua origem no gênero ensaio, o editorial diferencia-se por seu caráter breve e contemporâneo e apresenta quatro especificidades: a) a impessoalidade, ou seja, o texto não é assinado, utilizando-se a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural; b) a topicalidade, tratando de um tema bem delimitado; c) a condensabilidade, sendo breve e claro, apresentando poucas ideias; e d) a plasticidade, acompanhando o ritmo dos fatos (MARQUES DE MELO, 2003).

Acreditamos que, quando delimitamos as características físico-sociais de um gênero, sejamos capazes de prever os significados e os padrões léxico-gramaticais que serão acionados no momento de produção dos exemplares desse gênero.

Segundo Dutra (2007, p. 56-57),

Em nosso fazer diário, empregamos muitos gêneros de forma segura e adequada, embora teoricamente não tenhamos consciência da sua existência. Adquirimos esse conhecimento empírico sobre os gêneros assim como adquirimos a língua materna, nas trocas diárias de enunciações concretas, em todas as situações comunicativas com nossos interlocutores, quando as ouvimos/lemos e reproduzimos. Conhecer o funcionamento dos gêneros que usamos equivale, em relação à língua, a conhecer a organização de sua gramática. Tal conhecimento possibilita-nos extrair, de um e de outro – do gênero e da língua, que apreendemos em conjunto e que são, ambos, indispensáveis à compreensão mútua –, o melhor em termos de expressividade e comunicabilidade.

Baseando-nos em Martin (2000) e Rose (2010), para comprovarmos a hipótese de que o uso das estruturas de contraste (canônicas e não canônicas) está relacionado às etapas de construção do gênero editorial, primeiramente, dividimos cada exemplar do gênero aqui analisado por etapas, de acordo com a função que exercem no todo textual.

Podem-se observar algumas etapas no exemplo a seguir, editorial (14) do nosso *corpus* (v. anexo p. 176).

Problema

Ninguém, em sã consciência, pode advogar o aumento da carga tributária no Brasil, que monta a um terço do PIB. Menos ainda quando a economia dá os primeiros sinais de uma tímida recuperação.

Posicionamentos

Problema 1 (revisão da planilha econômica de impostos)

Entretanto revisar a Planta Genérica de Valores que embasa o cálculo do IPTU paulistano – ao fixar os valores venais de R\$ 3,4 milhões de imóveis – não se confunde com uma elevação do ônus sobre toda a sociedade.

Se alguns edifícios têm o valor de mercado aumentado, por exemplo, porque se abriu uma estação de metrô nas cercanias, a planta de valores precisa ser corrigida para refletir a nova realidade.

Em São Paulo a lei exige que tal revisão ocorra em intervalos quadrienais. Como a última delas ocorreu em 2013, torna-se obrigatório realizá-la neste ano.

Problema 2 (planos políticos do prefeito)

Difícil interpretar como mera decisão administrativa, assim, o anúncio do prefeito João Doria – que ambiciona o posto de candidato do PSDB à presidência – de congelamento da planilha de valores venais. Ela sofrerá apenas correção inflacionária, em torno de 3%.

*Antes de mais nada, a situação orçamentária da prefeitura paulistana, **embora** não seja das mais alarmantes no calamitoso cenário nacional, limita sobremaneira sua capacidade de investimento.*

***Ainda que** a receita municipal tenha avançado 1,2% nos primeiros oito meses do ano, o custeio de educação, saúde e transportes cresceu em ritmo muito maior, a 16%, no mesmo período. Com o estresse nas contas da cidade, a margem de Doria para investir em melhorias urbanas se estreitou para cerca de R\$ 2 bilhões (em um Orçamento de R\$ 55 bilhões) em 2018.*

Tal valor é menor do que os R\$ 3 bilhões em subsídios carreados para o sistema municipal de ônibus, uma distorção flagrante. Não obstante, João Doria, recém-eleito, decidiu congelar a tarifa.

*Naquela ocasião, o prefeito **que prefere ser visto como gestor** agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.*

*Ele parece de novo inclinado a enveredar pelo mesmo atalho, renunciando a receita hoje escassa. A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, **o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.***

Resolução

***Por** desejáveis **que** sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se*

mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.

(IPTU eleitoral, Folha de S. Paulo, 14/9/2017)

Posteriormente, fizemos o levantamento de estruturas canônicas (adversativas e concessivas) e não canônicas utilizadas. No exemplo transcrito, há três orações introduzidas por conjunções/locuções conjuntivas concessivas (*embora, ainda que e por...que*), além de duas orações tradicionalmente classificadas como adjetivas, que, relacionadas às orações que as acompanham, apresentam o sentido de contraste.

(1) ³⁴ *Naquela ocasião, o prefeito **que prefere ser visto como gestor** agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.*

(1a) Naquela ocasião, **apesar de** preferir ser visto como gestor, o prefeito agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.

No trecho selecionado, a relação contrastiva é observada pela quebra de expectativa que há entre a oração encaixada (*que prefere ser visto como gestor*) e a ação de agir pela busca de popularidade e não pelo trato com a finança, o que seria papel de um gestor.

Sendo o *encaixamento* um mecanismo pelo qual uma oração se torna constituinte de outra maior (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 491), podemos fazer uma analogia e entender o conteúdo da oração definidora como algo que constitui a entidade *prefeito*, minimizando o tom opinativo, dando-lhe caráter de generalização. Isso não aconteceria se o editoralista optasse por introduzir a oração com um adjunto concessivo, como *apesar de*, pois deixaria claro o valor de contraste e anteciparia sua opinião acerca do tema. Com a escolha pela oração encaixada, o escritor deixa a cargo do leitor completar cognitivamente esse valor contrastivo implícito.

A noção de sistema semiótico também possibilita uma maneira poderosa de interpretar o comportamento linguístico como escolha. Se língua é um sistema semiótico, então o processo de uso da língua é um processo de produzir significados pela escolha. (...) o que alguém escreve ou fala significa por ser interpretado contra

³⁴ A partir do item 3.2 (Metodologia), começaremos uma nova numeração para os trechos que são parte do *corpus*.

o conjunto do que poderia ter sido significado (dito ou escrito) naquele contexto mas não foi. (EGGINS, 2004, p. 20) [tradução livre]³⁵

(2) *A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, o / **que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.***

(2a) A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, **embora** isso seja duvidoso num cenário econômico ainda frágil.

No segundo trecho, a relativa não definidora (*que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil*) apresenta um comentário que se torna contrastivo em relação ao primeiro comentário (*o que seria ótimo*).

De acordo com Halliday & Matthiessen (2014, p. 465), tanto as definidoras (relativas restritivas) como as não definidoras (relativas explicativas) constroem relação lógico-semântica de *elaboração*, pois ampliam o significado da oração a que se ligam, especificando-a ou descrevendo-a. Conforme os autores, “entretanto, as definidoras não formam um grupo tonal, porque veiculam somente um pedaço da informação, (...) não é novidade, mas simplesmente parte da caracterização daquele participante em particular” (Halliday & Matthiessen, p. 495).

Pode-se perceber que tanto as estruturas canônicas quanto as estruturas não canônicas aparecem na mesma etapa: a de explanação de um segundo posicionamento, contrário ao que o autor do editorial defende. As formas canônicas são utilizadas para marcar um fato que poderia ser um obstáculo à defesa de seu argumento, porém não é suficiente. Já as não canônicas apresentam uma característica particular do prefeito (relativa definidora) e um comentário acerca das ações da prefeitura (relativa não definidora), respectivamente.

Quando o autor opta por utilizar as relativas e não as concessivas, ele ameniza a relação lógico-semântica de *realce* e valoriza a de *elaboração*, o que proporciona um caráter mais descritivo e menos argumentativo ao trecho. Em ambos os exemplos, apaga-se o subjetivismo argumentativo e valoriza-se uma descrição objetiva, o que torna a informação inflexível à discordância.

³⁵ Texto original: The notion of the semiotic system also gives a powerful way of interpreting language behavior as choice. If language is a semiotic system, then the process of language use is a process of making meanings by choosing. (...) what someone writes or says gets its meaning by being interpreted against the background of what could have been meant (said or written) in that context but was not.

Em relação à quantidade de estruturas paratáticas e hipotáticas, pôde-se perceber que, no editorial que tomamos como exemplo, do tipo *discussão*, não houve relação de contraste paratática, mesmo entre as estruturas não canônicas. Refletindo sobre o objetivo de um editorial do tipo *discussão* (que defende uma tese entre dois posicionamentos distintos acerca de um problema), podemos entender o porquê desse uso.

Enquanto, na relação paratática, as informações têm o mesmo *status*, em estruturas hipotáticas, as informações são apresentadas em níveis diferentes: há um elemento dependente e outro dominante. Nos trechos em que encontramos estruturas contrastivas canônicas, as dependentes introduzem informações que poderiam ser obstáculos à tese do autor. Já as estruturas não canônicas representam comentários que contrariam a expectativa criada pelas orações que compõem todo o enunciado. Das duas maneiras, há uma representação léxico-gramatical da tese defendida pelo editorialista.

Refletir sobre a léxico-gramática é ir muito além da nomenclatura e da metalinguagem, é associar seu uso aos contextos em que a interação se dá. Assim, poderemos pensar em estratégias pedagógicas para o ensino das estruturas léxico-gramaticais em função das situações reais de interação.

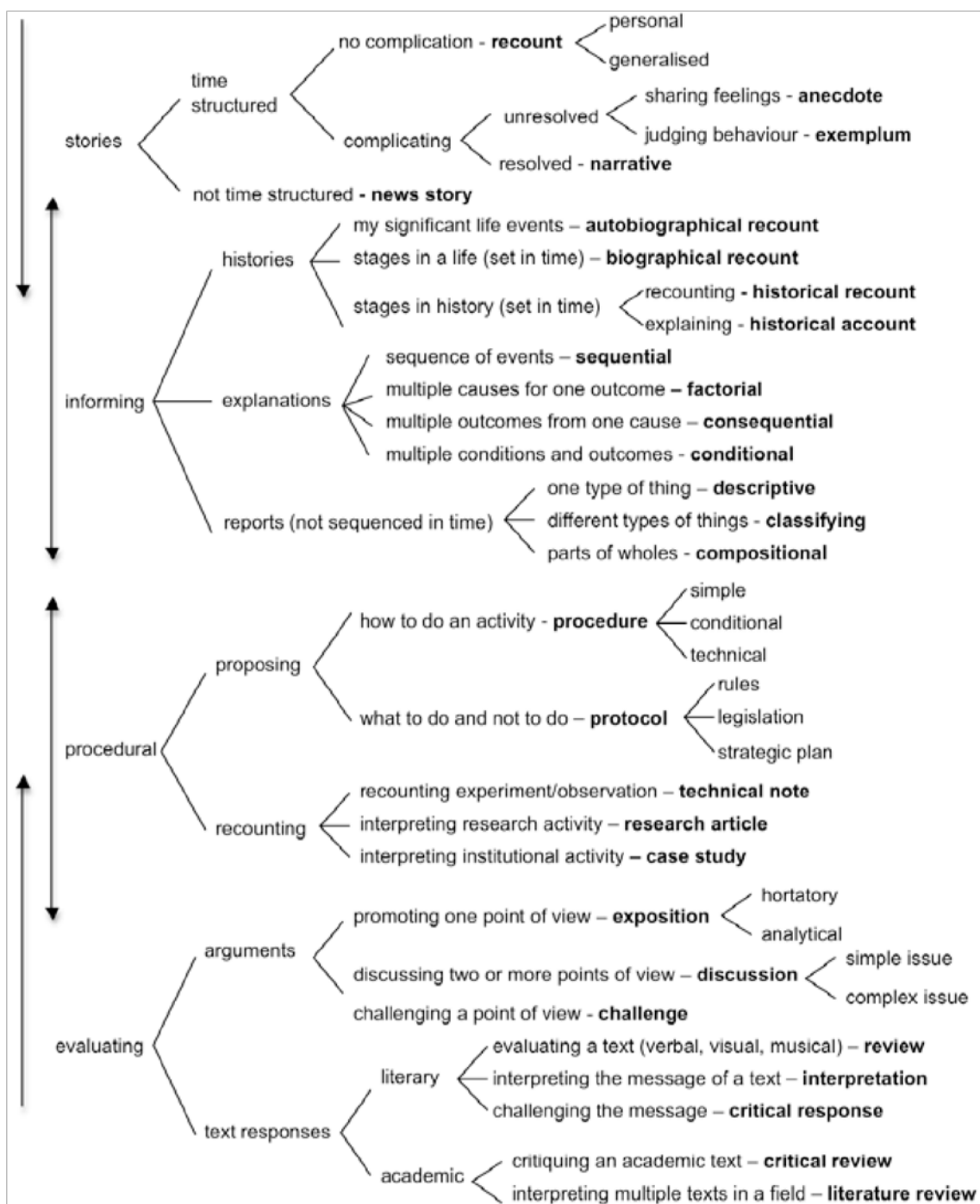
3.2 Metodologia

Em seu artigo intitulado *Genre in the Sydney School (2010)*³⁶, David Rose, que compartilha das ideias de Martin sobre análise de gêneros, afirma que há quatro categorias gerais de classificação dos gêneros escolares ou acadêmicos: *estórias*, *informativos*, *procedimentais* e *avaliativos*.

No primeiro grupo, estão os textos que têm a função de entreter o público-leitor, sendo as estratégias que o escritor utiliza para atingir esse objetivo o foco do ensino. No grupo de textos informativos, estão todos aqueles que proveem informação sobre determinado assunto. No terceiro grupo, os procedimentais, encontram-se os textos que ensinam como proceder em certas atividades. Finalmente, no quarto grupo, estão os textos em que se desenvolvem opiniões e avaliações sobre determinados temas, apresentando-se argumentos para a defesa de teses e possíveis soluções. (ROSE, 2010, p. 3).

³⁶ Disponível em: <https://www.readingtolearn.com.au/wp-content/uploads/2016/01/Genre-in-the-SydneySchool.pdf>. Acesso em 10 abr 2018.

Figura 2 - Gêneros educacionais comuns



Fonte: ROSE, 2010, p. 4.

Apesar de o gênero editorial não ser propriamente um gênero escolar, mas um gênero do domínio jornalístico, por muitas vezes, ele é “escolarizado”, pois trata-se de um gênero socialmente funcional e tem estrutura argumentativa. Por isso, acreditamos que a classificação apresentada por Rose, baseada nos estudos da escola de Sydney, poderia ser útil ao

desenvolvimento da nossa pesquisa, já que podemos alocar o editorial no grupo de gêneros avaliativos.

Como se pode observar na figura 2, há subdivisões dentre as quatro grandes categorias. Vamo-nos ater somente ao último grupo, pois é aquele em que melhor se encaixam os editoriais.

No grupo dos textos *avaliativos*, o autor apresenta os textos *argumentativos* e *responsivos*. Os *argumentativos* dividem-se em *exposição*, em que se promove um ponto de vista; *discussão*, em que se discutem dois ou mais pontos de vista; e *desafio*, em que se desafia um ponto de vista. Analisando três exemplares pertencentes ao *corpus*, observamos que podemos encontrar editoriais que se enquadram nos três subtipos de textos avaliativos mencionados.

O primeiro editorial foi publicado no jornal Estado de São Paulo (v. anexo p. 206) e, analisando seus estágios de formação, podemos classificá-lo como do tipo *exposição*.

EDITORIAL (37)

Petrobras em faxina e reforma

Mais que uma faxina, indispensável para a remoção do lixo e dos escombros deixados pelo petismo, um enorme trabalho de reforma e reconstrução vem sendo realizado pelos novos diretores da Petrobrás, a maior companhia brasileira, com apoio do Executivo Federal. O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$466 milhões no ano passado, mas a dívida total diminui, pendências bilionárias são resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa. Critério de profissionalismo, eficiência, lucratividade e respeito aos acionistas voltam, enfim, a ser levados em conta.

Essa mudança ocorre depois de muitos anos de sujeição da petroleira a objetivos partidários e pessoais, de completo desprezo a critérios administrativos, de investimentos mal planejados e mal executados e de uma ampla pilhagem conduzida à sombra de um Executivo irresponsável e complacente. Boa parte dessa história está narrada nos documentos da Operação Lava Jato.

Mas a devastação da estatal foi muito além dos crimes narrados nessa investigação. O relato completo deveria incluir, entre outros detalhes, os interesses políticos por trás de obras de obras como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, as interferências em decisões tipicamente empresariais, como a fixação de preços, e o uso da companhia como instrumento de um desastroso arremedo de política de desenvolvimento industrial. Custos elevados, sangria de caixa e favores a grupos selecionados são componentes dessa história

de desmandos.

Com o fim do controle de preços, uma das grandes fontes de prejuízo da Petrobrás foi extinta. Eliminada a obrigação de participar de todos os projetos de exploração do pré-sal, a empresa recuperou a liberdade, essencial para toda atividade de negócios, de escolher seus objetivos e de planejar o uso de seu dinheiro.

O prejuízo contabilizado no exercício de 2017 é explicável essencialmente pelo trabalho de faxina. Sem o acordo de cerca de R\$11 bilhões firmado com investidores para liquidar um processo na Justiça americana, a Petrobrás teria registrado um lucro líquido de R\$7 bilhões, segundo explicou o diretor financeiro, Ivan Monteiro. Faltam os passos finais para a oficialização do acordo, já aprovado pelo juiz. A Petrobrás, segundo seu presidente, Pedro Parente, considera o problema resolvido. Enquanto o PT comandou o governo federal, a Petrobrás, além de perder bilhões em maus investimentos e em várias outras iniciativas erradas, tornou-se campeã mundial de endividamento. Seus compromissos ainda são muito grandes, mas a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 bilhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 bilhões um ano mais tarde. Além disso, a empresa recuperou o acesso ao mercado financeiro internacional, perdido na pior fase de sua deterioração financeira. Em certo momento, a companhia ficou restrita a créditos de fontes chinesas. Com o retorno ao mercado, parte dos compromissos foi recentemente renegociada com prazos maiores, segundo informou no fim de janeiro o presidente da empresa.

O ajuste é naturalmente sujeito a oscilações. A relação entre o endividamento líquido e a geração de caixa subiu de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes no fim de dezembro, mas a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada. Com maior liberdade para fixação de preços, a empresa pode mais facilmente acompanhar as variações internacionais e, nos momentos adequados, beneficiar-se da alta das cotações. Além disso, a produção de óleo e gás tem aumentado. No ano passado a empresa alcançou no Brasil o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia.

A política de recuperação continua e tem, por enquanto, rumo bem definido. A maior dívida, hoje, é quanto à manutenção dessa política. A empresa está mais protegida contra desmandos do Executivo, mas, com algum esforço, o próximo presidente da República ainda poderá subordiná-la a fins pessoais e partidários. Se essa for sua inclinação, provavelmente encontrará apoio na base aliada. O futuro da empresa dependerá, enfim, dos eleitores.

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Analisando-o mais detalhadamente, temos:

Tese

Mais que uma faxina, indispensável para a remoção do lixo e dos escombros deixados pelo petismo, um enorme trabalho de reforma e reconstrução vem sendo realizado pelos novos diretores da Petrobrás, a maior companhia brasileira, com apoio do Executivo Federal. (apresentação da tese) O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$466 milhões no ano passado, mas a dívida total diminui, pendências bilionárias são resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa. Critério de profissionalismo, eficiência, lucratividade e respeito aos acionistas voltam, enfim, a ser levados em conta.

Argumento 1 (causas)

(gerais) Essa mudança ocorre depois de muitos anos de sujeição da petroleira a objetivos partidários e pessoais, de completo desprezo a critérios administrativos, de investimentos mal planejados e mal executados e de uma ampla pilhagem conduzida à sombra de um Executivo irresponsável e complacente. Boa parte dessa história está narrada nos documentos da Operação Lava Jato.

(específicas) Mas a devastação da estatal foi muito além dos crimes narrados nessa investigação. O relato completo deveria incluir, entre outros detalhes, os interesses políticos por trás de obras de obras como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, as interferências em decisões tipicamente empresariais, como a fixação de preços, e o uso da companhia como instrumento de um desastroso arremedo de política de desenvolvimento industrial. Custos elevados, sangria de caixa e favores a grupos selecionados são componentes dessa história de desmandos.

Argumento 2 (consequências)

Com o fim do controle de preços, uma das grandes fontes de prejuízo da Petrobrás foi extinta. Eliminada a obrigação de participar de todos os projetos de exploração do pré-sal, a empresa recuperou a liberdade, essencial para toda atividade de negócios, de escolher seus objetivos e de planejar o uso de seu dinheiro.

(exemplo da consequência) O prejuízo contabilizado no exercício de 2017 é explicável essencialmente pelo trabalho de faxina. Sem o acordo de cerca de R\$11 bilhões firmado com investidores para liquidar um processo na Justiça americana, a Petrobrás teria registrado um lucro líquido de R\$7 bilhões, segundo explicou o diretor financeiro, Ivan Monteiro. Faltam os passos finais para a oficialização do acordo, já aprovado pelo juiz. A Petrobrás, segundo seu presidente, Pedro Parente, considera o problema resolvido.

Argumento 3 (reafirmação dos argumentos)

*Enquanto o PT comandou o governo federal, a Petrobrás, além de perder bilhões em maus investimentos e em várias outras iniciativas erradas, tornou-se campeã mundial de endividamento. Seus compromissos ainda são muito grandes, **mas** a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 bilhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 bilhões um ano mais tarde. Além disso, a empresa recuperou o acesso ao mercado financeiro internacional, perdido na pior fase de sua deterioração financeira. Em certo momento, a companhia ficou restrita a créditos de fontes chinesas. Com o retorno ao mercado, parte dos compromissos foi recentemente renegociada com prazos maiores, segundo informou no fim de janeiro o presidente da empresa. O ajuste é naturalmente sujeito a oscilações. A relação entre o endividamento líquido e a geração de caixa subiu de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes no fim de dezembro, **mas** a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada. Com maior liberdade para fixação de preços, a empresa pode mais facilmente acompanhar as variações internacionais e, nos momentos adequados, beneficiar-se da alta das cotações. Além disso, a produção de óleo e gás tem aumentado. No ano passado a empresa alcançou no Brasil o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia.*

Conclusão (reafirmação da tese e perspectiva futura)

*A política de recuperação continua e tem, por enquanto, rumo bem definido. A maior dúvida, hoje, é quanto à manutenção dessa política. A empresa está mais protegida contra desmandos do Executivo, **mas**, com algum esforço, o próximo presidente da República ainda poderá subordiná-la a fins pessoais e partidários. Se essa for sua inclinação, provavelmente encontrará apoio na base aliada. O futuro da empresa dependerá, enfim, dos eleitores.*

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Como pudemos observar, o editorial 37 é do tipo *exposição*, pois tem a seguinte estrutura: Tese ^ Argumentos ^ Reafirmação. O autor apresenta um assunto a ser debatido juntamente com sua tese; posteriormente, indica argumentos que a sustentam e, por fim, reafirma-a apontando uma perspectiva futura.

No texto apresentado, somente o conector *mas* foi empregado para marcar contraste. Na primeira ocorrência (*O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$466 milhões no ano passado, **mas** a dívida total diminui, pendências bilionárias são resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa.*), o autor apresenta fatos que o levam à sua tese de que a *estatal é novamente administrada como empresa*, apesar de muito ainda ter que ser

feito. O conector aparece como forma de ligar esses dois fatos que se contrariam, mas que são importantes ao percurso argumentativo traçado no texto.

No momento de reafirmação da tese e dos argumentos expostos, o conectivo *mas* aparece para marcar o contraste entre uma constatação (*Seus compromissos ainda são muito grandes*) e o argumento que sustenta sua tese (*a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 milhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 milhões um ano mais tarde*).

Ainda no momento de reafirmação, o *mas* marca de forma explícita a tese defendida no texto em sua quarta ocorrência (*mas a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada*).

Por fim, na conclusão com perspectivas futuras, o autor relaciona o futuro da empresa à escolha dos eleitores. Diferentemente do que ocorre na maioria dos casos, em que o conectivo *mas* introduz o argumento ou a tese a ser defendida no texto, no trecho final deste editorial, o *mas* contribui para fortalecer o argumento contrário ao que vem sendo defendido no texto. Nesse caso, há a eliminação e a substituição do membro coordenado anterior (NEVES, 2000, p. 764), fortalecendo de forma irônica uma hipótese do que pode realmente acontecer no futuro caso se vote de forma “errada”.

Já um outro exemplar de editorial enquadra-se mais no tipo *discussão*, pois apresenta a forma Problema ^ Posicionamentos ^ Resolução. Este foi retirado do jornal Folha de São Paulo (v. anexo p. 176).

EDITORIAL (14)

IPTU Eleitoral

Ninguém, em sã consciência, pode advogar o aumento da carga tributária no Brasil, que monta a um terço do PIB. Menos ainda quando a economia dá os primeiros sinais de uma tímida recuperação.

Entretanto revisar a Planta Genérica de Valores que embasa o cálculo do IPTU paulistano – ao fixar os valores venais de R\$ 3,4 milhões de imóveis – não se confunde com uma elevação do ônus sobre toda a sociedade.

Se alguns edifícios têm o valor de mercado aumentado, por exemplo, porque se abriu uma estação de metrô nas cercanias, a planta de valores precisa ser corrigida para refletir a nova realidade.

Em São Paulo a lei exige que tal revisão ocorra em intervalos quadrienais. Como a última delas ocorreu em 2013, torna-se obrigatório realizá-la neste ano. Difícil interpretar

como mera decisão administrativa, assim, o anúncio do prefeito João Doria – que ambiciona o posto de candidato do PSDB à presidência – de congelamento da planilha de valores venais. Ela sofrerá apenas correção inflacionária, em torno de 3%.

Antes de mais nada, a situação orçamentária da prefeitura paulistana, embora não seja das mais alarmantes no calamitoso cenário nacional, limita sobremaneira sua capacidade de investimento.

Ainda que a receita municipal tenha avançado 1,2% nos primeiros oito meses do ano, o custeio de educação, saúde e transportes cresceu em ritmo muito maior, a 16%, no mesmo período. Com o estresse nas contas da cidade, a margem de Doria para investir em melhorias urbanas se estreitou para cerca de R\$ 2 bilhões (em um Orçamento de R\$ 55 bilhões) em 2018.

Tal valor é menor do que os R\$ 3 bilhões em subsídios carregados para o sistema municipal de ônibus, uma distorção flagrante. Não obstante, João Doria, recém-eleito, decidiu congelar a tarifa.

Naquela ocasião, o prefeito que prefere ser visto como gestor agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública. Ele parece de novo inclinado a enveredar pelo mesmo atalho, renunciando a receita hoje escassa. A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.

Por desejáveis que sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.

(Folha de S Paulo, 14/9/2017)

Observando o exemplo por etapas, teremos:

Problema

Ninguém, em sã consciência, pode advogar o aumento da carga tributária no Brasil, que monta a um terço do PIB. Menos ainda quando a economia dá os primeiros sinais de uma tímida recuperação.

Posicionamentos Problema 1 (revisão da planilha econômica de impostos)

Entretanto revisar a Planta Genérica de Valores que embasa o cálculo do IPTU paulistano – ao fixar os valores venais de R\$ 3,4 milhões de imóveis – não se confunde com uma elevação do ônus sobre toda a sociedade.

Se alguns edifícios têm o valor de mercado aumentado, por exemplo, porque se abriu uma estação de metrô nas cercanias, a planta de valores precisa ser corrigida para refletir a nova realidade.

Em São Paulo a lei exige que tal revisão ocorra em intervalos quadrienais. Como a última delas ocorreu em 2013, torna-se obrigatório realizá-la neste ano.

Problema 2 (planos políticos do prefeito)

Difícil interpretar como mera decisão administrativa, assim, o anúncio do prefeito João Doria – que ambiciona o posto de candidato do PSDB à presidência – de congelamento da planilha de valores venais. Ela sofrerá apenas correção inflacionária, em torno de 3%.

*Antes de mais nada, a situação orçamentária da prefeitura paulistana, **embora** não seja das mais alarmantes no calamitoso cenário nacional, limita sobremaneira sua capacidade de investimento.*

***Ainda que** a receita municipal tenha avançado 1,2% nos primeiros oito meses do ano, o custeio de educação, saúde e transportes cresceu em ritmo muito maior, a 16%, no mesmo período.*

Com o estresse nas contas da cidade, a margem de Doria para investir em melhorias urbanas se estreitou para cerca de R\$ 2 bilhões (em um Orçamento de R\$ 55 bilhões) em 2018.

Tal valor é menor do que os R\$ 3 bilhões em subsídios carreados para o sistema municipal de ônibus, uma distorção flagrante. Não obstante, João Doria, recém-eleito, decidiu congelar a tarifa.

*Naquela ocasião, o prefeito **que prefere ser visto como gestor** agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.*

Ele parece de novo inclinado a enveredar pelo mesmo atalho, renunciando a receita hoje escassa.

*A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, **o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.***

Resolução

***Por** desejáveis **que** sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.*

(Folha de S Paulo, 14/9/2017)

No segundo exemplo apresentado, tem-se dois problemas: a revisão da planilha econômica e os planos políticos do prefeito. O autor expõe aspectos diferentes dos assuntos; acreditamos que, por isso, a estrutura de editorial do tipo *discussão* contenha mais construções que denotam o sentido contrastivo.

Na apresentação da tese que será defendida no texto, defende-se a ideia da revisão dos valores do IPTU, porém não para todos, o que poderia afetar justamente o público-alvo do jornal, a classe média-alta. Dessa forma, a utilização dos recursos linguísticos que constroem o sentido de contraste contribui para a marcação da opinião favorável ao aumento do imposto. Quando se colocam em discussão os planos políticos do prefeito, aparecem a conjunção *embora* e a locução conjuntiva *ainda que*. A primeira introduz a visão geral sobre a economia de São Paulo, com a qual o editor, aparentemente, concorda, apresentando, em seguida, o seu posicionamento. Nesse caso, a conjunção *embora* constrói o processo coesivo em termos da metafunção interpessoal da língua, pois se relaciona à interação entre falante/escritor e às escolhas discursivas que essa relação demanda (HALLIDAY & HASAN, 2013).

Já o *ainda que* introduz uma informação no âmbito das atividades externas ao texto. O editor traz, para o texto, um dado que faz parte do mundo das experiências externas para se contrapor a ele por meio de outros dados que também fazem parte dessa esfera extratextual.

Então, com o uso do conectivo, dá-se menos valor à informação que vem junto a ele, e mais valor à que vem posteriormente, contribuindo para a defesa de seu ponto de vista de que é preciso aumentar a arrecadação tributária.

Como observa Neves (2000), assemelhando-se ao que afirmam Halliday & Hasan (2013), no primeiro caso, “a relação **concessiva** é apresentada como passando pelo julgamento do falante. Trata-se, pois, de uma relação entre **proposições**, não entre simples **estados de coisas**” (NEVES, 2000, p. 872) [grifos da autora], como acontece no segundo caso.

Nesse editorial, destacamos ainda a presença de duas estruturas que carregam o sentido contrastivo apesar de essa não ser sua principal função. No primeiro caso (*que prefere ser visto como gestor*), tem-se uma oração encaixada, como classificam Halliday & Matthiessen (2014) ou uma oração adjetiva restritiva, como classificam os manuais gramaticais. Segundo Halliday & Matthiessen,

O significado de uma oração encaixada, ou grupo frasal, que funciona como uma expansão é essencialmente definir, delimitar ou especificar. Então a oração encaixada característica é a “oração relativa definidora” (também chamada de

“restritiva”) (...). Sua função é especificar a qual(is) membro(s) da classe designada pelo nome Núcleo (...) está(ão) se referindo. (2014, p. 493) [tradução livre]³⁷

Entretanto, se observarmos todo o período em que se encontra a oração encaixada, podemos perceber o sentido de contraste em sua relação com as outras orações. Ou seja, além de definir o nome Núcleo *prefeito*, característica da relação lógico-semântica por *elaboração*, a oração encaixada também se relaciona circunstancialmente com as demais orações do período, o que define a relação por *realce*. Segundo Halliday & Matthiessen (2014, p. 497), esse tipo de oração é classificado como *oração relativa encaixada de realce*, pois são definidoras, como as de *elaboração*, mas apresentam um valor circunstancial.

Já no período *A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil*, há uma construção hipotática de relação lógico-semântica por *elaboração*, pois caracteriza-se algo mais que um grupo nominal. No entanto, se observarmos a relação com todas as informações apresentadas no período, podemos perceber o valor de contraste entre o que *seria ótimo* e o que *é duvidoso*, o que sugere a concessão.

Em ambos os casos em destaque, o editorialista indica uma oposição que não fica explícita, o que o protege de algum ataque posterior à sua argumentação, mas, ao mesmo tempo, indica seu posicionamento de acordo com a tese defendida no texto. Isso contribui para atingir o objetivo de um editorial, que é apresentar uma opinião, baseada em argumentos fortes, geralmente sobre assuntos polêmicos, como um aumento de arrecadação tributária.

O próximo editorial analisado – retirado do jornal Estado de S. Paulo (v. anexo p. 177) – aparenta ter mais características do tipo *desafio* pela forma como foi construída sua argumentação.

EDITORIAL (39)

Lula e a História

Chama-se apropriadamente “A Verdade Vencerá” o livro que Lula da Silva assina e com o qual anuncia, como costumam fazer os espíritos autoritários, sua pretensão de ser julgado somente pelo tribunal da História. É o que resta, já que, nos tribunais em que valem

³⁷ Texto original: The meaning of an embedded clause, or phrase, that is functioning as an expansion is essentially to define, delimit or specify. Thus the characteristic embedded expansion is the “defining relative clause” (also called “restrictive”), (...). Its function is to specify which member or members of the class designated by the Head noun (...) is or are being referred to.

as leis do País, o ex-presidente foi condenado por corrupção e sentenciado a mais de 12 anos de prisão – isto em apenas um dos vários processos aos quais ele responde.

Nesse tribunal da História ao qual Lula está a recorrer, as leis não contam, e sim a narrativa. E de construir narrativas o demiurgo de Garanhuns entende como poucos, tendo sido capaz de elaborar, para seus embasbacados adoradores, uma imagem de herói da ética e de campeão do povo, mesmo tendo sido o grande responsável pela catastrófica Presidência de Dilma Rousseff, sob a qual os pobres tanto padeceram. A construção histórica de Lula inclui absolvê-lo mesmo que se reconheçam seus crimes, como fez recentemente, em entrevista ao Valor, o ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel – para quem, afinal, “não somos uma sociedade de anjos, mas de homens e mulheres com virtudes e defeitos”, e “todos os governos podem cometer erros”, mas “o importante é ver os aportes que fazem a seu povo”. Ou seja, é a legitimação do bom ladrão e do bom selvagem como arquétipos de estadistas. Já que Lula provavelmente não poderá concorrer à Presidência por ser oficialmente fichasuja, Esquivel acha – a sério – que o petista poderá ao menos concorrer ao prêmio Nobel da Paz. É a atração dos semelhantes, que isso também existe.

Nada disso, obviamente, é casual ou gratuito. O Lula que emerge dessa narrativa é um homem que está sendo condenado não pela corrupção – que ele, de todo modo, jura não ter cometido –, mas sim porque sempre agiu no interesse dos pobres. Por esse motivo, os processos a que ele responde seriam fruto da sistemática perseguição de uma elite inconformada – que, no léxico lulopetista, é chamada de “eles” e que inclui todo o Judiciário, os empresários, a imprensa, o capital internacional e até o governo dos Estados Unidos.

Assim, Lula espera que o tribunal da História reconheça que o sistema judiciário nacional o condenou em razão de suas virtudes, e não de seus crimes. Lula seria, então, um prisioneiro político – e, como se sabe, só existem presos políticos em regimes de exceção. É nesse ponto, então, que a narrativa histórica que o lulopetismo pretende emplacar se conecta com a denúncia de que o impeachment de Dilma Rousseff foi um “golpe”. A “verdade” anunciada pelo libelo de Lula “vencerá”, segundo ele, quando houver o reconhecimento de que a acusação das “pedaladas” contra Dilma e de corrupção contra o ex-presidente foi pretexto para que uma gigantesca concentração de forças planetárias hostis ao povo humilde do Brasil desalojasse o PT da Presidência e impedisse Lula de voltar ao poder.

Não à toa, a narrativa lulopetista obviamente inspira-se na defesa que Fidel Castro

fez de si mesmo em 1953, quando foi preso depois de ter tentado derrubar o governo de Fulgencio Batista em Cuba. Fidel aproveitou a ocasião para confrontar o regime. Dizendo não temer a prisão – assim como Lula faz hoje –, o futuro ditador cubano argumentou que estava ali exclusivamente por ser um “dos homens que lutam pela liberdade e pela felicidade do povo”. Ademais, questionou a acusação segundo a qual havia se insurgido “contra os poderes constitucionais do Estado”, salientando que “a ditadura que oprime a nação não é um poder constitucional, mas inconstitucional”. Como se sabe, quando enfim tomou o poder, Fidel resolveu esse problema incorporando à Constituição o direito de oprimir a nação. Deve ser por esse motivo que Lula disse considerar Fidel “o maior de todos os latino-americanos”.

Mas, apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel, o tribunal da História já julgou e condenou aquele cruel ditador – e somente os liberticidas empedernidos ainda se empenham em sua defesa. Ao contrário do que aposta Lula, a História não perdoa.

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Dividindo o exemplo em etapas, tem-se:

Apresentação do tema (posição da pessoa citada + fato que refuta essa posição)

Chama-se apropriadamente “A Verdade Vencerá” o livro que Lula da Silva assina e com o qual anuncia, como costumam fazer os espíritos autoritários, sua pretensão de ser julgado somente pelo tribunal da História. É o que resta, já que, nos tribunais em que valem as leis do País, o ex-presidente foi condenado por corrupção e sentenciado a mais de 12 anos de prisão – isto em apenas um dos vários processos aos quais ele responde.

Apresentação da tese (a defendida pelo citado e pelo editor)

Nesse tribunal da História ao qual Lula está a recorrer, as leis não contam, e sim a narrativa. E de construir narrativas o demiurgo de Garanhuns entende como poucos, tendo sido capaz de elaborar, para seus embasbacados adoradores, uma imagem de herói da ética e de campeão do povo, mesmo tendo sido o grande responsável pela catastrófica Presidência de Dilma Roussef, sob a qual os pobres tanto padeceram.

Argumento 1

A construção histórica de Lula inclui absolvê-lo mesmo que se reconheçam seus crimes, como fez recentemente, em entrevista ao Valor, o ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel – para quem, afinal, “não somos uma sociedade de anjos, mas de homens e mulheres com virtudes e defeitos”, e “todos os governos podem cometer erros”, mas “o

importante é ver os aportes que fazem a seu povo”. Ou seja, é a legitimação do bom ladrão e do bom selvagem como arquétipos de estadistas. Já que Lula provavelmente não poderá concorrer à Presidência por ser oficialmente fichasuja, Esquivel acha – a sério – que o petista poderá ao menos concorrer ao prêmio Nobel da Paz. É a atração dos semelhantes, que isso também existe.

*Nada disso, obviamente, é casual ou gratuito. O Lula que emerge dessa narrativa é um homem que está sendo condenado não pela corrupção – **que ele, de todo modo, jura não ter cometido** –, mas sim porque sempre agiu no interesse dos pobres. Por esse motivo, os processos a que ele responde seriam fruto da sistemática perseguição de uma elite inconformada – que, no léxico lulopetista, é chamada de “eles” e que inclui todo o Judiciário, os empresários, a imprensa, o capital internacional e até o governo dos Estados Unidos.*

Assim, Lula espera que o tribunal da História reconheça que o sistema judiciário nacional o condenou em razão de suas virtudes, e não de seus crimes. Lula seria, então, um prisioneiro político – e, como se sabe, só existem presos políticos em regimes de exceção. É nesse ponto, então, que a narrativa histórica que o lulopetismo pretende emplacar se conecta com a denúncia de que o impeachment de Dilma Rousseff foi um “golpe”. A “verdade” anunciada pelo libelo de Lula “vencerá”, segundo ele, quando houver o reconhecimento de que a acusação das “pedaladas” contra Dilma e de corrupção contra o ex-presidente foi pretexto para que uma gigantesca concentração de forças planetárias hostis ao povo humilde do Brasil desalojasse o PT da Presidência e impedisse Lula de voltar ao poder.

Argumento 2

Não à toa, a narrativa lulopetista obviamente inspira-se na defesa que Fidel Castro fez de si mesmo em 1953, quando foi preso depois de ter tentado derrubar o governo de Fulgencio Batista em Cuba. Fidel aproveitou a ocasião para confrontar o regime.

*Dizendo não temer a prisão – assim como Lula faz hoje –, o futuro ditador cubano argumentou que estava ali exclusivamente por ser um “dos homens que lutam pela liberdade e pela felicidade do povo”. Ademais, questionou a acusação segundo a qual havia se insurgido “contra os poderes constitucionais do Estado”, salientando que “a ditadura que oprime a nação não é um poder constitucional, **mas inconstitucional**”. Como se sabe, quando enfim tomou o poder, Fidel resolveu esse problema incorporando à Constituição o direito de oprimir a nação. Deve ser por esse motivo que Lula disse considerar Fidel “o*

maior de todos os latino-americanos”.

Refutação

Mas, apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel, o tribunal da História já julgou e condenou aquele cruel ditador – e somente os liberticidas empedernidos ainda se empenham em sua defesa. Ao contrário do que aposta Lula, a História não perdoa.

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Como se pode perceber, o editor constrói toda sua argumentação com base em um discurso irônico entre o que é a sua tese e a tese defendida pelo “personagem” citado, no caso o ex-presidente Lula. A posição de Lula é apresentada explicitamente, inclusive o editor traz para seu texto argumentos de autoridade que defendem o mesmo posicionamento do ex-presidente. Entretanto, o editor sempre coloca um fato que desconstrói essa argumentação; essa refutação só fica clara ao final do texto com o último período. Esse tipo de construção aponta para um editorial do tipo *desafio* (Posição ^ Refutação), pois o editor argumenta contrariamente a uma opinião que precisa ser rebatida ao fim do texto.

Podemos notar que as estruturas que denotam contraste, em sua maioria, aparecerão justamente para rebater esse posicionamento da pessoa citada no texto, como acontece nas duas primeiras ocorrências (*mesmo tendo sido o grande responsável pela catastrófica Presidência de Dilma Rousseff, sob a qual os pobres tanto padeceram e mesmo que se reconheçam seus crimes*). Na primeira ocorrência, o editor deixa claro seu posicionamento acerca de quem é Lula, por isso opta pela forma reduzida do processo (*tendo sido*), o que dá à oração o tom de certeza sobre o que está sendo afirmado. Isso não ocorreria se o escritor optasse pela forma desenvolvida (*tenha sido*), que abre margem para a declaração de uma hipótese, o que acontece na segunda ocorrência.

Iniciando sua argumentação, apresentam-se trechos de uma entrevista de um ativista argentino defensor de Lula. Destacam-se duas passagens: *mas de homens e mulheres com virtudes e defeitos* e *mas “o importante é ver os aportes que fazem a seu povo”*. No primeiro caso, há uma *extensão por variação substitutiva*, em que *anjos* são substituídos por *homens e mulheres com virtudes e defeitos*. No segundo, há também uma *extensão*, porém *por adição adversativa*, pois considera-se o fato de *todos os governos poderem cometer erros* e acrescenta-se uma opinião que deveria amenizar esses erros. Nesse exemplo, podemos perceber que um mesmo conector (*mas*) pode expressar diferentes relações lógico-semânticas.

Como afirmam Halliday & Matthiessen (2014, p. 487), “alguns marcadores de expansão são multivalentes; eles podem marcar tanto elaboração e extensão quanto extensão e realce” [tradução livre]³⁸.

Continuando sua argumentação, podemos observar mais uma vez a oração relativa, dessa vez explicativa ou não definidora nas palavras de Halliday & Matthiessen (2014), trazendo um sentido além da pura descrição. No trecho *O Lula que emerge dessa narrativa é um homem que está sendo condenado não pela corrupção – que ele, de todo modo, jura não ter cometido –, mas sim porque sempre agiu no interesse dos pobres*, há uma relação lógico-semântica de *elaboração*. Entretanto, a elaboração deixa de ser somente uma explanação de comentário e passa a ter valor circunstancial de contraste quando observamos sua relação com as outras orações do complexo. Essa ideia de oposição ainda é reforçada pela expressão indefinida *de todo modo*.

Considerando o outro argumento de autoridade utilizado no texto, o editor reporta diretamente uma fala de Fidel Castro: “*a ditadura que oprime a nação não é um poder constitucional, mas inconstitucional*”. Nesse período, o conector *mas* foca a oposição somente no pós-modificador do nome Núcleo *poder*. Como menciona Neves (2000, p. 758), há um “contraste entre expressões de significação oposta”, caracterizando o que Halliday & Matthiessen (2014, p. 473) chamam de *variação substitutiva*.

Como era esperado, o parágrafo de *refutação* é o mais profícuo para analisarmos o sentido contrastivo. Há três passagens a serem destacadas: *Mas, apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel; e somente os liberticidas empedernidos ainda se empenham em sua defesa.*; e *Ao contrário do que aposta Lula.*. No primeiro trecho, temos um elemento circunstancial de *realce de contingência concessiva* (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 313), formado pelo conector *apesar de* e do grupo nominal *todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel*, que tem como nome Núcleo um termo gramaticalmente metafórico³⁹ que retoma um contexto exterior ao texto. Essa informação contrapõe-se à condenação de Fidel, o que não será um obstáculo aos *liberticidas empedernidos*. Por isso, o segundo trecho forma com a oração anterior (*condenou aquele cruel ditador*) uma relação paratática de *variação subtrativa*, excetuando algumas poucas pessoas que continuam seguidoras do ditador. Já no último caso, há o que Halliday & Matthiessen (2014, p. 500) consideram uma

³⁸ Texto original: Certain markers of expansion are multivalente; they can mark either elaboration and extension or extension and enhancement.

³⁹ “Metáfora gramatical é um termo usado na linguística sistêmico funcional em referência ao uso de um recurso gramatical para exprimir uma função que não lhe é intrínseca” (SARDINHA, 2007, p. 45).

“característica circunstancial no nome que serve como Núcleo”. No trecho *Ao contrário do que aposta Lula*, a palavra *contrário* já carrega a circunstância contrastiva em seu significado, e a oração encaixada acaba por funcionar como um pós-modificador.

Observando somente três exemplares de editoriais, já pudemos perceber que há diferentes formas de se construir léxico-gramaticalmente o sentido de contraste de acordo com as intenções do escritor e do contexto situacional e, principalmente, cultural em que os textos se realizam. Aprofundamos essa análise à medida em que exploramos mais textos pertencentes ao gênero.

3.3 Análise do *corpus* e resultados

Para diversificar nossa análise, selecionamos, entre os anos de 2017 e 2018, quatro veículos: os dois maiores jornais do Rio de Janeiro (O Globo e Jornal do Brasil) e os dois maiores de São Paulo (Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo). Nosso *corpus* é formado por quarenta editoriais, sendo dez de cada jornal.

A maioria dos editoriais selecionados são do tipo *exposição* (35). Encontramos ainda quatro do tipo *discussão* e somente um do tipo *desafio*.

Tabela 6 - Tipos de editoriais

Jornais	Tipos de editoriais		
	Exposição	Discussão	Desafio
O Globo	9	1	0
Folha de S. Paulo	8	2	0
Jornal do Brasil	9	1	0
Estado de S. Paulo	8	1	1

O maior número de editoriais do tipo *exposição* leva-nos a crer que o editorial jornalístico contemporâneo se fundamenta mais na defesa de uma tese que na construção de uma contra-argumentação, pois o editorial do tipo *exposição* tende a rebater menos as opiniões divergentes das defendidas no texto. Esse resultado está associado ao contexto de produção dos editoriais.

Segundo Marques de Melo (2003):

(...) o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de

equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. (p. 104)

No tipo *discussão*, o autor precisa negar uma posição que muitas vezes é defendida por grande parte da sociedade, como é o caso do aumento do IPTU, defendido no editorial (14) analisado anteriormente.

Já o tipo *desafio* é o mais difícil de ser encontrado justamente por enfrentar uma opinião muito específica, o que se torna mais ameaçador à face⁴⁰ do enunciador, que, nesse caso, é construída ideologicamente pelos editores do jornal. O único editorial do tipo *desafio* encontrado em nosso *corpus* aborda justamente a posição defendida por um ex-presidente em relação às suas atitudes como governante. Como o objetivo era contrapor-se a essa posição, o editorialista escolhe a organização Posição ^ Refutação.

A partir de nosso *corpus*, foi possível observar que os temas abordados estabelecem uma estreita relação com os tipos de editorial. Isso nos mostra que o contexto de situação atua interferindo na escolha do tipo de editorial que será construído.

Gráfico 1 - Temas de editoriais do tipo *discussão*

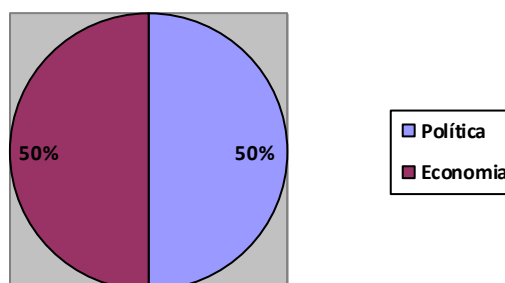
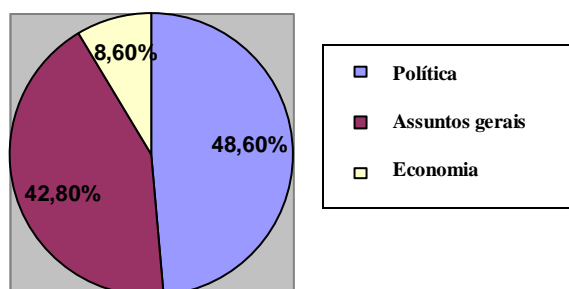


Gráfico 2 - Temas de editoriais do tipo *exposição*



⁴⁰ “O termo *face* pode ser definido como um valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha tomada por ela durante um contato específico. Face é a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados (...)” (GOFFMAN, 1967, p. 5)

Com base nos gráficos, podemos notar que os editoriais do tipo *exposição* abordam um maior número de temas, dos mais aos menos polêmicos. Já os de tipo *discussão* tendem a abordar temas considerados mais polêmicos, como política e economia nacionais, no contexto brasileiro atual por justamente serem passíveis de apresentar opiniões divergentes.

É importante destacar também a grande quantidade de editoriais sobre política. Como a seleção dos textos ocorreu justamente no período eleitoral brasileiro, isso influenciou na escolha dos assuntos abordados nos editoriais. Mesmo na categoria *Assuntos gerais*, os textos abordavam questões pautadas em toda troca de governo, como segurança, corrupção e transportes.

Embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade [os editoriais] encerram uma relação de diálogo com o Estado. A leitura de editoriais de jornais diários, por exemplo, inspira-nos (...) à compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. (SOUZA, 2006, p. 62)

Nas tabelas a seguir, apresentamos as estruturas de contraste encontradas, as canônicas e as não canônicas, separadas pelos tipos de editoriais. Baseando-nos na teoria teleológica de gêneros de Martin (2000) e na classificação sugerida por Rose (2010), as estruturas foram analisadas de acordo com a etapa do gênero em que se encontram (apresentação, desenvolvimento ou conclusão)⁴¹, de acordo com o eixo tático pelo qual se ligam as orações, de acordo com a relação lógico-semântica que expressam e de acordo com a realização léxico-gramatical.

⁴¹Para fins de análise e comparação, generalizamos as etapas que formam cada um dos tipos de editoriais (exposição, discussão e desafio) em *apresentação, desenvolvimento e conclusão*.

Tabela 7- Estruturas contrastivas em editoriais do tipo *exposição*

<i>Estruturas contrastivas</i>	<i>Etapa do gênero</i>	<i>Táxis</i>	<i>Relação lógico-semântica</i>	<i>Realização léxico-gramatical</i>
(1) O estado de Roraima, com ampla extensão de fronteiras com o país vizinho, é a principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, mas o problema aflige toda a região.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa ⁴²
(2) O lugar, com capacidade para 15mil pessoas, foi vetado por falhas na prevenção contra incêndio e pânico, mas acabou liberado posteriormente.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(3) o grupo cobrava propina de estabelecimentos para que fossem liberados do cumprimento das normas de segurança, que, em tese, deveriam valer para todos.	apresentação	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(4) Espalha-se por todos os lugares, mesmo os que pareceriam insuspeitos,	conclusão	encaixamento	elaboração	Oração adjetiva restritiva
(5) As autoridades e a sociedade não podem transigir com os malfeitos, quaisquer que sejam.	conclusão	hipotaxe	Realce: concessão	Oração adverbial (introduzida por pronome indefinido)

⁴²Para clareza de análise, optamos por manter a nomenclatura tradicional para as realizações léxico-gramaticais.

(6) Esta perdeu as eleições de 2016 por estreita margem, mas seu partido, o Força Popular, passou a ter amplo controle do Congresso.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(7) Embora ainda não se tenha comprovado algum favorecimento à empresa brasileira, ele deixará aos peruanos más lembranças, seja pela inépcia administrativa ou pela capitulação ao fisiologismo.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(8) os serviços secretos dos Estados Unidos conheciam, com detalhes, o risco de um atentado daquela magnitude, mas guardaram para si, e só para si, dados referenciais que poderiam frustrar o crime.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(9) Poucos, entre os que antecederam o atual, ostentaram tamanho ânimo para conceder, sempre ameaçado pelo fatal risco da ingovernabilidade.	desenvolvimento	hipotaxe	Elaboração	Oração adjetiva explicativa reduzida de particípio
(10) Esse tipo de diálogo no balcão, ainda que à custa de enorme sacrifício, pode levar o governante a superar as sucessivas crises que abalaram e ainda abalam o Planalto.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Oração adverbial com verbo elíptico

(11) É o exercício de algo que, contrastado com a realidade dos fatos , pode ganhar, como eufemismo, o rótulo de composição em nome dos interesses nacionais...	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa reduzida de participio
(12) Devem os postulantes comportar-se como bactérias benígnas, que discretamente obtêm coisas do governo, sem acabar com as forças dele; ao contrário do papel que exercem as bactérias malignas, que destroem o corpo onde sugam.	desenvolvimento	encaixamento	Realce: concessão	sinagma preposicionada (nome Núcleo circunstancial)

(13) Mesmo não estando à mostra pesquisas atualizadas, as que foram dadas a conhecer no segundo semestre do ano passado servem para confirmar que permanece alta a incidência migratória.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(14) Num espetáculo indigno de uma Corte cuj a função é ser obstáculo aos excessos do poder , a maioria de seus ministros aceitou prestar vassalagem ao chefão petista.	apresentação	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva restritiva
(15) se ainda subsiste alguma instituição do estado que não esteja subordinada ao patronato político – do qual Lula, a despeito da sua apregoada identidade com a gente comum, é um dos maiores expoentes.	desenvolvimento			Locução prepositiva (grupo adverbial)

(16) O demiurgo de Garanhuns não tem mais foro privilegiado, e no entanto foi tratado no Supremo como se tivesse.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(17) Esse julgamento do mérito foi marcado para o dia 4 de abril, mas nada impede que algum ministro invente criativo expediente para adiar o desfecho do caso indefinidamente, como tem acontecido com frequência no Supremo.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(18) Quando ficou claro que a sessão seria encerrada sem a votação do habeas corpus, a despeito da urgência do caso – um dos ministros alegou cansaço, outro disse que tinha viagem marcada -, a defesa pediu a liminar, que acabou aceita.	desenvolvimento			Locução prepositiva (grupo adverbial)
(19) Não espanta o empenho de muita gente para adquirir o direito de ser julgado ali, ainda que seja por vias tortas, como Lula.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa concessiva
(20) “Bonito por fora, vazio por dentro, um estádio de futebol sem futebol”.	desenvolvimento			Aposição / preposição
(21) Contudo, a Constituição não dá poderes ao Congresso caso o Judiciário se arvore em legislador, ainda que o texto constitucional, no artigo 103, parágrafo 2º, proíba o Supremo Tribunal Federal (STF) de legislar.	apresentação	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa concessiva

(22) O contribuinte, sobre cujos ombros recai a conta dessa benemerência , não tem como impedir que o pagamento seja feito porque o Legislativo não tem poder para reformar as decisões normativas do Judiciário.	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(23) Apenas o Supremo poderia fazê-lo, mas não o faz.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa

(24) Como esquecer que foi graças à inventividade do Supremo que a presidente Dilma Rousseff foi cassada, mas teve seus direitos políticos preservados?	desenvolvimento	parataxe	Extensão: aditiva adversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(25) Ou que o Supremo suspendeu mandatos de parlamentares a seu bel-prazer, sem nenhum amparo constitucional?	desenvolvimento			Preposição (grupo adverbial)
(26) (...) o Congresso muitas vezes opta por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, o que é uma inaceitável desmoralização institucional .	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa ⁴³
(27) São notáveis os efeitos, na produção agrícola, do emprego de novas tecnologias, que exigem mais capital, mas resultam em ganhos expressivos da produtividade.	apresentação	parataxe	Extensão: aditiva adversativa	Conjunção coordenativa adversativa

⁴³ V. nota de rodapé p. 128.

(28) Emprega-se menos e os novos empregos exigem profissionais mais qualificados, aos quais, em contrapartida , oferecem remuneração mais alta.	apresentação			Locução prepositiva
(29) Isso pode parecer má notícia, mas não é.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(30) A fiscalização das contas de uma campanha eleitoral não é uma mera formalidade legal, como isso em que parece ter se transformado .	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: modo: comparação	Oração subordinada adverbial comparativa
(31) Mesmo os partidos políticos que cumprem rigorosamente o que determina a lei eleitoral , ou seja, entregam suas prestações de contas no prazo apontando as receitas e despesas das campanhas de seus candidatos, esbarram na incapacidade da Justiça Eleitoral (...)	desenvolvimento	encaixamento	elaboração	Oração adjetiva restritiva
(32) (...) esbarram na incapacidade da Justiça Eleitoral em desempenhar um papel que é uma de suas razões de existir, talvez a principal delas .	desenvolvimento	encaixamento	elaboração	Oração adjetiva restritiva
(33) O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$ 446 milhões no ano passado, mas a dívida total diminui, pendências bilionárias são	apresentação	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa

resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa.				
---	--	--	--	--

(34) Seus compromissos ainda são muito grandes, mas a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 bilhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 bilhões um ano mais tarde.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(35) A relação entre o endividamento líquido e a geração de caixa subiu de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes no fim de dezembro, mas a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(36) A empresa está mais protegida contra desmandos do executivo, mas , com algum esforço, o próximo presidente da república ainda poderá subordiná-la a fins pessoais e partidários.	conclusão	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(37) O mau uso dos ativos não é fruto de uma suposta especialização do País em áreas equivocadas, diz o estudo, rebatendo a ideia de que o problema da produtividade nacional seria uma decorrência de decisões históricas erradas.	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa reduzida de gerúndio

(38) Dentro de poucos anos, ao contrário do que ocorria antes, não se poderá contar com o impulso econômico decorrente de uma força de trabalho jovem e pujante.	desenvolvimento	encaixamento	Realce: concessão	Locução prepositiva (nome Núcleo circunstancial)
(39) Com frequência, políticas públicas continuam em vigor mesmo depois de terem se mostrado ineficazes.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: temporal	Oração subordinada adverbial temporal
(40) Foram claras as motivações políticas de Geraldo Alckmin, que fez as inaugurações sem que as obras estivessem inteiramente concluídas, pouco antes de se desincompatibilizar do governo do Estado para candidatar-se à Presidência da República.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: modal	Oração subordinada adverbial modal
(41) Mas é inegável que a pressa da colocação em serviço de uma estação como a Oscar Freire, da Linha 4 – Amarela, por exemplo, não deixará de ser útil à população, porque mesmo incompleta calcula-se que ela beneficiará mais de 20 mil passageiros por dia.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Oração subordinada adverbial concessiva reduzida elíptica
(42) A demanda por esse meio de transporte é tal que mesmo esse pouco já é um grande alívio.	desenvolvimento			Sintagma nominal

(43) O monotrilho da Linha 15 – Prata, mesmo sendo de construção mais rápida e barata, não fugiu à regra.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(44) A Estação Moema, que deveria ter sido entregue em dezembro de 2017 , funcionará de segunda a sábado apenas das 10 às 15 horas na primeira fase.	desenvolvimento	hipotaxe	Elaboração	Oração adjetiva explicativa
(45) Começou tarde demais, na década de 1970, quando a cidade já era uma das maiores do mundo .	desenvolvimento	hipotaxe	Elaboração	Oração adjetiva explicativa
(46) (...) o metrô vem se expandindo num ritmo arrastado, e essa tem sido uma constante de todos os governos desde 1974, com algumas variações para melhor que , no entanto, não alteram o quadro .	desenvolvimento	encaixamento	elaboração	Oração adjetiva restritiva + expressão adverbial concessiva
(47) Nem nos períodos de prosperidade econômica, o nível de investimento esteve à altura do desafio de dotar São Paulo de uma rede que corresponda a suas necessidades.	desenvolvimento			Advérbio de negação
(48) E estas, ao contrário da construção do metrô, seguem um ritmo acelerado.	desenvolvimento			Locução prepositiva (nome Núcleo circunstancial)

(49) Apesar da tensão com a radicalização da disputa política, a confiança dos brasileiros na democracia nunca foi tão grande (...).	apresentação			Locução prepositiva
(50) Em 1989, quando o Brasil votou para presidente pela primeira vez após o fim do regime autoritário , somente 43% dos eleitores pensavam assim [A população nunca expressou tanto apreço pelas regras do jogo democrático como agora].	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(51) Apesar da tensão com o acirramento da disputa política nos últimos dias, o país parece convicto de que realizará sua oitava eleição presidencial seguida em ambiente de plena democracia.	desenvolvimento			Locução prepositiva
(52) Dois presidentes escolhidos pelo voto popular nesse período foram afastados do cargo antes de concluir seus mandatos, mas nos dois casos a medida drástica foi tomada sem virada de mesa (...).	desenvolvimento	Parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(53) (...) foi esfaqueado por um opositor quando atravessava a multidão em Juiz de Fora, mas o ato hediondo felizmente não causou mais violência.	desenvolvimento	Parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa

(54) O capitão reformado lançou suspeitas sobre a segurança do sistema eletrônico de votação, mas suas declarações inconsequentes não produziram efeitos até agora (...).	desenvolvimento	Parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(55) O Congresso Nacional, que ora se renova, terá também renovada a oportunidade para desfazer o paradoxo de ter-se tornado mais forte institucionalmente enquanto seus integrantes ficavam mais fracos e desgastados individualmente.	apresentação	Hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial proporcional
(56) Presidenciável atrai simpatias nas Forças, que têm sabido manter a isenção.	apresentação	hipotaxe	elaboração	Oração relativa explicativa
(57) (...) as peculiaridades do momento atual põem as Forças Armadas em evidência, ainda que involuntária, no cenário político.	apresentação	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa concessiva
(58) (...) os militares têm sabido manter sua isenção diante das não poucas tensões políticas nacionais dos últimos anos — e a despeito de terem assumido um protagonismo em muitos casos indesejado no período.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução prepositiva

(59) Também a degradação da segurança pública nacional contribuiu para a maior visibilidade recente das Forças Armadas, chamadas com frequência — e de modo equivocado e imprudente — a assumir atividades policiais.	desenvolvimento			Conjunção coordenativa aditiva
(60) Mesmo com os recursos de que dispõe, o estado mais rico da Federação tem alcançado resultados medíocres nos testes que permitem avaliar a qualidade do aprendizado na rede pública de ensino.	desenvolvimento			Advérbio de concessão
(61) Apesar da queda acentuada das taxas de homicídios, não se verificou progresso semelhante no combate a roubos e outros crimes contra o patrimônio (...).	desenvolvimento			Locução prepositiva
(62) O ambiente parece propício para a busca de soluções inovadoras, mas Doria e França desperdiçaram a chance oferecida pelo segundo turno (...).	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(63) Há que mudar de rumo, como de resto vinha buscando Michel Temer (MDB), mas falta o PSL explicitar qual rota pretende seguir.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(64) Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros gerais (...)	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa

(65) Balelas, mas que ajudaram a envenenar o ambiente.	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	oração adjetiva explicativa
(66) Os discursos em hora de vitória costumam se limitar a agradecimentos formais, mas , ontem à noite, rompendo com o habitual, Bolsonaro quis reafirmar questões pontuais de sua campanha.	desenvolvimento	Parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(67) O líder inglês é um bom professor, mas pagou com o fantasma de terrível depressão as obstinadas políticas que defendia.	Desenvolvimento	Parataxe	Extensão: aditivaadversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(68) Essa campanha, que terminou, mas se mantém viva para os meses seguintes, deixou marcas e machucados.	Desenvolvimento	Parataxe	Extensão: aditivaadversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(69) Embora seja uma prática histórica na esquerda, a autocrítica passa ao largo do PT.	Apresentação	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(70) Ela começou no governo Barack Obama, mas a atual gestão conseguiu elevar a níveis recordes o crescimento da economia (...).	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(71) É cenário desejável para qualquer chefe de Estado, mas insuficiente para dar tranquilidade a Trump (...)	desenvolvimento	Parataxe	Extensão: aditivaadversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(72) Acena com a militarização da divisa com o México, país aliado , a pretexto de conter a “invasão” de refugiados centroamericanos.	desenvolvimento			Sintagma nominal

(73) (...) o atual governo não teve um único momento de tranquilidade, mesmo quando veio aos meios de comunicação para mostrar resultados positivos de ações ministeriais.	apresentação	hipotaxe	Realce: temporal	Advérbio concessivo + Oração subordinada adverbial temporal
(74) agora sua casa ganha telhado de vidro, e o diálogo, quaisquer que sejam as intenções, nem sempre é produtivo.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Oração adverbial (introduzida por pronome indefinido)
(75) Temer que o diga, a despeito de investir pesado no entendimento com os parlamentares.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução prepositiva
(76) (...) empregam, mesmo sem poderem empregar.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Advérbio concessivo + preposição
(77) E a ameaçada redução de cargos comissionados (...) pode levar a algum resultado, minorando efeitos localizados, mas longe de ser a solução do problema.	desenvolvimento	parataxe	Extensão: aditiva-adversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(78) Nos estados, aprofundada a crise, mesmo que alguns consigam se manter, é impossível obter eventuais ajudas, (...).	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva
(79) O quadro é lastimável por todos os cantos, mas parece ter assumido proporções particularmente graves em Minas, (...).	conclusão	parataxe	Extensão: aditiva-adversativa	Conjunção coordenativa adversativa
(80) (...) os governantes não estão informados sobre a real situação das ligações terrestres; mas sabem que é cada vez mais próxima do	desenvolvimento	parataxe	Extensão: aditiva-adversativa	Conjunção coordenativa adversativa

calamitoso.				
(81) (...) a ferrovia se mostra infinitamente mais produtiva que qualquer sistema rodoviário; por mais eficiente que este seja, como parece ter sido nas décadas 50 e 60 do século passado, (...).	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução Conjuntiva subordinativa adverbial concessiva intensiva
(82) (...) mesmo que ausente alguma seriedade no pretendido complô, é preciso que os serviços de segurança investiguem (...).	desenvolvimento	Hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva
(83) já se disse, mesmo que tedioso insistir, que a integridade física de um presidente não lhe pertence, por ser objeto de preocupação e afetar a vida de todos.	desenvolvimento	Hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva
(84) O que não impede de confirmar que o detentor de poderes, se responsável, tem de cuidar da integridade, que, sendo pessoal , estende-se aos interesses de todo o país.	desenvolvimento	Hipotaxe	Realce: concessão	Oração subordinada adverbial concessiva reduzida de gerúndio
(85) (...) se estão ausentes Estados Unidos e China, os que mais produzem e também poluem, caem por terras as esperanças, mesmo que , no sábado, de ambos tenham partido vagas e inconsistentes promessas de atentar para o problema.	desenvolvimento	Hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva

(86) No fim de semana, ao bater em retirada, o presidente americano permitiu que se suspeitasse do pouco interesse que o governo tem dedicado às tragédias ambientais de seu próprio país, que matam e destroem com grande furor (...)	desenvolvimento	Hipotaxe	Elaboração	Oração adjetiva explicativa
---	-----------------	----------	------------	-----------------------------

Tabela 8- Estruturas contrastivas em editoriais do tipo *discussão*

<i>Estruturas contrastivas</i>	<i>Etapa do gênero</i>	<i>Táxis</i>	<i>Relação lógico-semântica</i>	<i>Realização léxicogramatical</i>
(1) O aspecto especial da sessão de hoje é que a prisão a partir de condenação na segunda instância é jurisprudência em vigor na Corte, mas , por manobra de ministros, o julgamento pode ir além do caso específico de Lula e fazer recuar este próprio entendimento do STF.	Apresentação	Parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa
(2) Caso isso ocorra, a Corte, por maioria de votos, retornará à norma que vigorou apenas entre 2009 e 2016, a partir de uma leitura estreita da Constituição pela qual a sentença começará a ser aplicada apenas depois de esgotados todos os recursos, o que significa, na prática, consagrar a impunidade.	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(3) o princípio, claramente expresso na Carta, não impede a	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa

prisão de um réu já condenado em duas instâncias, mesmo que ainda caibam contestações à decisão judicial.				adverbial concessiva
(4) Figuras de alta influência e de grande poder aquisitivo apresentam infindáveis recursos, de ordem puramente formal , para que o processo se prolongue, não raro até a prescrição da pena.	desenvolvimento			Sintagma preposicionado
(5) seria desmoralizador para o STF reverter, a esta altura, uma tese que, embora polêmica, se fixou em linhas gerais há pouco tempo.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessivo	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(6) STF acerta ao recusar tese da suspeição de Janot, da lavra da defesa de Temer; conduta da procuradoria, entretanto , ainda deve ser investigada.	apresentação	parataxe	Realce: concessivo	Conjunção coordenativa adversativa
(7) O recurso a uma figura de linguagem algo despropositada não vem a constituir, com efeito, sinal de desavença particular e pessoal entre o titular da PGR e o presidente da República.	desenvolvimento			Sintagma adjetivo
(8) Antes de mais nada, a situação orçamentária da prefeitura paulistana, embora não seja das mais alarmantes no calamitoso cenário nacional, limita sobremaneira sua capacidade de investimento.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(9) Ainda que a receita municipal tenha avançado 1,2%	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa

nos primeiros oito meses do ano, o custeio de educação, saúde e transportes cresceu em ritmo muito maior, a 16%, no mesmo período.				adverbial concessiva
(10) Naquela ocasião, o prefeito que prefere ser visto como gestor agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.	desenvolvimento	encaixamento	elaboração	Oração adjetiva restritiva
(11) A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(12) Por desejáveis que sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.	conclusão	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva intensiva
(13) Por mais que isso seja cristalino, não era o que vinha ocorrendo até o início do ano.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva intensiva
(14) A caixa concedeu empréstimos a Estados e municípios sem as garantias adequadas, (...)	desenvolvimento			Preposição
(15) A experiência agora prometida procura espelhar-se em modelos semelhantes de outros países, com a ressalva , que (<i>sic</i>) o novo governo não deve ignorar que fusões dessa	apresentação	encaixamento	elaboração	Locução prepositiva (nome Núcleo circunstancial)

magnitude estão sempre na dependência de conjunturas locais e do potencial financeiro construído em bases diferentes das que podemos oferecer hoje.				
(16) O que, não obstante os bons propósitos, pode condená-lo a uma incômoda encruzilhada: (...).	desenvolvimento			Expressão adverbial concessiva
(17) ter de apenas substituir velhas por novas normas reguladoras, mesmo com os canhões voltados para a desburocratização.	desenvolvimento			Advérbio de intensidade
(18) o governo pode se sentir estimulado a partir para metas mais audaciosas, com a intenção de acelerar a exportação a qualquer custo; e, para tanto, aplicando medidas para as quais o empresariado nacional talvez não esteja tecnologicamente preparado.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Oração adjetiva restritiva
(19) O superprojeto ainda permanece em fase embrionária, mesmo que o ministro Paulo Guedes tenha reunido suficiente conhecimento sobre a matéria.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva
(20) Nesse passo, talvez o superministro tenha conseguido ferir a questão essencial, prometendo salvar a indústria, “apesar dos industriais” .	conclusão			Locução prepositiva

Tabela 9 - Estruturas contrastivas em editoriais do tipo *desafio*

<i>Estruturas contrastivas</i>	<i>Etapa do gênero</i>	<i>Táxis</i>	<i>Relação lógico-semântica</i>	<i>Realização léxicogramatical</i>
(1) E de construir narrativas o demiurgo de Garanhuns entende como poucos, tendo sido capaz de elaborar, para seus embasbacados adoradores, uma imagem de herói da ética e de campeão do povo, mesmo tendo protagonizado os maiores escândalos de corrupção da história nacional (...)	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(2) mesmo tendo sido o grande responsável pela catastrófica Presidência de Dilma Rousseff, sob a qual os pobres tanto padeceram.	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Conjunção subordinativa adverbial concessiva
(3) A construção histórica de Lula inclui absolvê-lo mesmo que se reconheçam seus crimes	desenvolvimento	hipotaxe	Realce: concessão	Locução conjuntiva subordinativa adverbial concessiva
(4) “todos os governos podem cometer erros”, mas “o importante é ver os aportes que fazem a seu povo”.	desenvolvimento	parataxe	Realce: concessão	Conjunção coordenativa adversativa

(5) O Lula que emerge dessa narrativa é um homem que está sendo condenado não pela corrupção – que ele, de todo modo, jura não ter cometido - , (...)	desenvolvimento	hipotaxe	elaboração	Oração adjetiva explicativa
(6) apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel , o tribunal da História já julgou e condenou aquele cruel ditador	conclusão			Locução prepositiva
(7) Ao contrário do que aposta Lula, a História não perdoa.	conclusão	encaixamento	elaboração	Locução prepositiva (nome Núcleo circunstancial)

Com o foco no objetivo principal deste trabalho, passamos, neste momento, a aliar os tipos dos editoriais à quantidade de construções contrastivas. Acreditamos que a presença, em maior ou menor número, desse tipo de construção pode ser influenciada pelo tipo de editorial que está em análise. Apesar de encontrarmos somente um editorial do tipo *desafio* em nosso *corpus*, localizamos nele sete ocorrências de estruturas contrastivas, um número significativo se compararmos ao número encontrado nos outros dois tipos de editorial. Nos quatro editoriais do tipo *discussão*, foram encontradas vinte ocorrências de relações contrastivas; nos do tipo *exposição*, oitenta e seis, em um total de trinta e cinco editoriais. A partir dessas informações, podemos perceber uma relação entre o gênero e as escolhas léxico-gramaticais feitas pelo produtor do texto.

Tabela 10 - Relação entre o tipo de editorial e a ocorrência de estruturas contrastivas

Tipos de editorial	Quantidade de editoriais	Quantidade de estruturas contrastivas	Quantidade média de estruturas por editorial
<i>Exposição</i>	35	86	2,45
<i>Discussão</i>	4	20	5
<i>Desafio</i>	1	7	7

Como se vê, conforme Halliday,

(...) A língua evolui para satisfazer as necessidades humanas; e a forma como é organizada é funcional em relação a essas necessidades – não é arbitrária. Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, fundamentalmente, por referência a como a língua é usada. (HALLIDAY, 1994, p. xiii) [tradução livre]⁴⁴

Em seguida, foi feito o levantamento das estruturas contrastivas canônicas, como conjunções, preposições e locuções conjuntivas e prepositivas, e das demais estruturas que constroem esse mesmo valor, embora não sejam tradicionalmente relacionadas a ele. A partir desse levantamento, foi estabelecida a frequência com que essas estruturas aparecem em cada um dos três tipos de editorial.

Como vimos no capítulo dedicado à revisão de literatura dos compêndios gramaticais tradicionais, geralmente, a noção semântica de contraste é discutida quando se abordam os temas conjunção e período composto. Entretanto, ainda nesse mesmo capítulo, observou-se que há obras que já apresentavam outros recursos linguísticos capazes de realizar o sentido contrastivo. Como afirmam Halliday & Matthiessen (2014, p. 665), “(...) há domínios semânticos que alcançam mais que uma única unidade gramatical” [tradução livre]⁴⁵.

Nos editoriais selecionados, foram encontradas sessenta (60) construções de sentido contrastivo, dentre elas: quarenta e uma (41) iniciadas por conjunções/preposições ou locuções conjuntivas/prepositivas – todas consideradas estruturas canônicas –; e dezenove (19) introduzidas por outras formas léxico-gramaticais, que, no contexto, constroem o sentido de contraste.

Tabela 11- Relação entre tipos de editorial e quantidade de estruturas canônicas e não canônicas

Tipo de estrutura	Tipo de editorial			Total
	Exposição	Discussão	Desafio	
Canônicas	59	13	6	41
Não canônicas	26	7	1	19

Com base nessa análise, podemos observar que, apesar de as conjunções/locuções conjuntivas ainda serem as mais utilizadas no gênero editorial, as outras formas de contraste já são bem numerosas. Isso sugere que, numa leitura superficial do texto, alguns sentidos podem passar despercebidos para o leitor, por não estarem explicitamente representados pelas estruturas canônicas, sendo esses sentidos alcançados somente quando o leitor consegue

⁴⁴ (...) Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to these needs – it is not arbitrary. A functional grammar is essentially a ‘natural’ grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.

⁴⁵ (...) there are semantic domains that range over more than a single grammatical unit.

estabelecer relação entre o texto, seu contexto de cultura e, mais amplamente, a ideologia presente no discurso.

(...) de maneira geral, usar a língua é usá-la para codificar posicionamentos e valores particulares. Entretanto, por questões ideológicas, a maioria dos usuários da língua não foi ensinada a identificar a ideologia em um texto, mas sim a ler textos como representações naturais e inevitáveis da realidade.

A implicação de se identificar a ideologia em um texto é que, como leitores, precisamos desenvolver habilidades para sermos capazes de explicitar as posições ideológicas codificadas, talvez de forma a resistir a elas ou a desafiá-las. Isso significa que precisamos de um jeito de falar sobre como a língua não está somente representando, mas efetivamente construindo nossa visão do mundo. (EGGINS, 2004, p. 11) [tradução livre]⁴⁶

Observando os recursos léxico-gramaticais utilizados nos 40 editoriais, chegamos ao seguinte quadro:

Tabela 12 - Realizações léxico-gramaticais do sentido de contraste

Conjunções/locuções conjuntivas	Preposições/locuções prepositivas	Outras formas
Mas, e, mesmo (que), ainda que, por (...) que, entretanto, embora, no entanto.	Sem, ao contrário de, a despeito de, em contrapartida, apesar de, com ressalva de.	Orações definidoras e não definidoras, verbos, adjetivos, expressões indefinidas, outras conjunções, advérbios focalizadores.

Como podemos observar, os editoriais analisados mostram que nem todas as conjunções/locuções conjuntivas, tradicionalmente apresentadas nos manuais como concessivas e adversativas, são encontradas em situações reais de uso. Por exemplo, não encontramos ocorrências de *conquanto* ou *posto que* nos exemplares analisados. Como já era esperado, entretanto, o conector *mas* é o mais utilizado para construir a noção de contraste.

Além das estruturas canônicas, podemos destacar alguns recursos léxico-gramaticais que nos chamaram a atenção:

(14) Num espetáculo indigno de uma Corte cuja função é ser obstáculo aos excessos do poder, a maioria de seus ministros aceitou prestar vassalagem ao chefe petista.

⁴⁶ Texto original: (...) to use language at all is to use it to encode particular positions and values. However, for reasons which are themselves ideological, most language users have not been educated to identify ideology in text, but rather to read texts as natural, inevitable representations of reality.

The implication of identifying ideology in text is that as readers of texts we need to develop skills to be able to make explicit the ideological positions encoded, perhaps in order to resist or challenge them. This means we need a way of talking about how language is not just representing but actively constructing our view of the world.

- (22) *O contribuinte, sobre cujos ombros recai a conta dessa benemerência, não tem como impedir que o pagamento seja feito porque o Legislativo não tem poder para reformar as decisões normativas do Judiciário.*
- (2) *Caso isso ocorra, a Corte, por maioria de votos, retornará à norma que vigorou apenas entre 2009 e 2016, a partir de uma leitura estreita da Constituição pela qual a sentença começará a ser aplicada apenas depois de esgotados todos os recursos, o **que significa, na prática, consagrar a impunidade.***
- (10) *Naquela ocasião, o prefeito **que prefere ser visto como gestor** agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.*

Tanto no caso das adjetivas restritivas (definidoras), exemplos 14 e 10, quanto das adjetivas explicativas (não definidoras), exemplos 22 e 2, a argumentação é suavizada pela carga descritiva que o processo de elaboração acarreta, deixando a cargo do leitor inferir o valor contrastivo que está por trás dessa descrição, em relação ao conteúdo das outras orações que formam o complexo oracional. O editorialista, então:

(...) foge da responsabilidade que assumiu na argumentação, ao negar que tenha compromisso com um raciocínio corretamente reconstruído, do ponto de vista lógico e pragmático. O que ele faz é recusar que, na sua fala, haja o implícito desvelado pelo outro. Não quer responsabilizar-se por aquilo que se pode inferir de suas afirmações. (FIORIN, 2015, p. 208)

O grau de inferência torna-se menor quando, por exemplo, aparece algum tipo de recurso que deixa claro o valor de contraste, como uma expressão adverbial, uma conjunção ou uma locução prepositiva.

- (46) (...) *o metrô vem se expandindo num ritmo arrastado, e essa tem sido uma constante de todos os governos desde 1974, com algumas variações para melhor **que, no entanto, não alteram o quadro.***
- (65) *Balelas, mas **que ajudaram a envenenar o ambiente.***
- (7) ***Ao contrário do que** aposta Lula, a História não perdoa.*

Nos enunciados 46 e 65, a locução adverbial *no entanto* e a conjunção *mas* funcionam como recursos enfáticos para realçar o contraste entre o conteúdo da oração principal e o da

adjetiva. A perspectiva da “visão de cima”, ou seja, contextual, materializa-se léxicogramaticalmente, unindo as relações de elaboração e de realce.

Já o exemplo 7 é um dos tipos de encaixamento de orações de realce descritos por Halliday & Matthiessen (2014) (cf. p. 80), em que a relação circunstancial está no nome núcleo da locução prepositiva (*contrário*) e não na oração encaixada.

O valor contrastivo também fica implícito quando há a utilização de conjunções que, tradicionalmente, expressam outros valores, como nos exemplos a seguir:

(30) *A fiscalização das contas de uma campanha eleitoral não é uma mera formalidade legal, como isso em que parece ter se transformado.*

(54) *O Congresso Nacional, que ora se renova, terá também renovada a oportunidade para desfazer o paradoxo de ter-se tornado mais forte institucionalmente enquanto seus integrantes ficavam mais fracos e desgastados individualmente.*

(72) (...) *o atual governo não teve um único momento de tranquilidade, mesmo quando veio aos meios de comunicação para mostrar resultados positivos de ações ministeriais.*

Mais uma vez, atingir o contexto de produção textual é essencial para ler-se além do texto. Se permanecermos no nível da oração, entenderemos as orações destacadas como comparação, proporção e tempo. O contraste aparece quando entendemos a quebra de expectativa que existe entre o conteúdo das orações principais e o das orações subordinadas.

Uma última observação sobre esses recursos é a utilização cada vez mais gramatical da palavra *mesmo*. Além dos casos como o exemplo 72 anteriormente mencionado, em que *mesmo* aparece como intensificador ou focalizador, dando ênfase ao valor contrastivo, encontramos enunciados em que a palavra *mesmo* foi a responsável pelo valor de contraste, sugerindo uma possível gramaticalização da palavra, que estaria incorporando o sentido concessivo apresentado pela locução *mesmo que*.

(60) *Mesmo com os recursos de que dispõe, o estado mais rico da Federação tem alcançado resultados medíocres nos testes que permitem avaliar a qualidade do aprendizado na rede pública de ensino.*

No enunciado 60, a palavra *mesmo* é responsável por carregar a ideia de que o estado possui muitos e bons recursos disponíveis, porém não consegue atingir qualidade em ensino. Se não houvesse a palavra *mesmo*, o sentido do complexo oracional seria outro, totalmente diferente do que se quer realmente expressar. Além disso, por introduzir o Tema do complexo oracional, a informação introduzida por *mesmo* ainda ganha relevância na compreensão de todo o enunciado.

Saindo do complexo oracional, ainda encontramos o valor de contraste sendo expresso por sintagmas que não os tradicionalmente introduzidos por conjunções ou locuções conjuntivas e preposições ou locuções prepositivas. Esses sintagmas apresentam sentidos que traduzem a opinião do editorialista.

(7) *O recurso a uma figura de linguagem **algo despropositada** não vem a constituir, com efeito, sinal de desavença particular e pessoal entre o titular da PGR e o presidente da República.*

(72) *Acena com a militarização da divisa com o México, **país aliado**, a pretexto de conter a “invasão” de refugiados centro-americanos.*

Em ambos os casos, os sintagmas apresentam informações que apontam a opinião do editorialista. No enunciado 7, o editorialista deixa clara a sua opinião por meio de um adjetivo subjetivo (*despropositada*); já no exemplo 72, o aposto indica uma informação que faz parte do conhecimento de mundo dos interlocutores. O editorialista acredita ser importante lembrá-la ao leitor para que ele compartilhe de sua opinião.

Fazer os alunos da Escola Básica atingirem esses graus de inferência é fundamental para torná-los críticos sobre o que estão lendo, pois, baseando-se nas propriedades dos conteúdos que formam os enunciados, eles serão capazes de inferir a relação que existe entre eles mesmo quando esta não for explicitamente marcada léxico-gramaticalmente (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014).

Em nosso *corpus*, as estruturas de contraste foram utilizadas tanto para apresentar fatos que contribuem para a defesa da tese, como para expressar algum tipo de comentário, tornando o tom da defesa mais implícito, sentido construído, principalmente, pelas orações relativas.

- (1) *O estado de Roraima, com ampla extensão de fronteiras com o país vizinho, é a principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, **mas** o problema aflige toda a região.*
- (10) *Esse tipo de diálogo no balcão, **ainda que** à custa de enorme sacrifício, pode levar o governante a superar as sucessivas crises que abalaram e ainda abalam o Planalto.*
- (26) (...) *o Congresso muitas vezes opta por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, o **que é uma inaceitável desmoralização institucional***⁴⁷.

No exemplo (1), há uma informação factual introduzida pelo conector *mas*; nos exemplos (10) e (26), tem-se comentários acerca dos assuntos debatidos, porém a oração não definidora contribui para a marcação da opinião do editorialista de forma mais generalizada, uma vez que utiliza a *elaboração* para assumir um posicionamento contrário ao fato expresso na primeira oração. A oração secundária sai do âmbito do “embelezamento”, característico da relação lógico-semântica de realce, e passa ao âmbito da descrição.

(...) a elaboração hipotática é uma estratégia de introduzir no discurso uma informação contextual (...), uma caracterização, uma interpretação de algum aspecto da oração dominante, alguma forma de avaliação (...). Pode haver um sentido de comentário explanatório (...). (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 464 [tradução livre])⁴⁸

Consideremos, agora, duas outras possibilidades – canônicas – de construção da oração complexa do exemplo 26:

- (26a) *Embora o Congresso muitas vezes opte por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, isso é uma inaceitável desmoralização institucional.*
- (26b) *O Congresso muitas vezes opta por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, mas isso é uma inaceitável desmoralização institucional.*

⁴⁷ Importante destacar que, tradicionalmente, a oração *que é uma inaceitável desmoralização institucional* seria classificada como *relativa restritiva*, sendo, portanto, *relativa definidora*, segundo a Gramática SistêmicoFuncional. Entretanto, em Inglês, a estrutura correspondente, introduzida pelo relativo *which*, é classificada como *relativa não definidora*. Como, neste trabalho, pretendemos uma abordagem semântica e não formalista, conforme postula a LSF, acreditamos que a oração em questão funciona mais como um comentário (típico das relativas não definidoras) que como uma particularidade de um ser (típico das relativas definidoras). Classificamo-la, então, como uma *relação hipotática de elaboração* e não como *encaixamento*.

⁴⁸ Texto original: (...) hypotatic elaboration is a strategy for introducing into the discourse background information (...), a characterization, an interpretation of some aspect of the dominant clause, some form of evaluation (...). There may be a sense of explanatory comment (...).

Utilizando qualquer uma das construções introduzidas pelos conectores (*embora* ou *mas*), uma das orações, em 26a e 26b, acaba “perdendo importância” na construção da argumentação no texto. Para que não haja essa “perda”, o autor opta pela relação de *elaboração*, o que lhe permite valorizar tanto a informação da oração dominante como a informação da oração dependente.

Analisando a distribuição das construções contrastivas nos textos, constata-se que a maioria delas ocorre nas posições de *argumentação*, *posicionamentos* e *posição* dos editoriais do tipo *exposição*, *discussão* e *desafio*, respectivamente. A *argumentação* é justamente o momento em que se apresentam possíveis argumentos contrários à tese defendida no texto; os *posicionamentos* apresentados nos editoriais do tipo *discussão* são posições divergentes; e a *posição* é onde se apresenta, no texto, a opinião contrária à do enunciador. Por isso, pode-se perceber que os propósitos enunciativos das diferentes etapas dos textos demandam diferentes recursos léxico-gramaticais. Os recursos linguísticos que codificam o contraste são mais solicitados nas etapas em que os posicionamentos antagônicos se apresentam.

A língua, na visão funcionalista, não é um sistema autônomo, e a gramática é entendida em “referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução” (NEVES, 1997, P. 3). A gramática passa, então, a ser concebida como um potencial para a construção de significado. A gramática assim considerada analisa a estrutura da língua em relação a toda a situação comunicativa – os interlocutores, os objetivos do evento da fala, o contexto discursivo – e estabelece relações entre o sistema linguístico, seus elementos e as funções que eles cumprem na comunicação. (...). Dessa forma, não há como desvincular gramática e texto no processo de ensinoaprendizagem da língua. (DUTRA, 2013, p. 19)

Além dessas considerações, podemos fazer, ainda, uma análise entre as estruturas utilizadas, suas relações táticas e lógico-semânticas em relação à etapa do gênero em que se encontram, por tipo de editorial.

Figura 3 - Editorial tipo *exposição*

Gráfico 3: Relação entre eixos táticos e etapas do gênero

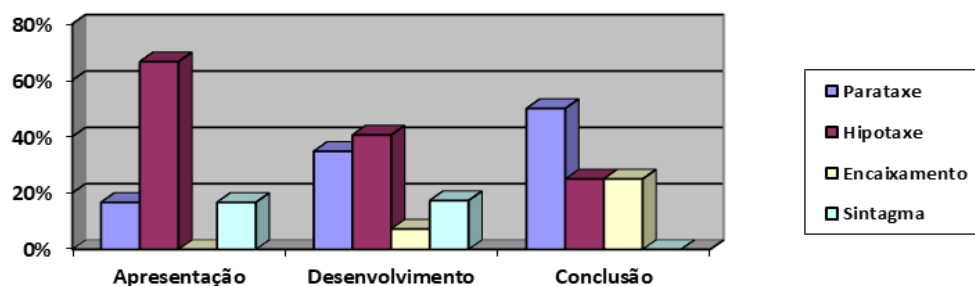


Gráfico 4: Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero

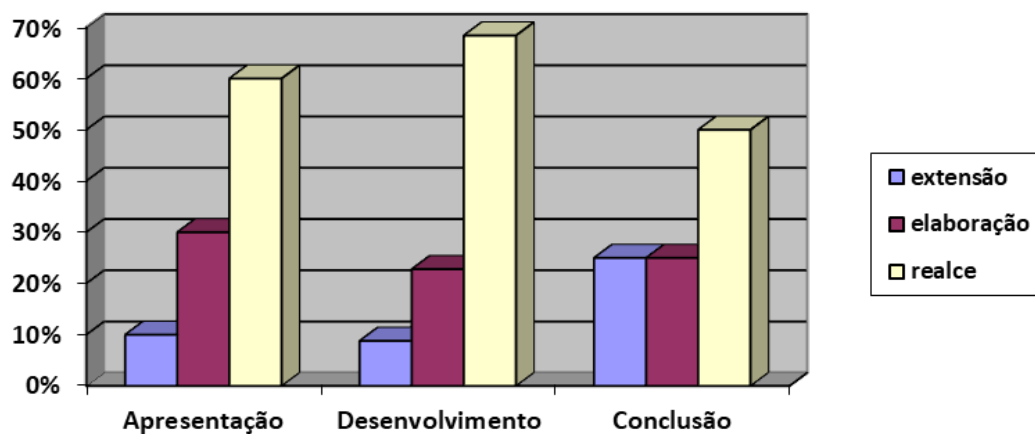
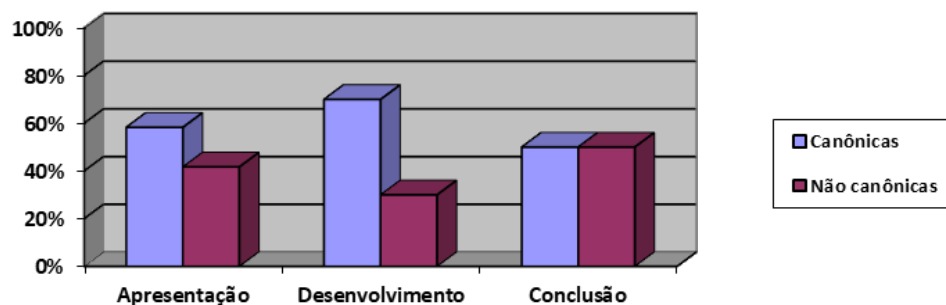


Gráfico 5: Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero



O editorial do tipo *exposição* é dividido da seguinte forma:

Tese[^]Argumentação[^]Reafirmação (cf. p. 98). No estágio de apresentação do gênero, encontramos a tese que será defendida no texto. Por isso, os recursos léxico-gramaticais devem servir a esse propósito. Como podemos observar, há um número maior de relações hipotáticas, com eixo lógico-semântico de elaboração e de realce.

A relação de realce aparece como estratégia para marcar fatos que contribuem para a afirmação da tese, como no exemplo a seguir:

(21) *Contudo, a Constituição não dá poderes ao Congresso caso o Judiciário se arvore em legislador, **ainda que** o texto constitucional, no artigo 103, parágrafo 2º, proíba o Supremo Tribunal Federal (STF) de legislar.*

Já as estruturas de elaboração aparecem como forma de comentar sobre o conteúdo informado anteriormente, dando um caráter mais subjetivo ao texto.

(3) (...) *o grupo cobrava propina de estabelecimentos para que fossem liberados do cumprimento das normas de segurança, **que, em tese, deveriam valer para todos.***

No desenvolvimento, momento em que o editorialista apresenta os argumentos para a defesa da sua tese, constatamos um número maior de relações de realce e de estruturas canônicas. Nesse estágio, o editorialista deve apresentar explicitamente sua argumentação, por isso os recursos léxico-gramaticais comumente utilizados são conectivos tradicionais, como *mas* e *ainda que*.

(7) ***Embora** ainda não se tenha comprovado algum favorecimento à empresa brasileira, ele deixará aos peruanos más lembranças, seja pela inépcia administrativa ou pela capitulação ao fisiologismo.*

(10) *Esse tipo de diálogo no balcão, **ainda que** à custa de enorme sacrifício, pode levar o governante a superar as sucessivas crises que abalaram e ainda abalam o Planalto.*

Nos trechos (7) e (10), há enunciados introduzidos por conectivos canônicos que indicam contraste. Em (7), *embora* introduz uma informação factual que não apresenta obstáculo ao conteúdo da oração dominante. Já em (10), *ainda que* indica a possibilidade de haver um *enorme sacrifício*, o que também não impede que se concretize o informado na

oração principal. Em (10), o editorialista faz um comentário acerca de um contexto externo ao texto, diferentemente do que acontece na elaboração.

(9) *Poucos, entre os que antecederam o atual, ostentaram tamanho ânimo para conceder, sempre ameaçado pelo fatal risco da ingovernabilidade.*

O contraste em (9) dá-se pela concessão que há entre *ostentaram tamanho ânimo para conceder* e *sempre ameaçado pelo fatal risco da ingovernabilidade*. A elaboração, ao contrário do que acontece em (10), apresenta uma explanação sobre a mensagem contida no enunciado.

Tanto os fatos quanto os comentários representados pelas estruturas canônicas e não canônicas contribuem para delinear o percurso argumentativo do editorialista da introdução à conclusão.

Se gêneros são processos sociais em estágios, orientados por um objetivo, pode-se esperar de uma perspectiva funcional que suas partes construirão experiência, serão interativas e nivelarão informação também. (...) como os textos, orações são sobre alguma coisa, elas interagem com alguém e instanciam informação. (MARTIN, 2000, p. 62) [tradução livre]⁴⁹

Por fim, na conclusão, as estruturas não canônicas aparecem para reafirmar a tese contida na introdução, seguindo o propósito do estágio de Reafirmação. Nos editoriais de tipo *discussão*, encontramos os seguintes resultados:

⁴⁹ Texto original: If genres are staged goal-oriented social processes, one might expect from a functional perspective that their pieces will construct experience, be interactive and stage information too. Rephrasing slightly, like texts, clauses are about something, they interact with someone, and they phase information.

Figura 4 - Editorial tipo *discussão*

Gráfico 6: Relação entre eixos táticos e etapas do gênero

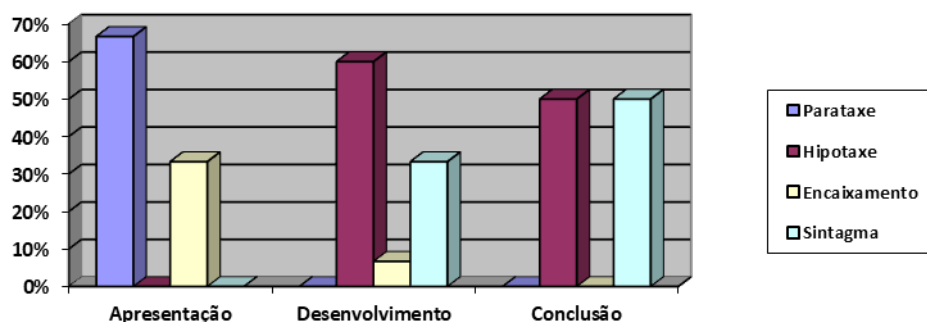


Gráfico 7: Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero

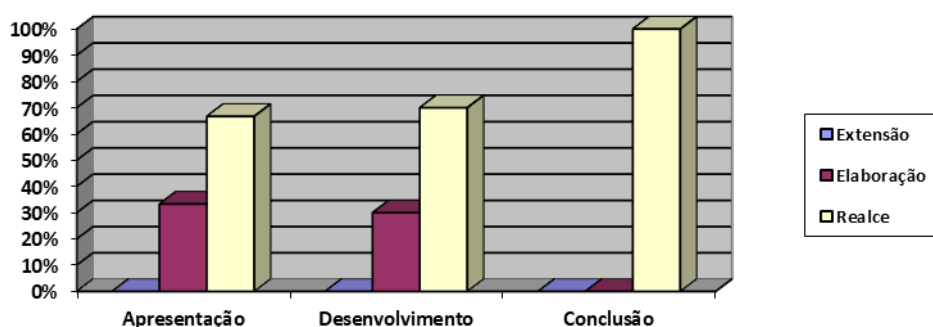
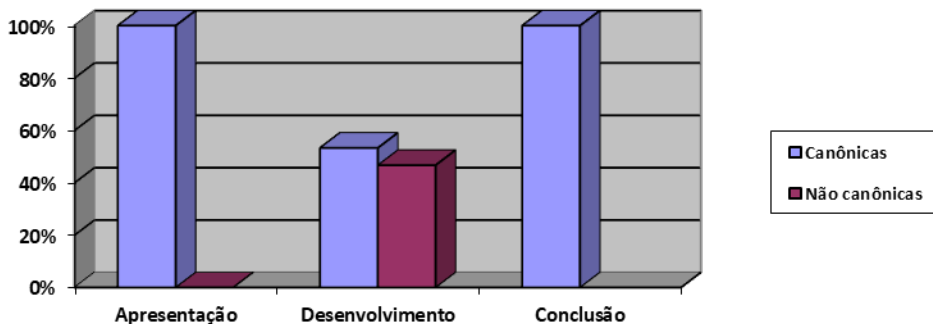


Gráfico 8: Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero



Os editoriais de tipo *discussão* apresentam os estágios de Problema^Posicionamentos^Resolução. Na apresentação, encontramos mais estruturas paratáticas justamente por exporem os diferentes lados do problema, dando-lhes o mesmo *status* informacional.

(1) *O aspecto especial da sessão de hoje é que a prisão a partir de condenação na segunda instância é jurisprudência em vigor na Corte, mas, por manobra de ministros, o julgamento pode ir além do caso específico de Lula e fazer recuar este próprio entendimento do STF.*

O conector *mas* aparece entre as duas orações para delimitarem-se os posicionamentos que existem acerca do problema.

Já na etapa de desenvolvimento (*posicionamentos*), as estruturas hipotáticas aparecem em maior número por mostrarem mais claramente a posição defendida pelo editorialista.

(3) *o princípio, claramente expresso na Carta, não impede a prisão de um réu já condenado em duas instâncias, mesmo que ainda caibam contestações à decisão judicial.*

A estrutura canônica hipotática de realce por concessão apresenta a opinião defendida pelo editorialista na oração dominante e uma outra opinião na oração dependente. Por meio da hipotaxe, pode-se perceber que as orações não estão no mesmo nível informacional, como acontece na parataxe.

(2) *Caso isso ocorra, a Corte, por maioria de votos, retornará à norma que vigorou apenas entre 2009 e 2016, a partir de uma leitura estreita da Constituição pela qual a sentença começará a ser aplicada apenas depois de esgotados todos os recursos, o que significa, na prática, consagrar a impunidade.*

(4) *Figuras de alta influência e de grande poder aquisitivo apresentam infundáveis recursos, de ordem puramente formal, para que o processo se prolongue, não raro até a prescrição da pena.*

Já as estruturas não canônicas marcam o contraste por apresentarem comentários do editorialista acerca do conteúdo expresso na oração dominante, como no exemplo (41), ou uma caracterização, por meio de um grupo sintagmático, que se contrapõe a uma expectativa, como em (43).

No momento de Resolução, encontramos uma estrutura hipotática realizada por uma oração intensiva e um sintagma introduzido por locução prepositiva de contraste.

(12) *Por desejáveis que sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.*

(20) Nesse passo, talvez o superministro tenha conseguido ferir a questão essencial, prometendo salvar a indústria, “*apesar dos industriais*”.

Nesse estágio, é preciso deixar claro o posicionamento defendido pelo editorialista e uma possível solução para o problema que foi debatido.

No único exemplar de editorial do tipo *desafio*, encontramos os seguintes resultados:

Figura 5 - Editorial tipo *desafio*

Gráfico 9: Relação entre eixos táticos e etapas do gênero

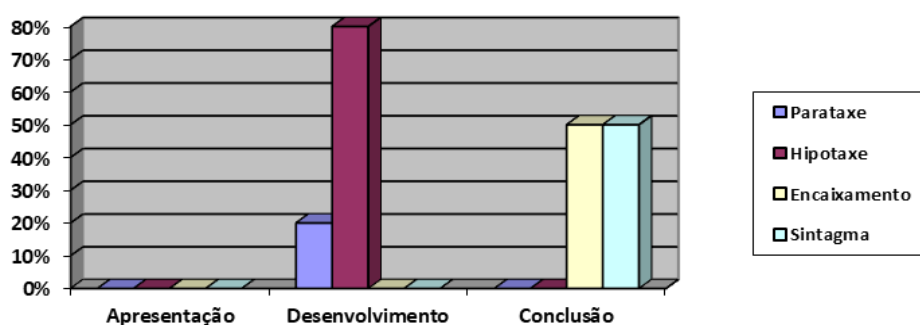


Gráfico 10: Relação entre relações lógico-semânticas e etapas do gênero

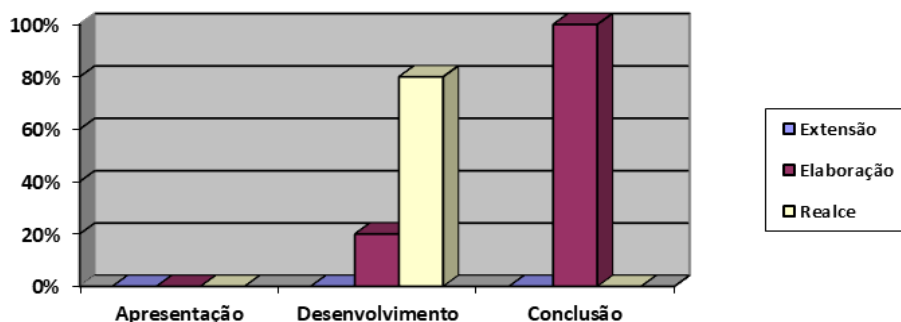
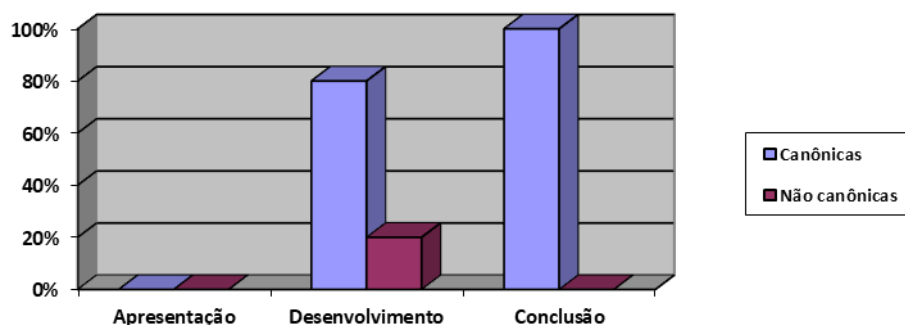


Gráfico 11: Relação entre estruturas canônicas e não canônicas e etapas do gênero



No editorial de tipo *desafio*, não foi encontrada nenhuma estrutura contrastiva no estágio de apresentação. Já no momento de argumentação, encontramos um número maior de relações hipotáticas, como no exemplo (1).

(1) *E de construir narrativas o demiurgo de Garanhuns entende como poucos, tendo sido capaz de elaborar, para seus embasbacados adoradores, uma imagem de herói da ética e de campeão do povo, mesmo tendo protagonizado os maiores escândalos de corrupção da história nacional e (...).*

Nesse enunciado, como em todas as ocorrências de hipotaxe encontradas no editorial, tem-se uma *sequência progressiva*, ou seja, sequência em que a oração dependente vem após a dominante (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). Segundo os autores, quando ocorre esse tipo de organização das orações em relações hipotáticas, a oração dependente “pode ser incluída na mesma unidade de informação da oração dominante, com o foco de informação Nova dentro da oração dependente” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 550) [tradução livre]⁵⁰. Isso acontece, pois a oração dependente está localizada na posição remática, em que, geralmente, fica o conteúdo novo, assumindo essa oração um valor diferenciado, o que não aconteceria se estivesse em posição temática.

Como já descrevia Othon Moacir Garcia:

(...) ao chegarmos a “fatores negativos”, já teremos apreendido o núcleo significativo do período, a sua ideia mais importante, expressa, como está, na oração principal; de forma que o que se segue (...), se bem que contenha ideias menos importantes, se encontra em posição de maior destaque. O que acontece então é o seguinte: como o essencial já foi dito, o secundário torna-se, apesar da posição, quase desprezível, sendo bem provável que o leitor “passe por cima”. No entanto, essa parte encerra ideias indispensáveis ao verdadeiro sentido da primeira (...). (2010, p. 70)

Assim, o autor se apropria do nivelamento desigual das relações hipotáticas para dar força ao conteúdo da mensagem da oração dominante, mas, ao mesmo tempo, coloca a oração dependente em posição de Rema, para mostrar que aquela informação não pode ser menosprezada, valorizando as duas opiniões que estão em confronto no editorial.

Já na conclusão, momento de Refutação da opinião do citado, no caso o ex-presidente Lula, houve a utilização de encaixamento e de sintagma adverbial, o que mostra a concisão necessária à assunção de um posicionamento contrário ao do defendido por Lula.

Dessa forma, pôde-se observar como as escolhas léxico-gramaticais, sejam elas do nível da oração ou do complexo oracional, são influenciadas pelos propósitos de cada estágio do gênero analisado.

⁵⁰ Texto original: (...) it may be included in the same information unit as the dominant clause, with the focus of the New information within the dependente clause (...).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos como se constrói léxico-gramaticalmente o valor de contraste em editoriais.

Conforme observamos na gramaticografia apresentada no capítulo 1, o sentido contrastivo pode ser expresso por diversas formas léxico-gramaticais. Tradicionalmente, atenta-se para a produção de sentidos quando se abordam temas como categorias circunstanciais (advérbios, majoritariamente), conjunções, preposições e os elos coesivos no período composto. Neste, aparecem as orações coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas.

Em estudos mais recentes, podemos perceber certa preocupação com os efeitos semânticos que podem ser produzidos pelas escolhas de determinados recursos linguísticos, o que contribui para a descrição da língua e para uma leitura mais crítica dos textos.

No capítulo 3, apresentamos a fundamentação teórica em que nos baseamos para analisar as estruturas encontradas nos editoriais. A Linguística Sistêmico-Funcional estuda a língua considerando seus aspectos sociossemióticos, ou seja, os falantes utilizam os recursos linguísticos para produzir significados relacionados a uma realidade sociocultural. Por isso, escolhemos textos contemporâneos, que fazem parte de uma cultura, atualmente, “bombardeada” de informações a todo instante.

Entendemos que essa cultura é representada por meio de gêneros, incluindo os editoriais. Na análise dos exemplares desse gênero que compõem nosso *corpus*, encontrada no capítulo 4, pôde-se perceber como a escolha dos recursos léxico-gramaticais é influenciada pelo propósito comunicativo do gênero e das etapas que o constroem.

Finalizada a análise do *corpus* deste trabalho, pôde-se perceber que o sentido de contraste é recorrente na construção da argumentação em textos *avaliativos*, como os classifica Rose (2010). Nesses textos, os recursos léxico-gramaticais devem servir à persuasão, levando o leitor a crer nas opiniões e ideias expostas.

Nos três tipos de editoriais (*exposição*, *discussão* e *desafio*), encontramos estruturas canônicas e não canônicas que podem expressar o valor de contraste. Entre as canônicas, verificou-se um número maior de orações iniciadas pelo conectivo *mas*. Entretanto, vale ressaltar que nem todas as ocorrências de *mas* representavam contraste. Por muitas vezes, representaram *substituição* ou *adição adversativa*, como definem Halliday & Matthiessen

(2014). De acordo com os autores, somente os enunciados relacionados pelo *realce* – *concessão* – “incorporam uma oposição lógica entre os dois termos; por isso tem-se uma estrutura correspondente de nexos hipotático” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 487) [tradução livre]⁵¹.

Portanto, somente os enunciados em que o *mas* expressou relação concessiva foram contabilizados, já que os outros, semanticamente, não representam contraste. Isso nos faz crer que, na realidade, o valor contrastivo propriamente dito é expresso pela concessão, podendo ser representado pela parataxe ou pela hipotaxe, dependendo das motivações contextuais. Já entre as estruturas não canônicas, verificou-se que as orações relativas foram amplamente utilizadas para marcar comentários contrastivos, ou seja, para introduzir explicações contraditórias acerca do conteúdo da mensagem da oração dominante. Esses comentários apareceram para fortalecer a argumentação do editorialista, definindo algo como positivo ou negativo no âmbito dos fatos analisados, o que foi observado pelos processos relacionais presentes na elaboração, fosse ela hipotática ou encaixada.

Assim, entende-se que, no caso das orações relativas, como afirmam Halliday & Matthiessen (2014, p. 480), há situações em que devemos adotar uma perspectiva ‘trinocular’, isto é, enquanto (1) a visão “de baixo” sugere elaboração, pois são estruturas de descrição e de comentário, (2) a visão “ao redor” e (3) “de cima” sugerem realce, pois há correspondentes de nexos hipotático de realce, e o desenvolvimento do texto apresenta uma relação circunstancial.

Uma análise semelhante leva-nos aos sintagmas, preposicionados ou não, que funcionaram como atributos circunstanciais. Nesses casos, esses grupos tiveram, além da função de caracterizar, a função de opor-se a alguma informação apresentada no complexo oracional ou na oração simples, o que, de certa forma, contribuiu para fortalecer um ponto de vista.

Essa relação entre os recursos léxico-gramaticais, seus sentidos expressos e os propósitos comunicativos de um texto faz-nos entender a afirmação de Halliday (1994, p. xvi) de que: “uma análise do discurso que não é baseada na gramática não é uma análise, mas simplesmente um comentário rápido sobre um texto” [tradução livre]⁵².

Embora o presente trabalho apresente certas limitações devido à quantidade de editoriais analisados, acreditamos que possa ser uma contribuição aos estudos linguísticos da

⁵¹ Texto original: Only the last [concessive] embodies a logical opposition between the two terms; there will therefore be an agnate hypotatic nexus (...).

⁵² Texto original: A discourse analysis that is not based on grammar is not an analysis at all, but simply a running commentary on a text: (...).

área, valorizando o uso dos recursos léxico-gramaticais em situações reais, ou seja, em textos exemplares de gêneros que representem uma cultura.

Uma das contribuições que vemos é a aplicação da LSF, teoria cuja gramática está baseada na Língua Inglesa, à Língua Portuguesa, permitindo-nos analisar os nexos oracionais sob uma perspectiva discursivo-funcional, diferentemente do que se faz tradicionalmente em nossas gramáticas.

Tendo como base uma gramática semântica, este trabalho permitiu-nos a interpretação dos recursos linguísticos utilizados na construção dos textos, aproximando-nos de uma visão de texto como processo. Nas palavras de Halliday:

um texto escrito é-nos apresentado como produto; nós o alcançamos como produto, e tornamo-nos atentos a seu aspecto 'processual' como um escritor, mas como leitor ou analista, a menos que conscientemente foquemos nas atividades as quais nos levam a sua produção. (HALLIDAY, 1994, p. xxii-xxiii) [tradução livre]⁵³

Ou seja, a gramática leva-nos à interpretação adequada e profunda de um texto, pois dá-nos suporte para uma compreensão textual e contextual, uma vez que texto e contexto têm uma relação recíproca. O contexto está encapsulado no texto e texto é uma instância do processo e do produto de um significado social em um determinado contexto (HALLIDAY & HASAN, 1989, p. 11).

Além de permitir a ampliação dos estudos linguísticos em Língua Portuguesa sob a perspectiva sistêmico-funcional, este estudo ainda pode contribuir para outros trabalhos que abordem gêneros do domínio jornalístico ou do tipo *avaliativo*, como artigos de opinião, verificando-se como o valor contrastivo é realizado nesses gêneros. Outros sentidos importantes para a argumentação também podem ser analisados, como causa, condição, modo, circunstâncias mais comuns de aparecerem em gêneros de avaliação.

A prática pedagógica pode aproveitar-se da descrição linguística de caráter semântico para ampliar os estudos de gramática em sala de aula, saindo da pura nomenclatura e metalinguagem, passando a um ensino mais dinâmico, que privilegie o uso e a função dos recursos léxico-gramaticais. Uma abordagem sistêmico-funcional dá-nos ferramentas para um trabalho reflexivo com a língua, despertando no aluno o interesse pelas inúmeras possibilidades pragmático-semânticas que a gramática nos oferece.

⁵³ Texto original: A written text is presented to us as product; we attend to it as product, and become aware of its 'process' aspect as a writer but not as a reader or analyst, unless we consciously focus on the activities which led to its production.

Essa reflexão linguística capacitará nosso aluno a ser um leitor e um produtor de textos mais eficiente, característica básica de um cidadão para que possa (inter)agir verdadeiramente na sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 12.ed. Rio de Janeiro: Houaiss Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 144 p.
- CASTILHO, Ataliba T. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo, n. 1, p. 107-120, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2010.
- DUTRA, Vania Lúcia Rodrigues. Ensino de Língua na Escola Básica: orientação funcional. *Linguagem em (Re)vista*. Niterói, ano 08, n.15-16, 2013.
- DUTRA, Vania Lúcia Rodrigues. *Relações conjuntivas causais no texto argumentativo*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- EGGINS, Suzanne. *An introduction to Systemic functional linguistics*. 2.ed. London; New York, 2004.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. 1.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. Nova York: Pantheon Books, 1967.
- GOUVEIA, Carlos A. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun., 2009.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold. 2ed. 1994.

HALLIDAY, Michael A. K. Estrutura e função da linguagem. *In: LYONS, John (org.). Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, Ruqaiya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael A. K. *Cohesion in English*. 2ed. New York: Routledge, 2013.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London; New York: Routledge, 2014.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

LONGHIN, Sanderléia Roberta; ILARI, Rodolfo. Uma leitura hallidayana das sentenças clivadas do Português. *Alfa*. São Paulo, n. 44, p. 193-213, 2000.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva: baseada nas doutrinas modernas*. 5.ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves & Cia, 1914.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTIN, J.R. *Grammar meets genre: reflections on the 'Sydney School'*. Aula inaugural na Universidade de Sydney, 2000, p. 47-95.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1978.

MEURER, JOSÉ LUIZ. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. *In: MEURE, JOSÉ L.; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p.17-29.

MOTTA-ROTH, Désirée; HEBERLE, Viviane Maria. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqaiya Hasan. *In: MEURER, J.L; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 27.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

ROSE, David. Genre in the Sydney School. *In: GEE, James Paul; HANDFORD, Mike. The Routledge handbook of discourse analysis*. London: Routledge, 2010.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SARDINHA, Tony Beber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SOUZA LIMA, Mario Pereira. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa*: para uso das escolas secundárias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

VIAN JR., Orlando. Estruturas potenciais de gêneros na análise textual e no ensino de línguas. *Linguagem em (Dis)curso*. Palhoça, SC, v.9, n.2, p. 387-410, 2009.

VIAN JR., Orlando; LIMA-LOPES, Rodrigo E. de. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. *In*: MEURER, J.L; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ANEXOS

Editoriais O Globo

Editorial 1 (discussão)

Lula no STF representa a impunidade

O julgamento de hoje, no Supremo, do pedido de habeas corpus da defesa de Lula, para que o ex-presidente não seja preso pelo fato de sua condenação pelo juiz Sérgio Moro ter sido confirmada por unanimidade na segunda instância, no TRF-4, de Porto Alegre, é cercado por tensão e pressões.

Isso porque a sessão da Corte pode ser um dos marcos – para o bem ou para o mal – em todo este processo de enfrentamento da corrupção pela Justiça, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, cuja primeira vitória de peso foi o julgamento do mensalão petista pelo STF, iniciado em 2012 e concluído com a condenação de políticos no poder. De grande ineditismo no Brasil.

O aspecto especial da sessão de hoje é que a prisão a partir de condenação na segunda instância é jurisprudência em vigor na Corte, mas, por manobra de ministros, o julgamento pode ir além do caso específico de Lula e fazer recuar este próprio entendimento do STF.

Caso isso ocorra, a Corte, por maioria de votos, retornará à norma que vigorou apenas entre 2009 e 2016, a partir de uma leitura estreita da Constituição pela qual a sentença começará a ser aplicada apenas depois de esgotados todos os recursos, o que significa, na prática, consagrar a impunidade. Principalmente de réus abastados, capazes de contratar advogados especialistas em explorar as infindáveis possibilidades de se protelarem processos no Brasil, até a prescrição dos crimes. Este é o perfil clássico do corrupto, do corruptor e do barão do crime organizado.

Se o julgamento beneficiar apenas Lula, ficará consagrado o retrocesso antirrepublicano de o sistema judiciário brasileiro, por meio da mais alta Corte, proteger os poderosos da política. Caso, além disso, vença o grupo na Corte que deseja, numa interpretação conveniente da Carta, permitir a volta de todos os possíveis recursos ao condenado em segundo grau, será o mais certo golpe na Lava-Jato e em qualquer outra ação de Estado contra criminosos de colarinho branco.

E como a lei “vale para todos”, também serão beneficiados criminosos comuns que já cumpriram pena a partir da segunda instância: homicidas, assaltantes, pedófilos etc. O que foi alertado pelo juiz Sérgio Moro em recente programa “Roda Viva”, da TV Cultura.

A relevância da sessão de hoje justificou que a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, fizesse um pronunciamento, na segunda-feira, para pedir “serenidade” à forças políticas e ideológicas que se chocam em torno do julgamento.

Coube à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, alertar ontem que, apenas no Brasil, o conceito de presunção de inocência passou a ser entendido como a exigência de a sentença ser válida só se passar por quatro instâncias – uma jabuticaba jurisdicional.

No entendimento da procuradora-geral, “isso aniquila o sistema de Justiça exatamente porque uma Justiça que tarda é uma Justiça que falha”. E será num momento em que o país mais precisa dela.

(O Globo, 4/4/2018)

Editorial 2 (exposição)

Aumento da violência é desafio para intervenção

Pelo que se viu nas ruas, especialmente durante o carnaval, já era de se esperar que os números da violência em fevereiro fossem ruins – a situação era tão caótica que o governo federal decretou intervenção na segurança do Rio. Mas as estatísticas divulgadas ontem pelo ISP se revelam ainda piores do que se poderia imaginar. Uma análise feita pelo GLOBO mostra que, nos dois primeiros meses de 2018, alguns índices atingiram os piores patamares em quase 30 anos. No caso dos roubos de cargas, de veículos, a pedestres e em ônibus, são os mais altos desde 1991, quando começou a ser feita a série histórica. Também foi recorde a quantidade de roubos de celulares e caixas eletrônicos.

O número de homicídios dolosos (com intenção de matar) teve uma redução de 13,1% (437 contra 503) em fevereiro de 2018, comparado ao mesmo mês do ano passado. Já os homicídios decorrentes de “oposição à intervenção policial” (mortes em confronto) aumentaram 17,6%, de 85 para 100 no mesmo período. Os roubos de veículos subiram 11,8%, indo de 4.286 para 4.792. Para outros tipos de crimes, a comparação com fevereiro de 2017 ficou prejudicada devido à paralisação de algumas atividades da Polícia Civil entre janeiro e abril, o que gerou uma subnotificação. Mesmo assim, percebe-se que os números divulgados estão nas alturas. Pela primeira vez, a quantidade de roubos a pedestres ultrapassou a marca de 15mil casos nos dois primeiros meses do ano (15.107).

Ao mesmo tempo em que esses números catastróficos explicam a intervenção na segurança, decretada no dia 16 de fevereiro, três dias após o carnaval, eles representam um desafio para a equipe do general Braga Netto. Porque refletem cruamente a gravidade da situação. As estatísticas evidenciam que os crimes que mais crescem são justamente aqueles que afetam a sensação de segurança da população, como roubos de celular (2.157 casos em fevereiro) e em coletivo (1.016).

Está certo o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, quando diz que não fará pirotecnia para reverter essa situação. O momento exige mesmo serenidade, e muito trabalho. As medidas anunciadas até agora estão na direção correta: combate à corrupção nas polícias, recomposição dos contingentes policiais e recuperação da frota.

Mas é preciso dar uma resposta à população. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Datafolha mostra que 76% dos cariocas apoiam a intervenção. Porém, a confiança num resultado positivo diminui à medida que o tempo passa, e a violência não cede. Por isso, os números de fevereiro são um alerta. A operação federal vai até 31 de dezembro. O relógio está correndo.

(O Globo, 4/4/2018)

Editorial 3 (exposição)

Facebook em novo caso de manipulação eleitoral

Ainda transcorrem nos Estados Unidos as investigações sobre a interferência russa para ajudar na vitória de Trump, há dois anos – em que o Facebook foi usado para distribuir notícias falsas, *fake News*, sobre a candidata democrata Hillary Clinton -, e surge outro escândalo muito semelhante, também envolvendo a rede social de Mark Zuckerberg.

No primeiro caso de manipulação eleitoral, foi informado depois, pelo próprio Facebook, que grupos russos difundiram 80mil posts na rede, durante mais de dois anos, com mensagens que foram vistas por 126milhões de americanos. Twitter e Google também foram usados para difundir este tipo de material.

A nova história é mais intrincada, também envolve o Facebook e ocorreu em torno das mesmas eleições de 2016, novamente para favorecer Trump, mas não só.

Uma empresa contratada pela campanha de Trump, a Cambridge Analytica, de consultoria, teve acesso a dados de perfil de navegação de 50milhões de usuários do Facebook, a partir de um aplicativo colocado na rede. Ele foi baixado por 270mil pessoas, e a partir delas levantaram-se informações dos 50milhões.

Com esta massa de dados, a Analytica formatou, desde 2014, campanhas políticas dirigidas a alvos definidos a partir daqueles milhões de perfis. Inclusive, no Brexit, na Grã-Bretanha.

Sugestivo que o trabalho da Analytica tenha sido algo supervisionado por Stephen Bannon, ideólogo de extrema-direita, conselheiro especial de Trump no início do governo. O trabalho foi financiado pelo bilionário Robert Mercer, que também fez grandes doações à campanha do candidato republicano.

Se no caso dos russos ficou evidente o risco que correm as sociedades abertas com essas grandes plataformas digitais – há um duopólio mundial de Facebook e Google - ,

na operação executada pela Cambridge Analytica, com Bannon nas proximidades, ocorreu uma inominável invasão de privacidade.

Esta é outra faceta deste mundo novo: enquanto circulam enxurradas de supostas informações misturadas com opiniões, sem que os consumidores desses maremotos de dados tenham condições de avaliar o que é verdade e o que é mentira, a vida privada tornou-se um conceito do passado. E a privacidade dos cidadãos é essencial na democracia. Mas também as pessoas precisam saber que essas plataformas digitais gigantescas, que operam de forma automática, não são fontes confiáveis.

Confirma-se que é essencial para a própria democracia que o fluxo de informações, de dados e de opiniões na sociedade seja feito de forma transparente e que haja cada vez mais consciência dos usuários desses sistemas digitais de difusão de textos, áudios e imagens que tecnologia por si só não garante confiabilidade. As eleições que se aproximam poderá ser um teste de manipulação para os brasileiros.

(O Globo, 22/3/2018)

Editorial 4 (exposição)

Xenofobia brasileira na ausência do poder público

Começa escapar ao controle o nível de tensão social causado pela crescente chegada de imigrantes venezuelanos em busca de melhores condições de vida no Brasil, diante do desmantelamento do regime de Nicolás Maduro. Ondas de xenofobia, com potencial para explosões de violência, se multiplicam e ganham contornos de ações organizadas mediante palavras de ordem de incitamento ao ódio.

A invasão de um abrigo de refugiados em Mucajaí (RR), na última terça-feira, após uma briga que resultou na morte de um brasileiro e de um venezuelano na madrugada de domingo, é o exemplo mais recente desse agravamento. Segundo relatos do Centro de Migrações e Direitos Humanos e da imprensa local, os abrigados foram expulsos e tiveram seus pertences queimados por manifestantes enfurecidos.

O estado de Roraima, com ampla extensão de fronteiras com o país vizinho, é a principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, mas o problema aflige toda a região. Considerando-se aqueles que buscam abrigo em outros países, como Colômbia e EUA, o êxodo da Venezuela já apresenta proporções comparáveis às das crises humanitárias em Oriente Médio, África e Ásia.

Além do problema de segurança e o impacto social nos municípios brasileiros, sem infraestrutura para o súbito aumento de população, há riscos sanitários, como os casos de sarampo registrados em Pacaraima, também em Roraima, gerando temor de um surto de uma doença que já estava erradicada. Assustada, a população se volta contra os vizinhos que acampam em praças e ruas ou são acolhidos em abrigos administrados por ONGs e centros religiosos. Fica evidente que o caos gerado pela crise venezuelana

é proporcional à ausência e à ineficiência do poder público, em especial do governo federal, na administração do problema com a presteza que a situação exige.

É positivo que um grupo de países tenha aproveitado a recente reunião de ministros de Finanças do G-20 em Buenos Aires para elaborar um pedido de ajuda financeira aos refugiados, por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes recursos, evidentemente não iriam para o governo de Maduro, mas diretamente para os países que estão abrigoando os refugiados, inclusive o Brasil.

Mas é preciso bem mais que isso. A situação requer uma ação direta e imediata nas áreas de acolhimento pelas autoridades federais dos países envolvidos, com apoio de entidades e instituições multilaterais, justamente para evitar a escalada de atos de violência xenófoba que começamos a ver, e o uso político de uma situação dramática, como a proposta de um pré-candidato à Presidência nas eleições de outubro de criar campos de refugiados para confinar os venezuelanos. É preciso agir imediatamente.

(O Globo, 22/3/2018)

Editorial 5 (exposição)

Supremo apoia Janot em mau momento de Temer

A poucos dias de deixar o cargo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recebeu o aval dos nove ministros do Supremo presentes à primeira parte da sessão de ontem, que rejeitaram o pedido da defesa de Michel Temer para que ele fosse declarado suspeito em investigações sobre o presidente. O ministro Edson Fachin, relator do caso, votou contra e foi seguido pelos demais.

Não surtiram efeito argumentos do advogado Antonio Mariz, de Temer, como o de que o uso da imagem das “flechas” que seriam disparadas enquanto houvesse “bambu” indicaria uma intensa inimizade do procurador com relação ao presidente, prejudicando, assim, sua atuação como procurador. Não houve concordância dos ministros.

Na segunda parte da sessão, com a presença do ministro Gilmar Mendes, que não esconde divergências com Janot e o Ministério Público no encaminhamento da colaboração premiada de Joesley Batista, foi iniciada a discussão sobre a validade das provas oriundas dessa delação.

Não houve tempo de se começar a votação, e a presidente da Corte, Carmen Lúcia, encerrou a sessão, que deve ser retomada na próxima quarta. Ao sair do STF, o ministro Celso de Mello esclareceu que Rodrigo Janot, enquanto estiver no cargo – que transfere para Raquel Dodge na manhã de segunda -, pode atuar como procurador-geral.

O presidente tem procurado capitalizar alguns bons resultados que vêm sendo produzidos pela economia. Mas não tem sido fácil compensar os efeitos negativos de fatos que surgem de investigações e delações em curso.

A descoberta de malas e caixas com R\$51 milhões em dinheiro vivo, em um apartamento emprestado, com impressões digitais do ex-ministro Geddel Vieira em cédulas, tem impacto forte no Planalto. Pois, além de Geddel ter sido ministro do presidente, é um dos mais próximos a ele. Passou a pairar sobre o Palácio a possibilidade de Geddel fechar acordo de delação premiada.

Cabe lembrar que na conversa com Temer nos porões do Palácio do Jaburu, gravada por Joesley, o empresário pede um substituto do político baiano para tratar com ele assuntos importantes representando o presidente. Recebeu a indicação de Rocha Loures.

O poder destrutivo dessa colaboração poderia rivalizar com o de Lúcio Funaro, operador financeiro de Eduardo Cunha e de outros peemedebistas. Funaro fechou acordo de delação, e começaram a surgir relatos na imprensa. Como o de que Temer recebeu propina de contrato da construção de Angra 3.

Janot deve deixar de ser fonte de dor de cabeça para Temer na segunda-feira. Mas há várias outras ameaças contra o presidente, inclusive dentro da própria procuradoria.

(O Globo, 14/9/2017)

Editorial 6 (exposição)

Uma prova de que a corrupção é parte do cotidiano

Não fossem as estarrecedoras revelações sobre corrupção feitas no âmbito da LavaJato, que deixam os brasileiros mais perplexos a cada dia, a notícia da prisão de mais de 30 bombeiros fluminenses, acusados de participar de um esquema de venda de alvarás, poderia ter sido ainda mais estridente, por se tratar de um fato gravíssimo. Segundo investigações da Operação Ingenium (Engenharia, em latim), que envolveu Ministério Público, Secretaria de Segurança e Polícia Civil, o grupo cobrava propina de estabelecimentos para que fossem liberados do cumprimento das normas de segurança, que, em tese, deveriam valer para todos.

O esquema de propina envolvia bombeiros lotados no setor de engenharia das unidades e até comandantes de quartéis. Dois dos acusados eram assessores diretos do comandante-geral da corporação e secretário de Defesa Civil, Ronaldo Alcântara, que pediu exoneração do cargo depois que o escândalo veio à tona.

Segundo o Ministério Público estadual, as propinas variavam de R\$750 a R\$30 mil, dependendo do tamanho do estabelecimento. A quadrilha teria atuado entre junho de 2015 e outubro de 2016. Ao cumprirem os mandados de prisão, policiais constataram

que alguns dos servidores detidos na operação tinham padrão de vida incompatível com sua renda.

Espera-se agora que sejam canceladas e revistas todas as licenças concedidas de forma fraudulenta. Por um simples motivo. Isso envolve a segurança dos cidadãos. Pessoas que pagam seus impostos e taxas – inclusive a de incêndio – e acreditam que os bombeiros estejam exercendo seu papel de fiscalização, para que elas possam frequentar de forma segura estádios, boates, restaurantes, teatros, cinemas etc. Não custa lembrar a negligência que levou ao trágico incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), em 2013, provocando a morte de 242 pessoas.

De acordo com a força-tarefa da Operação Ingenium, um dos casos sob investigação é a liberação do Estádio Giulite Coutinho, em Édson Passos, na Baixada, para jogos do Fluminense. O lugar, com capacidade para 15mil pessoas, foi vetado por falhas na prevenção contra incêndio e pânico, mas acabou liberado posteriormente.

O escândalo dos bombeiros fluminenses chama a atenção para o fato de que a corrupção precisa ser combatida em todos os níveis. A incestuosa relação entre agentes públicos do alto escalão e empresários inescrupulosos tem sido minuciosamente escaneada pela força-tarefa da Lava-Jato. Um avanço. Mas a verdade é que a corrupção é negociada no atacado e no varejo. Do alto funcionário público ao guarda da esquina. Espalha-se por todos os lugares, mesmo os que pareceriam insuspeitos, como quartéis da PM e do Corpo de Bombeiros. Não há que se falar em roubalheira maior ou menor, mas em roubalheira. As autoridades e a sociedade não podem transigir com os malfeitos, quaisquer que sejam. Ou chegaremos ao ponto em que eles não mais surpreenderão.

(O Globo, 14/9/2017)

Editorial 7 (exposição)

A hora do rodízio democrático no poder

A derrota do PT para uma direita assumida realça o mecanismo de oxigenação do regime pelo voto

A vitória de Jair Bolsonaro, na oitava eleição presidencial direta depois da redemocratização, é o desfecho de uma campanha intensa, com vários ingredientes de elevada combustão. Por isso mesmo, foi um pleito que serviu para atestar a solidez do estado democrático de direito. E consolidá-lo ainda mais.

O fato de um líder popular, Lula, estar encarcerado por corrupção e lavagem de dinheiro, e ainda por cima ter estado à frente em pesquisas eleitorais, colocou no centro dos debates políticos o Poder Judiciário. O PT e advogados do ex-presidente exerceram pressão máxima, de várias formas, legais e outras nem tanto, para que o candidato Lula pudesse tentar despachar no Planalto pela terceira vez.

Mas, para isso, seria preciso desobedecer à Lei da Ficha Limpa, segundo a qual réu condenado em duas instâncias fica inelegível por oito anos. Sem a possibilidade de qualquer mudança na legislação pelas vias normais do Congresso, restaria algum inconcebível contorcionismo em tribunais, numa reinterpretação da lei, para restabelecer a elegibilidade de Lula. Este sim, um “golpe”.

Como se esperava, leis foram respeitadas, norma inegociável num país já com três décadas sob a mesma Constituição, a que restabeleceu o regime democrático e respectivos direitos e liberdades.

Foram em vão pressões políticas, chicanas advocatícias, lobbies e manobras no exterior, inclusive na ONU. Valeu, como deve valer sempre, a decisão do Judiciário brasileiro, poder independente como estabelece a Carta.

A eleição de Bolsonaro, ex-capitão do Exército, deputado federal com sete mandatos, abre um novo ciclo na democracia brasileira. Pois segue-se um governo de direita assumida aos 13 anos de poder petista em Brasília – antecédidos por oito em que o PSDB, legenda de origem social-democrata, ocupou o Planalto.

Com uma pauta conservadora, escolhida pelo eleitor, o novo governo, com militares em seus quadros – Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros gerais –, será como todos os anteriores. Não importa se contará com militares ou civis. Perante a Constituição, não faz diferença.

Muito além de um gesto diplomático pós-eleitoral, o aceno da conciliação é necessário, devido à intolerância e à agressividade que intoxicaram a campanha. Tendo atingido o clímax no atentado que sofreu o candidato Bolsonaro em Juiz de Fora. Muito antes disso, a radicalização veio sendo fermentada no próprio Palácio do Planalto de Dilma, convertido em barricada para defender a presidente do impeachment de “arma na mão”; ou em ameaças como a de Lula de chamar o “exército de Stédile”. Balelas, mas que ajudaram a envenenar o ambiente.

Toxidade para a qual contribuiu também o candidato do PSL, ao repetir na campanha absurdos proferidos da tribuna livre da Câmara, que ocupava como membro do desimportante baixo clero. Deveria ter percebido que mudara de status.

A pacificação interessa à nação, até porque há graves problemas econômicos que precisam ser resolvidos com a participação do legislativo, que terá de aprovar leis e emendas constitucionais. O presidente Jair Bolsonaro precisará de votos para isso. O que implica negociações entre situação e oposição, balizadas pelo interesse público.

Não se deve desconsiderar que os dois candidatos chegaram ao domingo com altas taxas de rejeição junto ao eleitorado. Haddad e PT mais que Bolsonaro, este também com índice elevado de não aceitação. Há, portanto, um compreensível mau humor da população com a política e os políticos. Por tudo isso, o resultado das urnas indicou grande divisão na sociedade.

É missão adicional do novo governo fazer um trabalho competente na formulação de propostas, enquanto da parte da oposição, cabe a ela, sem abrir mão do seu papel, entender que logo no início da gestão de Bolsonaro estarão em jogo questões das quais depende o futuro dos brasileiros, mais especificamente, de forma imediata, dos 12,7 milhões de desempregados e seus dependentes, cujo destino está ligado à reativação efetiva da economia. Não qualquer bolha induzida por gastos públicos. Os desempregados não podem ser reféns da luta político-partidária e ideológica.

Noticiou-se que Lula, de Curitiba, torcia para Fernando Haddad não ser derrotado por uma avalanche de votos. Assim, a oposição (PT etc.) poderá erguer muitos obstáculos à frente do novo governo. Não se duvide, porque o lulopetismo já demonstrou como exerce o poder e faz oposição, quando todos os meios são justificados.

Enfrentar este cenário difícil não será apenas um desafio para governo e oposição, mas também para o próprio regime democrático, com seus pesos e contrapesos.

(O Globo, 29/10/2018)

Editorial 8 (exposição)

A cobrança de Mano Brown e Capão Redondo

Bairro do rapper paulistano sustenta as críticas que ele fez ao PT em discurso no Rio

Embora seja uma prática histórica na esquerda, a autocrítica passa ao largo do PT. A falta de qualquer reconhecimento formal do cometimento de erros graves nos 13 anos de poder em Brasília afastou aliados e ajudou a esvaziar o plano da “frente democrática”, para atrair outros segmentos políticos a fim de enfrentar Jair Bolsonaro no segundo turno.

Não deu certo. Fernando Henrique (PSDB) executou um drible de corpo em Haddad e no PT, enquanto Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede) formalizaram um “apoio crítico” e desapareceram. Ciro, pela porta de embarque de um voo para a Europa.

Derrotado de forma incontestável, o PT é forçado a fazer uma autocrítica. Que ainda será a portas fechadas, é certo. Entende-se a dificuldade de o partido reconhecer a falha fatal da adesão à corrupção federal, com ramificações até internacionais, enquanto o líder carismático da legenda está preso em Curitiba. Por corrupção. Soaria como reconhecimento de culpa. Mas o mea culpa terá de ser feito. Os petistas continuarão a se deparar com esta questão.

O partido deve também se debruçar sobre os mapas de votação e tentar entender por que Haddad perdeu para o direitista Jair Bolsonaro em áreas que já foram cativas da legenda.

Em um comício na Lapa, no Rio, no dia seguinte à vitória de Bolsonaro no primeiro turno, entre discursos típicos, o rapper Mano Brown, de Capão Redondo, periferia da Zona Sul de São Paulo, outrora cativa do PT, quebrou o “clima de festa” e, entre outras frases, soltou estas: “Não gosto de clima de festa. O que mata a gente é o fanatismo e a cegueira. Deixou de entender o povão, já era”. Vaias à lucidez.

Dias depois, O GLOBO visitou Capão Redondo, conversou com moradores. Uma delas, Marília de Souza. Vendia guarda-chuvas à frente da estação de metrô do bairro. Em 2014, votou em Dilma, e, este ano, abandonou o PT. Explicação: “onde já se viu um cara (Lula) preso querendo governar o país? Nunca vi isso. Roubou e ainda vai querer colocar alguém pra comandar o Brasil?”

O perfil de Capão Redondo é um indicativo dos descaminhos que tomaram os votos do PT em regiões de renda mais baixa, onde Bolsonaro foi bem votado. Um dos 96 distritos da cidade, Capão Redondo é o 79º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal.

Embora a situação tenha melhorado nas últimas décadas, a violência ainda é uma das mais elevadas da capital. Fica entre o 2º e o 5º lugar na lista dos bairros com mais homicídios. No ano passado, 386 assassinatos.

Há recorrentes reclamações de que o PT abandonou esta periferia. Haddad, na eleição municipal de 2016, já teve grande derrota para João Doria (PSDB) no local. A candidatura de Bolsonaro, com forte discurso sobre segurança, encontrou espaço livre para crescer. A bandeira paternalista das “políticas sociais” perdeu eficácia, e a cobrança da autocrítica perseguiu o PT nas ruas.

(O Globo, 3/11/2018)

Editorial 9 (exposição)

Superministério da Justiça é passo para integrar ações na segurança

Com facções, violência se tornou um problema transnacional, desafiando sucessivos governos

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) não apresentou um plano de segurança consistente durante a campanha – de modo geral, as propostas se resumiram a uma flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Porém, o anúncio da criação de um superministério da Justiça, sob o comando do juiz Sérgio Moro, sinaliza que o futuro

governo poderá dispor dos meios necessários para atacar alguns dos mais graves problemas do país.

O novo ministério deverá incorporar parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) – hoje vinculado à Fazenda –, instrumento importante no combate aos crimes de lavagem de dinheiro. É possível também que absorva atribuições do Ministério da Transparência e da Controladoria Geral da União (CGU). No papel de superministro, Moro poderá ainda indicar todo o primeiro escalão da pasta, o que inclui o diretor-geral da Polícia Federal, hoje escolhido pelo presidente da República. O recém-criado Ministério da Segurança também seria anexado à Justiça. Sendo assim, Moro terá bases sólidas para formular políticas de combate à corrupção e à violência.

Parece evidente que a criminalidade, insuflada pelo tráfico e pela ação de poderosas facções, não pode ser combatida apenas pelos estados da Federação, muitos deles quebrados e sem recursos para fazer frente aos gastos em segurança. Há tempos, o problema requer atenção da União, a quem cabe o patrulhamento de fronteiras, portos e aeroportos. Mas sucessivos governos fizeram questão de ignorar essa responsabilidade vital. E o resultado está aí. A violência explode por todo o país, estendendo-se inclusive às nações vizinhas.

O caso do traficante Marcelo Piloto, acusado de ser o principal fornecedor de drogas e armas para o Brasil, é exemplo para mostrar o quanto a questão da violência deixou de ser um problema local para se tornar transnacional.

Em 24 de outubro, três bandidos ligados a uma facção criminosa do Rio foram mortos numa troca de tiros com policiais federais do Paraguai na cidade de Presidente Franco, a 300 quilômetros de Assunção. Eles estavam no país vizinho para libertar o traficante carioca Marcelo Piloto, preso num quartel do exército paraguaio. Na ação, que frustrou a sexta tentativa de resgate, foram apreendidos dois fuzis, munição e 84 quilos de explosivos, suficientes para matar mais de cem pessoas e causar destruição num raio de 250 metros, segundo a autoridade local.

Espera-se que, com as mudanças anunciadas, o governo federal assuma o protagonismo na articulação com os estados e países vizinhos para enfrentar a criminalidade com inteligência e de forma integrada. E é preciso senso de urgência, porque já se está muito atrasado nessa missão.

(O Globo, 3/11/2018)

Editorial 10 (exposição)

A eleição de hoje é um plebiscito sobre o modo Trump de governar

Pesquisas sugerem que republicanos podem perder o controle da Câmara

As eleições de hoje renovam a Câmara, um terço do Senado e dois terços dos governos estaduais americanos. São fundamentais ao governo Donald Trump e ao Partido Republicano. Ambos apostam na manutenção da maioria nos dois plenários do Congresso.

O triunfo de Trump é a retomada econômica. Ela começou no governo Barack Obama, mas a atual gestão conseguiu elevar a níveis recordes o crescimento da economia: o resultado é a menor taxa de desemprego (3,7%) dos últimos 49 anos. É cenário desejável para qualquer chefe de Estado, mas insuficiente para dar tranquilidade a Trump no atual mandato e assegurar-lhe perspectivas favoráveis à reeleição.

A eleição se tornou um plebiscito sobre o governo Trump, cujo maior adversário é ele mesmo. Sua peculiar percepção do exercício do poder ajuda a dissimular fragilidade de um administrador que requer supervisão de uma equipe focada na preservação dos interesses estratégicos do país – como descreve em livro o jornalista Bob Woodward.

Ele escolheu governar com inflamada retórica sobre armas, repressão, direitos de minorias e de imigrantes. Acirrou o clima de paranoia e racismo na campanha fomentado pelos radicais do movimento conservador nacionalista que o apoia.

Acena com a militarização da divisa com o México, país aliado, a pretexto de conter a “invasão” de refugiados centro-americanos. Semana passada insinuou que guardas na fronteira reajam às eventuais pedras como se fossem rifles – isto é, atirando.

A ofensiva retórica de Trump contra migrantes é parte da tática de agitação da base extremista republicana, defensora do projeto de muro na fronteira, para o qual não foi autorizado orçamento suficiente.

Na oposição, o Partido Democrata testa a renovação de elenco. Apostou no eleitorado jovem que, pela primeira vez, em décadas, é maior (32%) do que a geração de eleitores nascidos entre 1946 e 1964, os baby boomers do pós-Segunda Guerra. A derrota para Trump na última eleição deixou evidente a desconexão com esse estrato da população, majoritário em votos.

Essa abertura acabou impulsionada pela mobilização civil contra o comércio de armas, amplificada após o massacre de fevereiro numa escola da Flórida. Resultou numa inédita diversidade de candidaturas pelo Partido Democrata, por gênero, origem e religião, que hoje deve se refletir na lista dos eleitos para o Congresso.

As pesquisas sugerem que republicanos podem perder o controle da Câmara. Se as urnas confirmarem, Trump terá de ajustar o rumo para dissipar incertezas sobre o seu projeto de reeleição em 2020.

(O Globo, 6/11/2018)

Folha de São Paulo

Editorial 11 (discussão)

O Supremo e Lula

Corte examinará caso do ex-presidente em meio às pressões para rever prisão de condenados em 2ª instância e ao risco de desmoralização

Difícilmente poderia ser mais conturbado o ambiente em que o Superior Tribunal Federal deverá julgar, nesta quinta-feira (22), o habeas corpus preventivo impetrado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A data foi marcada, pela presidente da Corte, Cármen Lúcia, depois de aberta resistência. Foi como a ministra respondeu às fortes pressões, inclusive de seus colegas, para que colocasse em pauta uma outra discussão – que permeia o caso do líder petista.

Trata-se de definir o alcance do dispositivo da Constituição – artigo 5º, inciso LVII – segundo o qual ninguém será considerado culpado enquanto não se esgotarem todos os recursos judiciais a seu dipor.

Faz menos de dois anos, o STF modificou seu entendimento sobre o tema, considerando que o princípio, claramente expresso na Carta, não impede a prisão de um réu já condenado em duas instâncias, mesmo que ainda caibam contestações à decisão judicial.

Há bons motivos para aceitar a tese – vencedora no plenário por 6 votos a 5 – de que alguém já condenado por dois tribunais não teria por que ter sua inocência plenamente presumida.

Figuras de alta influência e de grande poder aquisitivo apresentam infundáveis recursos, de ordem puramente formal, para que o processo se prolongue, não raro até a prescrição da pena.

A questão, portanto, é muito mais ampla do que se pode pressupor pela análise das circunstâncias imediatas – que põem sob o foco das paixões partidárias a eventual prisão de Lula.

A corte de segunda instância encarregada do caso marcou para a próxima segunda-feira (26) o julgamento dos recursos apresentados pela defesa do líder petista, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ministros do Supremo defendem, com argumentos razoáveis, que se examine mais uma vez a constitucionalidade de prisões como essa. Configurou-se, nos últimos tempos, uma situação de grande imprevisibilidade, pois, conforme o entendimento de cada magistrado, ordens de prisão vinham sendo revogadas ou mantidas.

Calcula-se, ademais, que mudanças de opinião na corte seriam capazes de alterar o placar apertado da votação de 2016.

De todo modo, seria desmoralizador para o STF reverter, a esta altura, uma tese que, embora polêmica, se fixou em linhas gerais há pouco tempo. É o que Cármen Lúcia, tudo indica, busca evitar.

Mais constrangedor seria fazê-lo de modo oblíquo, no julgamento de um caso em particular. Não se trata de decidir apenas sobre a prisão de Lula, mas sobre um sistema que beneficia, flagrantemente, alguns poucos privilegiados a quem a Justiça não alcança.

O STF estará sob suspeita de casuísmo e ligeireza decisória se agora modificar seu entendimento.

(Folha de S Paulo, 22/3/2018)

Editorial 12 (exposição)

Queda Anunciada

Nem mesmo os poucos defensores remanescentes de Pedro Pablo Kuczynski, o PPK, acreditavam que ele pudesse ter sobrevida na Presidência do Peru, tamanha sua fragilidade diante de um Congresso dominado pela oposição. Sua renúncia, apresentada nesta quarta (21), mostrou-se a única via possível para conter a agonia política.

Afinal, caso não saísse por iniciativa própria, o mandatário decerto sucumbiria nesta quinta, quando o Legislativo deve deliberar sobre sua destituição – aliás, pela segunda vez em três meses.

Na primeira, em dezembro, ele se salvou da acusação de receber propina da Odebrecht quando ministro da Economia na gestão Alejandro Toledo (2001-2006).

Contudo, só obteve o número de votos graças à abstenção da ala opositora ligada à Kenji Fujimori, filho do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000).

O favor, naturalmente, tinha um preço. Concedeu-se indulto ao ex-mandatário, condenado em 2009 a 25 anos de prisão por corrupção e violação de direitos humanos.

Além de ter representado o descumprimento de uma promessa central de campanha, o perdão acelerou a implosão do governo. PPK perdeu apoio de boa parte de sua já diminuta base parlamentar, provocou a ira da esquerda antifujimorista e, mais grave, se tornou alvo fácil na disputa de poder entre Kenji e sua irmã, Keiko.

Esta perdeu as eleições de 2016 por estreita margem, mas seu partido, o Força Popular, passou a ter amplo controle do Congresso.

A resposta à manobra do irmão que manteve o presidente veio com a divulgação de um vídeo, pelo FP, em que Kenji supostamente oferecia verbas para obras a deputados em troca de votos contra a destituição na sessão desta quinta. A queda passou a ser questão de dias.

Economista com carreira destacada no mercado financeiro, PPK simbolizava novos tempos na política local. Embora ainda não se tenha comprovado algum favorecimento à empresa brasileira, ele deixará aos peruanos más lembranças, seja pela inépcia administrativa ou pela capitulação ao fisiologismo.

Ademais, o país adentra um período de incerteza. Pela lei, assume o primeiro vice-presidente, Martin Vizcarra de quem se espera que faça algum acordo com a oposição por uma mínima governabilidade. Caso contrário, há o risco de um novo processo de sangramento político.

(Folha de S Paulo, 22/3/2018)

Editorial 13 (exposição)

Recurso frágil

STF acerta ao recusar tese da suspeição de Janot, da lavra da defesa de Temer; conduta da procuradoria, entretanto, ainda deve ser investigada.

Compreende-se o empenho de Michel Temer (PMDB) e de seus defensores no sentido de evitar novas turbulências políticas e complicações com a Justiça. Não se mostram consistentes, todavia, as tentativas de sustar de ações contra o presidente e o governo pela via da imaginação advocatícia.

Foi corretamente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal, na tarde desta quarta-feira (13), a solicitação de que se considerassem dignas de suspeição as atitudes do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O recurso encaminhado ao STF considerava existirem indícios suficientes de que o chefe do Executivo seja alvo de “inimizade capital” de Janot. Como evidência de perseguição, citou-se a célebre frase deste segundo a qual “enquanto houver bambu, lá vai flecha.”

Por unanimidade, os ministros presentes na corte rejeitaram tal argumento. O recurso a uma figura de linguagem algo despropositada não vem a constituir, com efeito, sinal de desavença particular e pessoal entre o titular da PGR e o presidente da República.

Também se considerou improcedente outra tese em favor da suspeição de Janot – a de que seu papel como acusador estaria comprometido pela possibilidade de que um membro do Ministério Público tenha oferecido orientações à defesa de Joesley Batista, quando se negociava sua delação premiada.

Seria necessária a participação direta de Janot nesse episódio para que sua suspeição se comprovasse.

Toda a argumentação invocada em favor de Temer guarda desconfortável semelhança, como já se observou largamente, com os recursos invocados pela defesa do expresidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arguindo a parcialidade do juiz federal Sérgio Moro.

Não há dúvida de que, em especial no ocaso de seu mandato como procurador-geral, Rodrigo Janot cometeu erros capazes de comprometer sua credibilidade.

O mais flagrante, como se sabe, foi ter concedido virtual impunidade aos irmãos Joesley e Wesley Batista, em troca de revelação de condutas potencialmente ilícitas do presidente da República.

Não poucas irregularidades são apontadas em todo o processo investigativo que cerca o encontro entre Joesley e Michel Temer, no Palácio do Jaburu, em março.

Não há como contestar desde já, entretanto, a validade das provas obtidas – e é este outro ponto em que residem as esperanças dos advogados, não só do presidente mas também de seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, flagrado com uma mala de dinheiro depois da fatídica conversa.

Esse tópico voltará a ser discutido pelo Supremo. Até lá, o país deverá conhecer uma nova peça acusatória contra o presidente.

(Folha de S Paulo, 14/9/2017)

Editorial 14 (discussão)

IPTU eleitoral

Ninguém, em sã consciência, pode advogar o aumento da carga tributária no Brasil, que monta a um terço do PIB. Menos ainda quando a economia dá os primeiros sinais de uma tímida recuperação.

Entretanto revisar a Planta Genérica de Valores que embasa o cálculo do IPTU paulistano – ao fixar os valores venais de 3,4 milhões de imóveis – não se confunde com uma elevação do ônus sobre toda a sociedade.

Se alguns edifícios têm o valor de mercado aumentado, por exemplo, porque se abriu uma estação de metrô nas cercanias, a planta de valores precisa ser corrigida para refletir a nova realidade.

Em São Paulo, a lei exige que tal revisão ocorra em intervalos quadrienais. Como a última delas ocorreu em 2013, torna-se obrigatório realizá-la neste ano.

Difícil interpretar como mera decisão administrativa, assim, o anúncio do prefeito João Doria – que ambiciona o posto de candidato do PSDB à Presidência – de congelamento da planilha de valores venais. Ela sofrerá apenas correção inflacionária, em torno de 3%.

Antes de mais nada, a situação orçamentária da prefeitura paulistana, embora não seja das mais alarmantes no calamitoso cenário nacional, limita sobremaneira sua capacidade de investimento.

Ainda que a receita municipal tenha avançado 1,2% nos primeiros oito meses do ano, o custeio de educação, saúde e transportes cresceu em ritmo muito maior, a 16%, no mesmo período. Com o estresse nas contas da cidade, a margem de Doria para investir em melhorias urbanas se estreitou para cerca de R\$ 2 bilhões (em um Orçamento de R\$ 55 bilhões) em 2018.

Tal valor é menor do que os R\$ 3 bilhões em subsídios carreados para o sistema municipal de ônibus, uma distorção flagrante. Não obstante, João Doria, recém-eleito, decidiu congelar a tarifa.

Naquela ocasião, o prefeito que prefere ser visto como gestor agiu movido mais pela busca de popularidade fácil do que pelo cuidado no trato com a finança pública.

Ele parece de novo inclinado a enveredar pelo mesmo atalho, renunciando a receita hoje escassa. A administração almeja equilibrar as contas com redução de despesas, o que seria ótimo, e com um avanço continuado na arrecadação do ISS, o que é duvidoso num cenário econômico ainda frágil.

Por desejáveis que sejam, iniciativas de redução da carga de impostos só se mostrarão duradouras com planejamento cuidadoso e cálculo dos impactos futuros.

(Folha de S Paulo, 14/9/2017)

Editorial 15 (exposição)

Ela merece respeito

Apesar da tensão com a radicalização da disputa política, a confiança dos brasileiros na democracia nunca foi tão grande; cabe aos candidatos honrá-la.

Os brasileiros irão às urnas neste domingo (7) confiantes na democracia que construíram nas três décadas que se seguiram ao ocaso da ditadura militar. Segundo o Datafolha, 69% acham que essa é a melhor forma de governar o país.

A população nunca expressou tanto apreço pelas regras do jogo democrático como agora. Em 1989, quando o Brasil votou para presidente pela primeira vez após o fim do

regime autoritário, somente 43% dos eleitores pensavam assim.

Apesar da tensão com o acirramento da disputa política nos últimos dias, o país parece convicto de que realizará sua oitava eleição presidencial seguida em ambiente de plena normalidade democrática.

Estão inscritos 147 milhões de eleitores, o dobro do que havia quando a democracia foi restaurada. Eles são mais instruídos e experientes – portanto, mais capacitados para fazer boas escolhas.

Quem vence governa, quem perde vai para a oposição e tenta de novo depois. Mecanismos de contenção dos abusos de poder funcionam com vigor e independência.

Dois presidentes escolhidos pelo voto popular nesse período foram afastados do cargo antes de concluir seus mandatos, mas nos dois casos a medida drástica foi tomada sem virada de mesa, de acordo com o rito fixado pela Constituição e sob vigilância do Judiciário.

A competição política é intensa em todo o país, com milhares de candidatos em busca de votos, patrocinados por dezenas de partidos. A imprensa é livre e submete o processo a escrutínio constante.

O líder da corrida presidencial, Jair Bolsonaro (PSL), foi esfaqueado por um opositor quando atravessava a multidão em Juiz de Fora, mas o ato hediondo felizmente não causou mais violência. Investigações indicaram uma ação isolada, e não houve revide.

O capitão reformado lançou suspeitas sobre a segurança do sistema eletrônico de votação, mas suas declarações inconsequentes não produziram efeitos até agora – e foram rebatidas de pronto pelas autoridades encarregadas de zelas pela lisura do processo eleitoral.

As pesquisas mais recentes apontam como cenário mais provável para a disputa presidencial a realização de um segundo turno com os dois mais votados neste domingo.

Uma nova rodada será oportunidade valiosa para que Bolsonaro e o petista Fernando Haddad, apontado pelos institutos de pesquisas como seu adversário mais provável, confrontem programas e se exponham a exame mais rigoroso.

Será também o momento de cobrar dos finalistas comprometimento convincente com o arranjo institucional que sustenta a democracia brasileira, o que exigirá o respeito aos resultados do pleito e o compromisso do vencedor de que agirá para pacificar o país, e não para aprofundar suas divisões.

(Folha de S. Paulo, 7/10/2018)

Editorial 16 (exposição)

Mais forte, mais fracos

O Congresso Nacional, que ora se renova, terá também renovada a oportunidade para desfazer o paradoxo de ter-se tornado mais forte institucionalmente enquanto seus integrantes ficavam mais fracos e desgastados individualmente.

Todos os mandatos dos 513 deputados federais, além dos de 54 dos 81 senadores, estão em disputa neste domingo (7). Os vencedores do pleito serão os herdeiros de uma organização que nunca foi tão poderosa desde que a Constituição de 1988 a concebeu.

Ao longo dessas três décadas o superprotagonismo inicial da Presidência da República foi mitigado pelo incremento dos papéis do Supremo Tribunal Federal, de um lado, e do Congresso, do outro.

A latitude do presidente para editar medidas provisórias, atos que têm efeito imediato de lei até que os congressistas resolvam sobre eles, foi restringida. A saliência do Planalto na confecção e na execução do Orçamento, outra desmesura do presidencialismo brasileiro, também reduzida.

Deputados e senadores cujo mandato está prestes a expirar conduziram o segundo impeachment de um presidente num lapso de 24 anos. Deliberaram sobre as primeiras denúncias criminais já feitas contra o chefe do Executivo na vigência desta Carta.

Partilhara o governo de fato, numa espécie de semipresidencialismo que, o tempo dirá, talvez não tenha sido apenas resposta efêmera a uma grave crise política.

Por outro lado, nunca o descrédito dos legisladores federais descambou tanto. A corrupção revelada era tamanha que a feitura das leis tornou-se um mercado persa de negociatas. Está preso o político que, da presidência da Câmara, liderou o impeachment.

A hiperfragmentação partidária agravou os problemas. A desconexão entre representantes ensimesmados e representados aturdidos chegou ao paroxismo.

Felizmente há remédios a tratar a doença. A Lava Jato elevou o preço da delinquência no Congresso. Começa a valer em 2019 a cláusula de barreira, que estimulará o sumiço, por falta de respaldo eleitoral, de microlegendas irrelevantes.

No trilho de reconectar eleitores e candidatos, surgiram iniciativas para promover a entrada de pessoas com perfis revigorados no Congresso. Outras, como o Match Eleitoral desta Folha, usam a tecnologia para aproximar cidadãos a postulantes assemelhados em valores e aspirações programáticas.

Tudo contribui, espera-se, para que os congressistas que tomarão posse em janeiro estejam à altura da instituição em que servirão.

Editorial 17 (exposição)

Bolsonaro e militares

Presidenciável atrai simpatias nas Forças, que têm sabido manter a isenção

Em mais de três décadas desde o restabelecimento da democracia, não se viu envolvimento dos militares na vida partidária do país. Entretanto as peculiaridades do momento atual põem as Forças Armadas em evidência, ainda que involuntária, no cenário político.

O avanço da candidatura do capitão reformado Jair Bolsonaro (PSL), hoje franco favorito no pleito, incentivou a militância de oficiais que não faz muito deixaram a ativa. Alguns colaboram no programa de governo do presidenciável; outros lançaram-se à disputa de cargos eletivos.

A camaradagem de caserna e a comunhão de princípios e mentalidades levaram, pelo que se pode observar, a simpatias de comandantes pela campanha na qual seus excolegas se engajaram.

Sabe-se que Bolsonaro sempre despertou alguma desconfiança na cúpula das Forças. Hoje se apura, porém, que há satisfação, especialmente no Exército, com o indicativo de prestígio da instituição de algum modo associado às intenções de voto no postulante do PSL.

Tais afinidades não se traduzem, destaque-se, em declarações públicas, que seriam inadmissíveis. Salvo alguns deslizes pontuais, os militares têm sabido manter sua isenção diante das não poucas tensões políticas nacionais dos últimos anos — e a despeito de terem assumido um protagonismo em muitos casos indesejado no período.

Nos protestos de rua que eclodiram em 2013, bem como em atos antipetistas de 2015 e 2016, houve quem levantasse faixas por um novo regime autoritário. Tais grupos foram adequadamente chamados de “tresloucados” pelo comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas.

O mesmo general, infelizmente, aventurou-se em manifestação descabida em abril deste ano, quando o Supremo Tribunal Federal preparava-se para julgar habeas corpus impetrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na ocasião, Villas Bôas declarou o repúdio do Exército à impunidade, o que não inevitavelmente seria lido como aversão a uma decisão que evitasse o encarceramento do líder petista, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro.

Também a degradação da segurança pública nacional contribuiu para a maior visibilidade recente das Forças Armadas, chamadas com frequência — e de modo equivocado e imprudente— a assumir atividades policiais.

Por fim, com a montagem da equipe de auxiliares e consultores de Jair Bolsonaro, generais da reserva dão a conhecer, ao menos em parte, o pensamento do meio sobre

problemas brasileiros.

Conforme noticiou esta **Folha**, lideranças militares temem que o desgaste de um eventual governo do capitão reformado contamine a imagem da instituição. Tal risco será menor quanto mais inequívoca se mostrar a permanência do apartidarismo e da disciplina.

(Folha de S. Paulo, 25/10/2018)

Editorial 18 (exposição)

Virtuoses amordaçados

Uma revoada de instrumentistas busca refúgio e posições no Brasil e nos EUA

Se alguém ainda nutre dúvidas sobre o desastre humanitário da ditadura de Nicolás Maduro, notadamente entre petistas imunes ao drama dos refugiados venezuelanos, que considere a tragédia da Orquestra Simón Bolívar. Mais de 80% dos integrantes evadiram-se do país, informa reportagem desta quarta-feira (24) na **Folha**.

Os motivos que levam os virtuosos a abandonar esse que já foi um dos mais admirados grupos de música erudita do mundo não diferem dos vividos pelos compatriotas que cruzam a fronteira para viver nas ruas de Roraima: absoluta ausência de perspectivas em meio à catástrofe social e econômica produzida pelo regime chavista.

A ela se soma a repressão política, dado que o ditador fez mingüarem os recursos estatais. Uma revoada de instrumentistas busca refúgio e posições no Brasil e nos EUA.

A orquestra venezuelana nasceu de um ambicioso programa, El Sistema, que emprega o ensino de música para melhorar a vida de jovens. Iniciado em 1975, o projeto já acolheu e formou 2,5 milhões de meninos e meninas, a maioria de famílias de baixa renda.

Um deles, Gustavo Dudamel, veio a ocupar o posto de regente da Simón Bolívar e conquistou fama mundial. Ele conduz hoje a Filarmônica de Los Angeles — e de lá se tornou o pivô da crise que se abateu sobre seu grupo de origem.

Em julho de 2017, Dudamel escreveu para o jornal espanhol El País artigo com críticas ao governo Maduro. Pedia a suspensão da Assembleia Constituinte projetada para usurpar a autoridade do Legislativo de maioria opositora.

O maestro reagia à repressão violenta de manifestantes por militares e milícias chavistas. “Penso em todas as vítimas mortas nesses meses com grande angústia e dor; não podem imaginar o quanto meu país me dói”, escreveu Dudamel.

Segundo membros foragidos da orquestra, foi o quanto bastou para cessarem os repasses de fundos governamentais. Desde então, Dudamel não mais retornou a seu país, aparentemente por temor de retaliações comandadas por Maduro.

Mal comparando, seria como se o governador paulista a se eleger domingo (28) decidisse cortar o apoio à Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) em represália à assinatura, por um seu dirigente, de manifesto político contra o candidato a presidente favorecido pelo eleito.

Gestos de tamanha truculência e mesquinhez mostram como o abandono da democracia não se dá apenas com quarteladas.

(Folha de S. Paulo, 25/10/2018)

Editorial 19 (exposição)

Chance desperdiçada

João Doria e Márcio França transformaram o segundo turno num duelo infantil

Os dois candidatos que disputam o segundo turno da eleição para governador de São Paulo chegaram ao fim da campanha praticamente empatados. A última vez em que os paulistas viram uma competição tão acirrada pelo Palácio dos Bandeirantes foi há 20 anos.

Segundo o Datafolha, o ex-prefeito João Doria (PSDB) tem 52% das intenções de votos válidos — sem contar os indecisos ou dispostos a votar em branco ou nulo. Seu adversário, o governador Márcio França (PSB), está com 48%.

Como a diferença é de apenas quatro pontos percentuais, eles estão emparelhados no limite da margem de erro do levantamento. Ou seja, tudo pode acontecer quando os eleitores ainda indefinidos voltarem às urnas neste domingo (28).

A sondagem revela também que Doria e França despertam doses idênticas de antipatia na opinião pública, ambos com taxa de rejeição de 42%.

É certamente um reflexo da campanha beligerante que conduziram, com trocas de ofensas pessoais que testaram a paciência de todos e deixaram em segundo plano o debate sobre os problemas que afligem a população de São Paulo.

Administrado por mais de duas décadas pelo PSDB, o governo estadual mostrou resiliência diante da crise econômica que o país enfrentou nos últimos anos.

Suas finanças estão equilibradas, funcionários e fornecedores recebem em dia e não houve interrupção na oferta de serviços como no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, estados que serão entregues arruinados aos próximos governadores.

No entanto, o êxito alcançado por sucessivas gestões produziu também complacência e ineficiência em áreas essenciais, como educação e segurança pública.

Mesmo com os recursos de que dispõe, o estado mais rico da Federação tem alcançado resultados medíocres nos testes que permitem avaliar a qualidade do aprendizado na rede pública de ensino.

Apesar da queda acentuada das taxas de homicídios, não se verificou progresso semelhante no combate a roubos e outros crimes contra o patrimônio, e as autoridades se mostram incapazes de esclarecer a maioria dos casos reportados.

O ambiente parece propício para a busca de soluções inovadoras, mas Doria e França desperdiçaram a chance oferecida pelo segundo turno e preferiram se entregar a um duelo infantil e inconsequente.

Eles se aproximaram até em tentativas patéticas de se associar ao líder da corrida presidencial, Jair Bolsonaro (PSL), que preferiu se manter distante da disputa.

O grupo político que sustentou os tucanos no poder por tanto tempo se esfacelou com o embate entre Doria e França. Caberá ao eleito juntar os cacos dessa coalizão e trabalhar para que sua vitória não represente apenas o triunfo da mesmice.

(Folha de S. Paulo, 27/10/2018)

Editorial 20 (exposição)

Pergunta no posto

Fuga de Bolsonaro de debates leva à falta de clareza sobre propostas

À parte o truísmo de que faltou debate de propostas e planos na campanha eleitoral, é manifesta a carência de discussão (e consenso) até no círculo do candidato que lidera os índices de intenção de voto. No tema energia, a plataforma de Jair Bolsonaro (PSL) comporta tanta algaravia que melhor se descreveria como incongruente.

O postulante é contra ou a favor de privatizar partes importantes da Eletrobras e da Petrobras? Deseja manter a atual política de preços para combustíveis? Planeja construir grandes reservatórios hidrelétricos na Amazônia ou dará preferência a usinas a fio d'água? Não se sabe ao certo.

Uma das razões para esse déficit de clareza reside na fuga de Bolsonaro de debates em que pudesse ser questionado sobre pontos nebulosos de seu programa. A ala ultraliberal de economistas liderada por Paulo Guedes conta com a venda de estatais para tapar o buraco nas contas públicas.

O engenheiro Luciano de Castro, que coordena o plano do PSL na área energética, fala em “dar uma guinada de 180° com relação aos governos do PT”, com descentralização e redução do papel do governo no setor elétrico.

Não há dúvida de que as políticas intervencionistas da presidente Dilma Rousseff (PT) colheram resultados desastrosos. Há que mudar de rumo, como de resto vinha buscando Michel Temer (MDB), mas falta o PSL explicitar qual rota pretende seguir.

Na outra ponta dos 180° se perfilam não só os desenvolvimentistas de Dilma como também militares nacionalistas que cercam Bolsonaro, herdeiros das prioridades ufanistas traçadas pelo general Ernesto Geisel nos anos 1970. Parece pouco provável que aceitem cobrir a retaguarda de Guedes e Castro nas investidas contra estatais.

O próprio candidato se contrapôs aos planos abrangentes de desestatização. Bolsonaro descarta deixar o setor sob controle de “terceiros”: “Você vai deixar a nossa energia na mão do chinês?” — já teve oportunidade de afirmar.

Uma saída aventada seria o mecanismo das “golden shares”, que manteria o poder de veto governamental em decisões estratégicas nas empresas privatizadas. Há incerteza, entretanto, quanto à aceitação desse compromisso pelos militares que cuidam da área de infraestrutura.

Não será em postos de gasolina desta ou daquela marca que o público e os investidores encontrarão respostas para as questões decisivas sobre esse insumo fundamental da economia. Compete ao próprio candidato esclarecê-las.

(Folha de S. Paulo, 27/10/2018)

Jornal do Brasil

Editorial 21 (exposição)

Inteligência é preciso

O crescente número de execuções de inocentes em assaltos e nos ajustes entre grupos criminosos, além de ampliar a perplexidade dos cariocas indefesos, parece mostrar, com toda clareza, a disposição das quadrilhas de partir para o enfrentamento com as forças da interventoria federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

Já não é mais o derramamento de sangue nos pontos de tradicionais conflitos o que se tem visto; mas verdadeiramente a disseminação da violência de forma alarmante, o que mostra pretenderem as quadrilhas dar o tom e a dimensão de sua guerra com a sociedade. Assaltantes de bancos, traficantes de drogas e seus chefes, que também se arvoram de juízes para condenar desafetos, estão com as cartas na mesa. Chegou a hora de colocar as nossas.

Presta-se o fenômeno da disseminação dessas cenas de sangue para confirmar o que já é conhecido desde a primeira hora da chegada do general Braga Netto: para encarar o crime, com eficácia, a prioridade tem de estar na inteligência operacional, a partir de um perfeito, e até agora inexistente, entrosamento entre as polícias, que na maioria das vezes trabalham por conta, sem o desejado espírito de colaboração e integração entre os segmentos correlatos; quando não se dá o pior, os conflitos de conduta.

O desentrosamento entre os protetores da população e a deficiência do poder público acabam por proteger os secretos e inacessíveis arsenais de armas nas favelas, somando-se a tudo isso a inteligência às avessas, isto é, a colaboração conivente de servidores ainda não afastados; aqueles veteranos que sabem como vazsar informações sobre operações policiais em curso. Eis um conjunto de graves problemas que o dia a dia da cidade denuncia e espera vencê-los.

Desejável que a questão do regime de colaboração, que se apresenta como prioridade para os especialistas da inteligência militar, ganhe espaço com a recente posse do novo comandante da PM, que certamente conhece, de sobra, a importância da harmonia, quando os serviços de segurança almejam o mesmo fim.

Não apenas nós, mas o mundo inteiro sabe disso; se não antes, pelo menos depois da lição trágica das torres de Nova York: os serviços secretos dos Estados Unidos conheciam, com detalhes, o risco de um atentado daquela magnitude, mas guardaram para si, e só para si, dados referenciais que poderiam frustrar o crime.

Ora, lá, como aqui, os organismos de segurança não podem se dar ao luxo de tentarem se valorizar para resultados exclusivos. Os americanos, pelo que se sabe, absorveram a lição, o que também devemos fazer, em nome de uma cidade melhor.

Informações tecnicamente estudadas, sob o regime da desejada inter-colaboração, podem levar ao conhecimento de outro aspecto paralelo do tráfico, que vem estampado na cara do Rio: o caso do aliciamento de menores para servir ao crime. Seja pela oferta de salários ou pela via da pressão psicológica sobre famílias miseráveis, jovens ou meninos imberbes estão sendo levados à marginalidade, de onde raramente saem com vida. O envolvimento de menores vem se conseguindo com pouco esforço, parte de um esquema que envolve líderes das comunidades e até autoridades. Cabe apurar, com inteligência e com cuidado.

(Jornal do Brasil, 17/3/2018)

Editorial 22 (exposição)

Pressões em fim de governo

É provável que o governo do presidente Michel Temer não consiga escapar do destino com que foram contemplados muitos dos antecessores. Ao se aproximar do estertor de sua gestão, sofreram toda sorte de pressões de grupos políticos empenhados em extrair o máximo possível do poder; o poder da hora, que logo estará caminhando para outros donos. Hoje, percebem-se os primeiros sinais de que o fenômeno voraz tem tudo para ser reeditado, Lamentavelmente.

Poucos, entre os que antecederam o atual, ostentaram tamanho ânimo para conceder, sempre ameaçado pelo fatal risco da ingovernabilidade. Sobretudo, quando se cuida de receber postulações de deputados e senadores. O presidente, com a experiência de

velho integrante da Câmara, que também dirigiu, sabe, e não nega, que é a partir dali que se organiza a caminhada do executivo.

Esse tipo de diálogo no balcão, ainda que à custa de enorme sacrifício, pode levar o governante a superar as sucessivas crises que abalaram e ainda abalam o Planalto. Sem isso, Temer provavelmente não resistiria. É o exercício de algo que, contrastado com a realidade dos fatos, pode ganhar, como eufemismo, o rótulo de composição em nome dos interesses nacionais... Pouco difere do modelo de “composição” que Jânio Quadros, Fernando Collor e Dilma não souberam ou não se dispuseram a seguir, e, por isso, sentiram na pele que o monólogo, voz em mão única, não é parte do receituário do Congresso Nacional. Àqueles três exemplos sucederam-se graves problemas para as instituições, alguns até hoje mantidos vivos na memória política.

Ideal seria não admitir pressões em nome dos interesses subalternos, quando se distanciam das pautas legítimas da sociedade. Mas esse jogo existe, tem influência e prestígio suficientes para que não seja desconsiderado. Em rigor, é preciso reconhecer e confessar claramente o fenômeno corrosivo nas relações entre poderes como primeiro passo para combatê-lo, restando a esperança de que, um dia, possa ser dominado em nome da moral e da ética. Não nessas horas, quando, além dos vícios de sempre, predomina a dieta eleitoral, prescrita por um desejo incontrolável de consumir cargos, dinheiro e benesses.

Não custa alimentar a esperança. No elenco dos aperfeiçoamentos desejáveis para a organização política brasileira, tempo haverá em que, bem filtrados pelo voto consciente, e envergonhados na prática de deslizos, parlamentares e dirigentes partidários se sentirão desestimulados a transformar seus anseios e projetos pessoais em objeto de troca com o poder. Quando isso for possível, os presidentes se verão dispensados de deixar o governo em condições de raquitismo e abatimento, tal o volume dos caros favores prestados.

Para hoje e para sempre, políticos profissionais precisam conter a sede e o apetite, mais ainda quando o presidente caminha para o fim, já exaurido. Devem os postulantes comportar-se como bactérias benignas, que discretamente obtêm coisas do governo, sem acabar com as forças dele; ao contrário do papel que exercem as bactérias malignas, que destroem o corpo onde sugam.

Entre os que preparam, em Brasília, os pacotes de reivindicações finais, com olhos voltados para as eleições, a maioria se compõe de governistas, muitos já acenando com a promessa de desembarcar da nau capitânia do comandante Temer, onde navegou longamente a solidariedade conjuntural; esse tipo de solidariedade que tem fôlego calculado com rigorosa precisão: só vive enquanto o poder dura.

(Jornal do Brasil, 24/3/2018)

Editorial 23 (exposição)

O inchaço das cidades

Seriam dispensáveis maiores exemplos e consequências para se confirmar um dos fenômenos sociais mais complexos da vida nacional, agravado, impiedosamente, a partir de meados do século passado. É o êxodo rural, que figura entre os problemas a recomendar melhor estudo e participação perene nas preocupações governamentais. Um desafio que, se devia ter sido encarado nas décadas anteriores, nem perdeu prioridade em nossos dias, graças à evidência de questões que continuam gerando e acentuando desdobramentos, como o inchaço das metrópoles, saturadas de multidões que escapam do campo. Antes, o que se sentia era apenas o resultado da carência de perspectivas para os trabalhadores e suas famílias. Sonhavam com um futuro melhor, e, por isso, partiam. Depois, agravando as dificuldades desses sem-terra e sem esperança, a cansada mão de obra perdeu espaço para os recursos da técnica e da tecnologia, rapidamente absorvidos na pecuária e na agricultura.

Ao processo ininterrupto de abandono do campo respondeu, de imediato, o avanço desordenado sobre cidades de porte médio e metrópoles. Rio, Fortaleza e Recife estão entre os mais evidentes, e, como resultado, o crescimento dos índices de desocupação de homens e mulheres, os subempregos, a emergência das tarefas a serviço do crime organizado. Daí para a violência, apenas um passo ou uma breve oportunidade. O crime sofre, em parte, o contágio com o sufoco populacional.

Mesmo não estando à mostra pesquisas atualizadas, as que foram dadas a conhecer no segundo semestre do ano passado servem para confirmar que permanece alta a incidência migratória. Observe-se, como dado elucidativo, que, em outros tempos, os deslocamentos cuidavam de se realizar em duas etapas. Na primeira, os fugitivos experimentavam oportunidades em centros de porte médio. Depois, baldadas as expectativas, tomavam o rumo das capitais, preferentemente. Por isso, já em dias mais recentes, como revelam os levantamentos citados, tornaram-se cada vez mais raros os estágios intermediários. Estes são aqueles que não se desvinculam totalmente do interior, mas dispõem de certo número de serviços essenciais. É dali que, insatisfeitas, saltam multidões para as metrópoles, onde, em geral, não conseguem resolver os desafios pessoais, mas, com toda certeza, engrossam problemas comuns a todos.

Sem disposição de partir vigorosamente em busca de soluções diante de tamanha gravidade, os governos preferiram o comodismo da omissão, e, por isso, sem merecer benevolência. Todos, sem exceção. De forma que até seria injusto atribuir apenas a um ou alguns, recentes ou antigos, as responsabilidades acumuladas.

Hoje, como ontem, permanece o desinteresse em dar o primeiro passo para criar no interior motivações capazes de agregar e criar raízes para as populações sequiosas de melhores tempos. Desejassem levantar a bandeira, aos palácios da União e dos estados, certamente nenhum roteiro seria melhor que estender àqueles rincões um pouco de saúde e de educação. Seria excelente começo.

Setenta por cento dos brasileiros correm para as cidades grandes. Entre eles, se há quem tem qualificação para disputar espaço no mercado de trabalho, não faltam – e aí vai a maioria – os que jogam apenas com a sorte e a aventura. Todo dia desembarcam, arrastando suas famílias e, nas malas ou no embornal, quase sempre apenas o desejo de deixar longe as privações sofridas no campo, onde as experiências que, se já não eram suficientemente robustas para enfrentar a avalanche do agronegócio em progresso, muito menos úteis nos subúrbios e favelas, onde passam a morar.

(Jornal do Brasil, 4/4/2018)

Editorial 24 (exposição)

O tempo Bolsonaro

Se os números do segundo turno da eleição presidencial deste ano já não eram mais a grande expectativa, pois apenas confirmaram o que vinham anunciando sucessivas pesquisas de intenção de votos, as atenções tinham que se voltar para o pronunciamento do eleito, Jair Messias Bolsonaro, que vai assumir o posto no Palácio do Planalto no primeiro dia de 2019.

Os discursos em hora de vitória costumam se limitar a agradecimentos formais, mas, ontem à noite, rompendo com o habitual, Bolsonaro quis reafirmar questões pontuais de sua campanha, com conteúdo de um nacionalismo mais centralizador, o que, se realmente pretender, poderá permitir avanços nas reformas que dele são esperadas.

Confiante em Deus e na pátria, foi à televisão dizer que quer um governo orientado em dois livros, que tem na conta da mais alta estima: a Bíblia e a Constituição, que, aliás, andavam esquecidos das profissões de fé dos presidentes, desde os antigos tempos do presidente Gaspar Dutra, que invariavelmente costumava de recorrer a esses “bons livrinhos”, como gostava de dizer.

O novo presidente manifesta desejo de resistir a influências políticas que considerar nefastas. Reusa interferência dos maus agentes na coisa pública, o que geralmente tem se revelado tarefa complexa, porque o Poder Executivo sempre depende da sustentação política: e esta, não raro, depende de qualidades cívicas e morais. Para atingir o compromisso, confirmado em noite festiva, é necessário assumir a envergadura de verdadeiro estadista; como Churchill, cuja biografia Bolsonaro conhece, e mostrou no livro que estava na mesa de seu primeiro pronunciamento, feito de improviso, na sala de estar de sua casa, no Rio de Janeiro. O líder inglês é um bom professor, mas pagou com o fantasma de terrível depressão as obstinadas políticas que defendia.

No Brasil, e talvez valha mesmo a pena buscar inspiração no grande inglês, a missão que se segue ao resultado das urnas do segundo turno é a pacificação da sociedade e das lideranças político-partidárias, no seio e no ânimo de uma temporada ácida e inflamada, que dominou a última campanha eleitoral que caminhou sobre acidentes e percalços.

Essa campanha, que terminou, mas se mantém viva para os meses seguintes, deixou marcas e machucados. Cabe ao novo presidente da República estancar o sangue dessas feridas; como também, em nome de uma paz indispensável para a sociedade brasileira, considerar que, tanto ele como seu adversário valeram-se de multidões que já traziam hematomas de experiências frustradas e descontentes. Não terá futuro o presidente, se desejar, por decisão sua ou por influências políticas de círculos próximos, de contaminar-se com a ideia do antigo raposismo, que pretendia aos amigos apenas a lei, e se possível.

A Bolsonaro e sua equipe cabe descer do palanque, estender as mãos em nome dos elevados interesses nacionais, não odiar os contrários e não retaliar. Para o gestor maior dos interesses públicos, uma virtude essencial é nunca permitir que o sangue ferva. Espelhar-se na milenar lição do sábio rei semita, lembrado pelos evangélicos de sua querência: “Quando meu inimigo se curva, meu sangue gela”. Ou, se em página bem mais recente, recordar o Doutor Ulysses: apaga as divergências para construir convergências.

A ninguém seria permitido admitir que milhões de votos favoráveis tornam menos pesada a carga de administrar as prioridades de um povo. A missão é difícil e já começou.

(Jorna do Brasil, 29/10/2018)

Editorial 25 (discussão)

Um superdesafio

Está aberto um longo, proveitoso, ao mesmo tempo delicado debate sobre as relações do futuro governo com setores produtivos do país, inspirado na decisão do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de fundir as pastas da fazenda, Indústria e Planejamento, para delas nascer no Brasil, em operação cesária, o superministério da economia. No momento em que começam as atividades do grupo encarregado de conduzir a transição, a criação chega comprometida como passo indispensável rumo à eficiência, a começar por desburocratizar os caminhos, onde isso for possível. A experiência agora prometida procura espelhar-se em modelos semelhantes de outros países, com a ressalva, que o novo governo não deve ignorar que fusões dessa magnitude estão sempre na dependência de conjunturas locais e do potencial financeiro construído em bases diferentes das que podemos oferecer hoje. Ainda assim, em alguns deles, segundo análises de que se dispõe, a mistura não foi tão abrangente, resultado do acolhimento das opiniões de mestres de formação intelectual diversa.

O que em primeiro plano cabe discutir é se o governo conseguirá evitar, no bojo da fusão, outros excessos normativos, muitas vezes preponderantes, quase necessários na organização de um ministério enorme, onde seriam comuns conflitos entre setores de finanças e economia, sabendo-se, em boa hora lembrado, que é prioridade na plataforma do super-ministro a desobstrução de exigências que sempre tornaram

acidentadas as relações do governo com os produtores. O que, não obstante os bons propósitos, pode condená-lo a uma incômoda encruzilhada: ter de apenas substituir velhas por novas normas reguladoras, mesmo com os canhões voltados para a desburocratização. Seria um desafio a enfrentar, como uma das surpresas da experiência que está por vir.

De outro lado, ainda divagando em cima da proposta de fusão, sob o contexto de uma pasta com capacidade de sugar outras que transitam em rotas semelhantes, é que, com ela, o governo pode se sentir estimulado a partir para metas mais audaciosas, com a intenção de acelerar a exportação a qualquer custo; e, para tanto, aplicando medidas para as quais o empresariado nacional talvez não esteja tecnologicamente preparado. Pode se dar de, em algumas vezes, os organismos industrial e exportador ficarem demasiadamente atordoados. É quando a política governamental acaba cobrando mais do que suporta a resistência de quem deseja proteger. Já se disse que, em casos tais, os governos não sabem o mal que fazem, com o bem que querem fazer.

O superprojeto ainda permanece em fase embrionária, mesmo que o ministro Paulo Guedes tenha reunido suficiente conhecimento sobre a matéria. Contudo, nem mesmo ele saberia avaliar, estando fora do governo, as totais repercussões da medida que propõe, com a promessa de modernizar a produção e torná-la mais competitiva no mercado. Seja como for, tendo ou não o ministro de corrigir a marcha de seus planos, justifica-se a linha de prioridade, que é dar combate frontal aos excessos da burocracia, responsáveis por estarmos entre os países mais atrasados nesse item. Com apenas um passo ou com muitos passos, seja qual for a dimensão da reforma, o Brasil precisa remover os entulhos cartoriais, que afetam não apenas os produtores, donos de 21% do PIB, mas infernizam a vida de todos os cidadãos.

Exigências desnecessárias, carcomidas pelo tempo, têm muito a ver com os constrangedores balanços do desenvolvimento nacional. O produtor é, antes de tudo, vítima do modelo. Nesse passo, talvez o superministro tenha conseguido ferir a questão essencial, prometendo salvar a indústria, “apesar dos industriais”. Uma advertência injusta, agravada pelo tanto que generalizou.

(Jornal do Brasil, 3/11/2018)

Editorial 26 (exposição)

O caminho das pedras

Mais que uma troca de cordialidades, o encontro que terão, amanhã, o presidente Michel Temer e seu sucessor, Jair Bolsonaro, tem tudo para render informações úteis sobre os primeiros passos do novo governo, que chega herdando dificuldades não vencidas, bem como compromissos que se tornam mais graves por exigirem soluções urgentes, além do possível encaminhamento da reforma da Previdência, cuja tramitação o próximo governo pleiteia que aconteça antes de janeiro. Tendo sido vice de uma

presidente que não era exatamente de seu feitio, a quem substituiu para assumir a Presidência da República em momento de conturbação política, e depois severamente boicotado pela chapa em que se elegeu, é certo que Temer tem o que ensinar sobre as águas em que um presidente navega durante tempestades. Não seria exagerar a dimensão dos fatos dos recentes dois anos, se disser que o atual governo não teve um único momento de tranquilidade, mesmo quando veio aos meios de comunicação para mostrar resultados positivos de ações ministeriais.

Bolsonaro não teve o apoio de Temer, que preferiu manter-se recolhido durante a campanha, sem se animar nem mesmo em defesa do candidato de seu partido. Mas a fragorosa derrota imposta aos seus adversários petistas seria algo para guardar amistosa simpatia em relação ao vencedor do dia 28. Uma razão a mais para justificar um ambiente nada hostil na reunião das próximas horas em Brasília.

Uma forma de o Palácio do Planalto agradecer o presente concedido por via indireta – a derrota do inimigo comum – seria mostrar a Bolsonaro as rotas menos acidentadas, onde ele e os colaboradores devem pisar, com pouco risco de naufragar. Porque há estratégias no enfrentamento das dificuldades que precisam considerar o momento mais adequado para tornarem as preocupações do governante, convenientemente tratadas com paciência; este, aliás, um exercício que, ao que tudo indica, não figura entre os preferidos do sucessor, ansioso por natureza e por formação.

Um conselho, tão ao gosto de quem vai ser sucedido, é a criação de um clima de relações harmoniosas com o Congresso Nacional; advertência à primeira vista dispensável, pois lá Bolsonaro está em quatro mandatos e deve ter aprendido quais as condutas adequadas. Ocorre que, estando agora no executivo, o outro lado do poder, os papéis tornam-se bem diferentes. Deputados e senadores criticam quase sem a obrigação de apresentar soluções concretas, como viu o então deputado Bolsonaro. Mas agora sua casa ganha telhado de vidro, e o diálogo, quaisquer que sejam as intenções, nem sempre é produtivo. Temer que o diga, a despeito de investir pesado no entendimento com os parlamentares. Desencantou-se algumas vezes, como se deu na acidentada proposta de reforma da Previdência.

Contudo, quem sai, levando ou não saudades, deixa algum patrimônio de experiências, que, mais cedo ou mais tarde, pode ter oportuna utilidade. É o que se observa na atividade pública; principalmente em seus domínios. É onde mais frequentemente as situações se repetem. Nada de novo debaixo do sol e debaixo do poder, dir-se-ia numa versão adaptada da velha sabedoria Eclesiastes.

Por fim, outro detalhe a considerar, antes que aconteça e passe a reunião de amanhã, é o significado prático da alternância do poder, o que está vivo na essência da democracia. Governos e governantes diferentes, quanto às origens e a maneira de sentir os problemas nacionais: tudo por obra e graça da vontade popular. Assim seja sempre.

Editorial 27 (exposição)

Balanço sombrio no interior

Estados e municípios capitulados na inadimplência, com os cofres vazios e o erário periclitando, preparam-se para fechar o ano com um balanço sombrio e previsões nada animadoras para o próximo exercício. O governo federal, como em breve ficará bem claro nos relatórios da comissão que prepara a transição, não estando em situação muito diferente, com o novo presidente e seus ministros instados a economizar, pouco socorro poderá prestar; pelo menos enquanto não for possível uma reorganização mínima das contas transmitidas. Traçado um painel dos problemas narrados pelo interior, cabe temer que estamos diante de um impasse como raramente se viu no país.

Há muito prevista tal situação, o que está mais uma vez confirmado é que, no Brasil, a máquina administrativa tem um custo muito alto. Assim é na União, tendo a segui-la as unidades federativas e as prefeituras. Numa primeira observação sobre a causa do caos, salta logo à vista que o serviço público tem sido utilizado para minorar os efeitos do desemprego que grassa, este cada vez ampliado na mesma medida da retração dos meios produtivos. Não se produz, não se emprega. Nas municipalidades, com assustada frequência, os prefeitos, pressionados pelas comunidades das quais fazem parte, não têm como escapar dos apelos; e empregam, mesmo sem poderem empregar. Desnecessário maior esforço para comprovar isso, pois tornou-se comum a ultrapassagem do teto constitucionalmente fixado para despesas com o funcionalismo.

Demonstrado que a escassa empregabilidade no setor privado ajuda a projetar o estado de penúria nos cofres públicos. E a ameaçada redução de cargos comissionados, como desejam o novo presidente e a maioria dos governadores recém-eleitos, pode levar a algum resultado, minorando efeitos localizados, mas longe de ser a solução do problema. Outro detalhe, de fácil percepção, é que a dificuldade maior não é o dinheiro que está saindo; é o dinheiro que não está entrando.

Costuma-se dizer que governadores e prefeitos, antes e depois do mandato, cultivam o hábito de dizer que enfrentam imensos problemas: os estados culpando a União centralizadora, os municípios culpando aqueles. Mas é preciso admitir com seriedade o choro atual.

Nos estados, aprofundada a crise, mesmo que alguns consigam se manter, é impossível obter eventuais ajudas, porque nossa Federação sempre achou por bem que cada um cuide de si. Não há percepção nacional para a crise, ela é sentida, mas sem solidariedades. Sabemos suportar a dor dos outros.

Encerra-se o ano com insolvências evidentes em metade dos estados brasileiros, condenados a entrar em 2019 no vermelho. Entre os grandes municípios, que arcam com maiores despesas, em muitos casos as perspectivas se revelam até piores, todos condenados a terem de adotar dieta amarga, inevitável se alguma coisa tem de ser feita

para o enxugamento da máquina operacional, do que certamente resultarão problemas onde o erário se tornou fonte de socorro social. O quadro é lastimável por todos os cantos, mas parece ter assumido proporções particularmente graves em Minas, onde as prefeituras de metade dos 853 municípios estão com as folhas dos servidores atrasadas, postos de saúde e escolas com atividades suspensas. Dos municípios mais próximos da divisa com o Rio de Janeiro, vinte viram-se na contingência de decretar estado de calamidade financeira. Até que ponto o presidente eleito tem conhecimento de detalhes dessa situação.

(Jornal do Brasil, 16/11/2018)

Editorial 28 (exposição)

Estradas e ferrovias

Os Relatórios que vêm sendo elaborados nas capitais dos estados sobre as atuais condições da malha ferroviária, agravadas com a persistência das chuvas que se espalham por todo o país, e em alguns casos com o risco de colapso no abastecimento, também advertem sobre as poucas e insuficientes alternativas e atalhos para o escoamento de que dispõe o transporte de carga. Uma razão a mais para preocupar.

Rodovias pavimentadas há anos cobram cuidados permanentes e reposição asfáltica, porque, se cedem, o tráfego pode parar totalmente, sem que se consiga dimensionar o prejuízo que isso representaria para a economia nacional. Sobre as consequências, alguém poderia dizer, a grosso modo, que seria a natureza disputando com a greve dos caminhoneiros, de maio último, capaz de gerar maiores danos.

Como todos os problemas cujas soluções emanam do governo, a comunicação viária vem se desfazendo rapidamente por falta de recursos orçamentários, estes historicamente escassos; e, quando não, são engolidos pelos expedientes da corrupção. É sabido que o setor de transportes sempre foi um dos preferidos na montagem dos esquemas de propina. De tal maneira, que se num passe de mágica fosse devolvido tudo que se roubou para servir ao crime, com toda certeza o ministério competente poderia recuperar boa parte das estradas que o tempo vem danificando.

Quando seria possível restabelecer a normalidade nesse setor? Não há como prever, até porque os governantes não estão informados sobre a real situação das ligações terrestres; mas sabem que é cada vez mais próxima do calamitoso. Os remendos emergenciais que se operassem nesta temporada das águas, dependendo da gravidade do problema, nunca seriam suficientes. Objetivamente, nada se poderia esperar.

Pode ser que, preocupado em eleger prioridades entre os encargos que vai assumir, o futuro governo em boa hora se anime a despertar adormecidos estudos e projetos sobre melhor utilização das ferrovias, cuja importância, mais que sabido, acentua-se em países com largas dimensões territoriais. Como o Brasil. Neles, em que os territórios são iguais ou semelhantes ao nosso em tamanho, o trem se consagrou como a solução

adequada; sob todos os aspectos essencial, a começar por trafegar em condições muito mais resistentes que as oferecidas no asfalto. As eficiências são tais, que mesmo os países menores acabaram por absorver esse serviço.

Os trilhos acrescentam às suas vantagens dois outros predicados de inegável atualidade, sobretudo se observados os interesses brasileiros: não agridem o meio ambiente e geram considerável economia de combustível. E nem por isso suas linhas deixam de ser generosas na capacidade de transportar: um comboio pode substituir meia centena de carretas.

Estudo já publicado pelo JB, com base em comparações verificadas no Brasil e confirmadas no Exterior, indica que no deslocamento de cargas em trechos além de 500 quilômetros, a ferrovia se mostra infinitamente mais produtiva que qualquer sistema rodoviário; por mais eficiente que este seja, como parece ter sido nas décadas 50 e 60 do século passado, ao suportar e estimular a nascente indústria automobilística. Mas nem por isso os governos seguintes conseguiram justificar o furioso programa de extinção dos chamados ramais ferroviários, que hoje fazem alta no interior do país.

Trata-se de um setor que deixa nossa capacidade de transporte atrasada em meio século, só quebrada com algumas poucas ampliações, sempre distantes da desejada suficiência. Agora, é esperar e ver se o novo governo terá disposição para embarcar nesse desafio.

(Jornal do Brasil, 25/11/2018)

Editorial 29 (exposição)

A vida do presidente

Pode-se tratar de coisa muito séria, como também levar na conta de banalidades ou exercício de inconseqüência, a informação, confirmada pelo núcleo familiar, de que o presidente da República eleito estaria na mira de pessoas interessadas na sua eliminação, não bastasse o atentado de que foi vítima no dia 6 de setembro, quando quase perdeu a vida. Não menos preocupante é a insinuação de que o possível atentado seria perpetrado por figura entre as mais próximas. Leviana ou não, a suspeita, simplesmente por ela, sem outros elementos de julgamento, é mais que suficiente para se colher a imediata atuação dos órgãos de segurança, com a responsabilidade de explicar se o risco existe mesmo ou se é fruto de frase solta ao vento, sem compromisso com as conseqüências. Por que ninguém foi preso ante tamanha gravidade? Uma balela de mau gosto?

Não se trata mais do candidato, surpreendido pelo terrorista armado com faca, porque estamos diante de alguém que dentro de algumas semanas assumirá o governo; e desde agora com a responsabilidade de gerar o processo de transição. Em rigor, um atentado contra o senhor Bolsonaro, ou a simples presunção, é parte do interesse nacional, porque essa vida não é mais apenas sua. Um perigo que esteja correndo afeta

profundamente o país. Eis a razão de a segurança pessoal de um governante nunca estar reduzida a cuidados particulares.

A família assume a responsabilidade de anunciar, no Exterior, que há interessados na eliminação, dentro ou fora do Palácio. Diga-se logo que nem todos levam isso a sério, por sair de uma cabeça tietada com boné simpático ao americano Trump. Como também há os que tomam conclusões mais adocicadas, achando que não é bem assim. A propósito, a expressão “não é bem assim” já se tornou corriqueira nas divergências entre os porta-vozes do novo governo. Outros preferem remeter a suspeita conspiratória para o terreno da galhofa.

Seja como for, mesmo que ausente alguma seriedade no pretendido complô, é preciso que os serviços de segurança investiguem; e denunciem, se for o caso, a armação marqueteira. Pesa mais é que a sociedade merece alguma explicação, pois já se disse, mesmo que tedioso insistir, que a integridade física de um presidente não lhe pertence, por ser objeto de preocupação e afetar a vida de todos. Por isto, também não lhe compete dispensar a segurança pessoal, em nome de intenções populistas.

Até que haja uma explicação sobre esse episódio, para a tomada de medidas cautelares indispensáveis; ou se denuncie, se tudo não passar de encenação novelesca. O país fica diante de algo muito sério, principalmente quando familiares agravam o conteúdo, identificando a montagem do complô na linha das intimidades do poder. É responsável admitir, num primeiro momento, como séria uma suspeita desse tipo, pois perigoso demais seria não apostar, pelo menos na dúvida.

O estadista tem de estar preparado para não se surpreender com o pior, de forma que não aconteça como César, que achava impossível a punhalada vir do filho adotivo. Lincoln, em 1865, desdenhou da segurança no teatro em que morreu sob a bala de um modesto 22. Indira Gandhi foi morta pelo pessoal de casa, seus agentes de segurança. O Príncipe de Sarajevo, Kennedy e o judeu Rabin, todos descuidados para morrer. Exemplos de tragédias passadas podem parecer sinistras, e realmente o são. O que não impede de confirmar que o detentor de poderes, se responsável, tem de cuidar da integridade, que, sendo pessoal, estende-se aos interesses de todo o país.

Se acabar provado o caso bolsonarista como delírio juvenil, paciência. É confiando e desconfiando que se aprende.

(Jornal do Brasil, 2/12/2018)

Editorial 30 (exposição)

Dúvida e progresso no G20

Ideal, na conclusão dos trabalhos do G20, que reuniu em Buenos Aires os principais estadistas do mundo, seria a pronta adesão dos Estados Unidos à reafirmação dos objetivos do Acordo de Paris, documento onde os governos se penitenciam das agressões ao clima e, mais uma vez, comprometem-se a encarar o problema. A gravidade dessa ausência é que boa parte das ofensas ao clima e ao meio ambiente pertence à indústria dos americanos do Norte. Ela pontifica com uma poderosa cota dos diversos tipos de poluição. Em nome daquele país, o presidente Trump deu adeus ao acordo, retirou-se do diálogo e reafirmou disposição de manter a produção industrial sob os padrões que considerar economicamente apropriados.

Não foi o desfecho apropriado, porque quando se trata de reduzir elementos e fatores poluentes, o que entra em jogo é o interesse de todos os povos que, direta ou indiretamente, pagam o preço de um clima visivelmente deteriorado nas últimas décadas; de forma que, bem entendido, o processo industrial poluente não se restringe ao país que o produz; é problema para o mundo. O que autoriza renovada preocupação. E esse sonho de elaborar metas para garantir vida mais saudável no futuro, se estão ausentes Estados Unidos e China, os que mais produzem e também poluem, caem por terras as esperanças, mesmo que, no sábado, de ambos tenham partido vagas e inconsistentes promessas de atentar para o problema. Na verdade, o que se disse é a repetição do que geralmente se diz em reuniões de cúpula.

Ficou em Buenos Aires, como detalhe, a indisposição dos demais governantes de exigir concretude nas posições de Trump. Bastariam se valer do argumento indestrutível de que no comprometimento das qualidades do clima sofrem todos, pecadores e inocentes, na maioria das vezes estes mais que aqueles

No fim de semana, ao bater em retirada, o presidente americano permitiu que se suspeitasse do pouco interesse que o governo tem dedicado às tragédias ambientais de seu próprio país, que matam e destroem com grande furor, como ainda agora se registrou na Califórnia, devastada por incêndios incontroláveis. Para não se falar de ciclones e enchentes, com que a natureza castiga as ofensas que ali recebe.

Como também não parece constituir preocupação a ele o risco de isolacionismo a que os Estados Unidos estariam ameaçados no futuro, como consequência do crescente ativismo de uma mentalidade ambientalista universal. Mas, quanto a isso, não apenas os americanos, mas também estaria desprestigiada a China, onde as pessoas já se veem condenadas a andar mascaradas, para não morrer aspirando ares altamente poluídos.

Tirante os lances de má vontade, conforta saber que a capital argentina foi sede da reafirmação da irreversibilidade do acordo de Paris. Pelo menos, sobrevive a intenção de preservar um conjunto de dispositivos e objetivos a conferir melhor tratamento ao meio ambiente. O mundo, pela voz de outros entre seus principais líderes, reconhece que há um ideal comum a perseguir, e já se tem aí uma luz.

Se o salutar Acordo é aclamado como irreversível, não volta atrás nem vai morrer, fica a expectativa em relação ao que nesse campo pretenderá o novo governo brasileiro, não bastando relatórios nem sempre confirmados, algumas vezes suspeitos, de redução do desmatamento da Amazônia, para fazer agrado aos que a têm como o pulmão do mundo.

Ao ameaçar uma primeira iniciativa, a equipe deixou preocupação, com a tentativa de subordinar a política ambientalista ao ministério da Agricultura. O meio ambiente vai muito além, e às vezes até conflita com métodos e aspirações das lideranças do agronegócio. Sem tirar o olho do Acordo de Paris, cada um no seu galho.

(Jornal do Brasil, 3/12/2018)

Estado de S Paulo

Editorial 31 (exposição)

Supremo genuflexo

O Supremo Tribunal Federal apequenou-se perante Lula da Silva. Num espetáculo indigno de uma Corte cuja função é ser obstáculo aos excessos do poder, a maioria de seus ministros aceitou prestar vassalagem ao chefe petista. O Supremo, em sua atual composição, reafirmou assim sua vocação de cidadela dos poderosos com contas a acertar com a Justiça.

O cidadão comum, aquele que se submete ao pacto democrático na presunção de que a Justiça criada por esse arranjo será igual para todos, há de se perguntar, depois das vergonhosas sessões de quarta e quinta-feira passadas, se ainda subsiste alguma instituição do estado que não esteja subordinada ao patronato político – do qual Lula, a despeito da sua apregoada identidade com a gente comum, é um dos maiores expoentes.

O demiurgo de Garanhuns não tem mais foro privilegiado, e no entanto foi tratado no Supremo como se tivesse. Mereceu a deferência de ter seu caso apreciado antes de muitos outros, não por coincidência às vésperas da provável rejeição de seu derradeiro recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região contra a condenação a 12 anos e 1 mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Ou seja, o Supremo desmoralizou, numa só tacada, todo o bom trabalho de nove juízes – Sérgio Moro, que condenou Lula da Silva na 13ª Vara Federal de Curitiba; os três desembargadores da 8ª Turma do tribunal Regional Federal da 4ª Região, que confirmaram a condenação e aumentaram a sentença; e os cinco ministros da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negaram o habeas corpus preventivo pedido pela defesa de Lula.

Para atingir esse fim, inventou-se uma liminar que, na prática, tem efeito de salvoconduto, pois impede a prisão de Lula até que o pedido de habeas corpus feito pela defesa seja efetivamente julgado pelo Supremo. Esse julgamento do mérito foi marcado para o dia 4 de abril, mas nada impede que algum ministro invente criativo expediente para adiar o desfecho do caso indefinidamente, como tem acontecido com frequência no Supremo. (Veja-se o que o ministro Fux está fazendo com o desavergonhado auxílio-moradia.) Nesse período, Lula da Silva ficaria livre.

Chegou-se a esse remendo porque o Supremo foi incapaz de iniciar a apreciação do habeas corpus, entretido que estava em um debate sobre se era o caso ou não de aceitar discutir o pedido da defesa – debate este que incluiu até uma menção do advogado de Lula a Luís XVI, exemplo, segundo ele, de vítima da “volúpia do encarceramento”. Quando ficou claro que a sessão seria encerrada sem a votação do habeas corpus, a despeito da urgência do caso – um dos ministros alegou cansaço, outro disse que tinha viagem marcada -, a defesa pediu a liminar, que acabou aceita. Estava dado salvoconduto para Lula, válido pelo menos enquanto durar o longo feriado do Supremo em respeito à Páscoa. Isso é que é espírito cristão.

Não à toa, a decisão foi festejada por gente do quilate do senador Renan Calheiros, contra quem correm 17 inquéritos no Supremo. “Nenhuma condenação sem prova sobreviverá ao controle da constitucionalidade e ao princípio da presunção da inocência. Viva a democracia! Viva o respeito à Constituição!” Escreveu o multienalacrado senador no Twiter, sob a hashtag “Lula Livre”.

Nada mais simbólico. Outra vez, o Supremo Tribunal Federal, que em quatro anos de Operação Lava Jato não julgou nenhum dos implicados com foro privilegiado, enquanto os tribunais ordinários já contabilizaram 123 sentenciados, demonstra sua incapacidade de fazer os poderosos pagarem por seus crimes. Não espanta o empenho de muita gente para adquirir o direito de ser julgado ali, ainda que seja por vias tortas, como Lula. Outros condenados pela Lava Jato, presumindo que o ex-presidente escapará mesmo da prisão, já se preparam para explorar essa brecha. Seria o festim da impunidade.

A genuflexão do Supremo diante de Lula fecha com chave de ouro uma semana vergonhosa na história dessa Corte, que incluiu uma infame manobra para manter o auxílio-moradia para todos os juízes. Quando a Corte constitucional atenta contra a própria Constituição, para proteger quem tem poder, o futuro é inevitavelmente sombrio. Os brasileiros honestos já temem pelo que virá.

(O Estado de S. Paulo, 25/3/2018)

Editorial 32 (exposição)

Em honra das vítimas

Está prevista para o verão de 2019 a conclusão das obras de reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), localizada na Península Keller, no interior da Baía do Almirantado, na Ilha Rei George. Em 2012, um incêndio de grandes proporções destruiu 70% da estação de pesquisa administrada pela Marinha do Brasil, causando a morte dos tenentes Carlos Alberto Figueiredo e Roberto Lopes dos Santos, que tentavam combater as chamas.

A nova estação, de US\$ 100 milhões – equivalente a cerca de R\$ 330 milhões -, corre o risco de se tornar apenas um monumental esforço de engenharia e logística, sem

produzir os importantes resultados científicos que dela se esperam. Na semana passada, um grupo composto por 17 importantes pesquisadores e cientistas que atuam na área enviou uma carta para o ministro Gilberto Kassab, da Ciência e Tecnologia, e para o comandante da Marinha, almirante Eduardo Ferreira, alertando as autoridades para a grave escassez de recursos que afeta o Programa Antártico Brasileiro (Proantar). De acordo com a avaliação dos cientistas, o Proantar “está gravemente ameaçado de interrupção” por falta de recursos para financiamento de bolsas e projetos de pesquisa e pode ser interrompido no ano que vem se nada for feito. “Rogamos a vossas excelências que sejam estudadas ações emergenciais para darmos continuidade às pesquisas científicas na Antártida e não tenhamos a situação insólita de uma casa Antártida sem cientistas”, concluem os pesquisadores na carta, à qual o **Estado** teve acesso com exclusividade.

Em 1975, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártida, celebrado em 1959 entre Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, a então União Soviética, Reino Unido, Irlanda do Norte e Estados Unidos. O Tratado visa à cooperação internacional para o fomento de pesquisas científicas no continente gelado, preservando-o de qualquer ação que não seja voltada para a produção de ciência para fins pacíficos.

Nove anos após aderir ao Tratado da Antártida, em 1984, o Brasil inaugurou a EACF para, como explica a Marinha, realizar “pesquisas científicas em diversas áreas, como observação de fenômenos atmosféricos, inventário da fauna e flora local, monitoramento da qualidade do ar, entre outros estudos ligados à biologia, meteorologia, geofísica, entre outros campos”.

Os estudos realizados pelos pesquisadores brasileiros na EACF são fundamentais para a compreensão das mudanças no meio ambiente, principalmente porque a Antártida, por sua ação de controle das circulações atmosféricas e oceânicas, é o principal regulador térmico da Terra, afetando o clima e as condições de vida em todo o planeta. A relativa proximidade do continente com o Brasil fez com que estes efeitos sejam potencializados aqui, um dado que torna o trabalho científico que é desenvolvido na Antártida ainda mais relevante.

A presença brasileira na Antártida atende a propósitos científicos e geopolíticos. Uns não podem estar dissociados dos outros. “Não basta a presença militar, tem de haver ciência”, disse Jefferson Simões, glaciologista da UFRGS e vice-presidente do Comitê Científico para Pesquisas Antárticas (Scar, na sigla em inglês). “Casa vazia não faz ciência”, resumiu Simões, que alertou para o risco de a nova EACF ser uma estação “com a alma” do estádio Mané Garrincha, em Brasília: “Bonito por fora, vazio por dentro, um estádio de futebol sem futebol”.

É da maior importância para o desenvolvimento da produção científica do Brasil que o Proantar receba dos órgãos competentes, vale dizer, do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Marinha, a atenção devida para a solução dos graves problemas que o ameaçam. Não só para honrar o histórico de serviços prestados à ciência pelos pesquisadores brasileiros que já passaram pela EACf desde 1984, mas, sobretudo, em honra dos dois militares que morreram tentando salvar a estação.

(O Estado de S. Paulo, 25/3/2018)

Editorial 33 (discussão)

A barganha com a lei

O **Estado** anuncia que o presidente Michel Temer pretende autorizar a Caixa Econômica Federal a conceder empréstimos sem o aval do Tesouro, apenas com garantias de receitas tributárias. Tendo em vista a proibição constitucional a esse tipo de operação, o Conselho da Caixa havia suspenso no início do ano esses financiamentos. No entanto, a pressão política é intensa – governadores e prefeitos estão à caça de recursos para seus projetos, especialmente em ano eleitoral – e o Palácio do Planalto dá sinais de que não resistirá.

O caso é preocupante, pois mostra um quadro institucional no qual o respeito à Constituição é ainda objeto de discussão política, como se fosse possível alguma circunstância legitimar o descumprimento da Carta Magna. Ora, é natural que haja pressão política e o governo tenha de negociar, postergar, ceder, exigir alguma contrapartida, etc. O que é completamente descabido é que a Constituição esteja na mesa de negociação. A lei é para ser cumprida, e ponto final.

Não faz sentido que algum ministro, governador, prefeito, senador, deputado ou quem quer que seja pressione o presidente da República a não respeitar a Constituição. E que o chefe do Executivo aceite esse tipo de conversa. Trata-se de um ponto inegociável. O art. 167 da Constituição Federal é muito claro. É proibida a vinculação de receitas futuras de impostos a financiamentos bancários. Essa proibição também inclui os recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), já que eles têm origem em impostos. Suas receitas vêm da divisão entre os entes federativos de alguns tributos federais, recolhidos pela União.

Estados e municípios não podem, portanto, pretender que a Caixa lhes conceda empréstimos nos quais sua receita tributária é dada como garantia. Por mais que isso seja cristalino, não era o que vinha ocorrendo até o início do ano. A caixa concedeu empréstimos a Estados e municípios sem as garantias adequadas, conforme revelou o **Estado** na ocasião. Apenas entre 2017 e 2018, o banco liberou R\$ 4,5 bilhões em financiamentos para prefeitos e governadores.

Diante da flagrante ilegalidade, o Conselho da Caixa, presidido pela secretária do Tesouro nacional, Ana Paula Vescovi, determinou, no mês de janeiro, a apuração dos empréstimos realizados a Estados e municípios e suspendeu novas operações. Começou, então, a pressão política sobre o Palácio do Planalto para que autorizasse a Caixa a continuar realizando tais empréstimos.

É muito estranho esse modo de proceder. A revelação de um esquema fora da lei deveria ser ocasião para interromper todas as práticas ilegais, identificar os responsáveis e apurar as falhas do sistema que permitiram, por tanto tempo, a sua ocorrência. Há, no entanto, quem queira inverter a situação. Em vez de retificar o que está errado, usa-se o passado fraudulento como argumento para que se continue com a prática ilegal. Dizem que, justamente, por serem feitas há décadas, não seria oportuno interromper tais empréstimos agora.

Para essa turma, o critério não é a lei, e sim os seus interesses. Urge estabelecer um novo padrão de atuação pública, no qual seja inaceitável barganhar com a lei, e muito menos com a Constituição Federal. O art. 167 da Carta magna, que lisa uma série de condutas vedadas, tem importância fundamental para a lisura dos gastos públicos e o equilíbrio financeiro do Estado.

O primeiro inciso do art. 167, por exemplo, diz que é proibido iniciar programas ou projetos que não estejam previstos na lei orçamentária anual. Assegura-se, assim, que o uso dos recursos públicos dependerá do expresse aval do Legislativo, o que é medida de elementar prudência. A proibição dos empréstimos com garantia de receita tributária futura assegura que o governante usará tão somente as receitas relativas ao período de seu governo, sem comprometer os recursos cuja administração compete ao próximo ocupante do cargo. A essa prática se chama prudência e austeridade.

(O Estado de S. Paulo, 25/3/2018)

Editorial 34 (exposição)

Limites ao poder judiciário

A constituição atribui ao Congresso prerrogativa de sustar os atos normativos do presidente da República “que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”, conforme o artigo 49, inciso V. Essa prerrogativa visa a impedir que o chefe do Executivo invada competência exclusiva do Legislativo. Contudo, a Constituição não dá poderes ao Congresso caso o Judiciário se arvore em legislador, ainda que o texto constitucional, no artigo 103, parágrafo 2º, proíba o Supremo Tribunal Federal (STF) de legislar.

É como se, para o constituinte, o Judiciário fosse infalível, sendo dispensado, portanto, de sofrer qualquer forma de controle efetivo por parte dos demais Poderes. Seria a reedição do antigo Poder Moderador, que não tem limites por não ter de responder a

ninguém por seus atos. Com um Poder assim, tão acima dos demais, não é de admirar que muitas vezes suas reuniões se confundam com assembleias do Olimpo e que suas decisões frequentemente contribuam para criar ou agravar crises. Afinal, só respeita quem quer a vedação de legislar – e ultimamente é grande o número de juízes da Corte que se orgulham de violar a Constituição.

Ademais, havendo questionamento sobre alguma decisão regulamentar de autoridade judicial, cabe ao próprio Judiciário julgar sua legalidade. É o caso, por exemplo, da infame extensão do auxílio-moradia a todos os magistrados, decidida pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014 a partir de liminar do ministro do STF Luiz Fux. O contribuinte, sobre cujos ombros recai a conta dessa benemerência, não tem como impedir que o pagamento seja feito porque o Legislativo não tem poder para reformar as decisões normativas do Judiciário. Apenas o Supremo poderia fazê-lo, mas não o faz.

Esse é apenas um entre muitos casos assombrosos que tornam clara a necessidade de alguma forma de contrapeso institucional ao Judiciário. Como esquecer que foi graças à inventividade do Supremo que a presidente Dilma Rousseff foi cassada, mas teve seus direitos políticos preservados? Ou que o Supremo suspendeu mandatos de parlamentares a seu bel-prazer, sem nenhum amparo constitucional?

Mas, quando surgem as críticas – pois criticar é o que resta à sociedade, impotente diante da soberania autoimposta do Supremo -, os ministros reclamam. Marco Aurélio Mello, por exemplo, queixou-se de que a Corte está sofrendo um “patrulhamento sem igual” depois que inventou um salvo-conduto para Lula da Silva, um corrupto condenado. Ou seja, o Supremo quer ter protagonismo sem carregar o correspondente ônus.

Na falta de norma constitucional que permita ao Legislativo reverter atos do Judiciário que invadam sua esfera de competência, o Congresso muitas vezes opta por ignorar determinações do Supremo que o afrontem, o que é uma inaceitável desmoralização institucional. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando, no final de 2016, o Supremo, por meio de liminar do ministro Fux, mandou o Senado devolver à Câmara o pacote de dez medidas contra a corrupção, sob o argumento de que os deputados as haviam desvirtuado. O Senado resistiu a cumprir a ordem, pois se tratava de clara interferência em seara parlamentar. O mesmo se deu, também no final de 2016, quando os senadores ignoraram liminar do ministro Marco Aurélio Mello que mandava afastar Renan Calheiros do Senado, pela óbvia razão de que uma decisão dessas só poderia ser tomada pelos pares do senador.

Mas a mesma Constituição que deu ao Supremo esse caráter excepcional é aquela que concede aos representantes do povo o poder de interferir na qualidade da Corte. Basta que o Senado exerça bem sua função de aprovar ou recusar os candidatos apresentados pelo presidente da República para as vagas no Supremo, exigindo deles notório saber jurídico e reputação ilibada. E isso, simplesmente, não tem sido feito.

Pode-se atribuir parte da atual crise institucional, portanto, ao desleixo do Congresso, que deixa de fazer sua parte quando permite que as vagas do Supremo sejam preenchidas por candidatos que simplesmente não satisfazem os requisitos mínimos para integrar o principal tribunal do País. Há lá quem seja notório pelo pouco saber jurídico, da mesma forma como há quem tenha, impunemente, transgredido a lei até dizer chega. O resultado está à vista de todos.

(O Estado de S Paulo, 1/4/2018)

Editorial 35 (exposição)

Tecnologia e trabalho no campo

São notáveis os efeitos, na produção agrícola, do emprego de novas tecnologias, que exigem mais capital, mas resultam em ganhos expressivos da produtividade. Colhe-se cada vez mais por unidade de terra cultivada, de modo que os sucessivos recordes registrados pela safra de grãos em anos recentes, que deram segurança ao abastecimento interno e reduziram as pressões inflacionárias, não exigiram o aumento da área cultivada na mesma proporção. A modernização vem modificando também o padrão da ocupação de mão de obra. Emprega-se menos e os novos empregos exigem profissionais mais qualificados, aos quais, em contrapartida, oferecem remuneração mais alta.

Entre 2012 e 2017, a população ocupada no agronegócio caiu à média de 1,9% ao ano, como mostrou reportagem de Márcia de Chiara publicada no **Estado**. Em 2012, eram 19,7 milhões de pessoas empregadas; no fim do ano passado, 18 milhões. Esses números foram apurados pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em trabalho baseado em dados da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE.

Caíram tanto o número dos trabalhadores informais (redução de 3,4%) como o total de empregados com carteira assinada (diminuição de 1,4%). A redução mais acelerada do número de trabalhadores informais indica que o setor absorve cada vez menos mão de obra com menos qualificação. “Isso pode parecer má notícia, mas não é”, ressalva o economista Felipe Serigatti, coordenador do estudo da FGV.

O uso de tecnologia exige profissional mais preparado para operar as máquinas que vão tendo utilização cada vez mais intensa no agronegócio, o que resulta no aumento da produtividade e também do rendimento dos empregados. Entre 2012 e 2017, segundo a FGV, o rendimento médio real (isto é, descontada a inflação) do trabalho no agronegócio aumentou 7%, bem acima do aumento observado em todos os setores da economia, de 4,6%. Na pecuária, o aumento acumulado foi de 9,2% e na agricultura, de 8,3%.

A redução da mão de obra empregada não implicou o aumento do desemprego nas regiões agrícolas nem, muito menos, o surgimento de problemas sociais graves. Mais

produtivo, o agronegócio ampliou a renda nas cidades do interior, o que resultou em aumento de atividade também em outros segmentos da economia, muitos dos quais puderam absorver a mão de obra liberada pela agropecuária. Entre 2000 e 2015, por exemplo, segundo a FGV, o produto Interno Bruto (PIB) das cidades do interior cresceu 3,7% ao ano, enquanto o das regiões metropolitanas, aumentou 2,5% e o nacional, 3%.

Vem mudando a exigência de qualificação, bem como o nível de remuneração do trabalhador médio empregado no agronegócio. Em 2014, 33,6% dos ocupados recebiam até um salário mínimo, dois anos depois, a fatia tinha se reduzido para 29,8%. Quanto ao grau de instrução, em 2014, 34,4% dos trabalhadores não tinham instrução ou haviam frequentado escolas por apenas dois anos; em 2016, eram 32,3%.

Um dos efeitos do novo grau de qualificação do trabalhador do agronegócio e da mudança do padrão de remuneração é o surgimento de um gargalo para a continuidade da modernização e dos ganhos de eficiência da atividade rural. Há sinais de escassez de trabalhadores qualificados. A produtividade do agronegócio está condicionada a fatores como terra, tecnologia e mão de obra, como lembrou o economista Renato Conchon, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A expansão da área cultivada tem limites óbvios e o avanço da tecnologia pode não se dar no ritmo observado até agora. A expectativa, por isso, é de que novos ganhos de produtividade sejam propiciados pelo fator trabalho. Mas, observa o economista da CNA, o desempenho do agronegócio pode ser comprometido “se não houver oferta de trabalhadores qualificados para operar máquinas e de agrônomos para interpretar dados”.

(O Estado de S Paulo, 1/4/2018)

Editorial 36 (exposição)

Mera formalidade

Enquanto alguns partidos políticos fingem que prestam contas das campanhas de seus candidatos, a Justiça Eleitoral finge que as fiscaliza. É o que se conclui de uma avaliação publicada pelo **Estado** que indica que as prestações de contas das campanhas eleitorais de 2018 só serão julgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2023, portanto, cinco anos depois da proclamação dos eleitos. Neste momento, o TSE ocupase das contas referentes ao pleito de 2012, que prescrevem no dia 30 de abril.

A fiscalização das contas de uma campanha eleitoral não é uma mera formalidade legal, como isso em que parece ter se transformado. Trata-se de um fundamental instrumento de defesa da democracia, na medida em que descortina qualquer abuso de poder econômico que possa tornar injusta a disputa pelo voto dos cidadãos. A ameaça à lisura do pleito é tão grave que a reprovação das contas de uma campanha pode levar à cassação do mandato daquele que foi eleito por meios escusos.

O TSE tem apenas 11 técnicos para analisar as contas de utilização do Fundo Partidário (FP) e das campanhas referentes aos diretórios nacionais dos partidos. Estas duas atribuições representam a fiscalização de 75% dos R\$ 2,6 bilhões que compõem tanto o Fundo Partidário como o famigerado Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

A precariedade da estrutura funcional não é diferente nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que, no total, têm só 137 técnicos para cuidar das prestações das contas de todas as campanhas. Um levantamento do TSE, feito em agosto do ano passado, mostrou que cada um dos servidores dos TREs será responsável por avaliar, em média, R\$ 2,4 milhões em recursos públicos neste ano.

Mesmo os partidos políticos que cumprem rigorosamente o que determina a lei eleitoral, ou seja, entregam suas prestações de contas no prazo apontando as receitas e despesas das campanhas de seus candidatos, esbarram na incapacidade da Justiça Eleitoral em desempenhar um papel que é uma de suas razões de existir, talvez a principal delas.

Um dado torna a situação particularmente crítica neste ano: estas serão as primeiras eleições gerais com financiamento de campanhas majoritariamente público. Cabe lembrar que, em boa hora, o Supremo Tribunal Federal proibiu as doações de pessoas jurídicas para custeio das campanhas políticas. Dado que as empresas não possuem direitos políticos, não faz sentido algum equipará-las aos cidadãos. Além disso, a decisão do STF, tomada em 2015, protegeu três princípios consagrados pela Constituição: o princípio da isonomia, segundo o qual todos são considerados iguais perante a lei e o voto de cada cidadão tem o mesmo valor; o princípio democrático, em que se diz que todo poder emana do povo, cuja soberania é exercida por meio do voto; e o princípio republicano, que coloca o País sob a égide do estado Democrático de Direito.

Ou seja, ao deixar de julgar as contas das campanhas deste ano em um prazo que, de fato, faça valer a fiscalização, a Justiça Eleitoral pode causar dois graves danos à democracia. O primeiro, mais óbvio, é o desequilíbrio que pode haver entre candidatos que cumprem a lei e mantêm suas contas em dia e aqueles que se utilizam de caixas 2, 3 ou até 4 para bancar campanhas mais custosas do que aquelas bancadas pelos recursos do FP e do FEFC.

Outro grave dano causado pela ineficiência do TSE é a incerteza jurídica que causa para o ambiente político. Se as contas de um candidato eleito serão julgadas anos depois de sua diplomação, que garantias terão os eleitores de que seus escolhidos chegarão ao fim do mandato? Ou ainda: que garantias terão os contribuintes de que não serão obrigados a custear novas eleições por um julgamento ex-temporâneo das prestações de contas das campanhas?

A continuar este estado de coisas, talvez seja o caso de a sociedade reavaliar se quer manter, no Poder Judiciário, uma estrutura custosa que não se presta a realizar a contento uma atividade que é de sua natureza. Que este tipo de controle, então, passe para algum órgão administrativo, sério e ágil.

(O Estado de S Paulo, 1/4/2018)

Editorial 37 (exposição)

Petrobrás em faxina e reforma

Mais que uma faxina, indispensável para a remoção do lixo e dos escombros deixados pelo petismo, um enorme trabalho de reforma e reconstrução vem sendo realizado pelos novos diretores da Petrobrás, a maior companhia brasileira, com apoio do Executivo federal. O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$ 446 milhões no ano passado, mas a dívida total diminuiu, pendências bilionárias são resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa. Critérios de profissionalismo, eficiência, lucratividade e respeito aos acionistas voltam, enfim, a ser levados em conta.

Essa mudança ocorre depois de muitos anos de sujeição da petroleira a objetivos partidários e pessoais, de completo desprezo a critérios administrativos, de investimentos mal planejados e mal executados e de uma ampla pilhagem conduzida à sombra de um Executivo irresponsável e complacente. Boa parte dessa história está narrada nos documentos da Operação Lava Jato.

Mas a devastação da estatal foi muito além dos crimes narrados nessa investigação. O relato completo deveria incluir, entre outros detalhes, os interesses políticos por trás de obras como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, as interferências em decisões tipicamente empresariais, como a fixação de preços, e o uso da companhia como instrumento de um desastroso arremedo de política de desenvolvimento industrial. Custos elevados, sangria de caixa e favores a grupos selecionados são componentes dessa história de desmandos.

Com o fim do controle de preços, uma das grandes fontes de prejuízo da Petrobrás foi extinta. Eliminada a obrigação de participar de todos os projetos de exploração do pré-sal, a empresa recuperou a liberdade, essencial para toda atividade de negócios, de escolher seus objetivos e de planejar o uso de seu dinheiro.

O prejuízo contabilizado no exercício de 2017 é explicável essencialmente pelo trabalho de faxina. Sem o acordo de cerca de R\$ 11 bilhões firmado com investidores para liquidar um processo na Justiça americana, a Petrobrás teria registrado um lucro líquido de R\$ 7 bilhões, segundo explicou o diretor financeiro, Ivan Monteiro. Faltam os passos finais para a oficialização do acordo, já aprovado pelo juiz. A Petrobrás, segundo seu presidente, Pedro Parente, considera o problema resolvido.

Enquanto o PT comandou o governo federal e a empresa, a Petrobrás, além de perder bilhões em maus investimentos e em várias outras iniciativas erradas, tornou-se campeã mundial de endividamento. Seus compromissos ainda são muito grandes, mas a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 bilhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 bilhões um ano mais tarde. Além disso, a empresa recuperou o acesso ao mercado financeiro internacional, perdido na pior fase de sua deterioração financeira. Em certo momento a companhia ficou restrita a créditos de fontes chinesas. Com o retorno ao mercado, parte dos compromissos foi recentemente renegociada com prazos maiores, segundo informou no fim de janeiro o presidente da empresa.

O ajuste é naturalmente sujeito a oscilações. A relação entre o endividamento líquido e a geração de caixa subiu de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes no fim de dezembro, mas a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada. Com maior liberdade para fixação de preços, a empresa pode mais facilmente acompanhar as variações internacionais e, nos momentos adequados, beneficiar-se da alta das cotações. Além disso, a produção de óleo e gás tem aumentado. No ano passado a empresa alcançou no Brasil o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia.

A política de recuperação continua e tem, por enquanto, rumo bem definido. A maior dúvida, hoje, é quanto à manutenção dessa política. A empresa está mais protegida contra desmandos do executivo, mas, com algum esforço, o próximo presidente da república ainda poderá subordiná-la a fins pessoais e partidários. Se essa for sua inclinação, provavelmente encontrará apoio na base aliada. O futuro da empresa dependerá, enfim, dos eleitores.

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Editorial 38 (exposição)

Reformas para o crescimento

É consenso que, para avançar no caminho do desenvolvimento econômico e social, o País precisa realizar reformas estruturais. Um recente estudo do Banco Mundial sobre o Brasil – *Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade* – pode ser muito útil na identificação dos atuais gargalos do crescimento da renda e do emprego no País. “No cerne da produtividade baixa e estagnada do Brasil existe um sistema econômico que desestimula a concorrência e incentiva a ineficiência e a alocação inadequada de recursos”, diz o estudo.

O Banco Mundial reconhece que o Brasil tem amplas condições de crescimento. O País possui abundantes recursos naturais, uma força de trabalho cada vez mais capacitada e empresas de ponta em diversos setores, como, por exemplo, o agronegócio, a aeronáutica e a extração de petróleo. No entanto, o relatório avalia que os seus ativos

estão sendo mal utilizados. A produtividade brasileira é muito baixa. Se ela fosse similar à dos Estados Unidos, por exemplo, a renda per capita brasileira aumentaria 2,7 vezes.

O mau uso dos ativos não é fruto de uma suposta especialização do País em áreas equivocadas, diz o estudo, rebatendo a ideia de que o problema da produtividade nacional seria uma decorrência de decisões históricas erradas. Não é o fato de a atividade econômica estar orientada para alguns setores que a torna improdutiva. “O País é ineficiente na grande maioria das atividades que realiza”, diz o Banco Mundial.

Para aumentar a renda de forma sustentável e gerar melhores empregos para a população, “o Brasil precisa melhorar drasticamente o seu desempenho em termos de produtividade”, avalia o relatório. Essa necessidade é especialmente premente tendo em vista que a população está envelhecendo rapidamente. Dentro de poucos anos, ao contrário do que ocorria antes, não se poderá contar com o impulso econômico decorrente de uma força de trabalho jovem e pujante. Estima-se que dois terços do crescimento econômico das últimas décadas foram movidos pelo chamado bônus demográfico.

Ao avaliar as possíveis causas da baixa produtividade, o estudo elenca três fatores principais. O primeiro é a falta de concorrência, tanto interna como externa. O ambiente de negócios interno dificulta a inovação e a entrada de novas empresas, favorecendo quem já está estabelecido no mercado. Na área externa, o relatório adverte para a existência de altas barreiras, tarifárias e não tarifárias, ao comércio.

Segundo o Banco Mundial, outro fator que diminui a produtividade é a concentração das políticas públicas em subsídios a empresas já existentes, o que distorce os mercados de capital e de trabalho. O objetivo dos subsídios estatais deve ser justamente o oposto: fomentar a concorrência e a inovação.

Como terceira possível causa para a baixa produtividade, o Banco Mundial indica a fragmentação dos órgãos de governo de apoio às empresas. Essa estrutura complexa é ineficiente, com baixo grau de controle. Com frequência, políticas públicas continuam em vigor mesmo depois de terem se mostrado ineficazes.

O Banco Mundial vê a necessidade de mudar a relação entre as empresas e o Estado, extinguindo as vantagens e os privilégios. Atualmente, constata-se um círculo vicioso. Como a concorrência é pequena, cresce o poder público. Isso facilita a manutenção de políticas que as beneficiam e intensifica ainda mais o seu poder. É preciso inverter a equação, para aumentar a concorrência. Assim, o poder das empresas será diminuído, facilitando a entrada de novas empresas e estimulando o aumento da produtividade.

Cabe às políticas públicas trazer equilíbrio ao mercado, e não incentivar distorções. O Banco Mundial é otimista. Se o País abrir mais sua economia e implantar as reformas em prol da produtividade, cerca de 6 milhões de brasileiros poderão sair da linha da pobreza, como consequência da geração de mais empregos e do crescimento da economia.

(O Estado de São Paulo, 18/3/2018).

Editorial 39 (desafio)

Lula e a História

Chama-se apropriadamente *A verdade vencerá* o livro que Lula da Silva assina e com o qual anuncia, como costumam fazer os espíritos autoritários, sua pretensão de ser julgado somente pelo tribunal da História. É o que lhe resta, já que, nos tribunais em que valem as leis do País, o ex-presidente foi condenado por corrupção e sentenciado a mais de 12 anos de prisão – isto em apenas um dos vários processos aos quais ele responde.

Nesse tribunal da História ao qual Lula está a recorrer, as leis não contam, e sim a narrativa. E de construir narrativas o demiurgo de Garanhuns entende como poucos, tendo sido capaz de elaborar, para seus embasbacados adoradores, uma imagem de herói da ética e de campeão do povo, mesmo tendo protagonizado os maiores escândalos de corrupção da história nacional e mesmo tendo sido o grande responsável pela catastrófica Presidência de Dilma Rousseff, sob a qual os pobres tanto padeceram.

A construção histórica de Lula inclui absolvê-lo mesmo que se reconheçam seus crimes, como fez recentemente, em entrevista ao *Valor*, o ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel – para quem, afinal, “não somos uma sociedade de anjos, mas de homens e mulheres com virtudes e defeitos”, e “todos os governos podem cometer erros”, mas “o importante é ver os aportes que fazem a seu povo”. Ou seja, é a legitimação do bom ladrão e do bom selvagem como arquétipos de estadistas. Já que Lula provavelmente não poderá concorrer à Presidência por ser por ser oficialmente ficha-suja, Esquivel acha – a sério – que o petista poderá ao menos concorrer ao prêmio Nobel da Paz. É a atração dos semelhantes, que isso também existe.

Nada disso, obviamente, é casual ou gratuito. O Lula que emerge dessa narrativa é um homem que está sendo condenado não pela corrupção – que ele, de todo modo, jura não ter cometido – , mas sim porque sempre agiu no interesse dos pobres. Por esse motivo, os processos a que ele responde seriam fruto da sistemática perseguição de uma elite inconformada – que, no léxico lulopetista, é chamada de “eles” e que inclui todo o Judiciário, os empresários, a imprensa, o capital internacional e até o governo dos Estados Unidos.

Assim, Lula espera que o tribunal da História reconheça que o sistema judiciário nacional o condenou em razão de suas virtudes, e não de seus crimes. Lula seria, então, um prisioneiro político – e, como se sabe, só existem presos políticos em regimes de exceção. É nesse ponto, então, que a narrativa histórica que o lulopetismo pretende emplacar se conecta com a denúncia de que o impeachment de Dilma Rousseff foi um “golpe”. A “verdade” anunciada pelo libelo de Lula “vencerá”, segundo ele, quando houver o reconhecimento de que a acusação das “pedaladas” contra Dilma e de corrupção contra o ex-presidente foi pretexto para que uma gigantesca concentração de

forças planetárias hostis ao povo humilde do Brasil desalojasse o PT da Presidência e impedisse Lula de voltar ao poder.

Não à toa, a narrativa lulopetista obviamente inspira-se na defesa que Fidel Castro fez de si mesmo em 1953, quando foi preso depois de ter tentado derrubar o governo de Fulgencio Batista em Cuba. Fidel aproveitou a ocasião para confrontar o regime. Dizendo não temer a prisão – assim como Lula faz hoje -, o futuro ditador cubano argumentou que estava ali exclusivamente por ser um “dos homens que lutam pela liberdade e pela felicidade do povo”. Ademais, questionou a acusação segundo a qual havia se insurgido “contra os poderes constitucionais do estado”, salientando que “a ditadura que oprime a nação não é um poder constitucional, mas inconstitucional”. Como se sabe, quando enfim tomou o poder, Fidel resolveu esse problema incorporando à Constituição o direito de oprimir a nação. Deve ser por esse motivo que Lula disse considerar Fidel “o maior de todos os latino-americanos”.

Mas, apesar de todo o empenho dos hagiógrafos de Fidel, o tribunal da História já julgou e condenou aquele cruel ditador – e somente os liberticidas empedernidos ainda se empenham em sua defesa. Ao contrário do que aposta Lula, a História não perdoa.

(O Estado de S Paulo, 18/3/2018)

Editorial 40 (exposição)

Metrô deve ser prioridade

As novas estações de metrô inauguradas nos últimos dias, mostram bem algumas realidades da expansão da rede desse que é o meio de transporte coletivo comprovadamente mais eficiente e, por isso, também o principal elemento do qual depende a melhoria efetiva da mobilidade na capital paulista. É uma rede ainda acanhada, que cresce devagar, raramente respeitando os prazos de entrega das obras, o que tem sido uma constante desde que o metrô começou a operar comercialmente em setembro de 1974.

Foram claras as motivações políticas de Geraldo Alckmin, que fez as inaugurações sem que as obras estivessem inteiramente concluídas, pouco antes de se desincompatibilizar do governo do Estado para candidatar-se à Presidência da República. Mas é inegável que a pressa da colocação em serviço de uma estação como a Oscar Freire, da Linha 4 – Amarela, por exemplo, não deixará de ser útil à população, porque mesmo incompleta, calcula-se que ela beneficiará mais de 20 mil passageiros por dia. A demanda por esse meio de transporte é tal que mesmo esse pouco já é um grande alívio.

Na mesma série de inaugurações, foram entregues as Estações Moema, da Linha 5 – Lilás, e São Lucas, Vila União, Vila Tolstói e Camilo Haddad, da Linha 15 – Prata, esta em sistema de monotrilho. Em todas elas, o atraso é a marca. A conclusão da Oscar Freire estava prevista para 2009. O monotrilho da Linha 15 – Prata, mesmo sendo de construção mais rápida e barata, não fugiu à regra. Dez de suas estações tinham inauguração prevista para 2011, prazo estendido para 2012, depois para 2014, e assim seguiu. A Estação

Moema, que deveria ter sido entregue em dezembro de 2017, funcionará de segunda a sábado apenas das 10 às 15 horas na primeira fase.

O metrô de São Paulo tem um considerável atraso histórico. Começou tarde demais, na década de 1970, quando a cidade já era uma das maiores do mundo. E quando outras de tamanho semelhante já dispunham de uma rede razoável, como era o caso de Buenos Aires, para citar apenas um exemplo da América Latina. Outro problema igualmente importante é que, em vez de crescer rapidamente para tentar tirar esse atraso, o metrô vem se expandindo num ritmo arrastado, e essa tem sido uma constante de todos os governos desde 1974, com algumas variações para melhor que, no entanto, não alteram o quadro.

Nem nos períodos de prosperidade econômica, o nível de investimento esteve à altura do desafio de dotar São Paulo de uma rede que corresponda a suas necessidades. E estas, ao contrário da construção do metrô, seguem um ritmo acelerado. O resultado é que a capital paulista, se as previsões do governo estadual se cumprirem – e elas, como mostra a experiência, falham com frequência –, o metrô terá ao fim de 2018 uma rede de 102km, muito aquém do que é preciso para atender a população.

Ao se comparar o tamanho da rede de metrô de São Paulo com as de grandes cidades de outros países, tem-se uma ideia do longo caminho que resta a percorrer. Pode-se deixar de lado as de países desenvolvidos e tomar como exemplo a da Cidade do México, porque enfrenta problemas, inclusive no que se refere à limitação de recursos para investimento, semelhantes aos de São Paulo. A capital mexicana tem uma rede de 200km, que é o dobro da que São Paulo terá no fim deste ano, se tudo correr bem.

Como o transporte coletivo é sabidamente uma das prioridades dos paulistanos – boa parte dos quais gasta diariamente duas a três horas para ir ao trabalho e outras tantas para voltar, numa maratona estafante –, ao lado da saúde, educação e segurança pública, não dá mais para adiar o esforço que precisa ser feito para dotar a cidade de uma rede de metrô com pelo menos o dobro da atual, se a referência for a Cidade do México, e rapidamente.

Tendo em vista a importância da capital paulista para o País, já é tempo de o governo federal também participar desse esforço, ao lado do governo estadual, que até agora assumiu sozinho essa tarefa.

(Estado de S. Paulo, 15/4/2018)